

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

MARIANA APARECIDA EUFLAUSINO DOS SANTOS

**AS ARTES DA GESTÃO ORDINÁRIA: SUBESPÉCIES DE CAPITAL
SIMBÓLICO NO COTIDIANO DE TRABALHO DE VENDEDORES
AMBULANTES EM MARINGÁ-PR**

Maringá

2021

MARIANA APARECIDA EUFLAUSINO DOS SANTOS

**AS ARTES DA GESTÃO ORDINÁRIA: SUBESPÉCIES DE
CAPITAL SIMBÓLICO NO COTIDIANO DE TRABALHO DE
VENDEDORES AMBULANTES EM MARINGÁ-PR**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elisa Yoshie Ichikawa

Maringá

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S237a

Santos, Mariana Aparecida Euflausino dos

As artes da gestão ordinária : subespécies de capital simbólico no cotidiano de trabalho de vendedores ambulantes em Maringá-PR / Mariana Aparecida Euflausino dos Santos. - Maringá, PR, 2021.

249 f.: il. color., figs.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Yoshie Ichikawa.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2021.

1. Estudos organizacionais. 2. Gestão ordinária. 3. Vendedores ambulantes - Maringá (PR). 4. Bourdieu, Pierre, 1930-2002. 5. Certeau, Michel, de, 1925-1986. I. Ichikawa, Elisa Yoshie, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 23.ed. 658.001

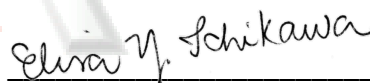
ATA DE DEFESA PÚBLICA

Aos **catorze** dias do mês de **maio** do ano de **dois mil e vinte e um**, às **catorze horas**, realizou-se, por videoconferência, em conformidade com os Decretos nº 4230/2020 e 4258/2020 do Governo do Estado do Paraná, e a Portaria nº 122/2020-GRE, a apresentação do Trabalho de Conclusão, sob o título: **“As artes da gestão ordinária: subespécies de capital simbólico no cotidiano de trabalho de vendedores ambulantes em Maringá-PR.”**, de autoria de **MARIANA APARECIDA EUFLAUSINO DOS SANTOS**, aluna(o) do Programa de Pós-Graduação em Administração (DOUTORADO) – Área de Concentração: Organizações e Mercado. A Banca Examinadora esteve constituída pelos professores: Dr^a. Elisa Yoshie Ichikawa (presidente), Dr^a. Ana Silvia Rocha Ipiranga (membro examinador externo – UECE), Dr. Denis Alves Perdigão (membro examinador externo - UFJF), Dr^a. Josiane Silva de Oliveira (membro examinador do PPA), Dr. Francisco Giovanni David Vieira (membro examinador do PPA). Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a candidata foi aprovada com correções (aprovado / aprovado com correções / aprovado com sugestão de reformulação / reprovado) pela Banca Examinadora. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo coordenador e pelos membros da Banca Examinadora.

Maringá, **14 de maio de 2021**



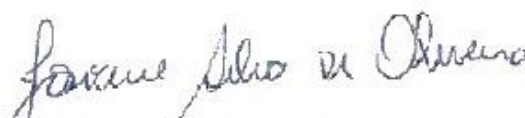
Dr^a. Elisa Yoshie Ichikawa
(Presidente)



Dr^a. Ana Silvia Rocha Ipiranga
(membro examinador externo – UECE)



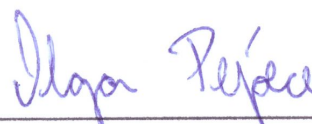
Dr. Denis Alves Perdigão
(membro examinador externo - UFJF)



Dr^a. Josiane Silva de Oliveira
(Membro Examinador do PPA)



Dr. Francisco Giovanni David Vieira
(membro examinador do PPA)



Dr^a. Olga Maria Coutinho Pépece
Coordenadora do PPA

Dedico este trabalho à minha amada avó Ana Gonçalves Euflausino (em memória), (re)vendedora porta a porta. Lindas lembranças de seu carinho e ensinamentos de vivência e oralidade, como os cotidianos cálculos mentais de comissão, “de dez eu ganho três”.

A todas as mulheres que lutam pela sobrevivência dos seus, em especial minha carinhosa e forte mãe Neuza, sua “princesinha sabereta” está “formada”. Nós conseguimos!

Às minhas memórias, ao recordar o lema popular do Colégio Estadual Silvio Vidal, “entra burro e sai marginal”, reflito que seus marginais percorrem diferentes margens, gratidão a todos que lançam caminhos de luz sobre as margens.

Ao Sagrado Coração de Jesus.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Elisa Yoshie Ichikawa, minha orientadora, que contribuiu significativamente para realização deste trabalho e para meu crescimento enquanto profissional, mas sobretudo, por me libertar para inúmeras (re)significações em minha vida. Ter a oportunidade de ser sua orientanda, em um curso de doutorado, nesta instituição, foi como permitir que adentrasse ao seu lado em um barco de travessias. Gratidão eterna por essa viagem e todos os ensinamentos nesta trajetória.

Aos participantes deste estudo, sobretudo à Francisca Vanússia Vêras de Souza, à Cleópatra e ao Carlos Germano, meus mestres na arte da gestão cotidiana, por me acolherem com tanto carinho em seu espaço de trabalho e em suas vidas, minha eterna gratidão por darem vida a este amontoado de palavras, sem qualquer valor, diante de suas trajetórias de vida. Ao Pedro Henrique Vieira por não desistir de mim e dividir seu lindo coração comigo.

À minha amada e lutadora mãe Neuza Aparecida Euflausino, gratidão por sonhar comigo antes mesmo de eu nascer, por escolher uma vida só comigo após os meus 7 meses e enfrentar essa trajetória e seus desafios, por todo amor, por cada abraço e cada colo, por todas as palavras de incentivo, por reforçar em mim o desejo de sempre continuar estudando enquanto não o realizou, por priorizar os meus sonhos diante de seus anseios, por não medir esforços para que eu pudesse ter o melhor diante do possível, por cada lágrima e suor derramado neste processo, minha eterna gratidão. Aos meus pais, Jorge dos Santos (em memória), por me ensinar o valor da humildade, e Ireno José Alecrim, por me acolher com tanto carinho e como filha nestes últimos anos, sua presença é um presente de Deus. À minha tia Cleuza Euflausino, que se dedicou à minha criação com tanto amor, tenho em cada memória da minha infância sua presença, gratidão por torná-la tão especial e feliz. Vocês me transmitiram educação, valores e uma porção imensurável de afeto, incentivaram os meus projetos e sonhos, mesmo talvez sem compreender seus significados. A todos os demais familiares presentes (Tia Margarida, Tia Tereza, Tio Roberto, primos Douglas, Willian, Neymar, Arthur, Lorenzo e Felipe, e primas Jacyhara, Taniara, Preta, Jaqueline, Ana Julia e Juliana) e ausentes (vô João e vó Ana e prima Kellymara), cada convivência familiar, cada abraço, incentivo e oração abasteciam minhas forças. Sem vocês nada disso teria sentido. Gratidão aos meus irmãos paternos e minha madrastra pelo carinho de um reencontro após 15 anos.

A todos os professores do PPA, ao Bruhmer, obrigada pelos ensinamentos, discussões enriquecedoras, esclarecimentos e momentos de convivência. Aos amigos que tive oportunidade de fazer neste curso, em especial a Bianca Fortes e a Sara Picheth. Aos amigos de toda minha trajetória de vida que permaneceram fiéis na alegria e na tristeza. Aos amigos do MUR Maringá, companheiros de fé e razão, que davam um sabor especial a esta Universidade, assim como o suco de couve da Daniele Shinohara. Aos padres que celebravam as missas na capela da UEM. Ao meu psicólogo Sidnei Azevedo.

Aos examinadores da Banca, Dra. Josiane Silva de Oliveira, obrigada por me revelar o mundo da pesquisa etnográfica, interagir com suas valorosas anotações no decorrer do texto de qualificação era divertido e inquietante, com pensamentos como: Ela desenhou e eu ainda não tenho certeza de como realizar isso. Dr. Francisco Giovanni Vieira, obrigada pelas indicações de leitura, pelas considerações sobre o projeto, sua gentileza nos comentários me fazia retomar suas considerações para respirar, suas palavras me impulsionavam e acalentavam minhas tantas inseguranças. Dr. Denis Perdigão, obrigada por suas contribuições desde o ensaio teórico, suas considerações me permitiram rever aspectos quanto à abordagem da tríade de Bourdieu e seu trabalho conjunto sobre o conceito de gestão ordinária foi peça chave à minha compreensão neste novo sentido de gestão. Dra. Ana Silvia Rocha Ipiranga, obrigada pelo aceite nesta banca, anseio suas considerações.

A Deus Pai por seu Amor e liberdade. Ao Deus Filho pelos seus ensinamentos, sua misericórdia e convite a viver uma constante loucura da Cruz. Ao Espírito que habita em mim, pelos ótimos diálogos e moções de movimento. À Maria Santíssima por seu colo acolhedor e exemplo de ousadia. Graças infinitas, hoje e para todo o sempre!

“O senhor elogiou o administrador desonesto, porque agiu astutamente [...].”

(Lucas 16, 8)

AS ARTES DA GESTÃO ORDINÁRIA: SUBESPÉCIES DE CAPITAL SIMBÓLICO NO COTIDIANO DE TRABALHO DE VENDEDORES AMBULANTES EM MARINGÁ-PR

RESUMO: Nesta tese, tive por intuito compreender como podem ser (re)conhecidas subespécies de capital simbólico, no cotidiano da gestão ordinária de vendedores ambulantes do município de Maringá-PR. Para tanto, propus uma reflexão a partir das lentes teóricas de Michel de Certeau sobre as artes de fazer o cotidiano e a perspectiva de capital simbólico no contexto da teoria da prática de Pierre Bourdieu. Como caminho metodológico adotei a etnografia. Tive por referência metodológica a perspectiva interpretativa de Geertz (2015) e a abordagem da etnografia urbana. Busquei, então, tecer elos entre a “caixa” de ferramentas teórica e o método etnográfico. Tratou-se, portanto, de considerar a possibilidade de pluralidade do conceito de capital, mas, sobretudo, discutir a possibilidade de aproximar a compreensão de capital para a realidade de uma gestão simples, que acontece nos pequenos negócios e que se distancia dos modelos gerenciais dominantes e tradicionais da administração. Assim, o homem ordinário, ao realizar em sua prática de trabalho a gestão ordinária e intuitiva, se utiliza de diferentes subespécies de capital simbólico, que não os predominantes econômicos ou valorados em sua significação na administração *mainstream*. Ousei, portanto, indicar percursos para o reconhecimento de possíveis subespécies de capital simbólico que habitam o “vulgar”, logo, o não “distinto”, diante do contexto de trabalhadores de rua. Assim, acompanhei e vivenciei a experiência da prática de trabalho no cotidiano de vendedores ambulantes no município de Maringá-PR, buscando compreender suas práticas e efeitos. Ao vivenciar as relações de poder que transpassavam aquelas práticas cotidianas de trabalho e com embasamento das ferramentas teórico-metodológicas, realizei uma microconstituição do espaço social estudado e então interpretei, no contexto específico deste microespaço social, a predominância de três subespécies de capital simbólico: a) capital econômico materializado em bens populares (subprodutos); b) capital social enquanto sub-redes; e c) capital linguístico enquanto oralidade popular. Estes formam uma representação simbólica ao lado avesso do “tecido” dos capitais simbólicos, interpretando-os na imersão do contexto da gestão ordinária. Portanto, são recursos geridos em moção de empreendimentos de resistência que diferem de outras realidades de gestão. Além disso, interpus neste estudo a necessidade de considerar a mediação das “maneiras de fazer” enquanto tática-estratégica, ao contexto da gestão ordinária. Por fim, as conclusões traçam apontamentos sobre os resultados alcançados a partir da problemática e dos objetivos propostos.

Palavras-chave: Homem ordinário. Gestão ordinária. Cotidiano. Subespécies de capital simbólico. Estudos organizacionais.

THE ARTS OF ORDINARY MANAGEMENT: SUBSPECIES OF SYMBOLIC CAPITAL IN THE EVERYDAY WORK OF STREET VENDORS IN MARINGÁ-PR

ABSTRACT: In this thesis I aimed to understand how they can be (re)known subspecies of symbolic capital, in the everyday management of street vendors in the municipality of Maringá-PR. For this, I proposed a reflection, from the theoretical lenses of Michel de Certeau on the arts of making the everyday and the perspective of symbolic capital in the context of Pierre Bourdieu's theory of practice. As a methodological path I adopted ethnography. I had as methodological reference Geertz's interpretative perspective (2015) and the approach of urban ethnography. I then sought to weave links between the "box" of theoretical tools and the ethnographic method. It was therefore a question of considering the possibility of plurality of the concept of capital, but above all discussing the possibility of bringing the understanding of capital closer to the reality of simple management, which happens in small businesses and which is distant from the dominant and traditional managerial models of administration. Thus, ordinary man, when performing in his work practice the ordinary and intuitive management, uses different subspecies of symbolic capital, other than the predominant economic or valued in its meaning in mainstream administration. I dared, therefore, to indicate paths for the recognition of possible subspecies of symbolic capital that inhabit the "vulgar", and therefore the "non-distinct", in the context of street workers. Thus, I followed and lived the experience of the practice of work in the daily life of street vendors in the municipality of Maringá-PR, seeking to understand its practices and effects. As I experienced the power relations that went through those daily work practices and with the basis of the theoretical and methodological tools, I realized a micro-construction of the social space studied and then I interpreted, in the specific context of this micro social space, the predominance of three subspecies of symbolic capital: a) economic capital materialized in popular goods (sub-products), b) social capital as sub-networks, and c) linguistic capital as popular orality. These form a symbolic representation next to the "fabric" of symbolic capital interpreting them in the immersion of the context of ordinary management. So, they are resources managed in motion of resistance enterprises and survive that differ from other management realities. In addition, I have interrogated in this study the need to consider the mediation of the "ways of doing" as a strategic tactic in the context of ordinary management. Finally, the conclusions draw notes on the results raised from the problem and the proposed objectives.

Words-Key: Ordinary man. Ordinary management. Every-Day Life. Symbolic capital. Sub-species of Symbolic Capital. Organizational studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ferramentas teóricas	78
Figura 2 – Menos força mais efeito	80
Figura 3 - Proposição no reconhecimento subespécies de capital simbólico	81
Figura 4 - Adriano trabalhando	95
Figura 5 - Localização geográfica do campo de estudo	106
Figura 6 - Observações à distância	109
Figura 7 - Sequência enunciativa Edifício Centro Comercial	117
Figura 8 - Sequência enunciativa café da manhã	119
Figura 9 - Sr. Alair - revendedor dos vendedores ambulantes	121
Figura 10 - Sequência enunciativa calçada em frente ao Edifício Centro Comercial na Av. Brasil.....	122
Figura 11 - Carlos reinventando seu espaço	123
Figura 12 - Pâmela vendedora ambulante de bijuterias.....	126
Figura 13 - Sequência enunciativa práticas de fiscalização	130
Figura 14 - Almoço em dia de Fiscalização	134
Figura 15 - Sequência enunciativa mobilidade no espaço físico.....	137
Figura 16 - Trailer com vendedor ambulante regular.....	139
Figura 17 - Sequência enunciativa de dentro e de fora da farmácia.....	140
Figura 18 - Diagrama de microconstituição do espaço social	141
Figura 19 - Diagrama de microconstituição do espaço social	144
Figura 20 - Sequência enunciativa de Fornecedores 1	156
Figura 21 - Sequência enunciativa de Fornecedores 2	156
Figura 22 - Sequência enunciativa de produtos.....	161
Figura 23– Propaganda colonizadora ao espaço social	163
Figura 24 – Banca de “ralos” da Fran.....	169
Figura 25 - Sequência enunciativa de produtos.....	173
Figura 26 - Redes familiares nucleares com efeitos de associação	187
Figura 27 - Alcorão	202
Figura 28- Arthur no trabalho da vovó.....	210
Figura 29 - Sobreposição de quadro teórico e prático	211
Figura 30 - Subespécies de capital simbólico no contexto da gestão ordinária de vendedores ambulantes de Maringá- PR	213

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceito de gestão ordinária	36
Quadro 2 - Gestão ordinária de subprodutos	145
Quadro 3 - Gestão ordinária de sub-redes	175

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
2	CAMINHOS DO COTIDIANO	23
2.1	MANEIRAS DE FAZER: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS	29
2.2	A ARTE DE FAZER GESTÃO DO HOMEM ORDINÁRIO: GESTÃO ORDINÁRIA .	34
3	OS CAPITAIS EM PIERRE BOURDIEU	39
3.1	LUTAS NO CAMPO	43
3.2	<i>HABITUS</i> : INVISÍVEIS E CONCRETOS	47
3.3	OS CAPITAIS	53
4	REFLEXÕES SOBRE A INDICAÇÃO DE PERCURSOS PARA O RECONHECIMENTO DE SUBESPÉCIES DE CAPITAL	66
4.1	REMATE TEÓRICO: CONEXÕES DE MICHEL DE CERTEAU E PIERRE BOURDIEU PARA O RECONHECIMENTO DE SUBESPÉCIES DE CAPITAIS SIMBÓLICOS	78
5	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	83
5.1	ABORDAGEM EMPÍRICA NA PERSPECTIVA DE BOURDIEU: FENÔMENO, CAMPO E REFLEXIVIDADE.....	84
5.2	TÓPICOS ESPECIAIS: ETNOGRAFIA	89
5.2.1	As práticas na cidade: etnografia urbana	94
5.3	ACOMPANHANDO AS ARTES DE FAZER DE VENDEDORES AMBULANTES....	99
6	EXPONDO VIDA(S) AO ENREDO TEÓRICO: RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA	105
6.1	ENTRADA NO CAMPO: OBSERVAÇÕES INICIAIS E FRUSTRAÇÕES ENQUANTO PESQUISADORA.....	106
6.2	AVENIDA BRASIL: MICROCONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL	115
6.2.1	A calçada e o Edifício Centro Comercial: início de um dia de trabalho.....	116
6.2.2	As brechas das vitrines: lojistas, fiscalizações e a resistência	125
6.2.3	Carrinhos de calçada: a mobilidade dos produtos	136
6.2.4	Linhas do meio do campo: vendedores ambulantes regulares.....	138
6.3	GESTÃO ORDINÁRIA DE SUBPRODUTOS: O QUIABO NOSSO DE CADA DIA	145
6.3.1	Práticas de negociações com fornecedores: A lógica da perda e do ganho das relações.....	146
6.3.2	Práticas de organização e negociações com clientes: negócios de ocasião ..	158
6.3.3	Hierarquização de produtos	166

6.4 GESTÃO ORDINÁRIA DE SUB-REDES SIMBÓLICAS: “CUIDA ALI PRA MIM”	175
6.4.1 Gestão ordinária de sub-redes de proteção	177
6.4.2 Gestão ordinária das sub-redes familiares: usos e desusos.....	183
6.5 GESTÃO ORDINÁRIA DE “CORPOS FRACOS”, MAS “GRITANTES”	191
6.5.1 Mestre e aprendiz, efeitos de <i>habitus</i> (in)corporados às práticas de trabalho.....	192
6.5.2 “Diga lá, minha princesa”: efeitos da oralidade.....	197
6.5.3 Corpos femininos e corpos masculinos, efeitos de uma objetivação.....	205
7 REMATE PRÁTICO-TEÓRICO.....	211
7.1 COMO FORAM COMPREENDIDAS AS SUBESPÉCIES DE CAPITAL SIMBÓLICO	211
7.2 RETOMADA DAS PROPOSIÇÕES TEÓRICAS	219
7.2.1 Como foram compreendidas as táticas-estratégicas	220
8 CONCLUSÕES	224
REFERÊNCIAS	233
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com clientes.....	244
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os comerciantes.....	245
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com vendedores ambulantes senegaleses	246
APÊNDICE D – Requerimento encaminhado à Prefeitura Municipal de Maringá - PR	247
ANEXO A – Resposta ao requerimento	248
ANEXO B – Relação de documentos para solicitação de licença para o comércio ambulante.....	249

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O intuito deste trabalho é defender a proposta de tese que tem por objetivo compreender como emergem, no cotidiano da gestão ordinária de vendedores ambulantes do município de Maringá - PR, subespécies de capital simbólico. Num primeiro momento, apresento nesta introdução os caminhos que me levaram ao encontro dessa temática, algumas inquietações que surgiram e fizeram a reflexão desta proposta. Num segundo instante, apresento os principais conceitos teóricos. Por conseguinte, a proposta de caminho metodológico desenvolvida durante o estudo e, por fim, as principais categorizações emergentes durante as discussões de análise.

Considero que a proposta desta tese se origina a partir de quatro encontros. Ao me encontrar com a leitura de Bourdieu, percebi que tinha sido formatada até então, pela minha área de estudo (administração), a pensar em capital predominantemente numa perspectiva econômica capitalista. Contudo, o estudo de Bourdieu apresentou por sua teoria diferentes espécies de capital que são constituídos dentro de diferentes campos sociais, com um sistema de reprodução. Deparar-se com essa realidade foi tão terrível como esclarecedor, afinal “a verdade dói”, mas também liberta, ao passo que considerei rapidamente qual seria o meu lugar dentro desses campos, ao autoavaliar meus valores e estruturas de capital. Hoje compreendo que esta reflexividade foi necessária ao longo de meu trabalho, a fim de compor as limitações dele, ao que Bourdieu (2017) comenta por objetivação participante.

O segundo encontro, já em um paradigma não estruturalista, aconteceu com a leitura de Michel de Certeau. Seu olhar para as práticas do cotidiano, sobretudo para as táticas, essas ações astuciosas que os indivíduos criavam e recriavam a cada momento oportuno, demonstram uma ação de microrresistência, mesmo dentro de um sistema ordenado. Também em De Certeau, reencontrei-me com Bourdieu, mas neste momento por uma crítica do De Certeau, a qual discutiremos posteriormente. Mas, sobretudo, em De Certeau encontrei a possibilidade de começar a enxergar os estudos organizacionais a partir do homem ordinário.

Essa possibilidade foi confirmada pelo encontro com alguns pesquisadores brasileiros contemporâneos, que têm direcionado seu olhar para gestão que ocorre no cotidiano (CARRIERI *et al.*, 2008; MURTA; SOUZA; CARRIERI, 2010; JOAQUIM, 2012;

OLIVEIRA; CAVEDON, 2013; CARRIERI; PERDIGÃO; AGUIAR, 2014; GOUVÊA; ICHIKAWA, 2015; RODRIGUES; ICHIKAWA, 2015; BARROS; CARRIERI, 2015; MARINS; IPIRANGA, 2017; CABANA; ICHIKAWA, 2017). Estes vêm delineando a realidade de uma gestão que acontece distante do *mainstream*, mais próxima do que é ordinário. Nesse contexto, percebo um movimento de descontinuidade dentro dos estudos de administração.

Neste sentido, devem ter percebido que utilizo nesta tese o termo gestão ordinária, ao qual conheci com o trabalho de Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014). O conceito de gestão ordinária se refere à perspectiva de olhar a gestão realizada pelo homem ordinário, pessoas comuns, que realizam um modo de gestão no cotidiano de suas práticas de trabalho. Essas práticas não contemplam os modelos propostos pelos modelos gerenciais da administração, mas por práticas intuitivas, saberes de sua experiência de vida, que não se encaixam em normas ou diretrizes. Embora se possa considerar que o conceito de gestão ordinária ainda esteja em sua origem e seja pouco difundido, opto por utilizar o termo, com intenção de valorizar uma produção essencialmente brasileira, que tenta trazer à visibilidade diferentes formas de perceber a gestão nos estudos organizacionais.

O quarto, mas não menos importante, trata-se do encontro com o método de pesquisa, a etnografia. Ao conhecer esta abordagem nos estudos organizacionais, eu me encantei, mas a possibilidade de abordá-la em minha tese, embora metodologicamente me parecesse coerente, era envolta por minha insegurança como pesquisadora, diante da complexidade deste estudo. Porém, incentivada pela minha orientadora, eu me arrisquei nesta aventura de aprendiz a etnógrafa.

Assumo, portanto, essa tentativa de estudar a área da administração sob lentes teóricas e metodológicas por caminhos que atravessam outras áreas, como a história, linguística, sociologia, antropologia. Isso se dá porque reconheço nessa perspectiva teorias que possam contribuir para compreensão dos fenômenos de uma gestão que acontece na marginalidade social.

Os principais conceitos discutidos nesta tese serão apresentados a seguir e referem-se à compreensão de De Certeau sobre o homem ordinário e as “maneiras de fazer” que se configuram pelo autor em estratégias e táticas desses indivíduos, enquanto em Bourdieu

visitamos principalmente o conceito de capital, embora não seja possível passar por este sem relacioná-lo aos outros dois conceitos da tríade de sua teoria, *habitus* e campos.

Para De Certeau (2012), o homem ordinário é um homem comum, não possui algo extraordinário, notável e reconhecido. Muito pelo contrário, ele é quase invisível, em meio a um aglomerado. Na prática de suas ações, De Certeau (2012) compara o homem ordinário a um artista equilibrista em uma corda bamba, que para cada passo precisa renovar seu equilíbrio. Ainda quanto ao termo homem ordinário, refleti (a partir das considerações e indicações do professor Francisco Giovanni David Vieira) que todos somos, de certo modo, homem ordinário, pessoas comuns, e “vamos viver e morrer como um homem comum” nos lembra a música (Peter Gast – Caetano Veloso) concomitantemente ao fato de que “ninguém é comum”, e embora não negue as possibilidades e/ou necessidades de avançar sobre o termo (como contribuiu a professora Josiane Silva de Oliveira durante a minha qualificação), por momento, opto em continuar a utilizá-lo neste trabalho, com algumas variações, como uma forma de homenagem ao autor, em respeito ao encontro que tive com ele e a representatividade que trouxe a mim. Possivelmente o adaptarei à demanda de publicações futuras, mas por ora o exploro em sua aproximação ao sentido de resistência e precariedade na vivência de trabalhadores, vendedores ambulantes.

As “maneiras de fazer” apresentadas por De Certeau (2012) criam um jogo e também um espaço de jogo. Esse jogo é praticado entre o forte e o fraco, mas, sobretudo, das “ações” que o fraco pode empreender.

Essas ações realizadas pelo homem ordinário podem ser compreendidas como microrresistências utilizadas como táticas de sobrevivência. As táticas em De Certeau (2012) são reconhecidas a partir de uma inteligência astuciosa. São retratadas no saber e conhecimento prático que se relacionam a um momento ou ocasião para serem colocadas em ação. São improvisações, não estabelecem projetos globais, são operadas golpe por golpe no sistema. As táticas não possuem um lugar “próprio” que lhe permitiriam gerir suas ações com planejamento, elas só possuem o lugar do outro, por isso utilizam-se das ocasiões.

De forma diversa, De Certeau (2012, p. 45) chama de estratégias “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente”. As estratégias possuem, entre seus efeitos de vantagens, o lugar “próprio” onde podem se isolar, servindo como uma base para gestão das ações dos

indivíduos. Essa interação entre tática e estratégias, e seus efeitos, retratam o poder constituinte nas relações do cotidiano que nos levam ao reconhecimento das micropráticas.

Concomitantemente, busquei reconhecer o poder constituinte nas relações estruturais e reprodutoras manifestas aos processos de incorporação de poder (capital) pela ótica de Bourdieu, que contribuem para o reconhecimento das macropráticas. Assim, percorri de modo pontual os três elementos fundamentais da teoria de Bourdieu, sendo eles o sistema de conceitos que guiou suas pesquisas, formado pela tríade: campo, *habitus* e capital. E adotei a reconfiguração da equação [(habitus)(capital)] + campo = prática (2007, p. 97) para a equação [(habitus)(capital)] + espaço social = prática, tendo por base as considerações de autores (WACQUANT; AKÇAOĞLU, 2017; WACQUANT, 2018; WACQUANT, 2018a; WACQUANT, 2019) sobre a substituição de campo por espaço social para melhor desenvolvimento dos estudos que trabalham com as ferramentas teóricas de Bourdieu.

No tocante, Bourdieu (1983) apresenta a noção de campo, entendido simultaneamente como um campo de forças e campo de lutas. As análises às quais submeteu diferentes campos, entre eles, campo científico, campo das artes, campo religioso, campo educacional, entre outros, inspiravam-se na intenção de estabelecer as leis gerais dos universos sociais, funcionando como campos. No entanto, para Wacquant e Akçaoğlu (2017, p. 44), os campos são raros e existem apenas em certos domínios de atividade “quando um domínio de ação e autoridade torna-se suficientemente demarcado, autonomizado e monopolizado”. Portanto, Wacquant e Akçaoğlu (2017, p. 44) indicam que “espaço social (e não o campo) é a construção geral que ‘enfrenta’ os conceitos de *habitus* e de capital para gerar prática”. Assim, neste estudo compete compreendermos primordialmente que para cada campo existem diferentes espécies de capital, produzidas dentro das tensões de lutas constitutivas em cada um desses espaços. As disposições dos indivíduos dentro dos espaços sociais são reguladas pelas relações de poder, conforme o *habitus* e capital que os indivíduos detêm.

Isso implica em considerar que a prática é percebida e interpretada, neste estudo, nos imbricamentos dos diferentes campos. As díspares alocações de lugar nos diferentes campos, a depender do capital preponderante de cada campo e suas disputas de espaço, convergem para análise da prática numa dimensão mais macro do fenômeno social. Desse modo, a prática é então considerada e interpretada, a partir de seus efeitos, pela tensão de maior ou menor apropriação dos diferentes capitais capitalizados pelo *habitus*.

Em encontro, aproximo a abordagem da prática de De Certeau (2012; 2013) que vislumbra a prática em suas microações de resistência, revelando a “importância das micro-ocorrências do cotidiano e como sua perspectiva atribui agência a atores” que deixam de ser vistos enquanto apenas reprodutores (MACHADO; CHROPACZ; BULGACOV, 2020, p. 1). Trata-se de considerarmos a “compreensão dos processos organizativos que transcendam as divisões macro, meso e microssocial, enfatizando como fenômenos macrosociais se constituem relacionados ao mundo vivido”, como destacam Franco e Oliveira (2016, p. 1). Portanto, o espaço social é percebido como o *locus* das relações de poder, onde se vive as experiências do cotidiano.

Por sua vez, para Bourdieu (1983), o *habitus* é o produto da posição e da trajetória social dos indivíduos, trata-se da história de vida incorporada, ou ainda da internalização ou incorporação da estrutura social. Nessa lógica, a prática das ações poderia ser definida como o resultado do aparecimento de um *habitus*, sinal incorporado de uma trajetória social. Bourdieu (1983) estende o sentido de capital para além do econômico, relacionando-o às dimensões cultural e simbólica. Abre, assim, espaço, como indicam Oliveira e Kulaitis (2017), para que operações de troca de investimentos e obtenção de lucros pudessem ser pensadas além dos limites econômicos.

Deste modo, busquei apresentar, num primeiro momento, os capitais fundamentais apresentados por Bourdieu (1983), sendo estes o cultural e o social e sua relação ao capital econômico e capital simbólico. Mas, sobretudo, compreender como os capitais podem ser perceptíveis em uma possibilidade plural, a depender da análise do espaço social. Isso se dá porque a proposta deste estudo está em reconhecer a possibilidade de subespécies de capital que podem ser produzidas dentro do espaço em que o homem ordinário realiza suas práticas.

Nesse sentido, a perspectiva de subespécies de capital deve ser percebida não somente como uma categoria dentre as espécies de capital, como utilizada nas análises de Bourdieu, mas sobretudo sob o olhar de um significado de inferioridade hierárquica presente neste termo, de tal modo que possa se aproximar da perspectiva de um capital que se distancia do “*glamour*” comumente atribuído ao sentido de capital, como pode ser percebido na citação de Bourdieu (2003, p. 147): “O capital pode ser autoridade universitária, prestígio intelectual, poder político, força física, segundo o campo considerado”.

Por fim, ao enredo bibliográfico, trataremos de apresentar como as teorias de Michel de Certeau e Pierre Bourdieu não se anulam, mas podem ser complementares, principalmente nessa questão dos capitais que o homem ordinário se utiliza no jogo do seu cotidiano de trabalho. A tentativa de articular os filósofos não é inédita. Estudos bibliométricos como de Faria e Silva (2017) e Machado, Fernandes e Silva (2017) indicam a produção científica nos estudos organizacionais que articulam as ideias de De Certeau no cenário nacional e internacional (KONG, 2006; YUK-KWAW NG; HÖPFL, 2011; WHITTINGTON, 2017), embora estes estudos não demonstrem profundidade às análises conceituais dos autores, apresentando-os de modo pontual.

Percebo que o principal ponto de tensão entre os autores está no distanciamento de suas compreensões sobre as táticas. Reconheço que, enquanto Bourdieu se interessa profundamente pelo que produz as práticas, em sua gênese, De Certeau interessa-se pela “maneira de fazer” das práticas, no modo como elas são realizadas. Tenho, assim, por intuito propor que essas abordagens não se anulam, mas se complementam, principalmente no que se refere à possibilidade de reconhecer subespécies de capitais.

Neste contexto surgem algumas questões: como podemos compreender as práticas de gestão que são comuns e cotidianas, que não ocorrem na maioria das vezes dentro de prédios industriais, como mencionam Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014), e que são realizadas por um homem ordinário (de modo geral sem qualquer conhecimento sobre administração)? Como podem ser compreendidos os capitais utilizados pelo homem ordinário, além de uma perspectiva econômica? Como poderíamos compreender esses espaços organizacionais no qual o homem ordinário está inserido e ali realiza uma gestão ordinária? E quando este espaço não é fixo, mas é livre e exerce uma mobilidade ambulante, na paisagem urbana da cidade? Como o homem ordinário resiste nesse sistema ordenado? Em meio a essas e tantas outras questões que borbulharam em minha mente, a próxima me pareceu a mais inquietante. Se, como indica Bourdieu (1989, p. 134-135), capital simbólico é “geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital”, como pode ser compreendido o capital simbólico do homem ordinário, tendo em vista sua relação de ser antagônica a isso, ao considerar sua invisibilidade, sua ausência de prestígio, reputação ou fama?

Assumo, assim, o seguinte problema de pesquisa: como emergem, no cotidiano da gestão ordinária de vendedores ambulantes em Maringá, capitais decorrentes de um específico

sistema de disposições, transmitidos, incorporados e gerados a partir da experiência de vida e de suas práticas, em seus espaços de trabalho?

Com isso, quero chamar a atenção de pesquisadores, professores, estudantes, curiosos da área de gestão, e outros que possam se interessar, para o reconhecimento de que, se há uma gestão ordinária, também há de se considerar que esses agentes fazem a gestão de um capital simbólico, que pode ser reconhecido em meio a uma pluralidade de capitais, mesmo que ilegítimos aos olhares dominantes.

O homem ordinário, portanto, ao gerir seu negócio, de modo consciente, por um “saber não sabido”, gere também um capital que assume caráter ordinário, na forma de uma subespécie de capital. Defendo, assim, a possibilidade de reconhecer capitais decorrentes de um específico sistema de disposições, transmitidos, incorporados e criados astutamente pela mulher e pelo homem ordinário. Levo em consideração as experiências desses indivíduos, ao utilizarem desse modo de gestão para sobreviver no meio em que estão inseridos, de modo mais específico nesta tese, na paisagem urbana da cidade.

Portanto, na tentativa de discutir essa proposição e responder a esse questionamento, o meu objetivo de tese é compreender como emergem, no cotidiano da gestão ordinária de vendedores ambulantes do município de Maringá, subespécies de capital simbólico. O desdobramento desse objetivo resultou nos seguintes objetivos específicos:

- a) Conhecer e vivenciar as práticas cotidianas de trabalho de vendedores ambulantes no município de Maringá - PR.
- b) Compreender os *habitus* dos usuários da gestão ordinária, por meio da descoberta de suas experiências de vida e as principais estruturas estruturantes que agem sobre estes.
- c) Compreender o local das práticas cotidianas dos vendedores ambulantes no município de Maringá – PR, como um microcampo simbólico comercial.
- d) Reconhecer e descrever possíveis subespécies de capitais presentes na gestão ordinária de vendedores ambulantes no município de Maringá - PR.

A seguir, comento como me apropriei do método etnográfico para alcançar estes objetivos.

Num primeiro momento realizei saídas exploratórias, observando os trabalhadores de rua que habitam o espaço territorial urbano no município de Maringá – PR. Tomei notas de campo e fiz o registro de imagens e de diários de campo. Como recorte de pesquisa, adotei a possibilidade do espaço físico territorial, ao qual justifico a possibilidade de simbolicamente constituir um microespaço social do comércio ambulante no município.

No capítulo de caminhos metodológicos, apresento três tópicos com a proposta de percebermos os elos entre as ferramentas teóricas de Michel de Certeau e Pierre Bourdieu e o método etnográfico. Assim, no primeiro tópico esclareço o delinear do campo empírico pautado na abordagem metodológica de Bourdieu em três eixos: o reconhecimento do fenômeno, a análise do campo e a reflexividade, indicados por Grenfell (2018). Apresento também possíveis esclarecimentos aos questionamentos trazidos pela contribuição do Professor Denis Alves Perdigão, no parecer de avaliação do meu ensaio teórico.

No segundo tópico, apresento a ótica de análise da proposta etnográfica na perspectiva interpretativista de Geertz (2015) e as especificidades de uma abordagem da etnografia urbana (MAGNANI, 1996; 2002; CORDEIRO, 2010; OCEJO, 2013a; 2013b; FERRO *et al.*, 2016).

Pelo exemplo das piscadelas¹ de Geertz (2015), podemos refletir os inúmeros significados que uma ação pode ter, sendo necessário para compreensão desses inúmeros significados uma “descrição densa” pelo método etnográfico que permitirá compreender as intenções e contextos dessas ações. Quanto à abordagem da etnografia urbana, sua principal contribuição se faz ao focalizar no local onde as práticas acontecem, o meio urbano, em acordo ao local nos quais os vendedores ambulantes realizam suas práticas cotidianas de trabalho. Assim, este homem ordinário pode ser percebido em sua atividade, contrária a análises que se focam à massificação da urbanização sem considerar os que habitam, criam e inventam ações astuciosas, impossíveis de gerir, em um meio programado no controle da urbanização.

Por fim, no capítulo metodológico, esclareço aspectos sobre o desenvolvimento da pesquisa. Por conseguinte, no próximo tópico intitulado de entrada no campo, reflito as saídas exploratórias, abordagem, escolha dos agentes, o acompanhamento ou ainda sombreamento de suas práticas de trabalho.

¹As piscadelas referem-se à narrativa de um exemplo apresentado por Geertz (2015) sobre as diferentes interpretações que um piscar de olhos pode significar. O exemplo é descrito no capítulo 5 - Caminhos metodológicos.

O tópico seguinte refere-se ao início das análises e discussões. Intitulado de Avenida Brasil, constitui um microespaço social simbólico do comércio ambulante no município. Isso tendo em vista que para reconhecer essas subespécies de capital, inventadas em um cotidiano por uma “arte de fazer”, é preciso primeiramente adentrar o espaço ao qual esse homem ordinário está inserido, compreendendo suas interações com o espaço e relações de poder. A sequência do tópico descreve a gestão ordinária das subespécies de capitais simbólicos, concluindo o tópico por um remate teórico metodológico, no qual detalho qual a percepção de (re)significação dos capitais simbólicos ao seu polo fraco se entrelaça à realidade de empreendimentos de subsistência.

Perceberá o leitor, também, que por momentos trarei ao texto a transparência de como cheguei àquele pensamento, trazendo a partilha de memórias e experiências pessoais e acadêmicas. Faço esse exercício, pois ao ler algo sempre me questiono: como esse autor chegou a essa ideia? O que desperta em mim curiosidade sobre o ser do autor/pesquisador. Se demasiado pessoal ou pouco acadêmico lhe parecer, apenas ignore essas colocações. Na minha perspectiva, elas se justificam por auxiliarem no meu processo de reflexividade. Posto isso os convido a iniciarmos essa caminhada. Vamos?

2 CAMINHOS DO COTIDIANO

*Eu quero ir correndo pelo mundo,
onde vou viver como uma criança perdida;
Eu tomei o ânimo de uma alma errante
depois de ter espalhado toda a minha propriedade.
É tudo de mim, se eu vivo ou morro,
é suficiente para eu ter Amor.*

Jean-Joseph Surin (*Trecho do poema escolhido
por Michel De Certeau, para ser lido em seu funeral em 1986*)

O primeiro desafio neste tópico é tentar compreender e apresentar a lente teórica de Michel de Certeau. Comento como desafio, pois trata-se de um autor que “mantém-se indecifrável” (GIARD, 2012, p. 10). Assim, não desejo minimizá-lo ou propor verdades, mas, sobretudo, tentar nos aproximar para compreender a sua visão.

Para isso, primeiramente busquei conhecer um pouco de sua história e algumas de suas experiências. Tentarei nesta tese relatar pontos que possam nos auxiliar nesta caminhada. Trata-se de percorrermos os caminhos que trilhou De Certeau, conhecendo alguém que preza por liberdade, que se coloca em constante movimento, apresentado por Dosse (2002) como “um caminhante ferido”.

Na tentativa de mergulhar na lente teórica de Michel de Certeau, primeiramente apresento o autor, de modo pontual e biograficamente. Mas, além disso, busco compreender algumas experiências as quais esse autor possa ter vivenciado. Assim, num segundo momento apresento o contexto histórico social francês no qual De Certeau inicia suas publicações em um “novo papel social” (GIARD, 2012, p. 11).

Num terceiro instante, proponho a reconhecer não as principais, pois não pretendo julgar quais de seus muitos estudos podem ser ditos como principais, sendo isso flexível a qual encontro se deseja ter com o autor, mas antes, de modo particular, apresento as contribuições teóricas percebidas de encontro à possibilidade de compreensão dos fenômenos relacionados aos estudos organizacionais.

Michel de Certeau, filósofo, jesuíta, historiador, antropólogo. Nasceu em 1925, em Chambéry, Sabóia, filho de uma tradicional família nobre francesa. Cresceu sob uma rigorosa

educação e passou o início de sua vida na intimidade de seus livros, sem muitos contatos com os colegas da escola (FÜSSEL, 2018). Esse comportamento iria mudar ao longo de sua vida.

Formou-se em letras clássicas aos 19 anos e, no anseio de tornar-se missionário na China, ingressou para Companhia de Jesus em 1950, sendo ordenado sacerdote em 1956. Num primeiro momento, De Certeau dedica-se fundamentalmente a estudos relacionados à religião, dedicando grande parte de seus estudos a acompanhar Jean–Joseph Surin, místico jesuíta, para então, a partir de 1968, como indica Giard (2012), transpor um marco de ruptura quanto à abordagem de seus estudos, não mais dedicando-se essencialmente aos estudos relacionados à religião, embora nunca tenha rompido os vínculos com a Companhia (DOSSE, 2002).

Dentro de sua ordem jesuítica, De Certeau tinha uma imagem radical, pois parecia transitar entre fronteiras, em uma prática pluralista de polarização da fé. Ou seja, De Certeau transita entre extremos, não se posiciona fixamente, recusa-se a uma uniformidade. Ao passo que os membros mais velhos da Companhia temiam um completo abandono da autoridade eclesiástica, os mais jovens viam um modelo em De Certeau a ser seguido, um caminho para orientar-se (FÜSSEL, 2018). Essa última também é minha perspectiva.

De Certeau se encontra com a história e vem a se tornar um historiador magistral, como menciona Giard (2012). A autora ainda relata que, não contentando-se, De Certeau vai ao encontro da psicanálise de Jacques Lacan e com a linguística ao participar de seminários em Paris e encontros anuais na Itália. Vale lembrar a relação que existe entre essas disciplinas, na qual a psicanálise se “materializa” nas estruturas enunciativas da linguagem.

Giard (2012a, p. 8) afirma que De Certeau assume a multiplicidade, permitindo o encontro das disciplinas e dos métodos: “Associa à história e à antropologia os conceitos e os procedimentos da filosofia, da linguística e da psicanálise”.

Em 1967, De Certeau sofre um acidente de carro no qual sua mãe morre e ele perde a visão de um de seus olhos. Contudo, ao que parece, esse contexto apresenta o início de um novo recomeço. Em 1968, De Certeau passa a caminhar por um novo campo de pesquisa. Giard (2012; 2012a) menciona que a partir de 1968 nasce um novo papel social para De Certeau, que de modo surpreendente passa analisar, ao vivo, o turbilhão dos acontecimentos de 1968 na França.

Assumo neste contexto que De Certeau não mais passa a buscar conhecer um invisível místico, mas passa a “enxergar” nitidamente um invisível que acontece no movimento cotidiano. Observamos, como indica Giard (2012), que nesse período De Certeau passa em sua caminhada a um novo campo de pesquisa. Assim, identifico um processo de descontinuidade pelo qual o autor transitou.

Noto pertinente retomar esse contexto do ano de 1968, tendo em vista que buscamos nos aproximar da imersão de De Certeau naqueles acontecimentos, relembando o que ele vivenciou naquele ano, de modo particular, ao denominado movimento de maio de 1968 na França.

Embora o evento tenha seu marco em maio de 1968, Dosse (2002) observa que De Certeau, desde o início de 1968, em fevereiro, já se reunia com as lideranças estudantis no campus da Universidade de Nanterre, incluindo Daniel Cohn-Bendit, naquele momento com 23 anos de idade, considerado um dos grandes líderes da revolução estudantil. Vale lembrar que estamos tratando de uma França hierárquica e conservadora, na qual mulheres não possuem o direito de abrir uma conta bancária e estudantes masculinos são proibidos de frequentar os dormitórios femininos.

Dosse (2002) revela que De Certeau, nesse momento, é redator da então revista de *Études*, um periódico mensal, publicado pela Companhia de Jesus. A revista irá dar total apoio ao movimento. Portanto, desde fevereiro os artigos passam a ser preparados com antecedência para serem então publicados na edição de maio. A fama desses textos iria fazer vir a seu encontro diversos convites para colaborar em pareceres, pesquisas e reflexões. Um de seus artigos mais famosos chega a aproximar o movimento de maio de 1968 à queda da Bastilha em 1789.

O protesto dos estudantes levou a uma greve geral e todo o país mergulhou em uma crise. A influência do movimento transitou em outros países da Europa (Alemanha, Itália, Checoslováquia), e em proporções mundiais (Estados Unidos, México, Japão). Muitos intelectuais, como Henri Lefebvre e Hannah Arendt, passaram a comentar o acontecimento. De Certeau, no entanto, não se limita a uma análise teórica, e envolve-se na possibilidade de uma reforma do sistema de ensino, como indica Füssel (2018).

Percebemos que De Certeau passa a analisar e compreender de modo pleno a força da expressão da contradição, da disputa, do conflito necessário. A capacidade criadora que se anuncia neste mês de maio desperta-lhe um entusiasmo, mas não desprovido de lucidez. Para Giard (2012, p. 12), “Maio de 1968 deixa Michel de Certeau intrigado, ‘tocado’, ‘alterado’, segundo seus próprios termos”.

A análise dada por De Certeau “é a de um movimento que se opõe frontalmente ao anonimato progressivo de uma sociedade de consumo” (DOSSE, 2002, p. 159). Esse evento demonstra a possibilidade de rompimento de cercas de confinamento, o desejo e a possibilidade de “ir a outro lugar”.

Cabe lembrar que, no caminho para chegar a maio de 1968, Michel de Certeau tinha também percorrido alguns caminhos em países na América Latina. Em 1967, De Certeau foi à Venezuela, Chile, Argentina e ao Brasil. De Certeau encontra o Brasil sob um regime de ditadura militar desde o golpe de abril de 1964. Em Belo Horizonte, fica hospedado por duas semanas na casa do padre jesuíta C. Henrique de Lima Vaz, que o encaminha a visitas nas cidades de Ouro Preto e Mariana. De Certeau deseja conversar com as pessoas e aprender alguma coisa da cultura popular das velhas cidades coloniais. No Rio de Janeiro, De Certeau observa as práticas diárias da missão católica instalada no meio das favelas, na conhecida “favela dos cabritos” (DOSSE, 2002). Essas experiências serão brevemente reconhecidas em suas futuras publicações.

Giard (2012) esclarece que o sucesso das reflexões e artigos publicados a partir de maio 1968 abre oportunidade para que De Certeau receba diversos convites de distintos círculos intelectuais e sociais. Ele foi, assim, reconhecido para além de seu círculo de historiador e das redes cristãs. Em 1974, é convidado por um órgão público a realizar uma pesquisa sobre os problemas de cultura e sociedade. O fruto dessas reflexões é o exemplar “Cultura do plural”.

Segundo Füssel (2018), em sua obra *Cultura do Plural*, De Certeau não realiza uma mera descrição e interpretação, mas há um anseio peculiar por influenciar a política cultural. Nesse sentido, De Certeau criará um vínculo de interesse não pelos produtos culturais, mas pelas operações práticas dos seus usuários que dão vida à cultura. Como aponta Giard (2002, p. 13), “ele retornará aos trabalhos ulteriores de esclarecer os caminhos sinuosos que se percebem nas astúcias táticas das práticas ordinárias”.

Assim, o programa de pesquisa e seus textos reunidos darão desdobramento à obra *A invenção do Cotidiano*. Reconheço que, nesse segundo momento de De Certeau, a história para o autor não está pautada no passado, mas acontece no agora. De Certeau passa a teorizar e busca compreender a realidade, a partir da vida cotidiana. De Certeau (2012) posiciona que, por meio da escuta das narrativas, o saber e a teoria se constituirão a partir do fazer, sobretudo o modo como são anunciados esse fazer, a história se dará por meio de um “saber-dizer” sobre as “artes de fazer”, assim como fidelizar seu interesse nas operações dos usuários da cultura e não pelos produtos culturais.

Mas quem são esses usuários, consumidores apresentados por De Certeau (2002; 2012)? E como podem ser compreendidas estas “artes de fazer”?

A obra *A invenção do Cotidiano* é dedicada ao homem ordinário. Compreendo que este também é o usuário e consumidor que De Certeau comenta ao longo da obra. Como o autor pretende narrar práticas comuns, precisa também deixar claro que seu olhar está para um homem ordinário, um homem comum, um herói comum e anônimo, apresentado por De Certeau (2012, p. 56) como se tratando de “uma multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos tornando-se a linguagem móvel de cálculos e racionalidades que pertencem a ninguém”.

A partir da leitura de De Certeau (2012), podemos reconhecer que o homem ordinário não é reconhecido por títulos, por seu nome ou sobrenome. Para reconhecê-lo é preciso olhar no meio do todo e dar um *zoom* para percebê-lo. Está em meio aos figurantes, não ocupa um lugar ou papel principal, seu rosto é desconhecido. Os homens ordinários são apenas aglomerados em uma única peça, não são percebidos em sua individualidade.

Compreendo que os homens e mulheres ordinários caminham diariamente pelas ruas em grande quantidade, mas em meio ao aglomerado se tornam quase invisíveis. Configuram-se como que codificados, “rios cifrados da rua” (DE CERTEAU, 2012, p. 12) até que sejam percebidos por lentes como a de De Certeau.

De Certeau (2012) caminha entre Freud e Kant, quando apresenta em sua obra o homem ordinário. De Certeau (2012, p. 59) comenta que

Freud estabelece um contrato com o “homem ordinário” e conjuga o seu discurso com a multidão cujo destino comum consiste em ser ludibriada, frustrada, forçada ao trabalho cansativo, submetida portanto à lei da mentira e ao tormento da morte.

No entanto, De Certeau (2012) nos demonstra que o homem ordinário é capaz de inventar o cotidiano com infinitas maneiras diferentes, com maneiras de fazer criativas e astuciosas, fugindo das ordens estabelecidas.

De Certeau (2012) preocupa-se em não fechar as possibilidades para esse homem ordinário, indicando que Kant apresenta o homem ordinário em uma de suas peças em três atos. Nela, o homem ordinário é apresentado em três personagens, o negociante, o político e o cidadão comum. Mas, sobretudo, De Certeau (2012, p. 139) indica que

Aqui importa, mais que essas variações, o princípio de um acordo formal das faculdades no ato de julgar. Este não é localizável nem no discurso científico, nem numa técnica particular, nem numa expressão artística. É uma arte de pensar da qual tanto dependem as práticas ordinárias como a teoria. Como a atividade do equilibrista na corda, tem efeito ético, estético e prático. Não é de se admirar que uma arte organize os discursos que abordam práticas a título de teoria, por exemplo, os de Foucault ou de Bourdieu.

Assim, compreendo que o autor não deseja minimizar um conceito fechado do que vem a ser o homem ordinário, ele não caberia em uma definição. Antes, coloca-se a pensar sobre ele, e, sobretudo, sobre suas práticas.

A partir de Kant, De Certeau (2012) assemelha o homem ordinário a um artista que caminha e dança em uma corda bamba. Esse artista precisa recriar-se a cada passo, a cada ação renova seu equilíbrio. Nessa arte de fazer “o próprio praticamente faz parte do equilíbrio que ele modifica sem comprometê-lo” (DE CERTEAU, 2012, p. 136). Logo, De Certeau (2012) comenta que não pode ser resumido a um saber fixo como o de um ilusionista, que, ao passo em que se aprende um truque, basta reaplicá-lo.

De tal modo, percebo que o homem ordinário pode constantemente ser reinventado a partir da compreensão de suas interações. Essas interações acontecem com o outro no cotidiano e desenvolvem-se de maneiras distintas, nas “maneiras de fazer”. A seguir, trataremos como as maneiras de fazer são apresentadas por De Certeau (2012).

2.1 MANEIRAS DE FAZER: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS

Sobre as “maneiras de fazer”, De Certeau (2012) percebe que essas acontecem na forma de táticas e estratégias. Ao apresentá-las, De Certeau (2012) transita de referências linguísticas a uma referência polemológica (estudo das guerras), de modo que as “maneiras de fazer” criam um jogo e também um espaço de jogo. Para De Certeau (2012, p. 97), “trata-se de combates ou de jogos entre o forte e o fraco, e das ‘ações’ que o fraco pode empreender”. Essa questão será chave para compreendermos o olhar de De Certeau (2012) para o fraco em meio às relações de poder.

Num primeiro momento, aproximamo-nos das referências linguísticas, que nos auxiliam a compreender num segundo instante sua perspectiva de guerra por meio das táticas e estratégias.

De Certeau (2012) explica haver espaços construídos, pré-fabricados, com uma determinada ordem estabelecida segundo a organização desse sistema, assim como a língua. Mas sobretudo, apresenta-nos a produção de “linhas de erre” de que fala Fernando Deligny, educador francês, referência na educação especial. De Certeau (2012, p. 91) menciona que “Produtores desconhecidos, poetas de seus negócios, inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista, os consumidores produzem uma coisa que se assemelha às ‘linhas de erre’”.

O termo francês “linhas de erre”, quando remetido à linguagem, pode ser compreendido como aquilo que passaria despercebido se estivéssemos atentos apenas aos padrões de linguagem e de interação já conhecidos, desconsiderando, por exemplo, expressões de linguagem não verbais. Ou ainda, como coloca De Certeau (2012), frases imprevisíveis, aleatórias, não coerentes a uma determinada organização. Entretanto, não devem ser compreendidas como um erro.

Quando o autor menciona que trajetos são criados em meio à selva da racionalidade funcionalista, percebemos que não há um distanciamento dos agentes, mas um combate ao mesmo espaço. A trilha é construída dentro do espaço em disputa.

De Certeau (2012, p. 92) comenta que “essas ‘trilhas’ continuam heterogêneas aos sistemas onde se infiltram e onde esboçam as astúcias de interesses e de desejos diferentes”. Notamos, portanto, que essas trilhas estão infiltradas e são desenhadas de modo astucioso, com interesses e desejos diferentes aos preestabelecidos por uma ordem. Essas “trilhas” ainda possuem outra característica: o constante movimento, não são uniformes ou fixas. De Certeau (2012, p. 92) indica que “elas circulam, vão e vêm, saem da linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes de um mar que se insinua entre os rochedos e os dédalos de uma ordem estabelecida”.

De modo similar, percebo que se trata dos caminhos trilhados pelas nascentes de um rio. Que ao emergirem do subsolo, por meio de fissuras do terreno, vão trilhando caminhos, utilizando dos próprios elementos do terreno, contornando obstáculos, com movimentos diferentes, não se desenhando de modo linear.

Na referência polemológica, essas “linhas de erre” podem ser reconhecidas como as táticas, enquanto a ordem determinada por um sistema como a língua, as estratégias. Precisamos, então, reconhecer suas diferenças. De Certeau (2012, p. 93) esclarece:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado.

É possível notar, então, a princípio três particularidades que constituem a estratégia: um caráter calculista; um sujeito de querer e poder; e a possibilidade de isolamento em um “lugar”.

Em meio às relações de força, as estratégias possuem o domínio de um poder. Esse poder é reconhecido, é visível e, logo, capaz de ser calculado, balizado, manipulado. Como indica De Certeau (2012), há um sujeito de querer e poder por trás das estratégias, um sujeito também concreto, visível, que por seu poder consegue ser isolado. Mas isolado onde?

De Certeau (2012) nos conduz a refletir que esse sujeito, isola-se em um “lugar”, sua estrutura exige um lugar, não necessariamente físico, embora possa ser. Mas um “lugar” próprio, uma base, onde consegue gerir, manipular suas relações com a exterioridade de alvos ou ameaças. Local este estruturado onde com seu poder “dá as cartas”, determina as ordens, as regras de seu sistema. Como uma base de controle em uma guerra.

Nesse sentido, “a instauração de um corte entre um lugar apropriado e seu outro é acompanhada de efeitos consideráveis [...]” (DE CERTEAU, 2012, p. 93). São três os efeitos delineados por De Certeau (2012): o “próprio”; a prática panóptica e o poder do saber. Assim, é possível compreendermos esses efeitos como vantagens de uma superioridade.

De Certeau (2012) nos indica que o “próprio” se constitui por esta base em que é possível acumular vantagens conquistadas, esse ponto de gestão para preparar expansões, obtendo para si um lugar ordenado por si, uma independência em relação às instabilidades das ocasiões. “O ‘próprio’ é uma vitória do lugar sobre o tempo” (DE CERTEAU, 2012, p. 94). Portanto, a constituição localizada de um “próprio” permite o domínio do tempo, ao passo que dá vantagem para o planejamento em longo prazo, diferentemente da tática, que aparentemente terá o tempo como seu aliado de imediato, como veremos posteriormente.

De Certeau (2012) menciona que a prática panóptica é também um domínio. O domínio do lugar pela vista. Como uma torre de controle. Por meio da prática panóptica é possível posicionar-se estrategicamente, ver longe, sendo um local de onde se pode observar, na verdade mais que isso, se pode vigiar, controlar as ações de possíveis inimigos, mesmo estando longe desses. Portanto, é possível antecipar-se ao tempo, pelo domínio da espacialidade.

Quanto ao efeito do poder saber, De Certeau (2012, p. 94) menciona que “é mais exato reconhecer nessas ‘estratégias’ um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio”. De Certeau (2012) defende que o poder é preliminar a este saber. Portanto, ter o poder desse lugar próprio possibilita que um saber específico se produza neste lugar. E esta vantagem de modo similar pode ser retratada pelas estratégias militares ou científicas, que conseguem com sucesso ser implantadas a partir da constituição de campos próprios. Logo, é também um efeito de vantagem construído a partir do poder desse lugar próprio, que uma vez legitimado este saber, dá sustentação à estrutura desse lugar.

Por outro lado, temos as táticas. Estas não possuem um “próprio”. De Certeau (2012, p. 94) chama de tática “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. [...] E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”. O lugar da tática é o lugar do outro.

A ausência desse próprio dá o caráter distintivo entre as estratégias e as táticas. É a principal particularidade da tática e por onde os demais elementos se apresentam. Por não possuir um lugar de seu domínio, a tática utiliza-se dos elementos já existentes. Precisa jogar nas regras e nas condições impostas pelo outro, como diz De Certeau (2012), com terreno que lhe é imposto.

Nesse sentido, De Certeau (2012) considera que o caráter de cálculo da tática não se refere à possibilidade de manipular ou calcular um poder reconhecido, pois há uma ausência de poder na tática. O cálculo estratégico da tática está em sua ação. Uma ação realizada golpe a golpe, lance a lance, operando passo a passo dentro do campo do inimigo, uma vez que não possui uma base própria. Há, portanto, um não lugar, onde as táticas agem.

De Certeau (2012) esclarece que a ação tática é uma ação de astúcia, que é possível essencialmente pela mobilidade desta ação. Aproveita as ocasiões, precisa das ocasiões para se movimentar. E capta as possibilidades oferecidas por um instante para agir, uma vez que não terão possibilidade de capitalizar vantagens conquistadas. A tática pode ainda ser comparada a uma ilusão de sentidos quanto aos atos, que como num ilusionismo aparecem e desaparecem surpreendentemente dentro de uma determinada ordem. Portanto, a tática utiliza das falhas do poder para agir. Possui um caráter de invisibilidade e assim consegue estar onde ninguém espera. Trata-se da arte do fraco, é uma “maneira de fazer” do fraco.

De Certeau (2012) assimila ainda essa “arte de dar golpes” a uma perspectiva da psicanálise, comparada a chistes.

Mediante procedimentos que Freud precisa a respeito do chiste, combina elementos audaciosamente reunidos para insinuar o *insight* de outra coisa na linguagem de um lugar e para atingir o destinatário. Raios, relâmpagos, fendas e achados no reticulado de um sistema, as maneiras de fazer dos consumidores são os equivalentes práticos dos chistes (DE CERTEAU, 2012, p. 95).

Freud (2017) explica que os chistes representam uma rebelião contra uma autoridade, uma liberdade da pressão por ela exercida, como o sentido das caricaturas que expressam sua astúcia em dizer de um poder o que é não é legítimo dizer sem a ilusão do humor.

Em suma, compreendo que os efeitos de vantagens característicos das estratégias: próprio, prática panóptica e poder do saber, não podem ser percebidos nas táticas, pela ausência de um lugar que é o que condiciona todos os efeitos anteriores às estratégias.

Quanto ao próprio, a partir das leituras de De Certeau (2012), compreendo que na estratégia há uma vitória do lugar sobre o tempo. Na tática, o tempo presente é aliado, na resistência contra o lugar. Isso se relaciona à mobilidade essencial da tática. O fato de não ter uma base permite que a tática possua mobilidade e a astúcia em suas ações.

Desse modo, podemos notar que pela tática movimentar-se dentro do campo do outro não possui, portanto, uma prática panóptica, pois não se posiciona à distância. Pelo contrário, está intrínseca ao seu inimigo, posiciona-se corpo a corpo. Logo, não possui o domínio de uma visão privilegiada pela distância, ou a possibilidade de um planejamento a partir de seu ponto de controle.

Vale notarmos que, na ausência de lugar da tática, esta determina-se também pela ausência de poder. Neste sentido, pela ausência de poder, de conquistar para si próprio um lugar, a tática também não terá um saber específico, legitimado, ou ainda lugares teóricos. Contudo, seu saber poderá ser reconhecido pela criatividade e astúcia de seus atos, tratam-se portando de um “saber-fazer cotidiano” (DE CERTEAU, 2012, p. 138).

Foi possível observar como De Certeau (2012) caminha por uma multiplicidade de conhecimentos para descrever as estratégias e as táticas. Caminha pela linguagem, nos leva ao encontro do campo de batalha e traz perspectivas da psicanálise. Todos esses saberes o auxiliam a dar significados a essas maneiras de fazer.

Quando olhamos apenas para o já estabelecido por uma ordem, somos iludidos a uma transparência das generalizações. Corremos, assim, o risco dessas “maneiras de fazer” não serem reconhecidas, uma vez que, para resistirem, precisam se camuflar em meio a esta ordem generalizada.

No tópico seguinte, vamos caminhar brevemente por uma apresentação de um novo perceber sobre a gestão nos estudos organizacionais, a gestão ordinária.

2.2 A ARTE DE FAZER GESTÃO DO HOMEM ORDINÁRIO: GESTÃO ORDINÁRIA

Devem ter percebido que o termo gestão ordinária se faz presente ao contexto desta tese. Porém, o conceito de gestão ordinária não é abordado ou estudado na grade curricular da área de administração, e tampouco tem seu conceito difundido. Contudo, opto por utilizar o termo ainda que pouco conhecido por acreditar na necessidade de valorizarmos uma produção nossa, essencialmente brasileira, que tem tentado demonstrar de um modo peculiar uma forma de gestão que acontece no cotidiano de pequenos negócios, mas que tantas vezes passa invisível aos estudos organizacionais.

Ao utilizar o termo gestão ordinária, assumo a perspectiva defendida por Carrieri (2014, p. 52) do esforço de ressignificar o pensar sobre a gestão, ao passo que

[...] pensar sobre a gestão como ordinária, mas política, é buscar expandir as possibilidades do que significa gerir, gestão, Administração, não esquecendo que são termos, categorias, um lugar de disputas políticas. Desconstruir o termo e seus usos é deslocá-los dos contextos dominantes nos quais foram dispostos como instrumentos de poder. É questioná-lo. É até mesmo questionar nossa prática de ensino, de coordenação de um grupo de pesquisa, nosso lugar de saber-poder.

Esse termo começou a ser discutido na tese para professor titular defendida pelo Professor Alexandre de Pádua Carrieri na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2012. Após a defesa, o conceito de gestão ordinária (CARRIERI, 2012) passou a ser desenvolvido por ele e por outros integrantes do NEOS (Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade) da UFMG em diversos artigos. O estudo, intitulado “A gestão ordinária e suas práticas: o caso da cafeteria Will Coffee”, publicado em novembro de 2018, possivelmente se tornará referência a estudiosos que venham a se interessar pela temática. Carrieri *et al.* (2018) aparentam intenção de traçar contornos ao termo gestão ordinária, contribuindo para o entendimento do conceito gestão ordinária. Assim, trazem por vários momentos referências do que é a gestão ordinária, ao que se refere, quem a prática, ao que se opõe. Demonstrem, ainda, um caso prático que permite aprofundar e observar uma forma de perceber o conceito no cotidiano de um pequeno negócio familiar.

Carrieri *et al.* (2018), ao comentarem sobre os “sujeitos” envolvidos na gestão ordinária, deixam clara a perspectiva de um indivíduo comum, desestigmatizando nas palavras dos autores o papel de “super decisores” comumente atribuído aos indivíduos que gerem mesmo

um pequeno negócio. Para os autores, “Tal gestão é realizada pelas pessoas comuns, [...], com diversas formas de fazer e saber” (CARRIERI *et al.*, 2018, p. 2). Em complemento, podemos retomar os exemplos de Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014) que cita entre os sujeitos destes negócios o artesão, o vendedor ambulante, o lojista, feirante.

Podemos perceber que, nesta perspectiva, o capital acadêmico, a formação, o conhecimento legitimado academicamente, ou os modelos de gestão comumente difundidos por meios de autores renomados no campo da administração como Peter Drucker e Michael Porter, ou ainda os propulsores, Henry Fayol e Frederick Taylor, da conhecida “teoria clássica da administração” pouco contribuem para explicar a arte e o modo de fazer gestão neste contexto de trabalho do cotidiano de pequenos negócios. Negócios comuns, ordinários, que não acontecem nas grandes organizações, constituídos com expressivos investimentos de capital econômico.

O caso prático permite ainda notar que mesmo modelos como CANVAS² utilizados por organizações voltadas para a atenção a micro e pequenas empresas como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), não transparecem a “maneira de fazer” da gestão ordinária. Como reconhecido no estudo de Carrieri *et al.* (2018), a gestão ordinária paira o espaço intuitivo, ou ainda como percebo com base em De Certeau (2012) um “saber não sabido”.

Embora Carrieri *et al.* (2018) não façam direta referência, neste estudo sobre o caso da cafeteria, compreendo relevante reforçar que o estudo da gestão ordinária tem sua essência diretamente relacionada ao reconhecimento e dedicação de De Certeau (2012) ao homem ordinário e suas práticas, como faz notar a primeira apresentação do termo defendida por Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014, p. 700),

Procurando entender a interação social, histórica e cotidiana dos sujeitos, de suas famílias e de seus negócios nos espaços coletivos das cidades, que anteriormente foram nomeados no texto como espaços de passagens, defende-se a realização de pesquisas que busquem entender o que aqui se denomina, com base nas ideias de De Certeau (1994), de gestão ordinária – aquela que se faz no cotidiano dos negócios ordinários, dos pequenos negócios e é uma prática social e cultural formada por uma pluralidade de códigos, referências, interesses pessoais e relacionais.

² Canvas (Business Model Canvas) é conhecido como uma ferramenta de planejamento estratégico. O objetivo é o empreendedor criar modelos de negócios utilizando o Quadro como um guia de hipóteses a serem validadas. Este tem sua referência no livro *Business Model Generation* de Osterwalder e Pigneur (SEBRAE, 2013).

Não tenho por intenção “encaixotar” o conceito de gestão ordinária, mas o apresento, no quadro a seguir, apenas como um recurso visual de reconhecimento ao que se refere a gestão ordinária, e ao que este conceito não se refere. Este quadro foi elaborado essencialmente a partir das definições do conceito de gestão ordinária apresentadas por Carrieri *et al.* (2018).

Quadro 1 – Conceito de gestão ordinária

GESTÃO ORDINÁRIA	
O conceito de gestão ordinária refere-se a:	Ao que o conceito de gestão ordinária não se refere:
<ul style="list-style-type: none"> • Uma crítica aos modelos gerenciais dominantes de gestão (<i>mainstream</i> do <i>management</i>); • Uma crítica à visão funcionalista das organizações, por vezes distantes da realidade concreta dos executores; • Uma forma de “olhar”, de perceber, analisar, reconhecer e recuperar outras formas de gestão; • Um direcionar o olhar às maneiras de fazer gestão das pessoas comuns (homem ordinário); • Evidenciar as histórias e discursos dos “sujeitos” comuns (homem ordinário); • Evidenciar as estratégias e táticas cotidianas de sobrevivência do homem ordinário; • Perceber o homem ordinário como gestor e produtor de conhecimento; • Trazer à tona o cotidiano das organizações e de seus profissionais; • Evidenciar o cotidiano de negócios ordinários, pequenos e familiares; • Uma prática social e cultural realizada por pessoas comuns; • Pluralidade de códigos e referências; • Evidenciar a resistência aos processos aos quais as pessoas estão submetidas; • Utilizar-se da intuição; • Utiliza-se da criatividade; • Utiliza-se do instinto de sobrevivência; • Usar das emoções e sentimentos; • Estar mais próximo de uma racionalidade substantiva; • Valorizar a multiplicidade das individualidades; • Valorizar as experiências; • Valorizar as práticas; • Valorizar as redes de relações; • Valorizar os discursos e narrativas das pessoas; • Trabalhar os significados existentes nas narrativas; • Sugerir atenção à prática de todas as “minorias”. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não é um “modelo” alternativo de gestão; • Não se adequa a um modelo de gestão com parâmetros, procedimentos e diretrizes; • Não é um método formal de pesquisa; • Não despreza o conhecimento da pessoa comum (homem ordinário).

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Carrieri *et al.* (2018).

É clara, também, a preocupação dos autores em demonstrar ao que a gestão ordinária se opõe, em outros termos, ao que se distancia. Em ambos os estudos apresentados por Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014) e Carrieri *et al.* (2018), evidencia-se o distanciamento a um modelo gerencialista comumente abordado no *pop-management*, que detém uma perspectiva de racionalidade instrumental.

Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014, p. 700-701) indicam que “a razão instrumental é típica do capitalismo, pois é uma racionalidade que se volta para o aprimoramento da técnica, para o aumento infundável da produtividade”. Assim, os autores enunciam que diante da racionalidade instrumental são silenciadas, esquecidas ou não lembradas outras formas de racionalidades e conhecimentos.

Neste sentido, o estudo de Carrieri *et al.* (2018, p. 6) percebe que diante da gestão ordinária do caso Will Coffee “Não há planejamento, não há estudo, não há racionalidade instrumental típica do paradigma funcionalista”. Portanto, percebemos que os autores esclarecem que a gestão ordinária se opõe à rigidez dos modelos de gestão, às normas, condutas e ordens de procedimentos que são comumente apresentados como instrumentos indispensáveis para o alcance dos objetivos.

Ao se distanciar da racionalidade instrumental, Carrieri *et al.* (2018, p. 4) aproximam a gestão ordinária a uma racionalidade substantiva, “com o uso da intuição, da criatividade, do instinto de sobrevivência, das emoções e dos sentimentos mais próximos de uma racionalidade substantiva”.

Ao proporem o caso, os autores lembram que não têm por intenção generalizar o caso analisado. Esse ponto se torna relevante, pois percebo que por momentos, mesmo a gestão ordinária possa, por necessidade, por incorporação de diferentes *habitus* ao longo de sua trajetória de vida, por precisarem encontrar brechas em um sistema, por estratégias e táticas, também aproximar-se e utilizar-se de uma racionalidade instrumental. Isso tendo em vista que, por momentos, possam precisar se preocupar exclusivamente com os fins em si, os fins de resistência para sua sobrevivência.

Portanto, o uso da racionalidade instrumental pelo homem ordinário não estaria relacionado a uma intenção essencialmente ligada ao êxito econômico, por exemplo, mas sobretudo, por precisar lutar no campo em que está inserido, tendo por momentos a necessidade de suprimir os valores implícitos a uma racionalidade substantiva. Não tenho por intenção com esta colocação minimizar a possível predominância da racionalidade substantiva na prática da gestão ordinária, evidenciada no caso em análise de Carrieri *et al.* (2018), mas apenas deixar em aberto esta reflexão, em que, por momento, tendencio a considerar que diferentes contextos possam demonstrar diferentes formas de racionalidades em que o homem ordinário se utilize na prática de sua gestão ordinária.

Como faz lembrar De Certeau (2012), um equilibrista em linhas tênues. Ou seja, aquele que resiste por sua sobrevivência, com passos (im)precisos sobre as racionalidades, as linhas estruturais e a experiência vivenciada no cotidiano, por meio de práticas de uma gestão comum. Feitas estas considerações, a seguir caminhamos para a reflexão de uma pluralidade de capitais percebidas a partir da compreensão de capital de Pierre Bourdieu.

3 OS CAPITAIS EM PIERRE BOURDIEU

Proponho-me neste tópico apresentar algumas reflexões sobre o conceito de capital, compreendido a partir de Pierre Bourdieu. Tenho por intenção principal destacar suas possíveis abordagens distintas daquelas de um caráter exclusivamente econômico, reconhecendo as diferentes espécies de capitais que podem habitar distintos campos, assim como suas particularidades e características. Podemos, assim, utilizar da perspectiva de capital simbólico de Bourdieu para reconhecer as particularidades e características de subespécies de capitais que habitam as maneiras de fazer do homem ordinário, percebendo as estruturas e origens dessas práticas, em complementariedade à compreensão de como essas práticas acontecem, na visão de De Certeau.

Num primeiro momento, apresento de modo pontual a biografia de Pierre Bourdieu, para num segundo momento reconhecer como o autor compreende o conceito de capital. Contudo, este conceito, para ser compreendido, precisa ser minimamente articulado a dois outros conceitos do autor, campo e *habitus*.

Wacquant (2002), Grenfell (2008) e Valle (2007) nos auxiliam a compreender alguns elementos biográficos de Pierre Bourdieu (1930-2002). Grenfell (2008) nos indica que Pierre Bourdieu nasceu em uma pequena cidade francesa, uma aldeia denominada Denguin na região de Béarn, localizada em uma região rural do sudoeste da França. As origens de Bourdieu o vinculam a uma família de origem camponesa e de classe desfavorecida. Seu pai nunca concluiu os estudos e, antes de conseguir um trabalho nos correios, era um meeiro itinerante, um agricultor que trabalhava transitando de propriedade em propriedade.

Wacquant (2002) comenta que, durante os anos iniciais de estudo, Bourdieu estudou com os filhos de camponeses, operários e pequenos comerciantes em uma das vilas arcaicas da região. Em sua casa, a língua falada era gascon, uma língua regional atualmente considerada morta, menciona Grenfell (2008), enquanto na região em que Bourdieu passou sua infância a língua nativa era o occitânico, esclarece Wacquant (2002). Essa realidade de diversas linguagens relacionadas a uma vivência no interior francês foi de fato um incômodo a Bourdieu. Como indica Valle (2007, p. 121),

[...] o jovem bearnês (cujo sotaque provocava riso entre os colegas) realizou seus estudos, primeiramente, no Liceu de Pau (que marcou sua memória pela experiência vivida num edifício fechado, com corredores desertos e com ecos assustadores, onde se debatia para afastar a fatalidade de suas origens).

Valle (2007) explica que Bourdieu foi aluno bolsista durante sua trajetória universitária, conseguindo frequentar a conceituada Escola Normal Superior, destinada à formação da elite intelectual francesa. Valle (2007) nos faz refletir que o autor conseguiu galgar os mais altos degraus da hierarquia escolar e científica, mas manteve sempre para si um sentimento de ilegitimidade para com aquele meio.

Em 1954, Bourdieu formou-se em filosofia. Após lecionar por um ano em Liceu de Moulins, precisou ir para Argélia em 1955 para completar seu serviço militar como indica Grenfell (2008). Esse era o momento de uma guerra sangrenta dos argelinos pela independência contra a França. Posteriormente, Bourdieu foi enviado para Argel, onde realizou trabalhos administrativos e também lecionou na Universidade de Argel.

Grenfell (2008) nos indica como essas experiências foram desafiadoras, formativas e inspiradoras para Bourdieu. Da Argélia viriam os primeiros escritos de Bourdieu. *Sociologia da Argélia* (1958), *Trabalho e Trabalhadores na Argélia* (1963), *Desenraizamento, a crise da agricultura tradicional na Argélia* (1964).

Para Grenfell (2008, p. 17), “Em um sentido muito real, foi a experiência na Argélia que causou sua passagem da filosofia para a sociologia”. Pois nesse contexto, o autor pôde vivenciar uma sociedade tradicional em oposição ao mundo moderno, assim como os resultados que essa disputa teve aos envolvidos (GRENFELL, 2008).

Bourdieu também vivenciou a década de 60 em que se fazia presente o espírito de independência e resistência, principalmente entre os jovens. No período de 1968 na França, visitou universidades, falou em assembleias abertas. Nas décadas seguintes, o autor viria a “compartilhar pessoalmente entusiasmos e excitações do novo governo de esquerda” como indica Grenfell (2008, p. 22). Ao participar ativamente de comissões encarregadas por desenvolver planos de reforma, o autor passou a ser cada vez mais ativo politicamente (GRENFELL, 2008).

Bourdieu se posicionou sempre contra o neoliberalismo e Grenfell (2008) supõe seu sentimento de desapontamento, se não traição, quando o governo socialista se distancia de seus

princípios socialistas e passa a adotar políticas neoliberais. Grenfell (2008) demonstra que essa oposição pode ser constatada nas atividades e trabalhos de Bourdieu, como na obra *A miséria do mundo*, que apresenta relatos de “testemunhas” (estudantes, aposentados, agricultores, sindicalistas, imigrantes e trabalhadores em geral) do “sofrimento social” vivenciado da sociedade francesa, conseqüente das políticas econômicas neoliberais. A obra tornou-se *best seller* e Grenfell (2008, p. 18) cita que “A partir desse ponto Bourdieu ofereceu cada vez mais sua teoria e prática como um tipo de ‘filosofia para todos’, um modo de lidar com a vida contemporânea”.

Grenfell (2008) considera haver uma relação paradoxal quanto à pesquisa de Bourdieu e o sentido biográfico. O autor comenta que durante a maior parte de sua vida Bourdieu resistiu ao sentido biográfico tanto em relação à sua vida pessoal, quando não comentava detalhes de sua vida pessoal, como em termos de pesquisa biográfica. Bourdieu (1998a) apontou inclusive alguns pontos de reflexão crítica no artigo “A ilusão biográfica”, no qual reforça seu pensamento de perceber que os acontecimentos biográficos se definem no espaço social a partir das estruturas de distribuição das diferentes espécies de capital que transpassam o jogo do campo considerado. Assim, devia-se considerar na trajetória biográfica também os campos por quais os indivíduos transitaram e nos quais essas trajetórias se desenrolaram.

No entanto, Grenfell (2008) indica que ao final de sua carreira Bourdieu tornou-se mais aberto às perguntas referentes a como seu trabalho poderia de alguma forma relacionar-se à sua própria experiência de vida. De acordo com Grenfell (2008, p. 12), em fevereiro de 2001, em sua palestra final no Collège de France, “Bourdieu falou sobre a maneira como seu trabalho era uma espécie de ‘Auto-socioanálise’, como forma de dar sentido às forças sociais que moldaram sua trajetória de vida”. No mesmo sentido, Passegg (2014) defende uma “conversão” de Bourdieu à pesquisa de sentido biográfico, no qual caminha de uma crítica em “A ilusão biográfica” de 1998, para uma adesão na obra *A miséria do mundo* em 1993 até sua trajetória de “conversão” ao sentido autobiográfico na obra *Esboço de auto-análise* publicada em 2004, posteriormente à sua morte, embora o autor deixe claro não tratar-se de uma autobiografia.

Com isso, percebo que Bourdieu desvia-se de um sentido biográfico, num primeiro momento, para explicar e teorizar uma realidade sociológica, que acontece nas práticas sociais, culturais, políticas etc. O autor faz isso de um modo macroestrutural e na divisão dessas estruturas em diferentes campos. Então, num segundo momento, apropria-se do método

biográfico em conjunto à sua teoria, considerando e analisando as estruturas nas trajetórias biográficas.

Bourdieu parece utilizar de ocasiões, momentos e experiências de sua vida, seja em sua própria educação em sua vida acadêmica, ou na experiência de ir a uma guerra, para refletir e analisar a sociedade, tirando, de situações de aflição, a aprendizagem.

Assumo que aqueles que têm a oportunidade de conhecer os estudos de Bourdieu ganham a possibilidade de passar a compreender alguns dos significados de suas ações, e a perceberem de modo peculiar o meio em que estão inseridos. Como se, por um momento, os jogadores de um jogo de futebol pudessem se colocar como espectadores do jogo em que estão jogando. A partir do estudo de Bourdieu, percebo, como indica Grenfell (2008), que o autor tem seu ponto de partida primeiramente no fenômeno e nas práticas sociais, para num segundo momento constituir sua análise teórica, demonstrando como o estudo social não se realiza apenas por trás da mesa. E num segundo instante, quando constituídos teoricamente esses termos conceituais os quais Bourdieu chamava de ‘ferramentas de pensar’ (GRENFELL, 2008, p. 19), o autor busca compreender, explicar e esclarecer os processos sociais. Assim, percebo em Bourdieu um intelectual que consegue teorizar a partir das experiências e dos encontros cotidianos com as práticas sócias.

Nesse contexto, Bourdieu tem sido referência nos mais diversos campos e em uma multiplicidade de disciplinas acadêmicas, comenta Grenfell (2008). Suas ideias são aplicadas nas mais diversas problemáticas, entre elas as dos estudos organizacionais, como por exemplo, nos trabalhos nacionais de Candido *et al.* (2018); Natt e Ichikawa (2013); Souza Filho *et al.* (2013), Zioli e Ichikawa (2019) e internacionais como desde o trabalho seminal de DiMaggio e Powell (1983) no qual os autores discutem como o campo relaciona-se com as práticas organizacionais tendo por influência o conceito de campo de Bourdieu.

No mesmo sentido, Sieweke (2014) apresenta um estudo bibliográfico quanto à contribuição do trabalho de Bourdieu para pesquisas nos estudos organizacionais. O autor evidencia as frequentes abordagens dos principais conceitos de Bourdieu (capital, campo, *habitus*, práticas sociais, dualidade da estrutura e agência, poder, entre outros).

Nesse contexto, tentarei transitar a seguir pelos conceitos de *habitus* e campo para então nos encontrarmos com o conceito de capital à luz de Pierre Bourdieu.

Ao propor a reflexão de campo e *habitus*, Bourdieu (1983) deseja transitar fora de uma proposta dicotômica, em que o homem é visto como ser individualizado ou coletivo. Para Thiry-Cherques (2008), Bourdieu rejeita a redução objetivista do estruturalismo, que nega a prática dos agentes, mas reconhece as relações de coerção do modo estruturalista. O determinismo e a estabilidade das estruturas também são recusados pelo autor, pois entende que os agentes são livres, dentro dos limites da lógica do campo. “Com isso, ele se coloca a meia distância entre o subjetivismo, que desconsidera a gênese social das condutas individuais, e o estruturalismo que desconsidera a história e as determinações dos indivíduos” (THIRY-CHERQUES, 2008, p. 165).

A seguir, vamos iniciar nossa caminhada na teoria da prática de Bourdieu pelo conceito de campo.

3.1 LUTAS NO CAMPO

O conceito de campo é entendido por Bourdieu (1983) como um campo de forças e ao mesmo tempo um campo de lutas que visa transformar esse campo de forças. Para Bourdieu (2003, p. 120), a estrutura do campo é um

[...] estado da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias³ posteriores.

Bourdieu transitou entre as mais diferentes áreas sociais. Como indica Thomson (2018, p. 123), “o autor tratou de investigações específicas como, por exemplo, educação, cultura, televisão, literatura, ciência, moradia, burocracia e outros locais sociais, tendo ainda aplicado a noção de campo à história de sua própria vida”.

³ As estratégias em Bourdieu diferenciam-se de De Certeau. Bourdieu (2003, p.125) enfatiza que “o princípio das estratégias filosóficas (ou literárias etc.) não é cálculo cínico, a busca consciente da maximização do ganho específico, mas uma relação inconsciente entre um *habitus* e um campo. As estratégias de que falo são ações objectivamente orientadas por referência a fins que podem não ser os fins subjectivamente buscados. [...] O *habitus* [...] é gerador de estratégias que podem estar objectivamente em conformidade com os interesses objetivos dos seus autores sem terem sido expressamente concebidas para esse fim”.

Thomson (2018) nos auxilia a notar que Bourdieu buscou fragmentar o mundo social em espaços menores. E assim, conseguiu identificar que, em cada um desses campos, as relações sociais se constituem com suas próprias regras, disputas e mecanismos de reprodução, mas que, sobretudo, há nesses campos leis gerais que embora em campos tão diferentes podem ser percebidas repetidamente. Bourdieu (2003, p.119) esclarece que “sempre que se estuda um novo campo, seja o campo da filologia no século XIX, da moda hoje ou da religião na Idade Média, descobrimos propriedades específicas, próprias de um campo particular”.

No entanto, simultaneamente a essas propriedades específicas também podem ser percebidos mecanismos universais dos campos, como a luta entre dominantes, maiores detentores de capital, logo de poder, e os não dominantes, desprovidos do capital específico do campo e conseqüentemente de poder. Como defende Bourdieu (2003, p. 119), “em qualquer campo descobriremos uma luta, [...] entre o novo que entra e tenta arrombar os ferrolhos do direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência”. Cabe assim, em cada campo, se estudar as formas específicas em cada caso.

Nesse sentido, buscamos a seguir analisar a estrutura desse campo tendo por exemplo o campo científico, no qual Bourdieu (1983, p. 138) explica que

É o campo que designa a cada agente suas estratégias, ainda que se trate da que consiste em derrubar a ordem científica estabelecida. Segundo a posição que eles ocupam na estrutura do campo (e, sem dúvida, também segundo as variáveis secundárias tais como a trajetória social, que comanda a avaliação das oportunidades), os “novatos” podem orientar-se para as colocações seguras das estratégias de sucessão, próprias para lhes assegurar, ao término de uma carreira previsível, os lucros prometidos aos que realizam o ideal oficial da excelência científica pelo preço de inovações circunscritas aos limites autorizados, ou para as estratégias de subversão, investimentos infinitamente mais custosos e arriscados que só podem assegurar os lucros prometidos aos detentores do monopólio da legitimidade científica em troca de uma redefinição completa dos princípios de legitimação da dominação. Os novatos que recusam as carreiras traçadas só poderão ‘vencer os dominantes em seu próprio jogo’ se empenharem um suplemento de investimentos propriamente científicos sem poder esperar lucros importantes, pelo menos a curto prazo, posto que eles têm contra si toda a lógica do sistema.

Pois bem, notamos que Bourdieu (2003; 1983) expõe, dentro da lógica do campo, uma luta de poder que acontece por meio de estratégias. Estratégias de reprodução e estratégias de subversão. As estratégias de reprodução são praticadas entre os agentes dominantes, enquanto as estratégias de subversão ocorrem entre os não dominantes, apresentados no trecho como “novatos”. A subversão refere-se ao sentido de tentativa de rompimento com uma ordem,

contudo, vale lembrar que para Bourdieu essas estratégias, seja de reprodução ou subversão, acontecem em um sentido ligado à inconsciência.

Outro ponto perceptível à proposta sociológica de Bourdieu refere-se ao sentido de não negar a prática dos agentes, mas condicioná-las. Quando notamos o trecho apresentado, Bourdieu (1983) coloca possibilidades ao agente (duas possibilidades nesse caso), mas essas já designadas pelo campo. Reconheço, portanto, que o autor adota uma postura de que “tudo é permitido” ao indivíduo, desde que dentro da lógica de seu campo.

O fato é que pode haver nesse campo também designado possibilidades de resistência, de estratégias de subversão, para com o rompimento com a ordem preestabelecida, mesmo que esse campo seja composto por inúmeras relações de coerção impostas por sua estrutura. Logo, as opções de decisão para os agentes condicionam-se às lógicas do campo, mas não é extinta ao agente possibilidade de “vencer o jogo” como cita Bourdieu (1983, p. 138), o que possibilita compreender que o autor rejeita o sentido do determinismo.

Assumo que embora Bourdieu tenha pesquisado e evidenciado a intenção de estabelecer as leis gerais dos universos sociais funcionando a partir dos diversos campos, evidenciando essa reprodução, ele reconheceu ao longo de seu estudo algo a mais. Esse algo não deve passar despercebido, pois se trata da sua enunciação sobre as práticas de subversão, tendo em vista que, ao longo de sua trajetória de vida, fez enunciar essa possibilidade, essencialmente ao considerar seu engajamento político.

Precisamos, contudo, esclarecer que a teoria de Bourdieu diferencia o sentido de campo e espaço social. Como apresenta Hardy (2018, p. 383), o termo espaço social “é utilizado para indicar a soma total de posições sociais ocupadas em qualquer momento e lugar – em termos matemáticos, é um ‘conjunto universal’”. Por outro lado, o termo campo “é utilizado para se referir a um subconjunto particular das posições disponíveis [...]”. Assim, podemos compreender a partir da indicação de Hardy (2018) que um agente pode ocupar diferentes posições em diferentes campos simultaneamente, podendo ocupar melhores ou piores posições, a depender de seu capital em cada campo. A soma dessas posições, no entanto representam sua posição no espaço social.

Bourdieu (1989) menciona que sua construção de uma teoria de espaço social implica em rupturas com a teoria marxista, entre elas,

[...] ruptura com o economismo que leva a reduzir o campo social, espaço multidimensional, unicamente ao campo econômico [...] ruptura, por fim, com o objectivismo, que caminha lado a lado com o intelectualismo e que leva a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social, e sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos (BOURDIEU, 1989, p. 133).

Noto que, embora a teoria de Bourdieu se relacione intensamente com as classes sociais, Bourdieu, ao discutir os diferentes campos, abre a compreensão das classes sociais além da perspectiva econômica. Ele abre sua perspectiva para a possibilidade de compreensão em uma abordagem simbólica, ao mergulhar em diferentes perspectivas teóricas, como comenta Wacquant (2013).

Wacquant (2013, p. 93) considera que “A reavaliação de Bourdieu de classe como uma modalidade de formação de grupos tem se mostrado especialmente fértil”. Wacquant (2013, p. 93) pondera isso sob dois aspectos. Primeiramente a “proeza teórica de integrar abordagens de Marx, Weber, Durkheim e Cassirer (bem como de Merleau-Ponty, Goffman, Austin e outros)”. E também ao diverso corpo de pesquisas realizadas por Bourdieu, em que o autor testa, refina e revisa seus conceitos centrais dentro das principais classes da sociedade francesa e em outros países.

Bourdieu (1989, p. 134) considera que as propriedades que constituem esses espaços “são as diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos”. Nesse sentido, a posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, prevalecente o capital econômico.

Em suma, é possível considerar que prevalecem para o autor as relações de coerção do modo estruturalista. Essas estruturas não necessariamente possuem uma estabilidade, podem sim ser alteradas, mas se acontecerem alterações, estas também acontecem dentro da lógica de poder já estabelecida no campo.

O segundo conceito ao qual iremos caminhar a seguir se refere ao *habitus*. Vale lembrar que, embora apresentados separadamente, estes precisam ser compreendidos em sua total integração.

3.2 *HABITUS*: INVISÍVEIS E CONCRETOS

Wacquant (2007) esclarece que o termo *habitus* tem sua gênese na noção aristotélica de *hexis*, e foi traduzido para o latim por São Tomás de Aquino em sua Suma Teológica. A *hexis* relaciona-se à doutrina sobre as virtudes, tendo significado de um estado adquirido. Trata-se de uma maneira de ser adquirida. Esta estabelece um caráter moral que orienta nossos sentimentos e desejos em uma determinada situação e, assim, nossa conduta. O *habitus* é um conceito complexo e foi utilizado a partir de Aristóteles por Durkheim, entre outros estudiosos de diferentes áreas. Nesta tese, limitei-me a considerar a abordagem do conceito de *habitus* a partir da compreensão filosófica e sociológica de Pierre Bourdieu. O *habitus* é reconhecido por Bourdieu (1983) como uma lei imanente, *lex insita*, depositada em cada agente pela educação, no início familiar e posteriormente pelas instituições, como a escolar, e assim cronologicamente ao longo da vida do indivíduo. O *habitus* é o produto da posição e da trajetória social dos agentes, é a história de vida incorporada. Vandenberghe (1999, p. 49) expõe que *habitus* “é a internalização ou incorporação da estrutura social, enquanto o campo é a exteriorização ou objetivação do *habitus*”.

Em meio à complexidade do conceito, neste trabalho proponho uma breve compreensão do *habitus* a partir de três ponderações. Primeiramente: como podem ser compreendidas as estruturas que produzem os *habitus*, e seu sentido mediador? Num segundo momento, a análise de algumas definições sobre o conceito *habitus*, apresentadas pelo autor em diferentes publicações, demonstrando a movimentação desse conceito em sua teoria. E por fim, reflexões em que o *habitus* pode ser percebido no cotidiano.

Nesse primeiro instante, proponho percebermos que Bourdieu (1983, p. 60) indica uma possibilidade de “escape”, para superação da dicotomia indivíduo e meio, quanto à natureza das estruturas, tendo por mediador o *habitus*

Para escapar do realismo da estrutura, que hipostasia os sistemas de relações objetivas convertendo-os em totalidades já constituídas fora da história do indivíduo e da história do grupo, é necessário e suficiente ir do *opus operantum* ao *modus operandi*, da regularidade estatística ou da estrutura algébrica ao princípio de produção dessa ordem observada e construir a teoria da prática ou, mais exatamente, do modo de engendramento das práticas, condições da construção de uma ciência experimental da dialética da interioridade e da exterioridade, isso é, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade. As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de

classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus* [...].

Então, o que produz os *habitus*? Como são produzidos? Proponho que façamos essa reflexão considerando três pontos sobre o trecho citado, a fim de discutirmos esse processo de reconhecimento da produção dos *habitus*.

Uma primeira reflexão pode ser percebida ao sentido de avançar, “ir” que Bourdieu (1983) indica, no qual defende ser necessário partir de “algo” para “outro”. Transitar do *opus operantum*, ou seja, aquilo que é produto, já dado, ao *modus operandi*, ou seja, o modo de operação. Transitar da regularidade estabelecida e delineada em um sistema estruturado à gênese dessa produção, para reconhecer a origem do modo de construção das práticas.

Percebo, assim, que esse avançar é retomar a origem e não necessariamente um “ir para frente”, mas um “ir para trás”, o que de modo algum vem a ter um sentido negativo, mas indica que o *habitus* se produz na origem das práticas.

Num segundo momento, é possível reconhecer o sentido de dualidade. Assumindo que meio e indivíduo são produtores do *habitus*, há simultaneamente uma interiorização da exterioridade e também a exteriorização da interioridade, mesmo que não intencional. Assim, percebo que Bourdieu (1983), ao assumir essa dialética dentro da compreensão de como se produzem os *habitus*, assume também as contradições pertinentes a essa compreensão entre interioridade e exterioridade, logo, distanciando-se da dicotomia indivíduo e meio.

Um terceiro ponto seria refletir a diversidade, reconhecendo as particularidades dos diferentes meios que produzem os *habitus*. Ou seja, não há um único *habitus*, logo, há uma diversidade dessa produção, proposta pelas particularidades de diferentes locais (meios). Conforme o meio em que o *habitus* se produz, é possível representar mundos sociais distintos, ou seja, distintos espaços de estilos de vida.

Assim, podemos considerar a partir de Bourdieu (2007; 1996a; 1996b) que os indivíduos que incorporam essa diversidade de *habitus* transitam em diferentes locais de produção, incorporando diferentes *habitus*, e exteriorizando a incorporação em diferentes produções de *habitus*, simultaneamente. Há, assim, conseqüentemente, práticas distintas e distintivas mediadas pelos diferentes *habitus*.

Quanto a essa diversidade de *habitus*, suas produções são realizadas em uma diversidade de locais e maneiras. Considero a analogia da construção de duas casas (essas nada têm de relação com as casas *kabyles* estudadas por Bourdieu (1970), mas as lembranças de gostar de ver o “bater da massa”). Para o processo de produção dessas casas, há a proposta de seguir a regularidade de um mesmo projeto para ambas, as mesmas disposições de cômodos e regularidade de medidas. Contudo, com a utilização de diferentes matérias, ferramentas e mão de obra. Essas particularidades tornam as estruturas constitutivas diferentes e particulares em cada uma dessas.

Ainda que os acabamentos utilizados sejam exatamente os mesmos e realizados pelo mesmo profissional, essas casas não terão mais a possibilidade de terem o mesmo resultado de acabamento. Suas possíveis reformas e melhorias poderão alterar suas disposições ao longo do tempo, mas as constituições de suas bases estruturais ainda estarão presentes.

Nesse sentido, compreendo que Bourdieu (1983), ao trazer como um dos conceitos centrais de sua obra o *habitus*, deseja indicar que a compreensão dos fenômenos sociais precisa ser vista além de sua superficialidade, mas diante da busca das origens que orientam a formação de determinado fenômeno. Assim, a seguir vamos caminhar pelos movimentos do conceito de *habitus* em alguns trabalhos de Bourdieu.

Trigo (1998) defende que o conceito de *habitus* sofreu uma evolução ao longo de sua obra, partindo de uma conotação determinista a uma perspectiva mais livre, na qual se considera um espaço para inovação.

De acordo com a autora, as primeiras abordagens de definição do *habitus* relacionam-se diretamente à ideia de reprodução, como pode ser notada no trecho do livro *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, publicado em 1970.

[...] o *habitus* – esse princípio gerador e unificador das condutas e das opiniões que é também o seu princípio explicativo, já que tende a reproduzir em cada momento de uma biografia escolar ou intelectual o sistema das condições objetivas de que ele é o produto (BOURDIEU, 1992, p. 170-171).

No tocante, Trigo (1998) comenta que o conceito de *habitus*, quando apresentado no livro *Questões de Sociologia* (1980), direciona-se por uma perspectiva mais adaptativa. Neste, Bourdieu (1983, p. 106) apresenta que “o *habitus* é constituído por um conjunto sistemático de princípios simples e parcialmente substituíveis, a partir dos quais uma infinidade de soluções

podem ser reinventadas”. Para Trigo (1998, p. 48), essa definição abre espaço para criação e inovação, não demonstrando nessa uma proximidade ao determinismo.

Trigo (1998, p. 48) comenta que, na obra *Homo Academicus* (2013), Bourdieu “reafirma a ideia de que as mudanças não são produtos exclusivos de uma ação consciente e deliberada dos agentes, reiterando o caráter inconsciente das práticas”. Entretanto, assumo que, sobretudo, Bourdieu (2013, p. 236) também demonstra que o *habitus* não pode ser percebido com sentido inerte:

Os *habitus* e os interesses associados a uma trajetória e a uma posição no espaço universitário [...] estão no princípio da percepção e da apreciação dos acontecimentos críticos e, desse modo, da mediação através da qual os efeitos desses acontecimentos se efetuam nas práticas.

A despeito desse livro, Valle (2007) comenta que Bourdieu (2013) toma por base empírica de análise acontecimentos e posicionamentos ocorridos durante e após o movimento de maio de 1968.

Nesse sentido, em meio às diversas relações do conceito de *habitus*, apresentadas na diversidade dos estudos de Bourdieu, indico neste trabalho a definição do Livro *Esboço de uma teoria da prática*. Bourdieu (1983, p. 65) define *habitus* como

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...].

Em suma, é possível compreendermos que o *habitus* se constitui historicamente desde o nascimento e ao longo de toda a trajetória de vida, sendo continuamente abastecido. Presente e futuro se atrelam ao passado, mas não são determinados por este. O *habitus* se constitui nas experiências que são integradas, construídas e reconstruídas continuamente, por meio das interações de diversos *habitus*, diversos campos e diversos capitais, ou ausência destes. Há, assim, a cada instante, uma combinação matriz, repetida ou inédita para cada ocasião.

Nesse sentido, proponho refletirmos a seguir como o *habitus*, embora possa parecer invisível, é concreto ao nosso dia a dia.

Bourdieu (2008) esclarece que os *habitus* fornecem ao agente um senso prático do que se deve ou não fazer em dada situação. Como aponta Thiry-Cherques (2008, p. 169), “São as rotinas corporais e mentais inconscientes, que nos permitem agir sem pensar, são o produto de

uma aprendizagem, de um processo do qual já não temos mais consciência, e que se expressa por uma atitude natural”.

Tomando por base esse sentido, Bourdieu (1983, p. 73) irá analisar que “O *habitus* é a mediação universalizante que faz com que as práticas sem razão explícita e sem intenção significativa de um agente singular sejam, no entanto, ‘sensatas’, ‘razoáveis’ e objetivamente orquestradas”. Logo, segundo o autor, as ações seriam obras do produto de um *modus operandi* do qual o agente não tem o domínio consciente.

Bourdieu (1996a) explica que essas diferenças simbólicas constituem uma verdadeira linguagem. As diferenças associadas a posições diferentes, isto é, os bens, as práticas e, sobretudo, as maneiras, funcionam, em cada sociedade, como as diferenças constitutivas de sistemas simbólicos que se formam, e constituem sua própria linguagem.

Pudemos observar no tópico anterior quanto ao conceito dos *habitus*, influências que o transformam, estruturas estruturantes que o constituem e se sobrepõem a ele, redirecionando a outras interiorizações e incorporações. Assim, não devemos pensá-lo como uma regra que determina comportamentos (WACQUANT, 2002; BONNEWITZ, 2003), pois como indica Thiry-Cherques (2008, p. 169), a constituição do sistema de disposições do *habitus* “não são nem mecânicas, nem determinísticas”. Ou seja, embora estruturado, é flexível.

Bourdieu (1983, p. 61) defende que “O *habitus* está no princípio de encadeamento das ‘ações’ que são objetivamente organizadas como estratégias sem ser de modo algum o produto de uma verdadeira intenção estratégica”.

Nesse ponto, precisamos perceber dois aspectos que ficam muito evidentes e são chaves na perspectiva do autor. Esses aspectos referem-se ao sentido de inconsciência e passividade que o autor atribui a estratégias.

É possível notar que o autor reafirma constantemente a ausência de potencialidade na intencionalidade dos agentes em suas ações (BOURDIEU, 1983, 2013). Isso porque, caso pudessem ser consideradas uma estratégia entre outras possíveis, seria como propor que uma criança teria a possibilidade estratégica de, em sua infância, “escolher” não incorporar, por exemplo, a regionalidade de sua língua como os sotaques regionais.

Héran (1987) menciona uma curiosa reflexão, na qual a noção de *habitus* é retomada na obra de Bourdieu com um significado mais “ativo” do que a noção até então usual. Por outro lado, a ideia de estratégia é apresentada pelo autor com muito mais passividade do que no senso comum é conhecida. Portanto, Héran (1987, p. 412) aponta que Bourdieu “[...] teve que render a ideia de estratégia muito mais passiva do que normalmente é [...] as ‘estratégias inconscientes’, isto é, estratégias que só podem aparecer como tal se forem objetivadas do lado de fora”.

Por fim, as considerações de Souza (2006; 2018) trazem contribuições relevantes para este estudo, isso por refletir o *habitus* em sua precariedade, ao que demonstra se aproximar a peculiaridades do homem ordinário. Souza (2006; 2018) comenta como a modernização se mostrou incapaz de reduzir a desigualdade e os males da concepção histórica de exploração. Para tanto, o autor traça paralelos da concepção de *habitus* de Bourdieu sobre a realidade francesa, em relação à brasileira. Sua proposta é uma subdivisão interna à categoria do *habitus* “de tal modo a conferir-lhe um caráter histórico mais matizado inexistente na análise bourdieusiana”. Sua perspectiva indica um *habitus* precário característico de países periféricos.

No *habitus* primário, o agente racional tem efetivo conhecimento sobre a noção de dignidade, é privilegiado, é um agente produtivo, um autêntico cidadão pleno. Essa concepção se relaciona a um “gigantesco processo histórico homogeneizador [...] o qual não equalizou todas as classes em todas as esferas da vida, mas, sem dúvida generalizou e expandiu dimensões fundamentais da igualdade” (SOUZA, 2018, p. 238). Para Souza (2018, p. 239), esse contexto é fundamental para uma “noção de dignidade, efetivamente compartilhada no sentido Tayloriano”. Esta reflete eficácia à noção moderna de cidadania, que aborda também o sentido não jurídico, no qual a dimensão “levar o outro em consideração”, pela concepção de moralidade, é internalizada na dimensão da vida cotidiana. Portanto, para Souza (2018), esta conquista histórica desse tipo de sociedade, como a francesa, é inexistente às realidades das sociedades periféricas, como a brasileira, logo, exige reflexões paralelas.

O *habitus* precário, segundo Souza (2006, p. 38), está relacionado “às disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade”. Assim, o *habitus* precário implica em redes invisíveis que desqualificam os indivíduos tidos como uma “ralé”, constituídos por subcidadãos, subprodutores. Esse fenômeno ocorre em sociedades periféricas, reproduzido tanto por privilegiados como pelas próprias vítimas da precariedade. Há, portanto,

um consenso, corporal, pré-reflexivo e naturalizado que permite a constituição de um acordo implícito, uma rede invisível que une diversos agentes à ancoragem institucional do não valor humano, mesmo que não intencional.

Dito isto, encaminho para o próximo tópico. Neste, apresento o conceito de capital na compreensão de Pierre Bourdieu.

3.3 OS CAPITAIS

[...] é impossível explicar a estrutura e o funcionamento do sistema social, a menos que se reintroduza o capital em todas as suas formas e não apenas na forma reconhecido pela teoria econômica (BOURDIEU, 1986, p. 15).

Caminharemos neste tópico por diferentes espécies de capital. Serão apresentados de modo mais peculiar pelo capital cultural e o capital social, encontrando-se com o capital simbólico, devido à expressão essencial que estes possuem na teoria de Pierre Bourdieu. Tentarei expor uma breve análise das características, estados e peculiaridades que se relacionam a esses capitais, tais como sua forma de acumulação, transmissão, entre outros aspectos. Embora não seja aprofundada a discussão sobre o capital econômico, é relevante considerar que ele se faz implícito em todas as outras espécies de capitais. No mais, vale lembrar que a compreensão de capital está sempre relacionada às interações essenciais dos conceitos de campo e *habitus*.

Para Bourdieu (1986, p. 15), “O capital é trabalho acumulado (na sua forma materializada ou a sua forma ‘incorporada’, encarnada)”. O autor não compreende exclusivamente o capital como um valor econômico, mas defende que seja impossível compreender toda a estrutura e movimento do sistema social, sem que sejam percebidas as diferentes formas de capital que habitam esse espaço além da forma mercantil, reconhecida pela teoria econômica. Portanto, o capital econômico é reconhecido como um entre tantas outras formas de capitais.

Reconheço, nesse contexto, a possibilidade de considerar uma pluralidade de espécies de capitais, a julgar também pela diversidade de campos. Alguns estudos têm considerado essa

perspectiva e os apresentarei na próxima seção deste trabalho. Por momento, detenhamo-nos aos principais capitais discutidos por Pierre Bourdieu.

Um primeiro ponto ao refletir a percepção de Bourdieu (1986) quanto à sua lente sobre o capital está em assumir uma possível imaterialidade. Para Bourdieu (1986), o capital pode ou não ser materializado. Na perspectiva do autor, algumas espécies de capitais fazem parte intrinsecamente do agente, são incorporadas a ele ao longo de toda sua história de vida, e logo, não assumem um aspecto material, mas condizem a uma incorporação. No tocante, essa perspectiva assume que, embora capital “puxe” capital, algumas espécies de capitais não podem ser adquiridas apenas pela posse do capital econômico (isso poderá ser percebido claramente a seguir, quando comentado sobre o capital cultural).

Bourdieu (1986) explica que quando o capital é apropriado, detido sua posse, por agentes ou grupos de agentes, de modo privado, em uma base própria, como em exclusividade, permite que esses agentes se apropriem de um poder social, na forma de trabalho vivo ou reificação.

Trata-se de uma força *vis insita* (enxerta), inscrita em estruturas objetivas ou subjetivas, mas também uma *lex insita* (uma lei enxerta), um princípio implícito às regularidades imanentes do mundo social (BOURDIEU, 1986). É possível notar que essa força não é manifestada às claras, ficam encobertas dentro de um sistema social ordenado por estruturas. Essa força, esse poder está inseparavelmente contido nas estruturas e também o ordena. Podemos perceber, assim, que o conceito de capital em Bourdieu (1986) está intrinsecamente relacionado às relações de poder.

Bourdieu explica que o capital, em suas formas objetivada ou corporificada, toma tempo para ser acumulado, para produzir lucros e se reproduzir de modo idêntico ou expandido. Há diferentes tipos e subtipos de capital em uma estrutura, como indica Bourdieu (1986, p. 46).

A estrutura da distribuição dos diferentes tipos e subtipos de capital em um determinado momento no tempo representa a estrutura imanente do mundo social, ou seja, o conjunto de restrições, inscritas na própria realidade desse mundo, que rege seu funcionamento de forma duradoura, determinando as chances de sucesso para as práticas.

Assim, notamos que os capitais determinam as estruturas sociais, que, por sua vez, determinam as possibilidades de sucesso das práticas dos agentes. Além disso, o autor relata haver uma diversidade de campos como das artes, da religião, da educação, entre outros

possíveis, em que o capital se distribuiu no campo distintamente, de acordo com o funcionamento do campo. Desse modo, um determinado tipo de capital pode ser mais significativo que outro (BOURDIEU, 1986).

Bourdieu (1986) indica três capitais fundamentais. Capital econômico, capital social e capital cultural. Neste momento, caminharemos entre os espaços do capital cultural e o capital social, mas ao longo do caminho é significativo que estejamos atentos aos momentos e que o capital econômico também se faz presente na paisagem desse espaço, explícita ou implicitamente.

O capital cultural é apresentado por Bourdieu (1979; 1986) em três estados: corporificado, isto é, na forma de disposições duradouras da mente e do corpo; no estado objetivado, na forma de bens culturais (imagens, livros, máquinas etc.) e no estado institucionalizado, uma forma de objetivação como nos casos das qualificações educacionais.

Bourdieu (1979) inicia seus estudos sobre a noção de capital cultural, de modo preliminar com a reflexão de uma hipótese que pudesse auxiliar a compreender as desigualdades de desempenho escolar provenientes das diferentes classes sociais. Para Bourdieu (1979), crianças de diferentes classes sociais terão benefícios específicos dentro do ambiente escolar. Essa perspectiva é entendida pelo autor como uma ruptura realizada quanto às teorias de “capital humano”, na qual o sucesso ou fracasso do desempenho escolar estaria relacionado às “aptidões” naturais.

Bourdieu (1979) se posiciona contrário à abordagem do economista Bery Becker sobre a discussão de capital humano (capital incorporado, especialmente na forma de saúde e educação), principalmente pela visão não considerar, segundo o autor, “o mais oculto e determinante socialmente dos investimentos educativos, a saber, a transmissão doméstica do capital cultural” (BOURDIEU, 1979, p. 3).

Desse modo, Bourdieu (1979, p.3) defende a compreensão de que o desempenho e o rendimento escolar estão diretamente relacionados ao capital cultural previamente investido pela família. O autor ainda explica que “o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social também herdado que pode ser colocado a seu serviço”. Essa percepção do autor permite evidenciar as interações e influências existentes entre as diferentes espécies de capitais, ao passo que os mesmos certificados escolares “renderão”

economicamente e socialmente valores distintos a partir da influência de outros capitais como o capital social.

Bourdieu (1979) indica alguns aspectos que devemos prestar atenção. Apresento esses a seguir na forma de três perguntas: Como é adquirido o capital cultural em seu estado incorporado? Qual a lógica de transmissão? E como ocorre a condição de acumulação? Busquemos agora a compreensão de Bourdieu (1979; 1986).

O autor nos revela que o estado incorporado do capital cultural é adquirido essencialmente de uma maneira dissimulada e inconsciente. Sua lógica de transmissão é implícita, acontece na invisibilidade, sendo uma forma disfarçada da transmissão hereditária do capital. Contudo, sua transmissão não é instantânea, trata-se de uma riqueza externa convertida em uma parte integral da pessoa, em um *habitus*, não sendo transferida instantaneamente, trocada ou doada, diferentemente do dinheiro (BOURDIEU, 1979; 1986).

Quanto à terceira questão, Bourdieu (1979; 1986) nos indica que o capital cultural em sua forma incorporada é acumulativo, ele se retém ao seu agente. Sua acumulação inicial acontece na origem familiar e acontece durante a totalidade de tempo de socialização do indivíduo. Portanto, sua acumulação é prolongada. Contudo, na medida em que este agente perde suas capacidades biológicas, sua memória, ou ainda há uma desvinculação do agente com uma organização, há também a perda deste capital.

Bourdieu (1986, p. 48) aponta que a acumulação pressupõe um processo de incorporação, que está diretamente ligado ao tempo, “na medida em que implica um trabalho de inculcação e assimilação, custa tempo, tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor”. Os gestos corpóreos de um modo de andar, de portar-se, ou mesmo um condicionamento físico muscular refletem, na perspectiva de Bourdieu (1986, p. 48), que “o trabalho de aquisição é um trabalho de em si mesmo (auto aperfeiçoamento) [...] um investimento acima de tudo, mas também uma forma constituída de libido [...] renúncia e sacrifício que possa acarretar”.

Bourdieu (1979; 1986) nos permite perceber que o tempo é elemento chave ao capital cultural em estado incorporado, pois se trata de um capital que é adquirido, acumulado e transmitido ao longo do tempo e das interações dos agentes. Assim, a incorporação pode ser

aprendida de modo consciente, mas predominantemente acontece de modo inconsciente desde o nascimento, e passa a ser intrínseco ao indivíduo.

O segundo estado de capital cultural mencionado por Bourdieu (1979) refere-se ao capital cultural objetivado. Trata-se de considerar itens materiais, tais como pinturas, instrumentos, manuscritos etc. Contudo, o autor revela aspectos distintos quanto à forma de transmissão e apropriação. Bourdieu (1979) nos leva a ponderar sobre dois aspectos.

O primeiro remete à similaridade da possibilidade de transferência do capital cultural objetivado, assim como o capital econômico. Mas, sobretudo, o segundo aspecto reflete a limitação de apropriação do capital cultural em estado objetivado, sendo necessário para apropriação completa deste também deter o capital cultural incorporado referente aos saberes ligados a esse item.

Nesse sentido, Bourdieu (1979) explica que o capital cultural objetivado pode ser transmitido em sua materialidade, como a transmissão da posse de uma coleção de obra de arte, de livros, um jogo de talheres raros, um piano ou pandeiro, de modo muito similar à transmissão de capital econômico. No entanto, de acordo com o autor, “o que é transmissível é a propriedade jurídica e não (ou não necessariamente) o que constitui a condição de apropriação específica” (BOURDIEU, 1979, p. 5).

Isso remete ao fato de que ter a apropriação de um jogo de talheres ou de uma obra de arte em seu estado material, não necessariamente remete ao conhecimento de como utilizar dessa apropriação, o que Bourdieu (1986) considera como pré-condição de consumo para o capital cultural em estado objetivado. Portanto, parte dessa apropriação limita-se ao capital cultural incorporado.

Nesse sentido, Bourdieu (1979, p. 5) considera que “os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural”. De tal modo, se o agente apenas possuir capital econômico, que lhe permite, por exemplo, comprar uma obra de arte, isso não garante uma apropriação de fato sobre um determinado bem, pois pode não saber manuseá-lo fisicamente ou compreender seus significados conceituais, relacionados ainda a outros capitais. Como indica Bourdieu (1979, p. 5),

Para possuir máquinas, basta ter capital econômico; para se apropriar delas e utilizá-las de acordo com sua destinação específica (definida pelo capital científico e tecnológico que se encontra incorporado nelas), é preciso dispor, pessoalmente ou por procuração, de capital incorporado.

Nesse aspecto, Bourdieu (1979) indica que o agente deverá encontrar meios de se apropriar do capital cultural incorporado ou dos serviços de quem o possua. Assim, o agente pode se propor a investir em si próprio, com intuito de acumular capital cultural em estado incorporado (devendo ainda ser refletido o tempo que será necessário para essa incorporação), ou terceirizar esse capital de outro indivíduo.

A respeito disso, percebo ainda dois pontos a serem considerados. O primeiro remete-se à possibilidade de o indivíduo deter o capital cultural incorporado, sem necessariamente obter o bem objetivado, por não possuir o capital econômico, embora não seja o esperado. E um segundo ponto refere-se à necessidade de considerar, além do tempo que seria necessário para incorporação do capital cultural incorporado, as aptidões e delimitações que estão envoltas nesse processo pela presença ou ausência de outros *habitus* incorporados que podem influenciar positiva ou negativamente nesse processo.

Pois bem, o último estado do capital cultural indicado por Bourdieu (1979; 1986) refere-se ao capital cultural institucionalizado. Ao popular, poderia se dizer que se trata de refletir o significado envolvido ao “canudo na mão”. Ou como relata Bourdieu (1979, p. 5), “a objetivação do capital cultural sob a forma de diploma”.

Como esclarece Bourdieu (1989), o capital cultural institucionalizado é garantido pelas qualificações e títulos acadêmicos. Nesse aspecto, a institucionalização garante uma legitimidade, uma legalidade garantida. Seria como pensar que o conhecimento cultural, adquirido por um determinado povo ao longo de séculos, fosse condensado a um curso. Coursar esse curso garantiria ao indivíduo um reconhecimento social sobre o conhecimento cultural de determinado povo, mesmo que este jamais tenha vivenciado. Por outro lado, muitos que talvez tenham esse conhecimento por aspectos autodidatas, poderiam ser questionados a todo o momento sobre esse conhecimento, simplesmente por não terem o diploma desse curso. Assim, para Bourdieu (1989), a institucionalização garante uma qualificação legalmente garantida, formalmente independente do agente.

Bourdieu (1979; 1986) demonstra que o processo de conversão relacionado ao capital cultural em estado institucionalizado pode ser facilmente percebido. O autor pontua que:

As estratégias para converter capital econômico em capital cultural, que estão entre os fatores de curto prazo da expansão escolar e da inflação de qualificações, são regidos por mudanças na estrutura de possibilidades de benefícios oferecidos pelos diferentes tipos de capital (BOURDIEU, 1986, p. 51).

É possível perceber como continua a tentativa por meio da institucionalização de conversão de capital econômica em capital cultural. Nesse sentido, podemos reconhecer que indivíduos que possuem maior poder econômico possuem maiores possibilidades de investir em qualificação acadêmica.

Ainda neste aspecto, Bourdieu (1979, p. 6) menciona que “[...] os benefícios materiais e simbólicos que o certificado escolar garante, depende também de sua raridade, pode ocorrer que os investimentos (em tempo e esforços) sejam menos rentáveis do que se previa [...]”. Nesse caso, portanto, a reconversão do capital cultural em capital econômico, dentro do mercado de trabalho, pode não compensar o investimento escolar.

Em suma, é possível reconhecer que por meio deste conceito Bourdieu articulou uma denúncia ao sistema educacional. Ele evidenciou as desigualdades existentes no ensino, quando analisados o sucesso escolar.

Nesse contexto, crianças ou mesmo universitários de diferentes classes sociais que habitam uma mesma turma, teoricamente condicionados ao mesmo ensino, teriam condições de igualdade. Contudo, a crítica de Bourdieu (1979; 1989) é, portanto, revelar a partir da compreensão da análise de capital cultural que ao entrarem na sala de aula alunos de diferentes classes sociais, estes intrinsecamente trazem consigo capitais já incorporados, ou a ausência destes, herdados de seu *habitus* familiar.

Assim, teremos de considerar que alguns possam ter “vantagens”, por possuir capitais incorporados oriundos de seu *habitus* familiar que os auxiliem em seu aprendizado.

Contudo, o sistema legitima por meio da instituição também o capital já incorporado, sendo desiguais as análises de resultados de sucesso entre estes, o que reforça e reproduz as desigualdades sociais, como será evidenciado por Bourdieu, Passeron e Silva (1975) em seu livro *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*.

Quando pensado sobre o capital social, Bourdieu (1986) o relaciona à possibilidade de agregar recursos reais ou potenciais ligados a uma rede, à participação de um grupo. Essa rede poderia fornecer a cada um de seus membros apoio do coletivo. Esse sentido de pertencimento

possibilita que o agente tenha “crédito”, nos diversos sentidos da palavra, como uma espécie de confiança, que permite ao agente interações nessa relação que possam existir no estado prático, no material e/ou em trocas simbólicas.

Bourdieu (1986) auxilia a compreender que o capital social pode ser visualizado por inúmeras situações do cotidiano, como na utilização de sobrenomes familiares, da informação de pertencimento a um grupo, uma classe, um vínculo institucional, entre outras tantas formas.

Se fosse proposto quantificar o poder do capital social de um agente, Bourdieu (1986) comenta que esse poderia ser compreendido pelo tamanho de sua rede de conexões, as quais ele pode mobilizar, isso aliado a todo o capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por aqueles aos quais está conectado. Portanto, é possível perceber que o capital social não se limita ao indivíduo, mas está relacionado às interações que são possíveis de serem realizadas com outros agentes, como na forma de pedidos, indicações entre outros.

Bourdieu (1986) menciona que o capital social pode ser utilizado estrategicamente. Trata-se do investimento de estratégias individuais ou coletivas, conscientes ou inconscientes, que podem ser utilizadas a curto ou em longo prazo. O autor explica que é possível, por meio do investimento estratégico das redes de capital social, produzir lucros materiais ou simbólicos.

Quanto ao aspecto da reprodução, Bourdieu (1986) o relaciona à institucionalização que instrumentaliza a possibilidade de promover o legítimo e excluir o ilegítimo. Nesse aspecto, o que se pode observar é que a reprodução acontece, por exemplo, por meio de eventos, festas, recepções, lugares, como clubes, localizações específicas em determinados bairros nas cidades, escolas eletivas ou ainda práticas como a distinção entre as práticas esportivas, cerimônias culturais entre outros. Nestas se revelam a promoção entre os homogêneos e a distinção entre os heterogêneos.

Sobretudo, identifico que é essencial perceber, diante da dinâmica dos capitais, o que destaca Bourdieu (1986): a estrutura do campo, ou seja, a distribuição desigual do capital dentro do campo permite que os dominantes, maiores detentores desse capital e, portanto, de poder, imponham as leis de funcionamento do campo, favoráveis à sua reprodução. Como indica Moore (2018) criam-se nesses campos, com base em seus princípios específicos, distinções pela formação de hierarquias de discriminação, nas quais algumas coisas configuram-se mais dignas e melhores do que outras.

Quanto à aquisição do capital, Bourdieu (2007) explica haver diferenças no modo de aquisição, havendo uma relação entre o capital herdado e o capital adquirido. O autor comenta como exemplo, a partir do capital cultural, que uma fração do capital cultural é herdada diretamente da família. Contudo, por meio da instituição escolar, o capital cultural herdado converte-se em capital escolar.

O autor faz percebermos que a distinção será real mesmo entre os detentores de diplomas idênticos, mas que detenham uma relação menos familiar e mais escolar com a cultura, sendo ainda mais desprovido de poder o indivíduo desprovido de ambas as possibilidades de acesso ao capital, seja por meio de capital herdado ou adquirido, como indica Bourdieu (2007).

Quanto ao capital econômico, não iremos aprofundar sua discussão nesta tese, considerar teorias econômicas e afins não é o objetivo. Contudo, isso não se relaciona a minimizá-lo, mas, além disso, buscar reconhecer sua interação direta ou indireta, a partir da reflexão das outras espécies de capital.

Isso será apresentado por Bourdieu (1986) na reflexão de conversão dos capitais. Para elucidar, vejamos que Bourdieu (1986) indica a facilidade do capital econômico ser convertido em dinheiro e também ser institucionalizado sob a forma de direitos de propriedade. No mesmo aspecto, o capital cultural pode ser conversível em algumas condições em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de qualificações educacionais e como capital social. Não distante, quando considerado o capital social relacionado às obrigações sociais e conexões com os círculos sociais, pode ser convertível em certas condições em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de um título de nobreza.

De modo mais específico Bourdieu (1986, p. 55) exemplifica que:

a transformação do capital econômico em capital social pressupõe um trabalho específico, ou seja, uma despesa aparentemente gratuita de tempo, atenção, carinho, preocupação, que, como é visto no esforço para personalizar um presente, tem o efeito de transfigurar a importação puramente monetária da troca e, por isso mesmo, o próprio sentido da troca. Do ponto de vista estritamente econômico, este esforço é obrigado a ser visto como desperdício puro, mas nos termos da lógica das trocas sociais, é um investimento sólido, os lucros dos quais serão exibidos, no longo prazo, nos domínios monetário ou outro formulário.

Bourdieu (1983) indica a mesma lógica quanto ao capital cultural. Ou seja, há uma transformação do capital econômico em capital cultural, que presume um gasto de tempo.

Contudo, esse gasto de tempo só é possível graças ao capital econômico. Isso pois, ao considerar que o capital cultural é transmitido em parte dentro da própria família, dois pontos serão relevantes: a quantidade de capital cultural, acumulado pelo grupo familiar, mas também a disponibilidade de tempo que o indivíduo poderá ter junto a esse convívio.

Bourdieu (1983) comenta nesse aspecto a disponibilidade de tempo dessa convivência, com o exemplo de tempo livre da mãe, em virtude de seu capital econômico, ao passo que a garantia de capital econômico lhe propõe a possibilidade de não precisar trabalhar. Ou ainda, considerar a garantia que o capital econômico propõe com a possibilidade de a família atrasar a entrada no mercado de trabalho dos filhos, por intermédio da escolarização prolongada, não sendo essa uma realidade a todos. Ao que percebo, o tempo é realmente um aspecto chave neste sentido de conversão, já dizia o senso comum: “tempo é dinheiro”!

Ao se referir ao aspecto de conversão dos capitais, Bourdieu (1986) indica que a convertibilidade é a base das estratégias para a reprodução de capital e, por consequência, das posições ocupadas no espaço social. Bourdieu (1986) aponta haver uma lógica de conservação e de conversão, que deve ser entendida sob dois aspectos: um economicista e outro no sentido simbólico.

Pois bem, chegamos então ao encontro com o capital simbólico. O capital simbólico relaciona-se a um processo de transmutação. De acordo com Bourdieu (1989, p. 15) “[...] a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico”. Martin (2017) indica que nenhum artigo foi dedicado exclusivamente ao conceito de capital simbólico (ao contrário do realizada com o capital social e cultural), mas diversos capítulos completos são dedicados a este, em diversos livros de Bourdieu. Como podemos notar em *Meditações pascalinas*, Bourdieu (2001, p. 296) comenta que

Todo tipo de capital (econômico, cultural, social) tende (em graus diferentes) a funcionar como capital simbólico (de modo que talvez valesse mais a pena falar, a rigor, em efeitos simbólicos do capital) quando alcança um reconhecimento explícito ou prático, o de um habitus estruturado segundo as mesmas estruturas do espaço em que foi engendrado. Em outros termos, o capital simbólico (a honra masculina das sociedades mediterrâneas, a honorabilidade do notável ou do mandarim chinês, o prestígio do escritor renomado etc.) não constitui uma espécie particular de capital, mas justamente aquilo em que se transforma qualquer espécie de capital quando é desconhecida enquanto capital, ou seja, enquanto força, poder ou capacidade de exploração (atual ou potencial), portanto reconhecida como legítima.

Percebo na compreensão de capital simbólico a necessidade de uma reflexão sobre a ambiguidade quanto ao reconhecimento desse capital, ou seja, por momento despercebido, por momento reconhecido, como menciona Martin (2017), passível de confusões e equívocos. Assumo, portanto, dois pontos-chaves de reflexão quanto ao capital simbólico. Num primeiro, podemos identificar um sentido de camuflagem deste capital, ele exerce um poder e uma capacidade de exploração, como menciona Bourdieu (2001), mas não é reconhecido como capital. Porém, a partir do momento que determinada distinção (positiva ou negativa) passa a ser reconhecida pelos outros, esta distinção ganha poder, ainda que não reconhecida como capital age e tem potencialidade de capital, ainda que não percebido como tal. Em outras palavras, embora não legítima como capital, essa distinção exerce ação de capital como menciona Bourdieu (2001) um “efeito simbólico de capital”.

Desse modo, como todo capital relaciona-se a um poder, o poder simbólico, que também se refere a uma “forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”, como pontua Bourdieu (1989, p. 15), os convido, assim, para uma breve reflexão sobre o poder simbólico que poderá nos auxiliar a perceber como o capital simbólico pode ser compreendido.

Bourdieu (1989, p. 14) explica que o poder simbólico pode ser constituído pelo poder de enunciação “de fazer ver, e fazer crer, [...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), [...] só se exerce se for reconhecido”. Nesse sentido, o poder simbólico existe dentro de uma relação que se estabelece “entre os que exercem o poder e os que lhes estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença”. A questão de reconhecimento da legitimidade desse poder entre os agentes desse campo é vital e estrutural para existência desse capital. Perceba que estamos tratando da percepção e reconhecimento de um poder, uma potencialidade de ação e prática que pode ter o efeito ou resultado de um capital, mas não necessariamente ter reconhecimento enquanto um capital.

Quando Bourdieu (1989) relaciona o poder simbólico à enunciação, leva-nos a considerar contextos no qual as palavras podem reger uma ordem, de acordo com as crenças cultuadas em um determinado campo. Há, portanto, o sentido de poder pela crença e pela fé que se é creditada na legitimidade das palavras e daqueles que as declaram, não havendo, contudo, uma exigência de verbalização, pois esta ordem se constitui camuflada e implícita, podendo ainda ser objetivado por símbolos como um traje ou ceptro.

Nesse contexto, conforme Moore (2018), o capital simbólico refere à inclusão de subtipos de capital, como: capital cultural, capital linguístico, capital científico, literário entre outros, conforme o campo em que estiverem localizados. Moore (2018) indica a diferença fundamental entre o capital econômico e o simbólico. Segundo o autor, capital econômico relaciona-se a uma natureza instrumental e egoísta, sem que haja valor intrínseco, sendo sempre um meio para o fim, as trocas ocorrem de um modo transparente (lucros, juros, salário etc.).

De acordo com Moore (2018, p. 175-176), “Bourdieu afirma que isso também vale para outras formas de capital simbólico, mas que elas, de modos distintos, negam e suprimem seu instrumentalismo ao proclamarem-se desinteressadas e de valor intrínseco”. Logo, isso nos permite considerar que o valor econômico perpetua a fazer parte do capital simbólico e todas as formas de capitais que o constitui, porém como um plano de fundo. Moore (2018, p. 176) menciona que “essa negação sistemática do fato de os capitais simbólicos serem tipos transubstanciados do capital econômico envolve o processo que Bourdieu chama de desconhecimento”.

Vale lembrar que a ideia de gestão ordinária, apresentada no estudo da cafeteria Will Coffee por Carrieri *et al.* (2018), em consonância ao capital simbólico, distancia-se da perspectiva de uma racionalidade instrumental e aproxima-se a uma racionalidade substantiva de valor intrínseco, como a forma de capital simbólico.

Moore (2018, p. 189) apresenta algumas características, nas quais as formas do capital simbólico, como o capital cultural e o científico, podem ser percebidas, refletindo se: a) São objetificados ou incorporados; b) São adquiridos ao longo do tempo; c) São adquiridos através de um processo sistemático de inculco; d) Expressam o *habitus* (externo) do agente de inculco e do seu campo; e) Trazem valor ao agente dependendo do grau de “boa formação” de seu *habitus* pessoal (interno) em relação ao do campo de incluso; f) Diferem em termos de sua capacidade de transferência entre os campos.

Podemos notar que a maioria dessas características também pode ser percebida entre outras espécies de capital, como o capital social e cultural discutidos anteriormente.

No mais, é importante que percebamos que Bourdieu deixa em aberto a possibilidade de mudança, como indica Hardy (2018, p. 213), “o capital simbólico de qualquer indivíduo está não apenas aberto à transformação, mas flutua continuamente em resposta a posições e

estruturas de campo que mudam”. O capital simbólico de um campo é também ressignificado, conforme o momento histórico e cultural.

Também entre o sentido de capital simbólico, Bourdieu (2001, p. 294) anuncia a desigualdade, ao comentar que: “Dentre todas as distribuições, uma das mais desiguais e, em todo caso, a mais cruel, é decerto a repartição do capital simbólico, ou seja, da importância social e das razões de viver”. Assim, a oposto de uma variante tradicional de riqueza, Bourdieu (2001, p. 295) comenta que “o Negro dos guetos, o Árabe ou o Turco dos subúrbios operários das cidades europeias, carrega a maldição de um capital simbólico negativo”. Ele faz assim alusão a “pária estigmatizado”, de modo semelhante à marginalidade social que o homem ordinário costuma ocupar.

Diante desse contexto, muitos são os usuários dispostos à margem por não possuírem o capital necessário para ocupar “bons lugares” dentro do espaço social ao qual estão inseridos, tampouco condições de conversão de capitais. Contudo, encontram formas de resistência para sobreviverem em diversos meios aos quais estão inseridos. Proponho, assim, buscar compreender quais outros possíveis capitais ou subespécies de capital são inventados e geridos por esses usuários, homens ordinários, durante suas práticas cotidianas de trabalho. A seguir, detalho essa proposta.

4 REFLEXÕES SOBRE A INDICAÇÃO DE PERCURSOS PARA O RECONHECIMENTO DE SUBESPÉCIES DE CAPITAL

É uma arte de pensar da qual tanto dependem as práticas ordinárias como a teoria (DE CERTEAU, 2012, p. 139)

Pensar na teoria de De Certeau e Bourdieu e perceber como elas podem se relacionar aos estudos organizacionais trouxe a mim muitas possibilidades de “respostas”. Mas sobretudo, também muitos questionamentos e reflexões. Tais quais:

Como podemos compreender as práticas de gestão que são comuns e cotidianas, que não ocorrem na maioria das vezes dentro de prédios industriais, como mencionam Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014), e que são realizadas por um homem ordinário (de modo geral sem qualquer conhecimento sobre administração)? Como podem ser compreendidos os capitais utilizados pelo homem ordinário, além de uma perspectiva econômica? Como poderíamos compreender esses espaços organizacionais no qual o homem ordinário está inserido e ali realiza uma gestão ordinária? Como o homem ordinário resiste nesse sistema ordenado? Em meio a essas e tantas outras questões que borbulharam em minha mente, a próxima me pareceu a mais inquietante.

Se, como indica Bourdieu (1989, p. 134-135), capital simbólico é “geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital”, como pode ser compreendido o capital simbólico do homem ordinário, tendo em vista sua relação de ser antagonica a isso, ao considerar sua invisibilidade, sua ausência de prestígio, reputação ou fama?

A boa notícia é que, dentre essas e tantas outras questões, uma coisa é certa: quando escrevi esse parágrafo, ainda não possuía resposta para nenhuma dessas questões levantadas. Então, esta é a parte onde as possibilidades de uma tese começam a ser rascunhadas. Proponho algumas possibilidades, pois essa não tem por intenção identificar uma localização exata, como dizer: “Eis aqui as subespécies de capitais que o homem ordinário utiliza”. Não se iluda!

Trata-se, sobretudo, de tentar esclarecer por qual direção me propus a caminhar. Se a percepção que se passa até o momento parece um pouco quanto abstrata, como nada exatamente

concreto, esse é realmente o caminho. Como apresenta De Certeau (2012, p. 123), “a teoria deve desbravar um terreno onde não há mais discursos [...]. A operação teorizante se encontra aí nos limites do terreno onde funciona normalmente, como um carro à beira de uma falésia”.

A seguir, exponho alguns pontos a serem considerados. Seguiremos fazendo sempre o exercício de tentar reconhecer, neste caminho, do que nos distanciamos e do que desejamos nos aproximar. Primeiramente indico um esboço do homem ordinário ao que tratamos neste estudo, e a proposta de como devemos olhar para o capital simbólico nesta reflexão.

A seguir, são esclarecidos os sentidos atribuídos ao termo subespécies de capital, e como esses poderiam ser reconhecidos a partir das lentes teóricas e ferramentas constituídas por De Certeau e Bourdieu. Por fim, são apresentadas suposições de cenários de pesquisa, assim como expostos estudos que têm relacionado o conceito de capital simbólico a outros conceitos de capital nos estudos organizacionais.

Pois bem, de qual homem ordinário vamos falar? Embora muitos possam ser reconhecidos como homem ordinário, nesta tese, vamos nos limitar a traçar contornos sobre uma mulher ou homem ordinário trabalhador de rua, o que não inibe a reflexão a seguir sobre a possibilidade de tantos outros homens ordinários, apresentados por De Certeau (2012).

Nesse contexto, proponho que, para nos aproximar da perspectiva de capital simbólico de Bourdieu (1989), voltada para as práticas do homem ordinário, precisamos nos distanciar do “geralmente chamado prestígio” comumente relacionado ao conceito de capital simbólico, exercitando o que se poderia dizer um olhar “avesso”. Isso quer dizer que tentaremos realizar um exercício de não perceber o sentido de capital como geralmente é reconhecido, mas sobretudo, onde esse capital exista em sua invisibilidade.

Em interação análoga ao sentido de De Certeau (2012), sobre a ausência de um lugar fixo (quando da compreensão das táticas), o capital simbólico ao que proponho que olhemos se relacionaria a uma ausência, uma falta ou *deficit*, por parte do homem ordinário, dos capitais comumente reconhecidos e legitimados (cultural, econômico) dentro do nosso contexto histórico e social. Investigamos, assim, a possibilidade de reconhecer outra dimensão do capital simbólico. Trata-se de tentar compreender a outra face dessa mesma moeda, na qual não está impresso o dígito do valor.

Em suma, é a tentativa de olhar para o inverso, para o ilegítimo, percebendo a possibilidade de reconhecer capitais dentro de uma “maneira de fazer” gestão no cotidiano. Maneira essa realizada por um homem ordinário. Tenho assim por intenção distanciar-me das representações tradicionais de percepções e avaliações de capitais na área de gestão.

Vamos, a seguir, tentar indicar percursos que nos possibilitem aproximar do reconhecimento do capital utilizado pelo homem ordinário. Ou em outras palavras, traçar esboços sobre as subespécies de capital da qual o homem ordinário se utilizaria para sobreviver no meio em que está inserido. Antes, contudo, preciso esclarecer dois pontos.

Primeiro, quando me refiro a subespécies de capital, não trato como Bourdieu de categorias, embora essas possam aparecer. Mas, sobretudo, o termo subespécies faz referência a um capital que é tido como inferior, que se relaciona à parte que está abaixo de algo, com sentido hierarquicamente inferior, refere-se a uma falta, uma insuficiência (como no sentido de subdesenvolvido), poderia até mesmo ser relacionado a um capital que é ordinário.

O segundo ponto é esclarecer que se trata realmente de um esboço e que, somente a partir da pesquisa que será realizada, poderei melhor traçar os contornos dessas possíveis subespécies de capital. Por hora, refletiremos como essas “ferramentas” teóricas de Pierre Bourdieu e Michel de Certeau nos auxiliaram a compreender esse fenômeno.

De modo inicial, sugiro a possibilidade de que as subespécies de capital, adquiridas, praticadas e utilizadas pelo homem ordinário possam ser relacionadas ao que De Certeau (2012, p. 134) trata de “um saber não sabido”. É um saber sobre os quais os sujeitos não refletem. Esse homem ordinário dá testemunho desse saber sem poder se apropriar dele. São como locatários de seu próprio saber-fazer.

Em algum lugar eles o sabem. ‘Em algum lugar’, mas onde? São as suas práticas que o sabem – gestos, comportamentos, maneiras de falar ou caminhar etc. Temos aí um saber, mas de quem? É um saber tão rigoroso e preciso que todos os valores de cientificidade parecem ter-se transportados com armas e bagagens para o lado desse inconsciente, de sorte que só restam à consciência fragmentos e efeitos desse saber, astúcias e táticas análogas àquelas que antigamente caracterizavam “a arte”. Mediante essa inversão, o que tem razão é aquilo que não se reflete e que não se diz, o não sabido [...] (DE CERTEAU, 2012, p. 134-135).

De Certeau (2012) demonstra que o saber-fazer não deve ser reduzido a um princípio do saber. Esse “saber” relaciona-se a uma vida cotidiana, longe da racionalidade produtivista, são artes do dia a dia na cozinha, artes de limpeza, da costura. Tal como reconheço a

possibilidade de também serem encontrados na arte de vender na rua, ou ainda sobreviver pelo trabalho na rua. De Certeau (2012) defende que essas práticas não são colonizadas por um olhar tecnológico, ficam à margem, ou em um pequeno espaço entre o todo das condutas científicas ou culturais.

É possível identificar que De Certeau (2012) reconhece o implícito do *habitus* nas práticas dos indivíduos como os comportamentos, maneiras de falar ou caminhar. Contudo, rejeita a total inconsciência dessas ações a que Bourdieu (1983) as condiciona. Ou seja, mesmo De Certeau (2012) reconhecendo que esse saber não está diretamente relacionado a uma reflexão pelos sujeitos sendo um “saber não sabido”, De Certeau (2012) credita significado e sentido aos efeitos desse “saber não sabido”, as astúcias e táticas que se caracterizam como uma arte.

Há, portanto, um ponto de tensão entre as perspectivas dos autores quanto ao sentido de consciência (para De Certeau) e inconsciência (para Bourdieu), presente nas práticas.

É possível notar a apreciação de De Certeau sobre os textos de Bourdieu, mas sobretudo, também sua angústia. Para De Certeau (2012, p. 120), “Esses textos de Bourdieu fascinam por suas análises e agridem por sua teoria [...]. Eles os reduzem, enfim, a uma realidade mística, o *habitus*, destinada a colocá-los sob a lei da reprodução”.

A crítica de De Certeau a Bourdieu refere-se à perspectiva de Bourdieu em prender-se ao feitiço do *habitus* e não reconhecer as táticas, embora tenha a descrição sutil de algumas dessas. Para De Certeau (2012, p. 121), Bourdieu “irá então encerrar essas astúcias por trás das grades da inconsciência e negar, pelo feitiço do *habitus* [...]. Afirmará com o *habitus*, o contrário do que sabe – tática popular tradicional”. Para De Certeau (2012), isso custou a Bourdieu a possibilidade científica de analisar as táticas em lugares demarcados como os campos em que estudou.

De Certeau (2012) não desvaloriza o valor heurístico do conceito *habitus*, mas lamenta o lugar totalizante que este assume como dogma na afirmação de um “real”. Para De Certeau (2012, p. 120), “o *habitus* se torna um lugar dogmático”. Nesse sentido, De Certeau inquieta-se ao fato de Bourdieu escolher pelo dogmatismo mesmo quando ele demonstra conhecer a astúcia dessas táticas.

Isso para De Certeau (2012, p. 120) é uma “Estranha combinação de um ‘sei perfeitamente bem’ (essa proliferação astuciosa e transgressora) e de um ‘mas apesar de tudo’ (deve existir um sentido totalizante)”. Ao optar pelo ‘mas apesar de tudo’, Bourdieu elimina as táticas, declarando-as como meras ações inconscientes, incorporadas pelos indivíduos em seu *habitus*.

Esse ponto de tensão pode, contudo, ser propulsor para compreensão que as perspectivas, embora divergentes, tornam-se complementares. Nesse sentido, Wacquant (2013) auxilia a compreender que a noção de *habitus* não deve ser reduzida à reprodução mecânica das estruturas sociais, mas compreendida a partir da reconstrução sociológica que Bourdieu dá a esse conceito, transformando-o em uma ferramenta, na condução de pesquisas sociais, permitindo reconhecer os mecanismos operantes. Logo, possibilitando iluminar as diferentes lógicas da ação social.

Neste trabalho, portanto, busquei articular as ideias de De Certeau e Bourdieu, de tal forma que De Certeau nos direciona mais próximos às ações dos indivíduos, enquanto Bourdieu nos indica as estruturas e as origens dessas ações. De modo peculiar, à noção de capital simbólico.

A partir da perspectiva de De Certeau (2012), observei como o homem ordinário trilha “linhas de erre” diante das condições de seu espaço. Esse espaço se configura nas incertezas, na ambiguidade e sem a estabilidade de um “próprio”. Ou ainda percebi momentos em que os movimentos nesse espaço produzem lugares, ou o inverso.

De tal forma, proponho que o reconhecimento das subespécies de capital do homem ordinário seja notado, a partir da compreensão das maneiras de fazer desse homem, sendo isso percebido a partir da realidade de seu contexto de trabalho, de modo particular aos trabalhadores de rua.

Sugiro que a investigação e compreensão das táticas e estratégias percebidas dentro do espaço do seu cotidiano são ferramentas chaves para reconhecer tais possíveis subespécies de capital, assim como a compreensão de capital de Bourdieu por meio das ferramentas de sua teoria.

A partir de Bourdieu (1989), percebemos que o capital simbólico é uma forma de capital que não é reconhecido como tal, ele existe camuflado, da transmutação de outros

capitais. O prestígio e uma reputação brilhante, por exemplo, operam como capital simbólico porque não significam nada em si, mas dependem das pessoas que acreditam que alguém possui essas qualidades.

Ao olharmos para uma pedinte na rua sem qualquer prestígio ou reputação brilhante, mas com uma aparência fragilizada pela idade e pelo possível abandono, esses também não significam nada em si, mas pelas pessoas acreditarem nesta condição, pode permitir que essa mulher ordinária tire seu sustento desse “capital simbólico de fracasso” e assim sobreviva no local inserido, utilizando dessa possível subespécie de capital.

Nesse sentido, noto que por muitas vezes o capital é percebido em sua “positividade”, nas qualidades, no que é reconhecido “de valor”, dentro das estruturas. Mas o que proponho é olhar para o avesso. As subespécies de capital utilizadas pelo homem ordinário não possuirão o “*glamour*” ao qual estamos acostumados a relacionar o capital.

Bourdieu (1989) defende que poder e capital possuem a mesma propriedade de existirem sob diferentes formas. Contudo, para compreender as diferentes espécies de capital, é antes necessário examinar os diferentes campos. Compreender como o poder social dentro de cada campo é produzido e reproduzido. Logo, o esboço de subespécies de capital estará ligado à compreensão do espaço ao qual o homem ordinário estará posicionado.

O pressuposto é de que em cada campo habita diferentes espécies de capitais. Essas diferentes espécies de capital são como trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho em cada campo determinado. Assim, a possibilidade de reconhecer um “campo de batalha” no qual este indivíduo, o homem ordinário, exerce sua atividade de trabalho pode auxiliar na compreensão das subespécies de capital utilizadas em seu trabalho.

Embora para este trabalho delimitamos reconhecer as subespécies de capital utilizadas pelo homem ordinário em seu espaço de trabalho, isso não necessariamente o condiciona a um “lugar próprio”. Como percebemos em De Certeau (2012), o homem ordinário se utiliza do próprio sistema ordenado, para realizar suas práticas de astúcia, ocasiões e dar golpes no sistema. O que, entretanto, também, não exige a possibilidade de obter um local próprio. Este, embora aparentemente menos comum, ainda é uma possibilidade por meio do qual o indivíduo poderá exercer estratégias.

Isso é evidenciado, por exemplo, no estudo de Rodrigues e Ichikawa (2015, p. 107), em que um catador de material reciclável utiliza de táticas “quando atua no espaço coletivo da cidade, no espaço do outro” assim como de estratégias “quando trata sua atividade como negócio no estado próprio, na sua casa, organizando seus materiais”.

No tocante, Bourdieu (2007) evidencia que dentro do campo há afirmação de uma distinção, entre os agentes dominantes que reafirmam suas práticas distintas, para garantir a reprodução e poder desse campo. Nesta tese proponho, no entanto, o inverso, ao propor que conheçamos o que não é distinto. Como aponta Bourdieu (2007; 2007a), a definição dominante da “distinção” chama “distintos” aos comportamentos que se distinguem do comum, do vulgar, sem intenção de distinção.

Contudo, nosso olhar dentro do campo estará voltado de modo particular para onde se localiza o não distinto, entre as práticas dos não dominantes. Assim, na intenção de apresentar como o homem ordinário e suas práticas poderiam ser objetivadas no dia a dia, e partindo da colocação de Grenfell (2018, p. 355) em que sinaliza que Bourdieu começa com um contexto prático⁴, vamos apresentar num primeiro momento possíveis situações de investigação. Mas sobretudo, é importante esclarecer que embora tratem-se de casos reais, esses de modo algum devem ser compreendidos como “dados” para serem analisados, trata-se apenas de uma sinalização.

Imagine, pois, uma rua movimentada, uma loja de calçados exclusivos de uma determinada marca, uma vitrine reluzente com muitos calçados “encantadores” e “distintos” e posicionado ao lado dessa vitrine, um homem negro, com cabelos enrolados, soltos pelos ombros, com um violão faltando algumas cordas, e uma caixa maior e sobre esta uma caixa menor de calçado, ambas estampadas com a marca “X” (a caixa superior aberta para receber as possível “gorjetas” (compensatórias por sua prestação de serviço de entretenimento). A música sendo tocada e cantada de cunho religioso, e a afinação, bom, já a imaginamos, não é mesmo? (quase nenhuma). Se essa descrição parece cheia de juízos de valor, sim ela está, pois de modo geral, possivelmente seria essa a representação de senso comum.

⁴ De acordo com Grenfell (2018, p. 355), Bourdieu inicia suas pesquisas a partir de um contexto da prática, “às vezes até uma imagem, às vezes uma entidade social e utiliza isso para conduzir suas investigações. Primeiro se coleta os dados, e só então a teoria é desenvolvida, depois na imersão da análise deles. Esse é um estágio inicial necessário para realmente realizar uma ruptura com o pré-construído”.

Pois bem, esse indivíduo supostamente aparenta não deter um capital artístico, cultural, tão pouco aparenta deter capital econômico, e seu capital materializado em bens também seriam ditos vulgares. Ele, contudo, utiliza do “ponto” na calçada, e das caixas de calçados dispostas pelo próprio ambiente ordenado, para ali por uma ocasião astuciosamente agir de forma “tática”. De modo similar, Rodrigues e Ichikawa (2015, p. 95) identificaram que “pela reciclagem o homem ordinário se apropria dos subprodutos da sociedade, subverte e ressignifica seu sentido original”. Porém, cabe ainda refletirmos se dentro dessa ressignificação cabe a proposta de reconhecimento de subespécies de capital.

Essas situações têm apenas a intenção de identificar, em meio à invisibilidade do homem ordinário, a possibilidade de direcionar o olhar para esses e esboçar contornos aos invisíveis. Contrapondo essa visão, a seguir apresento quatro estudos de modo geral relacionados às ciências sociais que utilizam a apropriação do conceito de capital simbólico de Bourdieu, para inserirem novos conceitos de capital. Finalizo com uma breve análise desta perspectiva.

Freitas (2009) empresta (em suas palavras) o conceito de capital simbólico de Bourdieu para propor o conceito de capital de mobilidade em uma realidade organizacional. Segundo a autora, o capital cultural, social e econômico todos são importantes para vida profissional moderna, juntando a esses a mobilidade.

Segundo Freitas (2009, p. 253)

juntamos a mobilidade como um novo valor simbólico estratégico para os profissionais que querem ser bem sucedidos no mundo de hoje. Carreiras internacionais são, geralmente, apresentadas pelas empresas e pela produção acadêmica, particularmente em recursos humanos, como cercada de grandes vantagens e até certo *glamour*.

A autora com base nos estados (incorporado, objetivado, institucional) indicados por Bourdieu (1979; 1986) defende que esses mecanismos podem ser percebidos também na proposta de capital de mobilidade. Nesse sentido, o estado incorporado é apontado por Freitas (2009, p. 255) como referente ao que o indivíduo traz de seu convívio familiar e educacional como “desejo de aventura, gosto pelo desafio, curiosidade, atração pelo estrangeiro, tolerância à ambiguidade e respeito às diferenças”. Quanto ao estado objetivado, estaria relacionado ao acesso a informações, habilidade com tecnologias eletrônicas, conhecimento de idiomas, imersões culturais, desenvolvimento de capacidade de lidar com múltiplos cenários formais e informais. No mesmo sentido, a autora menciona que o estado institucional teria relação com a

formação profissional, redes institucionais de estudos e intercâmbios, programas de treinamentos, práticas de expatriação existentes ou criados pelas empresas e agentes governamentais com ações de fomento à formação no exterior.

Os capitais e a gestão realizada pelo homem ordinário podem ser investigadas também sobre o aspecto do estado de institucionalização. Esses indivíduos, muitas vezes, não detêm um capital que seja institucionalizado, reconhecido socialmente, sua forma de gestão, suas “maneiras de fazer”, modos de se organizarem e dirigir sua sobrevivência no ambiente em que estão inseridos tendem a não serem reconhecidos institucionalmente pelas lentes acadêmica dos cursos de administração.

Nesse sentido, Bourdieu (1996a; 1996b) nos lembra de que a posição dos indivíduos no espaço em que estão inseridos depende do volume e da estrutura do seu capital. Quando delimitamos nosso olhar ao estudo do homem ordinário, como o trabalhador de rua, assumidos uma distinção desses para com outros trabalhadores que ocupam o mesmo espaço. Cabendo, assim, investigar diante das práticas cotidianas em seu trabalho como se constituem essas subespécies de capitais, assim como sua distribuição e características dentro do espaço em que estará inserido, valendo lembrar, como explica Bourdieu (1989, p. 12), que “o campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes”.

O estudo de Oliveira e Kulaitis (2017, p. 15) utiliza-se da teoria da prática de Pierre Bourdieu para apresentar o conceito de habitus imigrante e capital de mobilidade “como ferramentas para compreender as estratégias de agentes em processo migratórios”. Os autores defendem em sua pesquisa que capital de mobilidade refere-se

como qualquer outro capital na teoria de Bourdieu, tem papel preponderante na dinâmica social. Tal qual o capital cultural, trata-se de um conjunto de bens (simbólicos e materiais) que se apresenta sob a forma de conhecimentos migratórios - formalidades administrativas, procedimentos de viagens, línguas e costumes - e documentos (cartas de estadia, passaporte ou contratos de trabalho) adquiridos pelo indivíduo através de experiências próprias ou de indivíduos próximos, oriundos de seu grupo familiar ou étnico (OLIVEIRA; KULAITIS, 2017, p. 42).

Os autores demonstram em sua pesquisa que o capital de mobilidade insere-se como em outros capitais no processo de aquisição, conversão, transmissão e também na ocorrência do processo de transformação de capital de mobilidade em outras espécies de capital. Oliveira e Kulaitis (2017, p. 38) comentam a importância de uma das características ao indicarem que “o número de experiências migratórias (para diferentes países ou para o mesmo país) permite

acumular continuamente capital de mobilidade que, lembremos, é cumulativo e pode ser transmitido”.

De modo similar o estudo de Yao (2013) buscou compreender o valor percebido sobre o capital de carreira e sua relação com capital simbólico de Pierre Bourdieu. O capital de carreira estaria relacionado às competências, habilidades, conhecimentos tácito e explícito que se acumulam ao longo do tempo.

Na pesquisa realizada com expatriados chineses (funcionários que são direcionados a trabalhar em outros países) no contexto de empresas multinacionais chinesas, Yao (2013) demonstrou as similaridades de processos de conversão do capital de carreira em outras formas de capital, assim como aspectos do seu processo de transferência ao esboçar um conjunto de fatores que influenciam transferibilidade entre capital de carreira e capital simbólico.

Ainda nesse contexto sobre as apropriações do sentido de capital, Taveira (2016) propõe um novo conceito instituído capital turístico. Para Taveira (2016, p. 6), “Esse conceito, em construção, baseia-se nas teorias sociais a respeito do capital econômico (Karl Marx), capital simbólico (Pierre Bourdieu) e capital social (Robert Putnam)”.

No que se refere ao capital simbólico, Taveira (2016, p. 18) comenta que “interfere diretamente no fenômeno turístico, sendo componente fundamental na condição de *status* social aferida aos turistas, atribuindo a esse uma conotação de diferenciação e destaque perante aos demais atores da sociedade”. De acordo com o autor, o poder simbólico desse capital pode ser percebido em esferas variadas e em diferentes relações como as de trabalho, hóspede-anfitrião, diversidade das experiências turísticas. Para Taveira (2016, p. 18), “Os elementos concretos e abstratos [...] a distinção social e o poder simbólico são incorporados pelo turismo na sua essência e operacionalização”. Logo, essas relações podem ser reconhecidas e percebidas em seu processo de acumulação por meio das experiências de turismo.

É possível perceber nos estudos citados uma tendência em identificar o capital como “aquilo que é positivo”, que é distinto, percebido como uma vantagem competitiva, que é almejado por todos, mesmo quando alguma crítica é entoada como no estudo de Freitas (2009) sobre a forma como as empresas se apropriam desse capital.

Entretanto, esse sentido de capital parece distante da realidade de gestão que acontece no meio em que o homem ordinário busca sua sobrevivência. Ou melhor, distante da maneira e

do modo como o homem ordinário busca sua sobrevivência. Pois esse vislumbre de capital, de fato, pode ser reconhecido como o que habita de modo ordenado no sistema, mas é de modo geral ausente ao homem ordinário.

Notamos diante desses estudos como o sentido de capital de Bourdieu (1979; 1986) pode ser utilizado como ferramenta, possibilitando reconhecer diferentes espécies de capitais e suas diferentes características e particularidades operacionais. Os capitais, como defende Bourdieu (1979, 1986), podem ser materiais, incorporados, institucionalizados etc. Eles podem, ainda, ser convertidos em outras espécies de capital, ser acumulados, herdados, transferidos ou não conforme suas particularidades.

Cabe citar ainda o trabalho de Souza (2006), que embora não trate de capital, apresenta a perspectiva de um *habitus* precário característico de países periféricos. O *habitus* precário, segundo Souza (2006, p. 38), está relacionado “às disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade”. O autor expõe as desigualdades comentando a diferença entre o *habitus* primário e o *habitus* precário. No *habitus* primário, o agente racional tem efetivo conhecimento sobre a noção de dignidade, é privilegiado, é um agente produtivo, um autêntico cidadão pleno. Enquanto o *habitus* precário implica em redes invisíveis que desqualificam os indivíduos tidos como uma “ralé”, constituídos por subcidadãos, subprodutores.

Como podemos notar, esta concepção de *habitus* precário contribui e reforça a ideia de que a prática de trabalho e de gestão de pequenos e simples negócios, por momentos ignorado como forma de gestão, paira um espaço distante de outros espaços dominantes. Logo, convém ser percebido sob uma ótica distinta dentre os estudos organizacionais, como pela ótica da gestão ordinária.

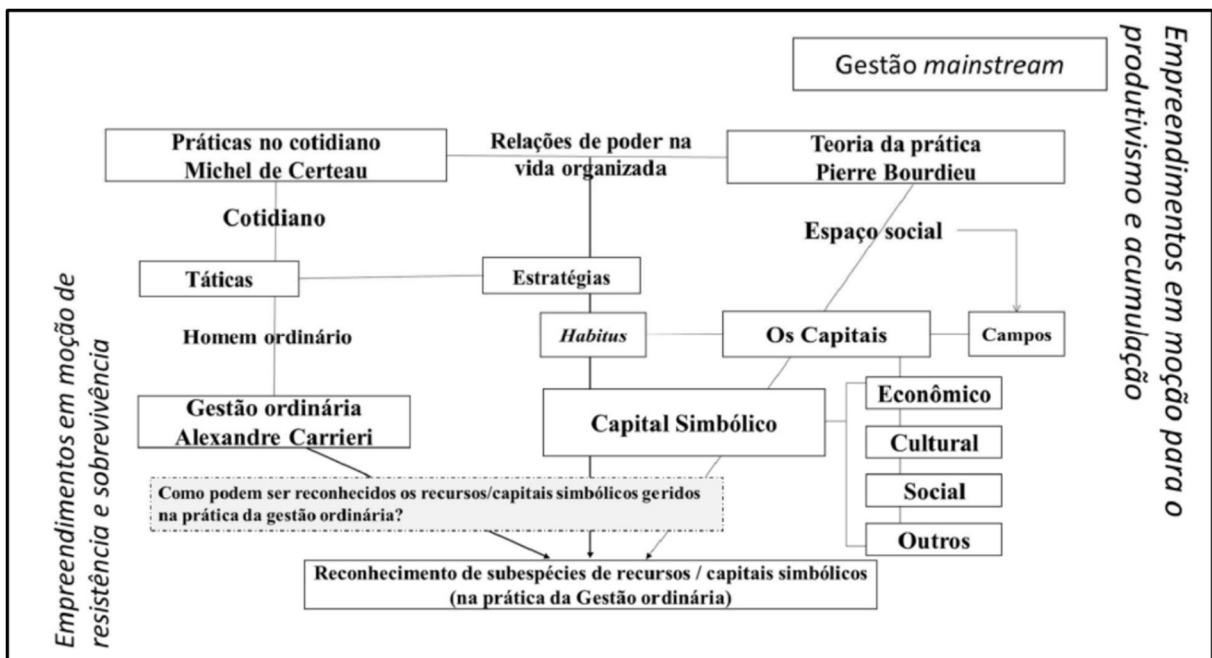
Cabe, assim, tentarmos compreender como o homem ordinário, diante do espaço em que está inserido, relaciona-se ao capital diante de suas práticas de trabalho. É preciso reconhecer, no entanto, as particularidades, estados e características das possíveis subespécies de capital que possam ser desveladas no meio em que está inserido. Como defende Bourdieu (1996a p. 15), todo seu “empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada”.

Nesse sentido, proponho que, de modo similar à proposta de reconhecer as particularidades de gestão ordinária, indicadas por Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014), reflitamos a possibilidade de buscar reconhecer também quais subespécies de capital se relacionam nesta gestão.

4.1 REMATE TEÓRICO: CONEXÕES DE MICHEL DE CERTEAU E PIERRE BOURDIEU PARA O RECONHECIMENTO DE SUBESPÉCIES DE CAPITAIS SIMBÓLICOS

Neste tópico, concluo as conexões que desejo propor para articular a teoria da prática de Pierre Bourdieu e Michel de Certeau, para o reconhecimento de subespécies de recursos/capitais simbólicos na gestão ordinária, voltada a empreendimentos em subsistência e resistência. A Figura 1 ilustra tal perspectiva. Sua construção é reflexo da interpretação do enredo conceitual discutido nesta tese. Logo, sua interpretação deve atentar-se além das (in)definições conceituais, observando, também, as posições de proximidade e distanciamento, e hierarquização das relações de poder.

Figura 1 - Ferramentas teóricas



Fonte: elaborada pela autora (2020).

A partir da categoria de mediação das relações de poder na vida organizada, de modo específico tratadas neste estudo pelo contexto do cotidiano de trabalho da gestão ordinária, busco aproximar a interação da visão de poder de Bourdieu e de De Certeau. Pondero que, para Bourdieu, o poder está diretamente relacionado ao capital, de modo que as relações de poder são transpassadas pela concentração de capital que os indivíduos adquirem ao longo de sua vida e criam um jogo de disputa entre os dominantes e não dominantes regido pelo aspecto relacional de maior ou menor poder/capital nos diferentes campos que constituem o espaço social, o que gera uma perspectiva macro e estrutural ao mundo social (BOURDIEU, 1986). Por sua vez, De Certeau trata intensamente o poder em sua dimensão relacional, aparente nas práticas e em seus

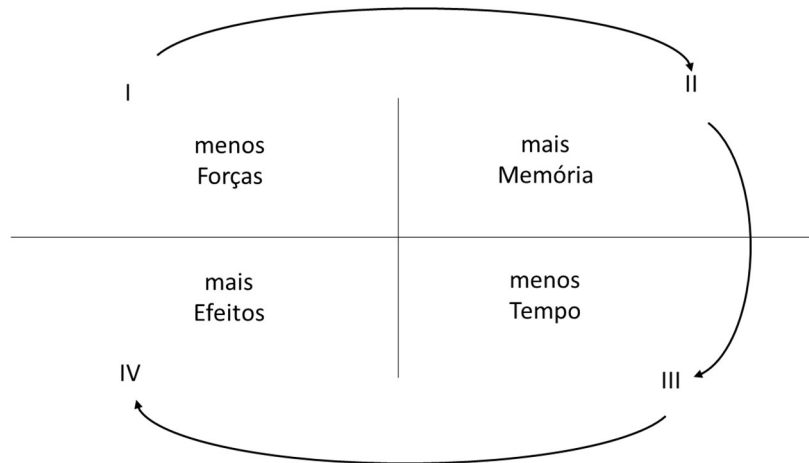
efeitos, quando evidencia a resistência das microações populares que astutamente “burlam” o ordenamento instituído por um lugar de estratégia (DE CERTEAU, 2012) que manifesta poder. Trata-se de reconhecer como as relações de poder são constituídas, alicerçadas, legalizadas no ordenamento urbano e ditam uma construção e visão do mundo social pelo seu poder simbólico. E também, reconhecer como essas relações de poder são golpeadas, corrompidas e invadidas em uma luta pela sobrevivência, dos que não possuem um lugar “próprio” que lhes condicionem maior exercício de poder, mas que lutam e manifestam sua ausência de poder estrutural, com micropráticas.

A partir da perspectiva de De Certeau (2012) em nível micro, pretendo observar como o homem ordinário trilha “linhas de erre” diante das condições de seu espaço, mas predominantemente, sem a estabilidade de um “próprio”. Em complemento, Bourdieu nos permite observar a posição que este agente ocupa no “espaço social” a partir dos tipos de capital que possui em maior ou menor volume.

O saber praticado nas táticas é melhor compreendido ao refletirmos a indicação de De Certeau (2012) sobre a “*metis*”, essa inteligência astuciosa à qual o autor afirma muita afinidade às táticas cotidianas. Desse modo, ao pensarmos na prática de empreendimentos com moção predominante de sobrevivência e resistência, remetemo-nos às práticas de saber, narradas e praticadas pela sagacidade, flexibilidade de espírito, esperteza, atenção vigilante, senso de oportunidade, assim como uma experiência longamente adquirida. Mas sobretudo, por “seus gestos manuais, suas habilidades e seus estratagemas, e pela enorme gama das condutas que abrange, desde o saber-fazer até a astúcia” (DE CERTEAU, 2012, p. 145). Como ponderam Lundberg e Ramírez-Pasillas (2020), as “táticas” de Michel de Certeau são como uma forma específica de agência empreendedora para empreendimentos de subsistência.

Para De Certeau (2012), essa relação de forças onde intervém a *metis* esboça uma relação econômica. Uma operação de ponto de partida (menos força) até seu termo (mais efeito). Isso pela mediação de um saber que é em parte memória. Como explica De Certeau (2012, p. 145), “Este saber se faz de muitos momentos e de muitas coisas heterogêneas. Não tem enunciado geral e abstrato, nem lugar próprio. É uma memória”. A Figura 2 ilustra tal relação.

Figura 2 – Menos força mais efeito



Fonte: De Certeau (2012, p. 147).

De Certeau (2012) explica que essas relações econômicas se configuram por uma lógica inversamente proporcional. Quanto menos força, mais se precisa de saber-memória. Quanto mais há “saber-memória”, menos se precisa de tempo (é a ocasião). Quanto menos tempo (mais táticas de ocasião) há, aumentam os efeitos.

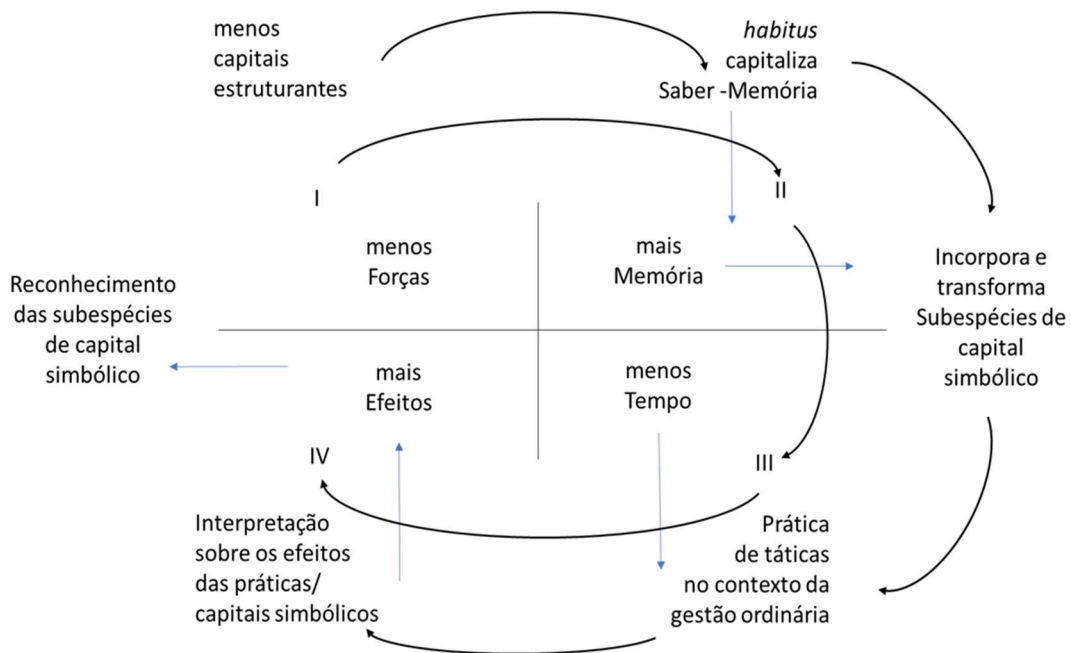
A conexão habita em considerarmos que o lugar de menor força representa a ausência de capitais dominantes. “A memória mediatiza transformações espaciais. Segundo o modo do momento oportuno (*kairós*), ela produz uma ruptura instauradora. Sua estranheza torna possível uma transgressão da lei do lugar [...] um ‘golpe’ modifica a ordem local”, explica De Certeau (2012, p. 149). Logo, esse é o momento de mediação em que o *habitus* (enquanto capital incorporado) e a prática de um “saber não sabido” transmuta, incorpora e transforma capitais simbólicos. Esses são praticados a partir das “maneiras de fazer” estratégias e táticas nas ocasiões do contexto da gestão ordinária, para então serem reconhecidos pelos efeitos deste saber-fazer, como ilustramos na Figura 3. Notamos, assim, resistência, neste efeito originário de uma lógica inversa que golpeia a lógica ordenada.

Além disso, proponho que entre as táticas e a estratégia haja uma “maneira de fazer” intermediária, uma tática-estratégica. A tática-estratégica não possui só as características da tática, mas também não é estratégia, e logo não produz em completude os efeitos de vantagem da estratégia (próprio, prática panóptica e poder do saber). Isso, pois seus agentes e suas práticas não detêm o lugar necessário para tal, mas na ausência deste lugar, passam a habitar as fissuras em perpetuação de momentos no dia a dia. Configuram-se enquanto cálculo de ação (tática) e

de querer (estratégia), ela não age e desaparece, é uma prática que age e permanece, um sujeito preponderante de querer, mas não de poder predominante.

Quanto ao tempo e ao espaço (vide complemento tópico 7.2.1): O lugar da tática-estratégia é o lugar do outro perpetuado no cotidiano, um lugar simbólico. Logo, defendo que o *habitus* capitaliza o tempo em saber-memória e transforma tática em tática-estratégica, quando na ocorrência perpetuada das táticas no cotidiano. Portanto, próximo ao que reflete Leite (2017, p. 79), “o que aparentemente parecia um desvio, passa a integrar a norma urbana e mantém, assim, a integridade simbólica da cidade”.

Figura 3 - Proposição no reconhecimento subespécies de capital simbólico



Fonte: adaptada de De Certeau (2012).

Minhas proposições são:

I. desprovidos significativamente de capitais estruturantes (econômico e cultural), estão em um ponto inicial no espaço social (Bourdieu) e praticado (De Certeau) com menor força;

II. o *habitus* capitaliza saber-memória (embora não sabido);

III. o saber-memória incorpora e transforma subespécies de capitais simbólicos;

IV. em tempos de ocasião, o saber-memória na ação/fazer das táticas realiza uma gestão ordinária desses recursos/capitais simbólicos produzindo efeitos;

V. a interpretação sobre os efeitos permite reconhecer as subespécies de capitais;

VI. a perpetuação da prática e seus efeitos, a partir do *habitus* que capitalizar o tempo em saber-memória, transforma tática em estratégia no cotidiano da gestão ordinária.

VII. a perpetuação da prática e seus efeitos, a partir do *habitus* que capitalizar o tempo em saber-memória, transforma tática em tática-estratégica no cotidiano da gestão ordinária.

Em complemento, Bourdieu e De Certeau mencionam a relevância de refletir sobre os efeitos das práticas e não apenas sobre as práticas em si. De Certeau (2012) reflete sobre os efeitos das significações do “saber não sabido” que se configuram nessas astúcias e táticas.

Embora não seja sempre possível “acessar” o saber, ele produz efeitos e esses podem ser percebidos. De modo similar, Bourdieu (2001), ao tratar o capital simbólico, menciona a relevância de focar nos efeitos simbólicos do capital (MARTIN, 2007). Esses efeitos não devem ser entendidos numa abordagem quantitativa, mas interpretativos, como pela interpretação de aproximação às características dos capitais simbólicos, como de reconhecimento pelos outros e relações de troca nas interações de redes. De tal forma, proponho que o reconhecimento das subespécies de capital do homem ordinário seja notado, a partir da compreensão das “maneiras de fazer” desse homem, em seus efeitos de resistência e sobrevivência, sendo isso percebido a partir da realidade de seu contexto de trabalho, na gestão ordinária. O próximo capítulo desta tese apresenta o caminho metodológico percorrido nesta pesquisa.

5 CAMINHOS METODOLÓGICOS

*Nossas categorias de saber ainda são muito rústicas e nossos modelos de análise por demais elaborados para permitir-nos imaginar a incrível abundância inventiva das práticas cotidianas. É lastimável constatá-lo: quanto nos falta ainda compreender dos inúmeros artifícios dos “obscuros heróis” do efêmero, andarilhos da cidade, moradores dos bairros, leitores e sonhadores, pessoas obscuras das cozinhas. Como tudo isto é admirável.
(DE CERTEAU; GIARD, 2012, p. 342)*

Este capítulo é escrito a fim de esclarecer quais caminhos metodológicos trilhei nesta tese. Trata-se de apresentar de modo preliminar os contornos ao estudo. Tenho por intenção demonstrar a possibilidade de construção de um elo entre as ferramentas e perspectiva teóricas de Michel de Certeau e Pierre Bourdieu e o método etnográfico. Assim, será possível notar que ora me aproximo de De Certeau, ora de Bourdieu, mas sempre posicionando minhas aproximações e declínios a suas abordagens.

No primeiro tópico, indico uma reflexão de como pretendi delinear o campo empírico da pesquisa. Neste, apresento aspectos da metodologia de Bourdieu e esclareço alguns dos questionamentos levantados pelo avaliador do meu ensaio teórico, Professor Denis Alves Perdigão, um dos autores do trabalho: “A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais”. Foi o primeiro texto ao qual tive contato com o termo gestão ordinária, no início de 2017, enquanto fazia correções em um trabalho desenvolvido durante a disciplina Simbolismo Organizacional, conduzida por minha orientadora, Professora Elisa Yoshie Ichikawa, ao qual intitulei “Profissão pedinte”: (re) conhecendo a gestão ordinária da representação social de uma pedinte na cidade de Cascavel-PR. Embora muito simples, e até mesmo precário, a experiência de realizar este trabalho contribuiu para que eu chegasse aqui.

No segundo tópico, apresento a ótica de análise da proposta etnográfica que trabalhei no estudo, partindo da perspectiva de Geertz (2015) e caminhando entre as especificidades de uma abordagem da etnografia urbana (MAGINI, 2002; CORDEIRO, 2010; OCEJO, 2013a; 2013b; FERRO *et al.*, 2016). No mais, busco trazer ao contexto reflexões dos estudos de De Certeau e Giard (2012a) e estudos de etnografia urbana ao terceiro tópico. Por fim, no último tópico apresento como o estudo se constituiu no dia a dia de trabalho.

5.1 ABORDAGEM EMPÍRICA NA PERSPECTIVA DE BOURDIEU: FENÔMENO, CAMPO E REFLEXIVIDADE

Nas praças e principais ruas das cidades e nas areias das praias muitas pessoas buscam a subsistência levando rotinas cansativas, com extensas jornadas de trabalho, sob sol forte ou chuva, muitas vezes tendo que enfrentar a repressão de fiscais e a hostilidade dos comerciantes. Sua profissão: ambulante (SARAIVA et al., 2018, p. 1)

Grenfell (2018) menciona que Bourdieu faz uma distinção entre os pontos de vista do teórico e do pesquisador. Eles são necessários e distintos em suas particularidades, mas, sobretudo, deve haver uma inter-relação contínua e reflexiva entre estes dois pontos de vista, do teórico e do pesquisador. O teórico tem seu interesse em desenvolver hipóteses que possam explicar as peculiaridades e o funcionamento de um objeto de estudo, “enquanto um pesquisador coleta dados empíricos para obter retrato de como o ‘mundo real’ é constituído” (GRENFELL, 2018, p. 354). Assim, como indica Grenfell (2018), Bourdieu defende uma teoria da prática simultânea a uma prática da teoria.

Neste sentido de inter-relação, o caminho metodológico que escolho para melhor retratar este “mundo real” é o método etnográfico, e tratarei dele no tópico seguinte. Por momento, buscamos refletir a abordagem metodológica de Bourdieu em três níveis, como apresenta Grenfell (2018): a) a construção do objeto de pesquisa; b) análise de campo; c) objetivação participante. Neste estudo, tratarei o “objeto de pesquisa” como fenômeno de estudo/pesquisa, distanciando-me do termo “objeto”.

Tentei assumir ampla abertura ao que o campo pudesse me revelar. Como comenta Ocejó (2013a, p. 3), há muitos casos em que os etnógrafos não sabem o que vão estudar antes de se inserir em um campo, “Mas por se encaixar em um lugar e entre um grupo e formar relacionamento com as pessoas, os pesquisadores de campo se dão a oportunidade de aprender novos fenômenos e expandir o conhecimento existente”. Assim, tentei me equilibrar. Não posso assumir o total desconhecimento do que pretendo estudar, pois as lentes teóricas e minhas intenções me impeliram ao campo com uma proposta. Contudo, parte essencial a este estudo é assumir se lançar a um desconhecido.

Quanto ao fenômeno. Convido-os para o refletirmos inicialmente em termos de localização, universo, recorte, pessoas, tempo e sua especificidade. Na sequência, abordo os outros dois pontos, análise de campo e objetivação participante.

De modo amplo, propus estudar o fenômeno das práticas cotidianas no contexto de trabalho. Isso se justifica pela área de estudo na qual me dedico, os estudos organizacionais, e de modo particular por reconhecer no trabalho um servir a si e ao outro. Embora possamos perceber as práticas cotidianas em diversos contextos, como do lazer, das atividades físicas, da sexualidade, espiritualidade, entre tantos outros, como se dedicam De Certeau, Giard e Mayol (2013) para as práticas do Morar e Cozinhar, por ora busco direcionar nosso olhar às “artes de fazer” do trabalho, embora compreenda que por inúmeros momentos estas se transpassem.

Quanto às pessoas, pois bem, de qual homem ordinário vamos falar? Embora muitos possam ser reconhecidos como homem ordinário, nesta pesquisa, propus traçar contornos sobre a mulher ou homem ordinário trabalhador de rua, estes poderiam ser muitos (pedintes, flanelinhas, artistas de rua, entre outros), assim limitei o estudo ao: vendedor(a) ambulante.

Neste sentido, o universo desta pesquisa “localiza-se” não apenas em um local territorial físico, mas também nas práticas cotidianas do contexto de trabalho do homem ordinário, de modo inicial situada nas ruas do município de Maringá. A delimitação do recorte do estudo emergiu do campo durante o estudo etnográfico, ou ainda, de um “acordo simbólico” entre o campo e a pesquisadora a partir de suas percepções e interações, de modo que adaptei a proposta inicial de um recorte do segmento comercial de alimentos, para um recorte com delimitação empírico espacial, situada na Av. Brasil, nas proximidades ao Edifício Centro Comercial. Este justificou-se pela possibilidade de constituir simbolicamente um espaço social conforme a análise do espacial físico indicada por Bourdieu (2013).

Sobretudo, é válido esclarecer que a especificidade do fenômeno da pesquisa é delineada pelo reconhecimento de subespécies de capital simbólico. Por fim, sinalizo que o fenômeno em estudo está sendo compreendido sob o contexto sócio-histórico cultural do período temporal entre os anos de 2018 e 2020. Portanto, o fenômeno deste estudo é entendido, nesta tese, pelas subespécies de capital simbólico utilizadas nas práticas cotidianas de trabalho de vendedores ambulantes no município de Maringá.

Quanto ao campo, Brulon (2013) contribui ao realizar um estudo evidenciando a transposição da tríade conceitual de Bourdieu aos estudos organizacionais, comentando as dificuldades desta transposição e indicando o campo sendo o mais difícil em sua abordagem. Neste sentido, a autora expõe que Markowitz, Cobb e Hedley (2011) não foram bem-sucedidos em sua proposta. Segundo Brulon (2013, p. 8),

[...] os autores selecionam como agentes do campo apenas organizações que desempenham a atividade principal daquele setor de fundos mútuos. Dentro de uma perspectiva bourdieusiana, também são agentes do campo organizações, grupos sociais ou até indivíduos, que tentam alterar as relações de força. Portanto, fornecedores ou organizações que regulam a indústria, por exemplo, também mereceriam ser incluídas no estudo.

Nesse sentido, percebi a necessidade de compreender as práticas cotidianas de trabalho dos vendedores ambulantes a partir da constituição de um espaço social e não de um campo. Como explicam Wacquant e Akçaoğlu (2017, p. 44), os campos são raros e existem apenas em certos domínios de atividade “quando um domínio de ação e autoridade torna-se suficientemente demarcado, autonomizado e monopolizado”. Portanto, Wacquant e Akçaoğlu (2017, p. 44) indicam que “espaço social (e não o campo) é a construção geral que “enfrenta” os conceitos de *habitus* e de capital para gerar prática”. Assim, partindo dessas considerações de Wacquant e Akçaoğlu (2017), ponderei adaptar a equação de Bourdieu (2007, p. 97)

[(*habitus*)(capital)] + campo = prática

para

[(*habitus*)(capital)] + espaço social = prática

Considerarei, na constituição do microespaço social ordenado, os diferentes agentes, que regulam e legitimam as práticas e produtos comercializados. Vendedores não ambulantes, consumidores, comerciantes, fornecedores, instituições públicas, organizações formais e informais, agentes que distinguem produtos distintos e vulgares, práticas distintas e vulgares, (in)validam e (i)legitimam as práticas de trabalho dentro do campo de poder, tornando-se um campo de lutas no qual os agentes lutam por manter seus lugares ou por ocupar outros. Vale lembrar que esta constituição se delineou em conjunto à relação *habitus* e apropriação de capital.

Portanto, a análise do espaço social se deu baseada, mas não replicada, na indicação de Bourdieu apresentada por Grenfell (2018) em três níveis: 1) analisei os *habitus* dos agentes,

os sistemas de disposições que eles adquiriram ao internalizar um tipo determinado de condição social e econômica; 2) Realizei o mapeamento da estrutura objetiva das relações entre as posições ocupadas por agentes que competem entre si pelas relações de poder; e 3) analisei da posição dos agentes em relação ao campo de poder. Ao final do tópico - 7.2 Avenida Brasil: microconstituição do espaço social -, detalho cada uma dessas etapas e apresento o esboço desta constituição.

Também dentre as contribuições dos apontamentos do Professor Denis Alves Perdigão, alguns desses envolvia a reflexão sobre a perspectiva do campo. Comento alguns destes apontamentos para expor as reflexões sobre essas “amarras”. Depois de construir e desconstruir várias vezes minhas percepções, os questionamentos contribuíram para que eu percebesse que talvez um dos pontos mais intrigantes para minha análise seja justamente reconhecer esses momentos de tensão, que se darão nestes contrapesos teóricos. Como pontuou o Professor Denis Perdigão na avaliação do ensaio teórico,

Considerando que ele é um artista de rua e, portanto, inserido neste campo em específico, temos que considerar que para Bourdieu os campos possuem uma espécie de leis gerais (Nomos), funcionando dentro da lógica do poder simbólico. Cada campo tem suas regras que determinam o funcionamento do jogo das relações de poder que lhe dizem respeito. Há critérios para a entrada no campo. No campo das profissões acadêmicas o acesso se dá por meio do diploma. Qual é o critério de entrada no campo dos artistas de rua? Como se rompe esta barreira? Considerando o homem do caso um artista de rua, com sua falta de capital artístico/musical poderíamos de fato incluí-lo neste campo? Para Bourdieu, não se entra em um campo sem ser portador do capital próprio a aquele campo. A quantidade de capital determinará a posição, com base no reconhecimento referente ao capital simbólico.

Portanto, procurei estar atenta a como o homem ordinário se reinventa para dar golpes a estas leis gerais, golpeando esta lógica dentro, então, do espaço social e não mais a abordagem de um campo, burlando as regras e resistindo à lógica do poder simbólico ali delineado por meio de suas possíveis subespécies de capital simbólico. Busquei, portanto, reconhecer ao longo do estudo, como o homem ordinário age para romper essas amarras, ou criar astutamente microamarras que lhe permitam entranhar.

Sobretudo, busquei estar atenta a notar como o homem ordinário consegue, mesmo na ausência do capital legitimado, encontrar fissuras para entrar neste. Logo, resistindo por sua astúcia e criativamente, assumindo sua posição de “marginalidade” ou periferia dentro desse espaço, mas ainda de resistência. Portanto, embora o campo seja indiscutível ao reconhecimento do capital, meu foco não são os mecanismos do campo. A proposta de subespécies de capital

declina a complexidade de ordenamento e estruturas que rege o campo, para atentar-se às práticas do homem ordinário, que rompem esse ordenamento, de modo algum em plenitude, mas conseguindo fazer microdesamarras ou ainda microamarras que lhe possibilitem movimentar-se em meio a esse sistema emaranhado de teias.

Por fim, o último nível trata-se da objetivação participante. Grenfell (2018, p. 374) menciona que “os cientistas sociais são convocados a aplicar os mesmos métodos de análise de seu objeto de pesquisa a si mesmos” com isso o autor pontua que o pesquisador deve “enxergar seu próprio campo de pesquisa em termos de *habitus*, campo e capital e objetivar sua própria posição dentro dele”. Essa proposta de Bourdieu é vista em estudos como *Homo Acadêmicos* e *Esboço de autoanálise*.

Bourdieu (2017, p. 74), ao se referir sobre a observação participante, comenta sua intenção em transmitir seus segredos como um velho feiticeiro, e “oferecer uma técnica, um método ou, mais modestamente, um dispositivo que me ajudou imensamente, e por toda parte, a minha experiência como um pesquisador”. A este dispositivo o autor chama objetivação participante.

Bourdieu (2017, p. 80) comenta que “Nada é mais falso, em minha opinião, do que a máxima quase universalmente aceita nas ciências sociais segundo a qual o pesquisador não deve colocar nada de si mesmo em sua pesquisa”. O autor assume que as experiências dos pesquisadores fazem parte de sua pesquisa, então implícitas e explicitamente nelas durante a escolha do tema, método etc. Porém deve continuamente ter o compromisso de ao realizar esses retornos ao passado realizar uma autoanálise e um exame científico rigoroso. E deste modo, seguir sem culpa sua própria experiência. Bourdieu (2007, p. 80) explica que:

[...] se eu quero entender uma mulher da Kabylia ou uma camponesa de Béarn; um trabalhador migrante turco ou um trabalhador de escritório alemão; uma professora ou um empresário; [...] um filósofo como Heidegger, a coisa mais difícil, paradoxalmente, é nunca esquecer que todas elas são pessoas como eu, pelo menos na medida em que elas não se colocam antes para as suas ações na postura de um observador. Pode-se dizer mesmo sobre elas que, estritamente falando, elas não sabem o que estão fazendo: pelo menos no sentido em que eu, como observador e analista, estou tentando conhecer. Elas não têm em suas cabeças a verdade científica de sua prática que eu estou tentando extrair da observação de sua prática. Além disso, elas normalmente nunca se fazem as perguntas que eu me perguntei ao atuar junto a elas como um antropólogo: por que tal cerimônia? Por que as velas? Por que o bolo? Por que os presentes? Por que esses convites e esses convidados, e não outros? E assim por diante.

Bourdieu (2017) propõe uma reflexividade na pesquisa. Para Bourdieu (2017, p.82), o pesquisador precisa “fazer uso racional de sua experiência nativa, porém, anteriormente

objetivada, para entender e analisar as experiências de outras pessoas”. Notamos que a proposta de objetivação participante assume a interação das experiências do pesquisador em sua análise, mas exige primeiramente uma autoanálise, sendo esse nas palavras do autor um trabalho lento e difícil, de modo a continuamente o pesquisador refletir sua posição dentro do campo. A seguir, comento sobre a perspectiva etnográfica que trabalhei neste estudo.

5.2 TÓPICOS ESPECIAIS: ETNOGRAFIA

Conhecer a perspectiva do estudo etnográfico foi realmente um tópico especial em minha vida acadêmica. Tópicos especiais em estudos organizacionais e sociedade. Esse era o nome da disciplina que minha orientadora indicou para que cursasse no primeiro semestre do doutorado.

Sinceramente, não fazia ideia do que trataria esta disciplina, e a euforia em estar iniciando o doutorado acredito que era tanta que isso nem parecia relevante. Imagine, então, minha surpresa no primeiro dia de aula ao descobrir que a disciplina contemplaria uma abordagem da etnografia nos estudos organizacionais. “Etnografia”, “antropologia”, “descrição densa”, “estranhamento”, “já pensem em um campo, para realizarem o trabalho”, “estudo de brigas de galo” termos comentados pela professora que não faziam o menor sentido para mim diante do estudo de administração. Oh Deus! quanta ignorância!

Penso que “caiu minha ficha” de onde estava quando lembrei de um comentário da minha orientadora sobre uma pessoa que, ao realizar sua pesquisa de tese em circos, precisou deixar o campo quando começou a cogitar a possibilidade de largar tudo para continuar viajando e trabalhando no circo. Sim, ali estava eu com essa “doida”, digo, professora. Que fique claro, a loucura a meus olhos não assume um sentido pejorativo, mas de audácia em oposição ao estabelecido (além da relação de afeto com esse termo em ter sido cuidado quando criança por uma tia esquizofrênica, que tanto me ama).

Neste momento, ao me direcionar por esse caminho metodológico da etnografia, em meu estudo de tese, que como comumente ouvimos nos bastidores acadêmicos trata-se de “quase” relação de gestação, acredito construir com este método todos os estágios de uma boa

relação. Empatia ao encontro, aventura ao se lançar nesta relação, o ardor das paixões, as boas brigas e reconciliações, inseguranças, medos, cumplicidade, descobertas, penso que todos esses pontos fizeram parte desta relação método/pesquisadora. Apresento, a seguir, a descrição de sob qual ótica segui nessa relação.

Assumo neste estudo uma aproximação à perspectiva interpretativa de Geertz (2015). A etnografia é uma “descrição densa”, defende o autor. Para Geertz (2015), a prática da etnografia relaciona-se ao esforço intelectual que se exige do pesquisador. Portanto, embora a etnografia esteja relacionada a estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante, ela não se fixa nestes aspectos. Para Geertz (2015), a prática etnográfica exige um desafio além, trata-se de arriscar-se a uma “descrição densa”, termo o qual o autor toma emprestado de Gilbert Ryle.

Geertz (2015) ressalta a relevância de uma “descrição densa” a partir da elucidação apresentada por Ryle de dois garotos piscando rapidamente. Em um desses, o movimento trata-se de um piscar involuntário, “um tique”. No outro, um gesto de piscar, uma piscadela conspiratória a um amigo. Assim, Geertz (2015, p. 5) apresenta, a partir da discussão de Ryle, que:

Como movimento os dois são idênticos; observando os dois sozinhos, como se fosse uma câmara, numa observação “fenomenalista” ninguém poderia dizer qual delas seria um tique nervoso ou uma piscadela ou, na verdade, se ambas eram piscadelas ou tiques nervosos. No entanto embora não retratável, a diferença entre um tique nervoso e uma piscadela é grande, [...]. O piscador está se comunicando e, de fato, comunicando de uma forma precisa e especial: (1) deliberadamente, (2) a alguém em particular, (3) transmitindo uma mensagem particular, (4) de acordo com um código socialmente estabelecido e (5) sem o conhecimento dos demais companheiros.

O relato ainda continua com a apresentação de um terceiro garoto que passa a imitar o piscar do primeiro, e embora o movimento seja o mesmo para os três, neste terceiro o código socialmente estabelecido é ainda outro, o de ridicularizar. Como apresenta Geertz (2015, p. 5), “se os outros pensarem que ele está realmente piscando, todo seu propósito vai por água abaixo”. Na sequência, o autor aponta que, se o imitador se colocar em casa a piscar na frente do espelho, esse movimento passa então a outro significado, um treinamento, ele estaria ensaiando. Diante disso, Geertz (2015, p. 5) indica que

[...] um behaviorista radical ou um crente em sentenças protocolares, o que ficaria registrado é que ele está contraindo rapidamente sua pálpebra direita, como os dois outros. [...] O caso é que, entre o que Ryle chama de “descrição superficial” do que o ensaiador (imitador, piscador, aquele que tem o tique nervoso...) está fazendo (“contraindo rapidamente sua pálpebra direita”) e a “descrição densa” do que ele está

fazendo (“praticando a farsa de um amigo imitando uma piscadela para levar um inocente a pensar que existe uma conspiração em andamento”) está o objeto da etnografia: uma hierarquia estratificada de estruturas significantes [...].

O exemplo nos faz refletir que os significados podem ser inúmeros, mesmo se tratando de um único movimento. Portanto, a descrição densa no estudo etnográfico nos permite buscar compreender além da superficialidade de um movimento, de uma ação, atitude. Sobretudo, contempla a habilidade de buscarmos reconhecer em meio aos emaranhados contextos implícitos e explícitos as cargas simbólicas envoltas a este movimento. Assim, devemos observar estes movimentos produzidos, percebê-los e interpretá-los em seus significados, estratificando camadas.

Esta reflexão me leva analogicamente à lembrança de um filtro caseiro no qual geralmente somos convidados a produzir no início de nossos estudos, ainda quando crianças. Diferentes camadas de pedras, areia, algodão são introduzidas, tornando mais clara e transparente ou “purificada” determinada concentração de água poluída, que passa por essas estruturas. Contudo, numa perspectiva da “descrição densa” deste experimento, estaríamos atentos para notar não apenas o produto final, mas ao que ficou atrelado a cada uma das camadas.

Gostaria, portanto, de posicioná-los que tive por proposta de interpretação e análise do reconhecimento das subespécies de capitais ao me aproximar da perspectiva de De Certeau de singularidade e me afastar a uma possível generalização mesmo que fracionada aos diversos campos notada em Bourdieu.

Para o desenvolvimento da defesa de subespécies de capital taticamente utilizado no cotidiano da gestão ordinária, considero, a partir da construção teórica deste estudo e das evidências empíricas do campo, a existência de três categorias de primeira ordem que embasam esse estudo: práticas, apropriação de capitais [(*habitus*). (capitais)], relações de poder no cotidiano da gestão ordinária. As categorias de segunda ordem, que fazem a mediação entre essas categorias, serão desenvolvidas durante a realização das análises.

Proponho pensarmos essa interpretação e análise alinhadas à ideia de uma “ciência prática do singular” citada por De Certeau e Giard (2012a, p. 341), ao comentarem sobre o ordinário e a cultura ordinária.

Alguns pontos sobre a cultura ordinária são comentados pelos autores em distinção à cultura de massa. Apresento essa reflexão, pois parece-me complementar a perspectiva interpretativa da etnografia, diante do estudo do homem ordinário. Auxilia a refletir o direcionamento de nosso olhar dentro do trabalho de campo sobre a análise e reconhecimento de subespécies de capitais diante das práticas cotidianas do contexto de trabalho destes agentes.

Para De Certeau e Giard (2012a, p. 341), “A cultura ordinária oculta uma diversidade fundamental de situações, interesses e contextos, sob a repetição aparente dos objetos de que se serve”. Ressalvo, repetição aparente! Pois, como observa os autores, a cultura ordinária “diz respeito a um ‘consumo’ que trata o léxico dos produtos em funções de códigos particulares, muitas vezes obras dos praticantes e em vista de seus interesses próprios”. Por fim, os autores defendem que a cultura ordinária trata-se, sobretudo, de uma “ciência prática do singular”. Compreendo, portanto, que precisamos nos atentar para o seguinte ponto: a análise das práticas cotidianas deve ser interpretada e reconhecida, durante sua análise em suas singularidades, como aponta De Certeau e Giard (2012a, p. 341)

Conhecemos mal os tipos de operações em jogo nas práticas ordinárias, seus registros e suas combinações, porque nossos instrumentos de análise, de modelização e de formalização foram construídos para outros objetos e com outros objetivos. O essencial do trabalho de análise que deveria ser feito deverá inscrever-se na análise combinatória sutil, de tipos de operações e de registros, que coloca em cena e em ação um fazer-com, (grifo meu) aqui e agora, que é um ato singular ligado a uma situação, circunstâncias e atores particulares. Neste sentido, a cultura ordinária é antes de tudo uma ciência prática do singular, que toma as avessas nossos hábitos de pensamento onde a racionalidade científica é conhecimento do geral, abstração feita do circunstancial e do acidental. À sua maneira humilde e obstinada, a cultura ordinária elabora então o processo do nosso arsenal de procedimentos científicos e de nossas categorias epistêmicas, pois não cessa de rearticular saber a singular, de remeter um e outro a uma situação concreta particularizante e de selecionar seus próprios instrumentos de pensamento e suas técnicas de uso em função desses critérios.

Compreendo, portanto, que a análise das práticas cotidianas não deve ser enquadrada uniformemente a um instrumento de análise, mas pode ser revelada por múltiplas técnicas, que possam traçar relações em meio às teias de significados conforme a singularidade do fenômeno. Neste sentido, assumo que o método etnográfico em sua multiplicidade de estrutura, forneça o embasamento para essência de uma análise que se liga à ação de um fazer-com, citado pelos autores.

Como indica Geertz (2015, p. 7), “o etnógrafo enfrenta uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras”. É necessário, nesse contexto, como aponta Geertz (2015), que primeiro o etnógrafo aprenda de

alguma forma, e depois apresente essa multiplicidade de estruturas que se apresentam simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicitas.

Ainda neste sentido, comento que este caminho metodológico deve direcionar a singularidade dos possíveis “resultados” que possam ser encontrados. Esses possivelmente serão sempre distintos, a depender do indivíduo estudado, do pesquisador, do contexto histórico social, as repetições ainda que ocorram e possam ser similares a uma categorização, serão aparentes, ressalvo apenas aparentes. Não se trata, portanto, de encontrar subespécies de capitais que se configurem similares a uma cultura de massa. Com indica De Certeau e Giard (2012a), cultura de massa busca a produção em massa, homogeneização, simplificação, para uma difusão em larga escala.

Com isso, assumo que a análise de possíveis subespécies de capital não busca uma incidência de frequência, ou busca por um padrão entre diferentes homens ordinários. Defendo a perspectiva de uma pluralidade de capitais e suas singularidades. Assim, de modo fictício, embora Maria e José evidenciem possuir uma mesma aparência de subespécie de capital, a forma com que cada um o pratica em sua arte de fazer, em sua interação e experiência o torna singular. Logo, embora possam ser reconhecidos em similaridades e reprodução, e pareçam se repetir identicamente, apenas parecem.

Assim, convém pontuar que por momento declino à busca por uma generalização de subespécies de capital em diferentes indivíduos ou campos como na abordagem de Bourdieu. Assumo, portanto, a singularidade presente nas práticas cotidianas, rearticuladas constantemente por um saber não sabido do homem ordinário.

Em contrapeso, para não me perder em meio ao abismo do singular e individual, buscarei trazer para análise também elementos da perspectiva da etnografia urbana, para me atentar a compreender as práticas e o meio ao qual elas ocorrem. Trataremos da etnografia urbana no tópico a seguir.

Com isso, gostaria de deixar claro que a proposta não envolve uma análise individualizada ao sujeito. Mas sobretudo, as relações de suas práticas e movimentos no ambiente de trabalho em que estes indivíduos estão inserido e fazem parte. E assim, por auxílio do método etnográfico, reconhecer essas “artes de fazer”, ao contexto desta nova “ótica da gestão ordinária” (CARRIERI *et al.*, 2018, p. 4) na área dos estudos organizacionais.

Por fim, comento ao encerramento deste tópico que um dos aspectos mais intrigantes no estudo etnográfico, na minha percepção, é a necessidade de assumir o “nada sei”. Assumir a ignorância diante do outro, mas, sobretudo, assumir a possibilidade de conhecer e aprender com o outro.

Nesse sentido, Czarniawska (2007) comenta o estudo de Marianella Sclavi (1989) que se propôs a acompanhar o cotidiano de dois estudantes em escolas públicas do subúrbio de Nova York e no centro de Roma. A autora explica que Sclavi assume iniciar o estudo sem saber o que procurar e sem qualquer ideia das formas que os resultados finais pudessem tomar. Suas regras eram simples, observar cuidadosamente qualquer coisa que pudesse ser diferente nas práticas escolares italianas, procurar sinais implícitos de poder, autoridade (símbolos). Fui a campo também nesta feliz ignorância!

5.2.1 As práticas na cidade: etnografia urbana

A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico (DE CERTEAU, 2012, p. 161)

Meu encontro com a perspectiva da etnografia urbana não aconteceu durante o curso da disciplina “Tópicos especiais”, a qual comentei anteriormente. No entanto, considero esse interesse a dois fatos principais.

Ao começar a estudar Bourdieu e De Certeau, passei a ter um novo olhar sobre inúmeras situações da sociedade, como se escamas caíssem dos meus olhos. Ainda em 2016, enquanto cursava uma disciplina como aluna não regular, no semáforo em frente à universidade fui surpreendida pelo Adriano. Vendendo água e suco com um traje social e gravata borboleta, segurava uma bandeja como um garçom entre os carros. Nos breves momentos em que o sinal esteve fechado, tirei uma foto e perguntei seu nome, publicando nas redes sociais meu encantamento com a situação, e sua criatividade, o termo “encontrando fissuras” já fazia parte do meu vocabulário, a partir dos estudos de De Certeau (2012). Atualmente morando em Maringá, nunca mais vi o Adriano. Publico sua foto sem ressalvas em virtude de sua interação comigo naquele momento, expresso por seu sinal de positivo, fazendo pose para foto.

Figura 4 - Adriano trabalhando



Fonte: rede social da pesquisadora.

Em 2017, já como aluna regular do programa de doutorado (Graças a Deus!, minha mãe, muita dedicação minha e, claro, o aceite da Professora Elisa, como orientadora. Ops! Parei, ainda não é momento dos agradecimentos, não é mesmo?!), cursei uma disciplina intitulada “A cidade no processo de políticas públicas”, e ao realizarmos uma aula de campo já no término da disciplina, saímos caminhando pela cidade, atenta a diversos fenômenos e muitos me chamaram a atenção, mas comento dois desses. Uma senhora sentada na esquina da Praça Raposo Tavares, onde circulam muitas pessoas, de modo geral de característica popular, gritava algo como “OLHA A PAÇOCA!”. Enquanto tirava fotos dela, percebi que uma jovem ao lado comentou o que eu estava fazendo, e embora não tenha compreendido ao certo sua fala, por estar a uma determinada distância, soou como uma ameaça.

Desisti das fotos e lembro de ter comentado com uma colega “eu queria falar com aquela senhora”, mas continuei a caminhar. Um duas quadras à frente me deparei com o “músico” já ilustrado neste trabalho. Fiz questão de retornar por um caminho que pudesse observar novamente aquela mulher, indo em direção ao ponto de ônibus para retornar à universidade. Dessa vez, ao passar por ela comprei duas paçocas, ela me atendeu muito naturalmente e de forma gentil, não sei ao certo se me reconheceu, e mesmo que sim, por mais irritada que pudesse estar, provavelmente não deixaria de vender.

Uma delas comi ainda dentro do ônibus após comprar um refrigerante em uma das lanchonetes ali próximas. A outra levei ao professor da disciplina em agradecimento pela experiência na aula de campo. Lembro de comentar com ele que não sabia a procedência (pensando na higiene da fabricação), mas que eu já tinha comido a minha e estava bem. Ele em sua extrema gentileza se demonstrou muito receptivo e alegre com o agradecimento.

Com isso quero dizer que, embora já tivesse transitado na cidade por inúmeros momentos, apenas a partir destas experiências de encontro a lentes teóricas, passei a perceber a cidade com olhos de pesquisadora. Neste estudo pude sair desse local de distanciamento e ir ao encontro da imersão proposta pela etnografia, e de modo específico no urbano das ruas onde essas práticas acontecem. Com isso, ressalvo que esses encontros não aconteceram dentro de uma organização com CNPJ institucionalizado, mas nas ruas, na cidade.

O segundo fator, agora de modo a um encontro conceitual e acadêmico, foi quando tive a surpresa de conhecer a especificidade da etnografia urbana. A seguir faço uma breve contextualização da perspectiva da etnografia urbana de modo conceitual e comento como percebo as possibilidades de contribuição desta na minha pesquisa.

A etnografia urbana surge como uma nova área de interesse no interior da antropologia. Cordeiro *et al.* (2003) expõe que a designação “antropologia urbana” tem sua origem nos Estados Unidos a cerca de três décadas (logo caminhamos entre a sociologia europeia reconhecida nas bases teóricas desta tese, para pequenos passos na sociologia americana). O marco do interesse pode ser retratado pela publicação da obra *Urban Anthropology. Research Perspectives and Strategies*, organizada por Elizabeth Eddy em 1968.

Nesse sentido, o contexto histórico da etnografia urbana ou como indica Cordeiro (2010, p. 113) sua “pequena história” tem origem no início do Sec. XX (entre os anos de 1910 e 1930) com os etnógrafos-sociólogos da Escola de Chicago. De acordo com autor, o crescimento acelerado da cidade no período teria contribuído para este desenvolvimento. Oejo (2013a) comenta que esse grupo de estudiosos influenciou diversas áreas como criminologia, imigração, etnias, comunidades, entre outros, sendo as condições urbanas elemento comum a todos os estudos. Um dos personagens principais deste período, Robert Park incentivava fortemente seus alunos a deixarem as bibliotecas e livros e irem a campo na cidade, com expressões como: senhores, vão buscar assentos para sujar suas calças em pesquisas reais!

Ocejo (2013a) indica em seu livro *Ethnography and the City* que muitos autores que trabalham dentro de uma perspectiva de etnografia urbana seguem os três temas comuns da tradição da Escola de Chicago. Segundo Ocejo (2013a, p. 7):

A tradição de Chicago enfatiza a descoberta, ou ‘identificar e analisar novas, não apreciadas, ou processos mal apreciados que têm efeitos importantes na vida social’ (9). Em segundo lugar, eles demonstram ‘lealdade ao fenômeno’ sob investigação, ou examinar o que está realmente acontecendo entre as pessoas no cenário. Ambos os temas enfatizam o uso dos dados coletados do trabalho de campo como a principal fonte de explicações teóricas, ao invés de ir ao campo com explicações teóricas em mãos. O tema final da tradição de Chicago de trabalho de campo é a coleta de dados originais em formas originais, com a qualidade da originalidade decorrentes da escolha de um etnógrafo de configuração, população e ângulo. Em outras palavras, as decisões que os etnógrafos tomam sobre as pessoas e lugares que estudam, as estratégias que prosseguir, os relacionamentos que eles formam e gerenciam, e o ângulo analítico que eles tomam homenagem à originalidade e natureza inovadora dos dados que coletam.

Cordeiro (2010) explica que o segundo momento desta “pequena história” marca-se na Escola de Manchester, com investigações feitas nas cidades da ex-Rodésia do Norte. Esse momento é marcado por um olhar às situações e às redes sociais. Assim, retira-se o foco sobre a espacialidade dentro da etnografia urbana, assumindo perspectivas inspiradas na noção de situação onde as interações são o foco e rede social, onde o etnógrafo assume a mobilidade de ver e seguir as redes.

Diversos fatores influenciaram o anseio sobre a etnografia urbana. Esse fatores relacionados às transformações sociais, econômicas e políticas, como os fluxos migratórios para as cidades, a importância das cidades como lugares centrais, os problemas urbanos tais como pobreza, marginalização, entre outros tornaram-se questões relevantes aos olhares antropológicos distintos aos direcionados em seu período clássico das “sociedades exóticas”. Como faz notar Cordeiro *et al.* (2003), passou-se a olhar não mais para o estudo do outro, como diferente à própria cultura do investigador. O investigador agora investiga a própria comunidade, os próprios marginais, a própria etnia.

No mesmo sentido, Magnani (1996, p. 3) comenta que “basta uma caminhada pelos grandes centros urbanos e logo entra-se em contato com uma imensa diversidade de personagens, comportamentos, hábitos, crenças, valores”. Portanto, o outro não é mais percebido unicamente pelo exótico de “povos primitivos”, o exótico passa a ser reconhecido no dia a dia, aproximando o olhar do etnográfico às questões cotidianas.

Os temas e propostas etnográficas acontecem em diversos contextos, não se tornam exclusividade da especificidade da etnografia urbana. Contudo, para Ocejo (2013a), o que distingue as etnografias urbanas é o fato de que os pesquisadores atribuem valor à força da vida urbana em suas análises.

Considero, assim, que a perspectiva da etnografia urbana auxilie a atenção ao meio em que os vendedores ambulantes realizam suas práticas, pois como aborda Magnani (2002), a etnografia urbana não se trata de compreender uma etnografia “da cidade”, mas sobretudo “na cidade”. Como já comentado, o intuito principal do estudo localiza-se nas práticas cotidianas de trabalho destes agentes, mas sem dúvida é preciso percebê-los na interação, no ambiente em que realizam essas práticas e, sobretudo, como utilizam desse espaço urbano para suas práticas.

O que a etnografia urbana tem procurado, de acordo com Cordeiro (2010, p. 113),

tem sido a focalização justa, a partir de dentro, não tão próxima que sobrevaloriza o particularismo individual, reforçando esta visão atomizada da vida urbana (como se o indivíduo estivesse só), nem tão longe que resulte num recorte demasiado abrangente onde a inserção do indivíduo em grupos e redes se perca, acabando por ficar desprovido de sentido e de inteligibilidade para o observador. É a medida certa deste enfoque tão próprio da antropologia que tem permitido leituras e interpretações do viver urbano, relativamente invisível [...]

Nesse sentido, Magnani (2002, p.18) chama a atenção ao fato de que em muitas análises “a dinâmica da cidade é creditada de forma direta e imediata ao sistema capitalista; mudanças na paisagem urbana, proposta de intervenção [...]”. E sim, certamente isso ocorre, mas o que o autor deseja emergir é o fato da invisibilidade dos personagens que não fazem parte, por exemplo, dos investidores privados, a serviço dos interesses do capital.

Magnani (2002, p. 18) destaca que

contrariamente às visões que privilegiam, na análise da cidade, as forças econômicas, a lógica do mercado, as decisões dos investidores e planejadores, proponho partir daqueles atores sociais não como elementos isolados, dispersos e submetidos a uma inevitável massificação, mas que, por meio do uso vernacular da cidade (do espaço, dos equipamentos, das instituições) em esferas do trabalho, religiosidade, lazer, cultura, estratégias de sobrevivência, são os responsáveis por sua dinâmica cotidiana.

No mesmo sentido, De Certeau (2012) ao escrever sobre as práticas de espaço na cidade, chama a atenção para práticas urbanas que passam despercebidas, como se fosse cessada a visibilidade onde vivem os praticantes ordinários da cidade. Contudo, embora não dada atenção a essas táticas ilegíveis, elas constituem regulações cotidianas e conseguem se proliferar sobre o discurso utópico e urbanístico da cidade. Como indica De Certeau (2012, p.

161), “A cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas”.

Portanto, no mesmo sentido que Magnani (2002), De Certeau (2012, p. 161-162) defende que proliferam as práticas urbanas, “as astúcias e combinações de poderes sem identidade [...] impossíveis de gerir”, devendo-se, assim, desviar-se desse terreno do discurso e “analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento”.

Em suma, neste tópico busquei apresentar como o estudo etnográfico pode contribuir para realização desta pesquisa. Assumo, assim, a possibilidade de aliança entre as ferramentas teóricas e o estudo etnográfico, aqui traçados sobre a abordagem interpretativa e especificidade urbana. A seguir, comento como imagino alguns passos da realização deste estudo.

5.3 ACOMPANHANDO AS ARTES DE FAZER DE VENDEDORES AMBULANTES

Eu gostaria de acompanhar alguns dos procedimentos - multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos - que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade.
(DE CERTEAU, 2012, p. 163)

“Clichê” ou não, faço das palavras de De Certeau, citadas acima, também as minhas. Neste tópico, descrevo uma breve reflexão de como realizei algumas ações do estudo etnográfico. Num primeiro momento, busquei informações em dados secundários, realizando a leitura de legislações, material jornalístico, reportagens, observando vídeos e fotografias que acabaram compondo o acervo de dados etnográficos desta pesquisa. Tenho por intenção ter uma visão geral do campo.

Num segundo momento, realizei saídas exploratórias em dois sentidos. O primeiro sentido foi a realização de saídas exploratórias observando os trabalhadores de rua que habitam o espaço territorial urbano no município de Maringá – PR, realizando observações nas ruas centrais da cidade e lugares que transito no dia a dia. Tomei notas de campo e fiz o registro de imagens e de diários de campo tendo num primeiro momento apenas a percepção destas observações. Acredito que esse olhar à distância contribuiu durante o processo de desconstrução

das minhas percepções, auxiliando a refletir como eu percebia seus corpos, suas ações, antes e após me aproximar para vivenciá-las e compreendê-las, tendo por essência a perspectiva “de perto e de dentro” de Magnani (2002). Assim, na sequência, as saídas exploratórias tomaram um outro sentido, o de aproximação.

Para as entrevistas, utilizei questionário semiestruturado elaborado para duas categorias: clientes (Apêndice A), comerciantes (Apêndice B). Quando autorizadas, estas eram gravadas em áudio, quando não, estas eram anotadas manualmente ou digitadas em um arquivo doc. no celular. Para as entrevistas com os vendedores, não utilizei questionário, elas foram conduzidas livremente por uma ótica biográfica. Realizei entrevistas com nove trabalhadores(as), sendo quatro vendedoras e cinco vendedores ambulantes. No mais, foram entrevistados seis comerciantes próximos ao lugar que eles realizam suas práticas de trabalho e 23 clientes formalmente. Contudo, muitas outras conversas informais foram realizadas com os clientes relacionados à temática de estudo, com a abordagem de uma ou outra questão durante o atendimento deles e então tomadas notas de suas respostas. Além dessas, foram realizadas entrevistas com dois fornecedores. Os nomes citados dos agentes mesclam-se entre reais, fictícios de minha autoria e fictícios pela indicação dos próprios agentes.

Nas instituições públicas, como a secretaria de fiscalização, busquei informações pessoalmente e por meio de protocolos, aos quais pessoalmente não concederam entrevistas, apenas disponibilizaram uma relação de documentos (Anexo B) necessários para o cadastro de vendedores ambulantes, e por requerimento (Apêndice D) responderam apenas um dos dados solicitados (Anexo A).

No primeiro contato com os trabalhadores(as), expliquei de uma forma informal sobre o trabalho e solicitei autorização para acompanhar suas práticas de trabalho e/ou realizar as entrevistas em profundidade, se estivessem de acordo, sendo essas gravadas ou anotadas. Conduzi as entrevistas sobre quatro eixos: sua história de vida familiar/pessoal; sua história profissional; sua história educacional/escolar; e sua história com aquela atividade de trabalho naquele espaço. Realizei neste sentido perguntas abertas como “Conte-me um pouco sobre sua infância”; “Quando iniciou seu trabalho?”; “Poderia me contar como é seu dia a dia de trabalho?”; “O que considera como de maior valor nas suas atividades?”. Assim, procurei estar atenta a outros assuntos que emergiram e aprofundá-los diante das possibilidades.

De modo similar, Ferro *et al.* (2016, p. 52) comentam sobre sua abordagem aos artistas imigrantes em seu trabalho.

Num primeiro momento, realizamos conversas informais em diferentes situações de acesso ao terreno, com registos sistemáticos no diário de campo, de momentos concretos e indicações sugeridas para análise, organizando os conteúdos empíricos entre observações e reflexões. Posteriormente, as sete entrevistas gravadas centraram-se na vida dos músicos, nos seus laços de amizade e parentesco, na situação económica, nos lugares que frequentavam, nos momentos de lazer e nas aspirações profissionais e pessoais [...] Mais tarde, houve a preocupação de aprofundar a história de quatro dos músicos entrevistados.

Nesse sentido, as entrevistas aconteceram em profundidade com abordagem biográfica, ou seja, buscando trazer à tona uma minibiografia da vida destes agentes invisíveis, com histórias e experiências de uma vida comum, mas não menos valorosa. A entrevista de abordagem biográfica teve como intuito dar início ao reconhecimento dos *habitus* dos agentes, e um primeiro passo para conhecer o delinear da trajetória de vida deste, reconhecendo-o como possível homem ordinário.

Portanto, trata-se de ir além de um reconhecimento superficial, trata-se de buscar reconhecer como a trajetória de vida relaciona-se às suas práticas atuais. Como mencionam Ferro *et al.* (2016, p. 56) sobre a abordagem biográfica:

Mais do que caracterizar social e demográfica estes artistas e alcançar um desenho das suas principais condições de trabalho artístico, interessou-nos compreender de que modo as várias aprendizagens desenvolvidas ao longo da vida, tanto ao nível formal como informal, se relacionam com as trajetórias de migração dos artistas imigrantes e com a sua integração no campo artístico em Portugal.

Embora num primeiro momento eu não tivesse um critério específico para escolher o(a) trabalhador(a) que iria sombrear similar ao que comenta Czarniawska (2007, p. 33) sobre o estudo de Sclavi (1989) em que “Ela não escolheu a pessoa para sombrear de acordo com qualquer critério específico”, isso (des)constituiu-se com o primeiro momento das saídas exploratórias. Estas me auxiliaram a perceber critério por uma necessidade subjetiva minha enquanto pesquisadora, meu critério intuitivamente se deu por uma necessidade primária de sentimento de segurança. E assim, como estimava, o campo me releve esta pessoa.

Ao acompanhar as atividades de minhas agentes-chave, utilizei da técnica de *shadowing*. Como aponta Pujadas (2018), em seu estudo sobre a mobilidade cotidiana na região metropolitana de Barcelona, algumas técnicas contribuem para captar fenômenos da vida social em que façam parte a mobilidade, simultaneidade, fragilidade e multi-territorialidade. Busquei,

assim, acompanhar os diferentes lugares que percorria, sobretudo durante suas práticas de trabalho, busca e negociações de compra de mercadorias, deslocamentos realizados durante o trabalho, imitação e aprendizagem de seus gestos de trabalho, visitas ao lugar de moradia e práticas de lazer.

Assim sendo, tive o propósito de acompanhar “como sombra” as atividades dos agentes. Com a utilização desta técnica, obtive profunda intimidade com a principal pesquisada, colocando-me como sua aprendiz.

Embora, num primeiro momento, a sombra que possa vir a nossa mente seja aquela que nos “acompanha” diariamente, formando um contorno, quando o corpo bloqueia a luz (e a qual eu tinha a felicidade de perseguir na infância a sombra da minha tia, ora para se esconder do sol, durante alguns trajetos, ora por mera diversão) não é apenas esta que precisamos recordar. Trata-se melhor de lembrar artistas mímicos/clowns, que seguem pessoas nas ruas reproduzindo seus gestos.

Minha perspectiva ao reproduzir os movimentos de trabalho desta agente foi compreender, dentro da perspectiva etnográfica, a significação destas práticas em seu contexto de trabalho, interpretando em suas práticas as possíveis subespécies de capitais que se utilizam para sobreviver neste meio. Portanto, ao recordar Geertz (2015) sobre as piscadelas num olhar distante, fui apenas mais um indivíduo exercendo uma ação, em outras palavras, como o terceiro garoto que imita o gesto do colega. Mas se compreendida sob a ótica da interpretação de uma descrição densa, havia então o meu reconhecimento por uma intenção acadêmica aos próximos.

Estive sempre ciente do possível desconforto e estranhamento que a abordagem pudesse trazer tanto a mim como pesquisadora quanto aos pesquisados. Contudo, tentei exprimir destes algo positivo que me auxiliassem nas reflexões como fontes primárias de *insights*. Contudo, busquei deixar claro para os agentes que a qualquer momento eles tinham liberdade para pedir a interrupção do estudo, temporária ou permanentemente. A mesma liberdade assumi para mim e então evitei ou me esquivei de situações, quando possível.

Junto à proposta de observação participante, busquei acompanhar a atividade, aprendê-la e compreender seus significados. Busquei, portanto, um “estar no trabalho”, como comenta Ocejo (2013b, p. 79). O autor refere-se à ação dos etnógrafos participarem das mesmas atividades, fazendo o mesmo trabalho. Essa convivência entre os participantes é comentada

pelo autor como uma estratégia para busca e análise de informações, pois permite aos pesquisadores vivenciarem a vida social em seus locais de campo.

Em suma, esta operacionalização se deu pelo uso da técnica de sombra direcionada de modo mais peculiar a vivências das práticas e gestos realizados por minha agente principal. Portanto, a técnica configurou-se num primeiro momento enquanto um ponto nuclear para todo o envolvimento do estudo etnográfico no contexto urbano que permitia uma visão sistêmica do campo estudado. Assumo, porém, que deixei de utilizar a técnica *shadowing*, quando deixei de tentar realizar os gestos de trabalho da minha agente com a tentativa proposital de reprodução dos seus gestos, e passei então a realizá-los com minhas adaptações.

Minha saída “oficial” do campo se deu em meados de agosto de 2020. Comecei a comunicar meu distanciamento do campo no ano seguinte ainda em dezembro de 2019. Depois de alguns dias de “férias”, em janeiro de 2020 iniciei o processo de distanciamento parcial do campo. Alterei meus horários, passando a ir nos períodos da tarde, e passei a reduzir progressivamente minha permanência no campo, e conseqüentemente deixei de realizar algumas das práticas de trabalho enquanto estava lá.

Comecei a aprofundar as entrevistas com outros agentes do campo, mas ali ainda era “meu porto seguro” ao qual retornava. Com a interrupção das atividades comerciais devido à pandemia, estive afastada fisicamente do campo por 4 meses e retornei brevemente no mês de agosto para concluir algumas entrevistas e acompanhar os últimos dias de trabalho da minha principal pesquisada. Devido ao fato de ela me avisar que pretendia se mudar no dia 12/08/2020.

Durante todo o tempo ausente fisicamente dentre os quatro meses ausentes e posteriormente a sua mudança de cidade, ela sempre manteve o vínculo diário comigo por meio do *whatsapp*, com no mínimo uma mensagem de bom dia! sempre de iniciativa dela, mas também com o compartilhamento de fotos e áudios contando algo sobre o trabalho, seus sentimentos e aspectos de sua vida pessoal. Ela era genial na arte de cultivar suas redes, eu imensamente falha.

Tentamos manter a despedida em tom de celebração pela nova etapa. Apesar de sentir meu coração apertado, no campo fizemos um café da manhã caprichado como ritual de despedida. No privado, fiz então uma janta e a busquei para passarmos então algumas últimas horas juntas e preparei um mimo de recordação.

Particularmente, não gosto de despedidas, evito e evitei esse momento específico também no campo. Na relação com os outros agentes, consegui me abster desse momento, pois ao ficarem sabendo da partida da Fran, implicitamente essa também foi a comunicação da minha “partida”. Era um sentimento de satisfação em ter vivido tudo aquilo, conhecido aquelas pessoas, e também um misto quanto ao sentido de “missão cumprida” em combate à minha inquietação de refletir o tanto que ainda poderia ser realizado.

Portanto, o estudo desenvolveu-se entre março de 2019 e agosto de 2020, tendo a “interrupção” de 4 meses durante o início da pandemia da Covid-19, no contexto brasileiro. Por fim, estimo que a descrição densa que segue no capítulo seguinte de resultados e discussões da pesquisa contribua para legitimidade deste estudo ao qual pude “estar lá” acompanhando a arte de fazer de vendedores ambulantes.

6 EXPONDO VIDA(S) AO ENREDO TEÓRICO: RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

Nesta seção, apresento os resultados e discussões alcançados com a pesquisa e espero que possam ser percebidas como uma forma de reflexão e olhar para a vida: a vida cotidiana de trabalho na gestão ordinária. Assim, busco entrelaçar as teorias discutidas anteriormente e a vivência da experiência etnográfica.

Ao decorrer da discussão, dou pistas de como percebia estas práticas interagirem com aspectos do meu físico e da minha subjetividade. Escrevi os tópicos predominantemente contando relatos, momentos, dias, situações e histórias que por momento parecem assumir um tom de individualidade, mas esclareço que essas são como a leitura da capa de um livro, ao qual existe tantas outras páginas a tratar a mesma temática acopladas a esta capa, e ainda assim cada página única por seu conteúdo. Além disso, não estranhe caso ao ler a descrição de um momento reflita que esse também está relacionado ou remete ao tópico discutido anteriormente, de fato ele provavelmente está e cientemente o incluí dessa forma.

Tentei não articular “diversas evidências” a fim de precisar comprovar, com máximo de provas possíveis, um aspecto (talvez o devesse, é o usual), mas a princípio tentei apenas descrever e destacar a interpretação de alguns efeitos sobre alguns momentos, alguns dias e ocasiões a fim de compor ao final uma simples visão sobre o dia a dia daquele espaço social e seus agentes. Esses agentes também não foram descritos de “uma única vez”, descrevo-os caminhando por entre o texto, ora visíveis ora invisíveis, ora com mais ou menos detalhes e espero que ao final um pouco de cada um deles e sobretudo suas práticas tenham “afetado” suas percepções. Em suma, há uma tentativa de propor uma visão reflexiva de interseção entre os capítulos, embora essa não esteja articulada na escrita, a fim de não ocultar o principal aspecto que naquele momento desejo evidenciar.

Portanto, articulei este capítulo em cinco tópicos. Início com a apresentação da minha entrada no campo. Na sequência, realizo a microconstituição do espaço social em estudo. Por conseguinte, continuo a descrição das práticas no contexto cotidiano de trabalho dos agentes em três tópicos articulados com as categorias de mediação: produtos subcapitais, redes subcapitais, corpos subcapitais, como base para minha tese de subespécies de capital, e advindas da interação das categorias principais mencionada no capítulo metodológico. A seguir, exponho meus “primeiros passos” no campo.

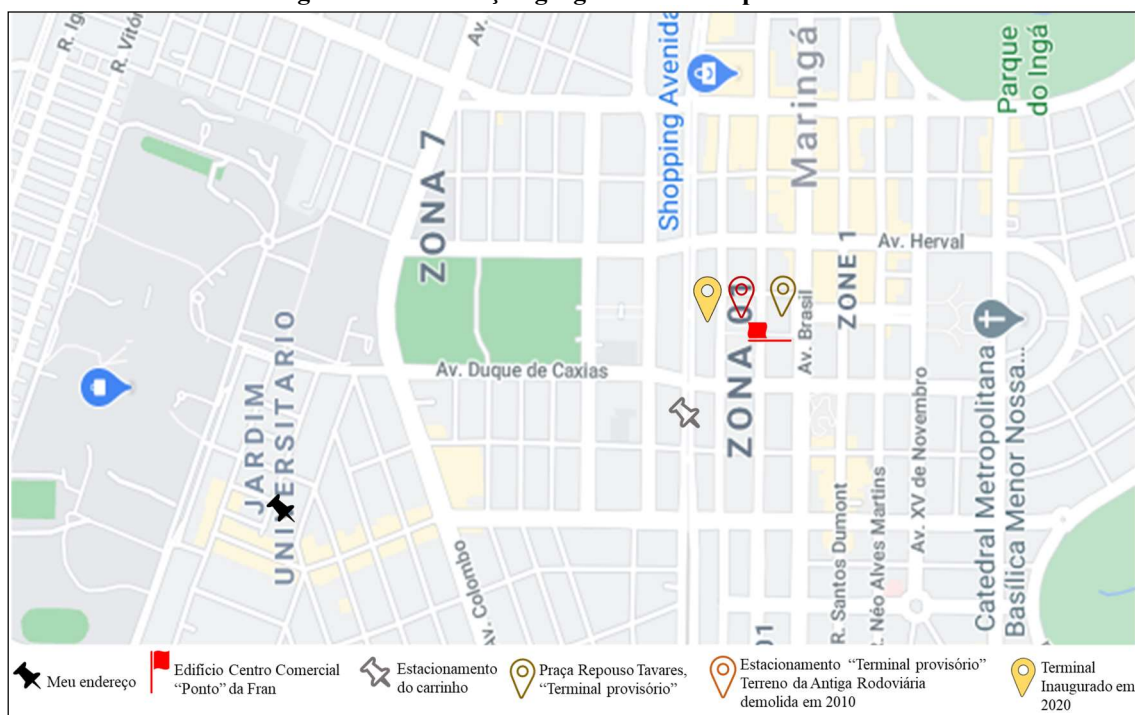
6.1 ENTRADA NO CAMPO: OBSERVAÇÕES INICIAIS E FRUSTRAÇÕES ENQUANTO PESQUISADORA

Eu não gostaria de iniciar este tópico com uma data, pois, particularmente, isso não me parece totalmente real, devido ao fato de já estar no campo antes mesmo de imaginar que esse seria o espaço praticado da minha tese. Mas, em março de 2019, passei a percorrer alguns lugares com olhar mais atento ao cotidiano destes espaços, um olhar distante, mas no qual buscava traçar possíveis relações aos objetivos da minha tese. Contudo, apenas no final de maio de 2019 comecei a acompanhar as práticas do cotidiano de trabalho da Fran, com o seu consentimento, como vendedora ambulante. Como explicam Rocha e Eckert (2008, p. 4-5),

Existem múltiplas maneiras da inserção em campo ser iniciada, mas em sua maioria, uma etnografia se estreia com um processo de negociação do(a) antropólogo(a) com indivíduos e/ou grupos que pretende estudar, transformando-os em parceiros de seus projetos de investigação, compartilhando com eles e com elas suas ideias e intenções de pesquisa. O consentimento [...]

No primeiro momento de observações a distância, eu observava com maior atenção os vendedores com quem cruzava no cotidiano, como os vendedores próximos à universidade e também durante as saídas exploratórias em que realizava caminhando na região central de Maringá, próximas ao terminal improvisado de ônibus (naquele momento), onde já tinha o conhecimento de haver alguns vendedores ambulantes. A Figura 5 ilustra este espaço.

Figura 5 - Localização geográfica do campo de estudo



Fonte: adaptada do Google Maps.

Eu caminhava pela Av. Brasil, aos arredores da Praça Napoleão Moreira da Silva e Praça Raposo Tavares, onde podia observar diversos vendedores ambulantes nos arredores, alguns com trailers, tendas, quiosques fixos ou não. A Praça Raposo Tavares funcionava como terminal, naquele momento, com um fluxo intenso de ônibus urbanos e intermunicipais chegando e saindo o tempo todo. Posteriormente, o estacionamento (terreno da antiga rodoviária municipal, demolida em 2010) em frente à praça Raposo Tavares, foi desativado e passou também a ser utilizado como um “terminal provisório”. Enquanto isso, concluíam-se as obras do imponente novo Terminal Urbano Said Felício Ferreira (inaugurado em 28 de fevereiro de 2020).

Nestas primeiras imersões, ou melhor, passagens, minha intenção inicial era realizar observações “à paisana” e, se possível, sem deixar rastros ou ser notada enquanto pesquisadora. Algumas vezes eu caminhava pelas calçadas, e por outros momentos buscava pontos de conforto, dentro do meu carro, comendo lanches nos trailers ou sentada nos pontos de ônibus. Essas passagens pelo centro se constituíam minhas saídas exploratórias iniciais, nas quais eu buscava minhas primeiras percepções sobre o campo. Essas experiências iniciais no campo “são norteadas pelo olhar atento ao contexto e a tudo que acontece no espaço observado. A curiosidade é logo substituída por indagações sobre como a realidade social é construída” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 2). Realizei essas observações à distância por mais de dois meses (sim, me acomodei), mas optei por aprofundar esta prática, porque entendia que era algo que não poderia voltar a realizar. Uma vez exposta como pesquisadora, não daria para voltar atrás. Além disso, o dinamismo do campo era imenso e eu sempre era surpreendida por algo novo, fato é que nunca consegui o famoso momento em que as informações pareciam se repetir e esgotar.

Durante as primeiras experiências como “autoaprendiz” etnográfica, desconstrução é uma palavra que representa minhas percepções, quanto a mim mesma. Sempre me julguei um tanto quanto audaciosa, e pensei que não teria tantos receios em emergir ao campo. Contudo, nada como uma pesquisa etnográfica para desconstruir tais percepções. Uma das minhas primeiras (de muitas) frustrações comigo mesma enquanto pesquisadora foram meus tantos medos quanto à insegurança.

Era próximo às 8h da manhã, eu me posicionei em um banco, pintado de azul e na sombra, na Praça Napoleão. Eu sabia que ali poderia observar os vendedores que ficavam do outro lado da Brasil nas duas esquinas (em frente à Loja Pernambucanas e a Loja B1). Quando

cheguei à praça, parecia um tanto quanto deserto, assim como o centro de modo geral. Pelo menos foi o que pensei no primeiro momento. Então, ali estava eu sozinha sentada em uma praça, o que demais poderia acontecer? Alguns poucos minutos se passaram, os vendedores ambulantes ainda não haviam chegado, mas outras pessoas começaram a aparecer. E então percebi que desastre de pesquisadora etnográfica estava me saindo, ao qual compartilho a seguir um dos meus “áudios /nota de campo”

quando eu fui para sentar no banquinho até pensei sobre a segurança, pois já havia ouvido várias vezes que essa pracinha não é segura. Mas, como ela estava bem vazia eu achei que não teria problemas. Com menos de 15 minutos eu saí da praça com medo. Um cara que parecia dependente químico começou a mexer nas lixeiras, a gritar e enquanto passava por mim gritou “Ohhhh DEMÔNIO!!!!!!” (ÁUDIO, NOTA DE CAMPO 21.03.19).

Voltei para casa andando, ainda observando o movimento do centro e gravando áudios do que eu via e me chamava atenção e estranhamento. Mas além disso, externalizava nos áudios com baixo volume de voz, gravados ainda na rua, enquanto caminhava, meus sentimentos. Estes oscilavam entre a pena que senti do homem ao vê-lo em tal precariedade; o medo de ser roubada; e, também, com áudios em que ria sozinha, dado ao fato de perceber a situação em sua forma cômica, ao sair praticamente correndo da praça em menos de 15min, enquanto me propunha a realizar uma pesquisa etnográfica. Além disso, fiz notas de trocar os óculos de sol pelos óculos de grau, já que precisava enxergar de longe.

Percebi que as melhores chances de conseguir realizar a pesquisa seria encontrar um lugar em que me sentisse segura. Comecei a ir ao centro de carro, o que me permitia não apenas passar rapidamente pela calçada, mas permanecer por mais tempo observando à distância. Então, eu dirigia pelo centro da cidade procurando uma vaga que pudesse estacionar e passar algum tempo observando os vendedores sem chamar tanta atenção ou causar um estranhamento maior. Obviamente isso ainda estava bem longe de ser uma prática etnográfica (DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL/2019).

Depois que identifiquei seus pontos e um horário aproximado de chegada, passei então a ir cedinho para o local e já deixar o carro estacionado em frente ao ponto. Isso antes do horário de abertura do comércio, quando uma vaga de estacionamento na região se torna bilhete premiado, e antes também que eles chegassem. O contexto da etnografia urbana me alertava a tentar reconhecer a dinâmica dos horários daquele espaço urbano, tendo em vista que a sociabilidade da rua é alterada pelos diferentes horários, modificando a intensidade e comportamento corporal dos agentes, como mencionam Rocha e Eckert (2003).

Eu passava ali algumas horas e tenho algumas fotos “ridículas” retiradas de dentro do carro, Figura 5. Essas demonstram mais de mim do que deles. Toda a minha insegurança, receios e diversos medos. Medo de notarem minha presença ali, de criarem um confronto caso percebessem as fotos (por um fato já vivenciado durante uma aula de campo), de me verem como uma ameaça. E assim prejudicar a aproximação que eu desejava realizar posteriormente. Eu queria poder ser invisível em vários momentos.

Figura 6 - Observações à distância



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Com estas observações, eu tinha a percepção de que alguns vendedores seguiam “parcialmente” o horário do comércio. Alguns começavam a trabalhar entre as 8h e 9h e iam embora antes das 18h, o que me causava estranhamento (posteriormente entenderia que não é bem assim).

mais umas voltas no quarteirão consigo parar novamente na Brasil um pouco mais no meio da quadra. A Fran não está mais lá, mas consegui parar exatamente em frente a vários vendedores ambulantes, mas apenas um deles de alimentos, goiaba. Com certeza deve ser época de goiaba (risos) adoro, quero ao final da semana escolher um deles para comprar e já tentar um primeiro contato. Ali por estar muito próxima deles optei por não fazer anotações apenas disfarçar e ler um texto. Mas então, eu levei um susto quando percebi que ele sentou/encostou no meu carro (risos). Esse vendedor oferece e interage com quem passa, “vamos levar goiaba, moça?”. Mesmo de vidro fechado era possível ouvir algumas de suas conversas. A vendedora de chinelo à frente comenta que o outro vendedor de meias deixou com ela a banca e o celular, um pouco mais a direita, um vendedor de livros usando caixas de papelão para dispor seus produtos. O vendedor de goiabas também estava com carrinho de mão. No tempo em

que fiquei vi apenas uma venda. Minutos depois ouço “já vai?” ele responde “já vou, mas depois eu volto”, então quando eu olho novamente já não o vejo nem mesmo pelo retrovisor. Do outro lado da avenida, vejo o jovem rapaz de frutas que antes estava no outro ponto, mas agora está em frente ao banco, e como é início de mês a fila está pelo lado de fora. Percebi que ambos molham as frutas com água. Essa água está em uma garrafa pet, sem rótulo. O jovem vendedor de frutas também fica sempre bebendo água, mesmo estando na sombra e ele não carrega um banquinho. Na verdade, dos que observei hoje apenas o senhor estava com banquinho, um banquinho e uma cadeira de rodinhas dessas de escritório. Percebi que o carro dele estava estacionado na esquina, era vermelho, bem antigo, não sei o modelo ou marca, mas ele busca venenos para repor a banquinha na calçada (DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL/2020)

Uma outra frustração constante eram meus diários de campo. Mais uma desconstrução. Quando criança, adorava escrever no meu diário. Meu primeiro diário ganhei da minha vó. Ela nunca escreveu em um, era analfabeta, mas me deu dois de presente (era uma das milhares de coisas que vendia, entre roupas, semijoias e diversos catálogos do tipo Avon; minha mãe também realizava essas vendas como uma segunda atividade, e quando criança, eu também me arriscava na vizinhança). Pensei, então, que os diários de campo seriam a melhor parte.

Não foi bem assim. Os diários de campo exigiam muito tempo, eu parecia mais descrever coisas do que analisá-las ou interpretá-las. Os pensamentos vinham totalmente desordenados quanto a tudo que havia vivenciado. Havia inúmeras informações que eu gostaria de registrar ali. Tentei criar palavras-chave, tópicos que depois pudessem me auxiliar na análise, dava títulos e subtítulos e mesmo o nome do arquivo era salvo com aquilo que eu considerava mais relevante naquele dia. Mas minha sensação era de péssimos diários sendo redigidos.

estou escrevendo de uma forma não muito linear, acho que isso não pode ser bom, mas eram várias coisas acontecendo ao mesmo tempo, e simultâneas, que se ligam e isso dificulta na hora da escrita, visualmente tenho tudo registrado. O dinamismo é muito presente (DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL/2019).

Além disso, eu me sentia sem ânimo e vontade ou animação para aquilo. Sempre os achava incompletos e sem qualidade. Pensei que pudesse melhorar ao longo do tempo, mas na verdade antes de melhorar, piorou muito. Quanto mais mergulhava no campo, mais me exigia fisicamente. Eu me sentia esgotada já no momento de escrever os diários. Era frustrante, pois então parecia que o trabalho havia sido em vão. Busquei inúmeras formas de tentar me adaptar. Uma rotina fixa de horário na biblioteca. Fazer eles gravados em áudio. Aplicativos que transcreviam o áudio simultaneamente. Colocar metas e recompensas. Até para o banho eu cheguei a levar o celular. Algumas vezes eles eram redigidos apenas no dia seguinte. Outras vezes, eles não foram redigidos, essa é a verdade.

Enfim, acho que só comecei a pegar o jeito quando já estava me preparando para sair do campo, quando entendi que meu tempo lá poderia/deveria ser menor. Eu poderia ocultar isso, mas opto pela transparência. Talvez outros pesquisadores se identifiquem com essa realidade etnográfica distinta aos escritos que tantas vezes parecem tão uniformes. Ou com as dificuldades e limitações, particulares a cada pesquisador, quando se lança num salto de fé a uma pesquisa etnográfica sem ser uma etnógrafa. A terapia me ajudava a perceber que talvez nada do que eu fizesse fosse suficiente para agradar a minha percepção e/ou dos outros. Então busquei encontrar fissuras para um particular, quanto às minhas limitações e superações, tentando fugir constantemente dos parâmetros estruturais de comparação.

No meu projeto, havia definido um recorte de vendedores ambulantes de comércio de alimentos (ao qual declinei posteriormente). Então, no início, eu tentava me disciplinar. Observava vendedores de frutas, doces, salgadinhos, sorvetes, raspadinhas, ervas, legumes, mas quando me dava conta, lá estava eu observando também os vendedores de antena, meias, roupas, calçados, venenos. “Mas, Mariana sua tese não era sobre comércio de alimentos?”; “Foca Mariana! Foca!” eu repetia para mim mesma.

Contudo, apenas depois de adentrar ao campo (em proximidade), compreendi que talvez fosse um equívoco este recorte. O campo emergia algo diferente dos meus planos, e o que o campo me mostrava é que todos estavam juntos no mesmo espaço, em uma pluralidade de comércios, talvez eu estivesse buscando um padrão ou uma uniformidade que não fazia muito sentido para aquele espaço de comércio. Reportei à minha orientadora o desejo e necessidade que eu sentia emergir do campo, e ela me orientou a então abrir este recorte, assim inclui novos *bricoleur* ao estudo.

Ainda neste processo, enquanto não havia definido quem acompanharia, eu realizava observações em diferentes espaços. Em frente à universidade, eu gostava de observar uma vendedora de bombons caseiros deliciosos, um senhor que vendia vários tipos de balas e chicletes (eu era cliente dos bombons, das balas não), e uma vendedoras de rosquinhas (gigantes), com granulados coloridos em cima.

Eles se posicionavam na calçada ao lado de fora do portão de pedestres próximos a entrada da Biblioteca Central e do RU, um local de passagem de muitos universitários. Meu estranhamento com o senhor era principalmente o fato de sempre ter um porta moedas daqueles que usualmente é usado em empresas. Além disso, as mesas que eles usavam (quadrada de

metal dobrável, ou de plástico rachada) ficavam “guardadas” ali mesmo, acorrentadas às grades da universidade, ou a uma árvore, mas sempre pelo lado de dentro da universidade. Seu ponto também era muito próximo a uma guarita de vigias da Universidade. Tudo isso me surpreendia e causava estranhamento. “Eles não os repreendiam?” Eu pensava.

Caminhando no centro, uma das coisas que eu mais estranhava era o barulho. Nossa! parecia que antes eu não o percebia tanto assim. Eram tantos ruídos juntos, pessoas anunciando os produtos em caixas de som, músicas tocando de dentro das lojas que já se misturavam com a loja seguinte, o barulho dos carros, motos, ônibus. Eu estranhava estranhar aquilo, pois obviamente não era a primeira vez que passava por esses lugares, e por que então agora me incomodava tanto? Não sei se faz algum sentido, mas pensei que talvez o silêncio com que me acostumei a estudar na biblioteca e em casa de modo a imergir na parte teórica pudessem agora entrar em tensão com a ideia de “estudar” a prática em um contexto tão barulhento.

Inquietava-me, também, a não regularidade dos vendedores ambulantes para anunciar seu produto. “O rapaz das frutas estava em frente ao banco, passei em frente a ele e não interagi. Por que algumas pessoas eles nem se manifestam em oferecer?” (DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL/2020). Minha primeira impressão dos vendedores ambulantes é que eles realizavam muito barulho, mas agora percebia que não eram todos que anunciavam verbalmente, e a frequência também não tinha uma regularidade.

Identifiquei que os pontos de ônibus eram um bom lugar para realizar outras observações. Dois desses eram meus preferidos, os que se localizavam em frente à universidade e um que me permitia ficar muito próximo a duas vendedoras ambulantes localizadas na Av. Joubert de Carvalho esquina com a Praça Raposo Tavares.

Percebo relendo os diários de campo que nesta fase da pesquisa meu olhar oscilava entre um olhar profundamente colonizador e um olhar de surpresas ao vê-los se apropriarem de práticas em sua inventividade. Muitas das coisas que me chamavam a atenção e causavam estranhamento eram situações que me lembravam o que eu conhecia enquanto prática de trabalho da administração tradicional. Como se eles não fossem legítimos a usar de tais artifícios em suas práticas. Em paralelo, surpreendia-me como com tão pouco eles conseguiam reproduzir algumas ideias sem nunca possivelmente terem aprendido sobre os efeitos que estas traziam para a venda. Em minhas notas e diários, faço menção aos cartazes colados para anunciar o produto, vestimentas que me lembravam uniformes, a abordagem deles às pessoas e

também a irregularidade ou não padronização dessas abordagens. Ou seja, meu ponto base de análise era minha experiência com as práticas de administração que havia estudado e reproduzido nos ensinamentos de administração. O que se assimilava e o que se reinventava. Como faz notar o relato a seguir

[...] sentei próximo no ponto de ônibus. Percebi que os pontos de ônibus eram meu local panóptico para as observações, eu conseguia ficar ali de modo seguro e em frente à universidade me sentia ainda mais segura, era meu lugar, seria totalmente normal e casual estar ali. Fiquei um pouco preocupada, pois ela ficava a maior parte do tempo no celular. Não interagia com as pessoas, mas então passei a me atentar para detalhes. A faixa que trazia no cabelo tinha a mesma estampa do seu avental. Não era o modelo de avental usual que protege só a frente. Mas esse era frente e verso e amarrado nas laterais. Imagino que ele mesma tenha confeccionado. Nunca vi uma faixa de cabelo e avental da mesma estampa para comprar por aí. (DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL/2019).

Várias vezes saí destemida a começar a abordar os vendedores para iniciar as entrevistas. Eu havia planejado no projeto primeiramente realizar as entrevistas e só então escolher com quem iria fazer a técnica de *shadowing*. Contudo, o campo tem suas inúmeras surpresas.

Não sei ao certo se eu encontrei minha agente-chave ou se ela me encontrou. Eu havia recém-qualificado e ainda não havia iniciado minha fase de observações, mas no final de fevereiro de 2019, fui ao centro para realizar uma compra e posteriormente parei na vitrine ao lado de uma loja de calçados. Havia alguns calçados em promoção. Entre as vitrines de vidro, uma coluna. De costas para a coluna uma senhora com uma carriola escolhendo quiabos. Então, ela me abordou.... “estão bonitos né?! Estão todos em promoção! Eu gostei daquele lá, mais tarde eu vou comprar um para mim”. Seu gosto era diferente do meu, mas começamos a conversar casualmente. Ao final da conversa eu sabia que ela havia vindo do Acre, seu nome era Fran, tinha muitos irmãos, dois filhos e netos. Além disso, não tinha vontade de retornar para o Acre. Sua forma de falar era diferente, seu sotaque, sua espontaneidade. Eu fiquei encantada. Eu adoraria acompanhar ela, seria minha escolha. Mas, quis primeiro realizar as observações e tentei não me antecipar.

Depois deste tempo de “observações a distância”, tive certeza de que quem eu mais gostaria de acompanhar era ela. Ao longo do tempo de observação, notei nos meus diários que eu inclusive reagia com alegria ou preocupação caso a visse ou não no campo. Também durante as observações declinei a possibilidade de acompanhar as práticas de alguns vendedores homens, isso dado ao fato de ter notado que alguns deles bebiam ao longo de todo o dia,

posicionando as latinhas de cerveja em um canto específico no carrinho, ao lado dos legumes. Ressalvo que sempre tive facilidade para trabalhar ou ter amigos homens, por exemplo, mas de alguma forma para o trabalho etnográfico eu tendia a buscar este distanciamento, somente quando já estava próxima a me retirar do campo realizei as entrevistas com os homens. Eram as mulheres que me passavam uma posição de segurança, talvez de alguma forma isso estivesse relacionado à minha criação. O trecho a seguir ilustra finalmente esta entrada ao campo no meu primeiro contato com a Fran em busca do seu consentimento para realizar a pesquisa.

Dei a volta no quarteirão e no ponto de ônibus ainda não estava a Janaína (vendedora de passe), o carrinho de ervas estava começando a ser montado, mas não vi a mulher, apenas o homem. A senhora da paçoca ainda não estava, somente sua filha (preciso retomar os diários para lembrar seu nome). Desci a rua pensando se a Fran estaria ali. Quando virei a esquina, vi que ela estava chegando e arrumando seu carrinho, quase passei direto. Mas graças a Deus tive coragem de abordá-la. Dei bom dia chamando-a pelo nome e disse que eu gostaria de saber se ela poderia me ajudar. Era esse realmente meu sentimento, eu precisava da ajuda dela. Comentei que eu precisava fazer uma pesquisa para faculdade, e que eu queria aprender com ela como ela fazia seu negócio, que eu não gostaria de estudar grandes empresas, mas os negócios que acontecem no dia a dia, e que eu faria entrevistas com ela para conhecer sua história de vida, e a acompanharia durante todo seu trabalho ajudando no que fosse necessário. Para minha surpresa ela ficou MUITOOO empolgada... nesse meio tempo (menos de 5 minutos certamente) antes mesmo que eu terminasse de explicar tudo, chegou uma cliente e ela disse: “Ai, tá aí minha cliente, atende ela”. Eu mais que depressa já me direcionei à cliente e sem fazer ideia do que estava fazendo a atendi. E lá estava eu já trabalhando com ela. Eu mal podia acreditar que estava acontecendo. Ela comentou várias coisas, fez algumas perguntas, comentei que eu estudava administração, mas que estava na pós (não mencionei o doutorado). Ela falou que entendia, que eu queria estudar as microempreendedoras, os negócios pequenos. Eu confirmei que era isso mesmo, os negócios que acontecem no dia a dia nas ruas, que são simples e comuns, mas que tem muito valor e precisam ser reconhecidos (afinal não poderia dizer que não era exatamente o “empreendedorismo” que ela se referia). Ela me falou que teria coisas que iria contar que a iam fazer chorar, respondi que não havia problema, que choraríamos juntas (em tom de brincadeira, ainda não sabia o quão real se tornaria). Ela estava empolgada (eu também) e começou a me contar muitas coisas, principalmente que agora estava com um novo carrinho. Foi quando eu dei conta que ela estava com um daqueles carrinhos maiores e a carriola estava ao lado dela. Ela começou a me contar que primeiro trabalhava com a carriola, mas que não tinha aquela borda, e então ela mandou fazer, mas que agora tinha mandado fazer aquele carrinho maior, e que havia tirado medida do carrinho de um outro homem, enquanto ele saiu e ela ficou tomando conta. Comentou também que ela havia perguntado quanto era um carrinho daquele e falaram para ela que era muito caro, que não compensava e nas palavras dela falavam como se fosse muito difícil e não fosse dar certo, que ela não conseguiria. Então, um dia ela estava comentando com uma amiga e essa amiga foi atrás para ela e conseguiu alguém que fizesse o carinho por R\$500 reais, e ela logo falou: “pois então mandar fazer” (DIÁRIO DE CAMPO, MAIO/2019).

Eu fiquei maravilhada com abertura dela à proposta, quase não podia acreditar que havia sido tão simples, e me cobrava do porquê não havia abordado ela antes. A Fran se tornou minha agente-chave, mas mais que isso, defini que ela também seria a pessoa que eu gostaria de acompanhar durante o início da técnica *shadowing* e também ao longo de toda a pesquisa.

A próxima seção desta tese tem por objetivo discutir as análises e interpretações advindas desta entrada e continuidade no campo.

6.2 AVENIDA BRASIL: MICROCONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

Ousei nesta tese esboçar simbolicamente uma microconstituição do espaço social de Bourdieu pelo viés do aspecto físico. Esta escolha justifica-se pela representatividade que o espaço físico urbano retrata no cotidiano das práticas de trabalho dos vendedores ambulantes. Além disso, o espaço social assume relevância fundamental, pela configuração de “ferramentas teóricas” apropriada na ótica de Bourdieu para compreensão de um fenômeno. Portanto, esta microconstituição, embora ordinária, tornou-se valorosa para interpretação das relações de poder existentes nas práticas cotidianas de trabalho de vendedores ambulantes no espaço social urbano central do município de Maringá.

Nesta configuração de análise e interpretação do espaço social, utilizo, como indica Hardy (2018), a possibilidade de usar fotografias para ilustrar o espaço físico praticado pelos agentes. Como destaca Bourdieu, “o lugar e o local ocupados por um agente no espaço físico apropriado constituem excelentes indicadores de sua posição no espaço social” (BOURDIEU, 2013, p. 134). Além disso, o contexto da etnografia urbana na rua contribuía significativamente para direcionar minhas análises para este cenário, de forma sistemática às minhas descrições, nas quais buscava significações sobre o cotidiano naquele espaço da cidade ao tentar recompor os traços fragmentados de cada dia a uma teia de relações (ROCHA; ECKERT, 2003).

Num primeiro momento, narro algumas das práticas de alguns vendedores e demais agentes, que devem ser lidas em reflexão ao foco de análise das potencialidades de embate ou não destes espaços físicos. Num segundo instante, apresento a constituição de um diagrama do espaço social, inspirado nas análises de Bourdieu (BOURDIEU, 1996b; HARDY, 2008; THOMSON, 2018). Antes, porém, vale lembrar, como explica Hardy (2018), que a teoria é sempre construída a partir de uma posição particular no campo - o ponto de vista do(a) pesquisador(a). Logo, esta representação é reflexo do meu *habitus* e da posição do espaço social que ocupo. Trata-se de uma visão parcial do fenômeno social, estudado e esboçado conforme as minhas percepções. Portanto, também devemos considerar a objetivação participante, como parte do processo de análise.

A seguir, apresento relatos destes agentes e do cotidiano destas relações de comércio. Antes, contudo, vale lembrar que o dia a dia na Avenida Brasil não é uma rotina. O cotidiano é único ao seu tempo presente, e passível de reconstituições por memórias, mas um dia nunca é igual ao outro e uma memória nunca é o fato em si. Os relatos que se seguem já não retratam aquela realidade em suas minúcias, mas contribuem para (re)conhecer o contexto do cotidiano de alguns vendedores ambulantes no município de Maringá. Por fim, esclareço que esses não foram constituídos cronologicamente, mas pelas interações que ligam e tecem as práticas descritas neste estudo. Convido-o, então, a caminhar na calçada da Av. Brasil.

6.2.1 A calçada e o Edifício Centro Comercial: início de um dia de trabalho

Quando eu e a Fran passávamos de carro na Avenida Brasil em direção ao Ceasa, ainda de madrugada, o Carlos já estava em seu ponto vendendo meias. Ele se posicionava em frente à parede de uma loja de celulares. Esta loja faz parte do Edifício Centro Comercial.

O Edifício Centro Comercial é uma construção antiga inaugurada em 1972, faz parte das primeiras construções verticais do município. Sua localização é exatamente a área ocupada pela primeira sede da Companhia de Terras Norte do Paraná no “Maringá Novo”. Sua construção fez parte de um projeto audacioso híbrido residencial e comercial, mas o projeto inicial não prosperou e a construção foi reduzida apenas aos 4 pavimentos comerciais (MARINGÁ HISTÓRICA, 2010; 2017; 2020).

Figura 7 - Sequência enunciativa Edifício Centro Comercial



Fonte: Maringá Histórica (2010; 2017; 2020).

Apesar de sua relevância histórica (a qual eu só obtive conhecimento já no período de análise), eu a descrevia como uma pequena galeria. Nos pisos superiores, salas comerciais de advocacia, contabilidade, imobiliárias. No térreo, assistência técnica de celulares, barbearia, alfaiates, esses pequenos comércios sempre me passavam a impressão de serem lojas muito pouco habitadas, com resquício de um passado que parecia tentar resistir. Por outro lado, as lojas que faziam frente para a rua, eram movimentadas e traziam aspectos de modernidade.

Salvo por essas, de modo geral, aquele prédio parecia muito pouco habitado e para minha imaginação era um mistério o que haveria nos pisos superiores, pois não parecia haver praticamente nada. Eu não visualizava um fluxo de pessoas entrando e saindo do Edifício. Da calçada ao olhar para cima, eu nunca avistava pessoas, no máximo alguns pombos aos quais eu aprendi que não deveria me posicionar na mesma direção em que estivessem.

Ainda assim, dado o ponto central na cidade, o valor do aluguel era alto e me surpreendeu descobrir que todas as salas ali estavam locadas. A farmácia que ficava no ponto da esquina, ocupava um espaço físico maior, o que correspondia ao valor de aproximadamente 35 mil reais mensais de aluguel e condomínio.

Nunca subi aos pisos superiores do edifício, pois estes também não eram praticados pelos vendedores ambulantes, eles ficavam na parte externa desta estrutura em suas calçadas e pouco adentravam aquele espaço. Nós apenas circulávamos ali no térreo, geralmente entrávamos pela porta que ficava entre a loja de celulares e a farmácia e, ao fim daquele pequeno corredor, havia um quiosque de café ao qual frequentávamos para comprar algo para comer, como um misto quente, pão de queijo ou jarra de suco.

De início, aquela era uma porta que me intimidava. Eu sentia curiosidade, mas demorei a adentrar o lugar, pois parecia-me que poderia ser repreendida. Pude desconstruir isso ao ver o Carlos entrar para buscar café e a Fran os mistos, compreendi que aquela era uma porta para um espaço comercial, afinal, o óbvio da escrita na porta não foi óbvio à minha percepção. Então, também passei a frequentar o lugar. Os donos do quiosque, um homem e uma mulher com aparência oriental, sempre eram atenciosos comigo e me permitiam levar a jarra de suco para tomar lá na calçada, com a promessa de levá-la de volta.

Quando a Fran chegava com seu carrinho, que passa a noite no estacionamento a aproximadamente umas quatro quadras de distância, ela sempre se posicionava primeiramente no meio da quadra, quase em frente à porta do Centro Comercial.

Nestas primeiras horas, nós tomávamos “café”, começávamos a empacotar os legumes, conversávamos diversos assuntos do trabalho, das relações pessoais e também da vida das outras pessoas. Mesmo a Cleópatra, depois que parou de vender os legumes, sempre vinha para este momento, era sempre um momento descontraído, com risadas e atualizações.

A Cleópatra trabalhava à noite como cuidadora de uma idosa e então saía do seu trabalho e vinha para o centro para nos encontrar. Durante alguns meses, a Cleópatra conciliou ao seu trabalho esta segunda atividade, vendendo legumes com a carriola da Fran. Essa não era a primeira vez que ela trabalhava como vendedora ambulante, como notamos no fragmento a seguir.

Fiquei 2 anos desempregada, vendia travesseiro, vendia bombom até que me encaixei em um serviço, daí fui ser cuidadora de idoso. Quando eu entrei eu não tinha curso nenhum, hoje tenho o curso de cuidadora de idoso, daí vou terminar agora né, a oitava série [...] e depois com amizade com a Fran né, tô vendendo essa verdurinha aqui que você tá vendo (risos). [...] Mas acima de tudo eu sou feliz por tudo isso que eu passei sabe, tem alguns pontos que é difícil. É! Mas só que tudo isso foi tudo aprendizado (ENTREVISTA COM CLEÓPATRA - VENDEDORA AMBULANTE)

Essas muitas conversas em meio às práticas cotidianas, em conjunto com as entrevistas, me auxiliavam a compreender seu *habitus*, suas trajetórias de vida, práticas de trabalho, configurações familiares, relações de poder e ocupação de espaços, assim como as interações

de apropriação de capitais. Além disso criavam pontes para que eu pudesse refletir também como se desenvolviam algumas daquelas práticas presentes.

Por exemplo, analiso que a prática do café se configurou a partir do momento que entrei no campo, não partiu de mim, eu nem mesmo tenho o hábito de tomar café da manhã, mas da astúcia da Fran de querer me recompensar de alguma forma. A prática não acontecia quando eu estava ausente do campo. Confirmei esta situação quando houve um período que me ausentei por 10 dias do campo e ao nos cumprimentarmos ela logo falou: “vamos comer um misto que faz tempo que não como”. Logo, considero que as distintas interações do cotidiano com os agentes são responsáveis pelo tecer e alterações do emaranhado das práticas, logo, a minha presença e ausência, além de ser percebida pelos outros agentes influenciava diretamente parte de suas práticas.

Eu precisei insistir que não queria o misto e que pegaria apenas um pão de queijo, também havia comentado com ela que tinha levado uma bolacha, mas ela falou que tínhamos que comer algo salgado. Entrei (no Centro Comercial) para buscar o misto e o pão de queijo. Na volta, ela me contou que o menino da farmácia estava chegando e que todo dia ele perguntava de mim. Então hoje com meu retorno ela tinha feito sinal que eu estava lá dentro e então ele entrou no Centro Comercial atrás de mim, mas eu não o vi (DIÁRIO DE CAMPO, AGOSTO/2019).

Figura 8 - Sequência enunciativa café da manhã



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ela passou a levar e/ou comprar coisas para comermos naquelas horas iniciais, frutas, iogurte, café, pão. Essa prática me levou a mudar meus hábitos e me preocupar em sempre comprar algo para levar para o “nosso café”, como relato em um dos diários: “o dia não estava muito frio, levei na mochila banana e uma garrafinha de água. Eu havia comprado a banana no

dia anterior” (DIÁRIO DE CAMPO, JULHO/2019). Nos dias que eu atrasava, recebia uma mensagem como “venha flor, já comprei nosso café”; “cadê você, vamos tomar café?”, interpreto que essa era também uma de suas táticas para perguntar se eu iria para o campo: “você vai tomar café com a gente amanhã?”.

Como explica Cavedon (2014), os informantes passam muitas vezes a cobrar nossa assiduidade e mencionar nossas ausências, mesmo que pequenas: “Essas manifestações são muito significativas, porque põem à mostra a nossa aceitação em campo, denotando o quanto já estamos integrados àquela realidade cultural” (CAVEDON, 2014, p. 79). Já fora do campo, nós ainda recordávamos os cafés com saudade, aquela convivência do “café da manhã” era prazerosa, principalmente por ser algo incomum na minha história de vida.

O Carlos e o Amaro (proprietário do trailer de lanche) também vinham até o carrinho, para tomar o café que a Fran trazia de casa em sua garrafa. Em retribuição, o Amaro sempre deixava conosco alguns copos descartáveis. E o Carlos frequentemente nos deixava uma bala “para adoçar nosso dia”, segundo ele. Embora ali fosse apenas uma calçada, assimilava-se por momentos a perspectiva de bairro de Mayol (2013, p. 37) ao explicar que no bairro manifesta-se “uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial da proximidade e da repetição”. Interação essa também associada à análise das práticas de artistas de ruas estudada por Leite (2017, p. 15) ao indicar que “Poderíamos supor que o espaço onde esses sujeitos desenvolvem cotidianamente suas ações, representaria, de fato, o seu bairro”.

Ainda nesse tempo em que estávamos neste espaço, outros vendedores começavam a chegar. Esporadicamente aparecia o Sr. Alair. Ele revendia produtos de outros vendedores ambulantes. Ele pegava alguns poucos pacotinhos, entre 8 ou 15, colocava em umas sacolas que carregava na mão, sem utilizar qualquer carrinho andava pela cidade e oferecia nas lojas.

Tentei várias investidas para acompanhá-lo algum dia, sem sucesso, de acordo com ele, eu não aguentaria. Sua idade, o peso que as sacolas ficavam e o fato de vir de ônibus de outra cidade para Maringá vender aqueles pacotinhos em que teria tão pouco retorno me inquietava imensamente (DIÁRIO DE CAMPO, março/2020).

Figura 9 - Sr. Alair - revendedor dos vendedores ambulantes

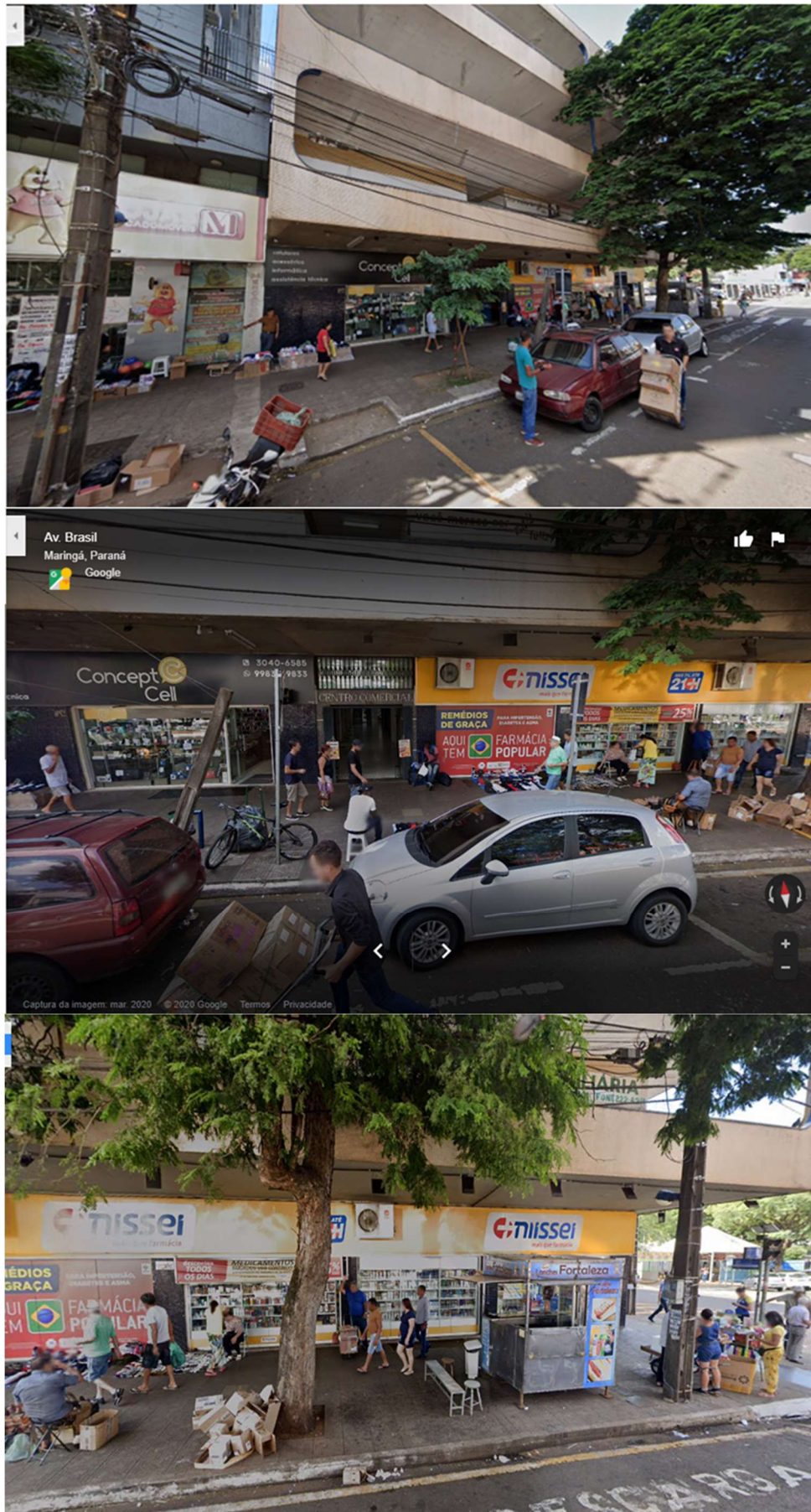


Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em uma visão frontal, ao lado direito da porta do Centro Comercial, dava início a parede da farmácia que na sequência se tornava vitrine. Essa estendia-se até às portas de vidro já próximas à esquina. Ao longo desta parede e vitrine, alguns vendedores se posicionavam encostados, e sob a marquise. Essa é, sobretudo, útil dos dias de chuva, mesmo os vendedores que não ficam sob ela, correm para se abrigar nos dias de chuva, além disso, posicionar as costas próximas à parede auxilia a diminuir a sensação de frio nos dias de vento.

Alguns vendedores como Sr. Elias, o Carlos e Fall - O africano – (como pediu para ser identificado) tinham a estratégia de ficar entre as brechas, como as pequenas colunas e paredes entres as vitrines, isso dado aos possíveis confrontos que esta prática poderia desencadear. Por outro lado, a Pamela, por exemplo, demonstrava não se importar e posicionava sua cadeira em frente à vitrine da farmácia.

Figura 10 - Sequência enunciativa calçada em frente ao Edifício Centro Comercial na Av. Brasil



Fonte: Google Maps dados da pesquisa (março/2020).

Esses espaços se tornavam “seu (im)próprio”, pois se posicionavam sempre no mesmo local. Similarmente, Leite (2017, p. 79) expõe que “O artista performático de rua enquanto usuário do espaço urbano consome certa localidade, configurando, desta forma, um objeto do qual se apropria no modo de privatização do espaço público”. Contudo, estavam sempre sujeitos a qualquer alteração, mudança, reforma que alterasse essas estruturas sem prévio aviso, exigindo que eles, por ocasião do momento, fossem inventivos em suas práticas.

A foto que segue, Figura 9, não ilustra o Carlos em frente à “sua parede” como de costume. Isso dado ao fato de que estavam realizando obras na calçada, em virtude da inauguração de mais uma loja de roupas, pertencente a uma rede de franquias.

Figura 11 - Carlos reinventando seu espaço



Fonte: Dados da pesquisa (agosto/2020).

O primeiro comentário do Carlos comigo naquele dia foi “Me expulsaram daqui”, referindo-se ao lugar que usualmente costumava ficar. O fato de sair de seu lugar de costume o desapropria momentaneamente do “seu (im)próprio”, pois o deixa mais vulnerável. São poucos passos, mas ele perde a marquise, logo, um de seus comentários enquanto monta as caixas de papelão, do outro lado da calçada, basicamente dentro do canteiro de uma pequena árvore e ao lado da lixeira é “Não pode chover” (DIÁRIO DE CAMPO, AGOSTO/2020).

Ele justificava estar ali sempre tão cedo, antes de todos os demais vendedores, devido a seu costume de dormir e acordar muito cedo. Assim que acorda, prefere já ir ao trabalho,

comenta que assim pode aproveitar também os clientes que passavam naquele horário. Embora fossem poucos os clientes nesse horário, realmente havia na rua algumas pessoas de passagem com destino a seus trabalhos, algumas dessas pessoas demonstravam já o reconhecer, assim como o seu ponto. Neste mesmo dia ilustrado na Figura 11, por exemplo, um homem de bicicleta passa e comenta "Atrapalharam seu ponto aí" (DIÁRIO DE CAMPO, AGOSTO/2020).

Interpreto que essa prática de perpetuar e permanecer ao seu ponto, obtendo o reconhecimento de outros agentes, como este homem que passa por ele (e tantos outros agentes que eu notava interagirem com os vendedores ambulantes familiarizados a encontrá-los naquele lugar) trata-se do efeito (de reconhecimento) de sua tática-estratégica, pois constitui, neste reconhecimento do outro, o seu próprio que também é impróprio, ao precisar lutar por sua continuidade neste espaço, tendo em vista as relações de poder contrárias à sua permanência. Interpreto, portanto, que não pode ser uma estratégia, pois há uma constante luta (golpe a golpe) e vulnerabilidade neste pertencimento que não habita no “modo de fazer” estratégia (DE CERTEAU, 2012).

O Carlos mora em uma *kitnet* alugada próxima à UEM, e costumava vir, nos últimos três anos, caminhando até o centro puxando seu carrinho com os produtos. Ele comenta: “É uma caminhada boa, menina. Agora eu venho de Uber” se referindo à mudança em sua forma de deslocamento. O seu “Uber fixo” passa buscá-lo, em sua casa, às 5h.

Ele permanece quase até o final da tarde. Sempre pega um café do quiosque de dentro do Centro Comercial, do qual ele consegue inclusive um desconto, o que eu nunca consegui. Durante o dia, ele conversa com um, conversa com outro, e às vezes sai correndo para atender um cliente quando alguém se aproxima de sua banca e ele está na vizinhança. Coloca seus hinos religiosos para tocar no celular em seu bolso, chama uma cliente aqui e outra ali “oh vizinha”. Ao final da tarde, desmonta todas as suas caixas novamente, organiza seu carrinho e passa sorridente despedindo-se “tchau, vizinha!”

A seguir, prossigo demonstrando como alguns embates se configuram neste microespaço social.

6.2.2 As brechas das vitrines: lojistas, fiscalizações e a resistência

A Figura 12 mostra a Pâmela que está em Maringá há três anos. Ela vende bijuterias no chão da calçada. Seu pai, no passado, também havia realizado este tipo de comércio, hoje ele é seu fornecedor. Ela comenta: “desde pequena eu lembro do meu pai trabalhando como *hippie* né, vendendo bijuteria no centro da cidade, ele sustentava a gente com dinheiro assim como camelô, minha mãe também né, sempre foi camelô”.

A Pâmela conta que aos onze anos teve sua primeira banquinha e que pagava oitenta reais pelo seu ponto em frente a uma revistaria em Tupã, interior de São Paulo. Ela menciona que

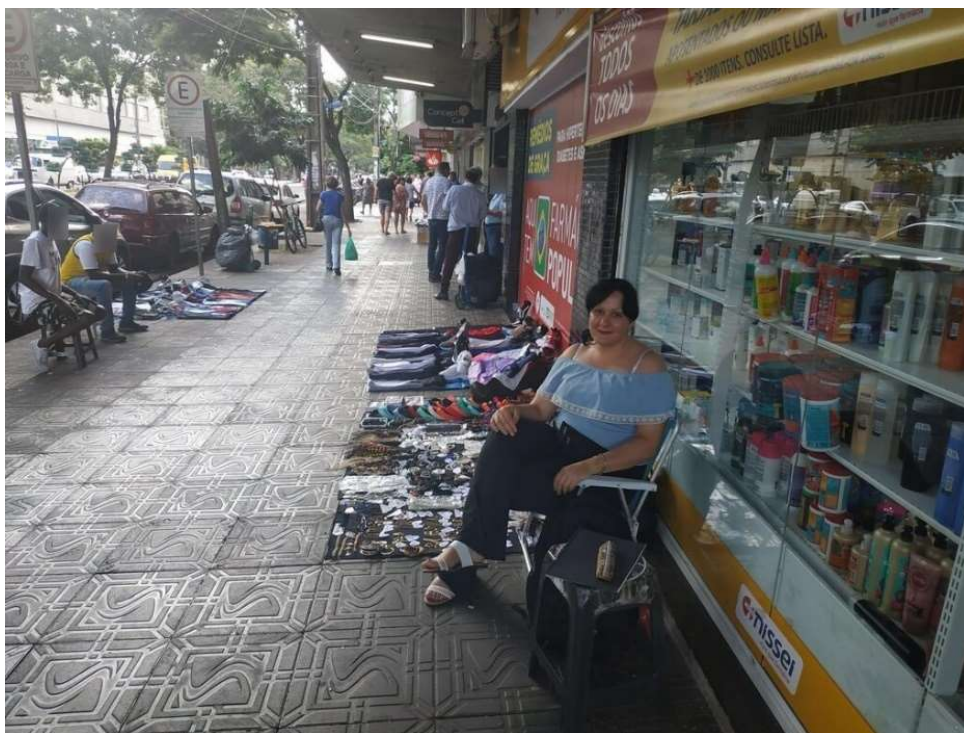
as pessoas passam e perguntam por que você não arruma um pontinho? Acontece que os pontos aqui em Maringá é um absurdo, é muito caro [...] então eu não tenho a mínima condição, então eu estou por aqui (Pâmela - Vendedora ambulante)

Ela comenta já ter passado por mais de 40 empregos, em seu currículo experiência como garçone, faxineira, repositora de mercado, vendedora em várias lojas, mas não conseguia ficar, pois gosta de trabalhar para si, além de considerar se dedicar muito e não ser valorizada. Diferentemente dos outros vendedores, ela não ia todos os dias. Ela me chamava atenção por sua aparência, a qual eu julgava linda, e também pela forma alegre e divertida. Com a inauguração do novo terminal, o banheiro público que antes utilizávamos foi desativado, então precisávamos encontrar outra forma de usar o banheiro.

A Pâmela chegou rindo e contando, “Fran eu fui no banheiro e estava saindo do Aqui Agora (loja) e a moça me perguntou, deu certo? Eu respondi deuuu... tudooooo certo...”, contou umas duas vezes seguidas dando risada [...]”. Elas utilizam das estruturas, simulam, adentram, passam por momentos invisíveis e por momentos ironizam a situação, trazendo leveza a um desconforto, uma resistência na fraqueza. Porém, acredito que não por muito tempo elas passem despercebidas caso diariamente comecem a frequentar o mesmo local (DIÁRIO DE CAMPO, MARÇO/2020)

Além disso, seu ponto era em frente à vitrine da farmácia, prática que os outros vendedores procuravam evitar. Mas, como foi uma das últimas vendedoras a ocupar o espaço, considero que não lhe sobraram muitas opções.

Figura 12 - Pâmela vendedora ambulante de bijuterias



Fonte: Dados da pesquisa (MARÇO/2020).

Analiso que as disputas dentre os vendedores ambulantes são menos preponderantes no campo. As disputas de espaço acontecem com maior potencialidade entre os comerciantes lojistas e os vendedores ambulantes. Essas práticas são ainda intermediadas por instituições políticas como a secretaria de fiscalização do município, porém estas instituições, por momentos, parecem desacreditadas por ambos os lados.

Durante as entrevistas com os comerciantes lojistas, analisei dois grupos se constituírem. Os comerciantes 1 com *habitus* mais próximos aos vendedores ambulantes não demonstraram um embate direto aos vendedores ambulantes. A Rose é gerente de uma loja de cosméticos enquanto a Neide trabalha em uma farmácia de produtos naturais, elas possuem um nível de escolaridade e renda inferiores aos outros comerciantes entrevistados, e não se incomodam pela prática dos vendedores ambulantes, embora estes ocupem o espaço físico das calçadas em frente a suas lojas. A Rose indicou, em sua entrevista, inclusive um sentido de proteção dos vendedores ambulantes quanto a tentativas de roubo de produtos em sua loja, por outros agentes, como dependentes químicos. Esta interação assemelha-se à evidência apresentada por Neethi, Kamath e Paul (2019) em seu estudo quanto a não preponderância da comum rivalidade entre lojistas e vendedores ambulantes.

Por outro lado, um outro grupo de comerciantes 2 não se abstiveram em se posicionar contrários à prática de trabalho dos vendedores ambulantes. Predominantemente estes lojistas

possuem ensino superior completo e rendimento superior a 5 salários mínimos, sendo o ensino dos filhos predominante em rede privada e suas residências no município de Maringá. Aspectos esses opostos aos vendedores ambulantes, que detêm um fraco capital cultural dominante, sobretudo analisado nesta pesquisa em seu estado institucionalizado, assim como um baixo rendimento econômico, em conjunto as precárias transmissões familiares e transmutações de capitais, que os alocam em condições de um *habitus precário* que oprime esses grupos a uma marginalidade (SOUZA, 2018). Essas diferentes apropriações de capitais formam um quadro relacional de poder na constituição dos diferentes *habitus* destes agentes. Isso dá sentido de dualidade constituinte e constituída na trajetória social dos indivíduos e refletidas nas incorporações e materializações dos capitais e estruturações sociais (BOURDIEU, 1983). Logo, com efeito, refletidas em suas práticas cotidianas de trabalho.

Quando cheguei ao campo, o Amaro possuía alguns bancos fixados ao chão próximos ao carrinho (Figura 8), nós também os usávamos principalmente nos primeiros horários quando o Amaro ainda não havia aberto o *trailer*. Contudo, um dia chegamos e os bancos não estavam mais lá. O Amaro nos contou bravo que o gerente da farmácia havia denunciado ele e os fiscais foram lá e o notificaram para retirar os bancos. Descobri com o tempo que eles não tinham uma relação muito amistosa. Em entrevista o Fernando comenta

Até os carrinhos de lanche que estão na frente da loja agem errado, aquilo ali é destinado para idoso, a prefeitura autoriza desde que a pessoa que trabalha seja idoso, aposentado idoso para completar a renda, o que a gente vê é o seguinte, algumas pessoas que tomaram conta desse carrinho ou terceirizam esse carrinho e chegam todos os dias até de carro importado... para mim é tudo irregular, desde que não estejam arrecadando impostos é tudo irregular para mim” (Fernando - Gerente da farmácia).

Por outro lado, a lei municipal que trata sobre o assunto diz que “Poderão exercer a atividade [...] além da pessoa licenciada, dois integrantes da família, desde que estejam cadastrados junto à Municipalidade, sendo vedada a manutenção de empregados” (CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, LEI Nº 5855/2002). Além disso, em caso de falecimento, a licença poderá ser transferida, “para a viúva ou o filho maior, desde que comprovado o desemprego e a dependência econômica familiar da atividade” (CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, LEI Nº 5855/2002).

Noto um jogo entre o legal e o ilegal. Comerciantes e vendedores ambulantes regulamentados ou não jogam e burlam algumas regras. Como pontuam Mendes e Cavedon (2014, p. 349), “Problemas relacionados à legalidade e à formalidade estão em todos os segmentos econômicos”. Por exemplo, algumas farmácias agem ilegalmente ao vender alguns medicamentos sem receitas obrigatórias. Os vendedores ambulantes regulares ao contratar um

terceiro também quebram uma regra, e em outra extensão os vendedores ambulantes irregulares ao ocuparem um ponto da calçada sem autorização legal, similarmente jogam este jogo. Contudo, considero uma vulnerabilidade maior sobre os vendedores ambulantes irregulares que se veem “ilegais” por todas as perspectivas, assistidos por uma lei que não supre suas necessidades, mas por suas práticas infiltram-se com seus interesses e desejos diferentes aos preestabelecidos e ordenados (DE CERTEAU, 2012). Enquanto, por outro lado, os comerciantes reclamam o não cumprimento das leis, mesmo essas sendo nitidamente elaboradas para atender predominantemente suas necessidades e seus interesses naquele campo de lutas (BOURDIEU, 2003).

Não foram raras as vezes em que os comerciantes reclamavam de um aumento significativo na quantidade de vendedores ambulantes que se vinculavam aos discursos relacionados à estética da cidade e à diferenciação quanto ao pagamento de tributações. Como seguem alguns relatos dos comerciantes - “As situações às vezes ficam insuportáveis [...] acontecem situações que tem um aqui, tem um ali, tem outro ali na frente, tem outro ali, então acaba que fica uma situação difícil” (Roberto – comerciante). Entre as práticas que mais incomodam, eles citam ações como a de “povoarem as calçadas”; “tomam conta da frente dos estabelecimentos”; “abordagem de clientes na rua”; “aglomerações em frente à loja”. Em complemento, as reclamações relacionadas a aspectos estéticos e tributário como: “Atrapalha o comerciante que paga imposto, atrapalha a circulação, até mesmo a beleza da cidade é afetada com isso, porque é muita gente né!” (Gerson – comerciante).

Para o comerciante Fernando (2020),

a cidade fica feia, fica um lugar desorganizado, parece que não tem regra... fazer um camelódromo também estaria errado, teria que regularizar essas pessoas e destinar uma área legal para eles, porque hoje está uma vergonha esta Avenida Brasil aqui... é vendendo mel, é vendendo chinelo, é haitiano tomando conta da calçada e a prefeitura não faz nada... inclusive ela (agente de fiscalização) falou que a responsabilidade hoje está voltada para guarda municipal e que a guarda tem medo deles! tem medo deles! e o pessoal até ameaça, e o quadro é insuficiente. O que eu vejo é que a cada dia que passa essa fiscalização fica inexistente praticamente. [...] eu já denunciei várias vezes no 156, várias vezes mesmo. Você denuncia num dia, daqui uns três dias eles passam, daí some todos os ambulantes, daqui uma hora já está tudo de novo.... A guarda municipal não quer fiscalizar junto com esses agentes, isso aí gente de dentro da prefeitura que me falou [...] me incomoda! incomoda a loja! incomoda a loja! entendeu? Pô! a gente paga 30 mil de aluguel aqui, para estar num ponto bacana, aí vem as pessoas toma conta da frente da loja, não paga imposto, enfeia a loja. As ações que a gente coloca nas vitrines passa imperceptível para os clientes, tendo em vista que esses ambulantes estão na frente da loja (Fernando - gerente da farmácia).

Essas menções no discurso dos lojistas podem ser interpretadas ao ter-se presente a situação econômica e social que hierarquiza a beleza das vitrines e a sobrevivência das pessoas, em complemento às intenções e propostas de “higienização”. Como indica Dantas (1997),

historicamente a prática dos vendedores ambulantes criam embates, pois impõem e apresentam a imagem da cidade de forma diversa daquela idealizada pelo Estado e pelas elites, sendo o comércio ambulante responsável pelo “enfeimento” da cidade.

Eles reconhecem fazer reclamações constantes e atribuem parte da culpabilidade à administração pública que segundo o Roberto (Comerciante) por exemplo, “esta gestão liberou tanto, que se a gente solicita ajuda não tem”. No mesmo sentido, alguns vendedores reconhecem que a fiscalização poderia ser ainda pior “o prefeito é ainda bacana” (Paulo - Vendedor ambulante). O comerciante Fernando relatou que:

hoje eu já não faço mais (denúncias) porque vi que é dar murro em ponta de faca, a gente denuncia, a fiscalização vem esporadicamente, o pessoal some e daqui a pouco está tudo de volta, no outro dia é um dia normal de novo... Eu aprendi a conviver com essas pessoas, desde que não me atrapalhe ficando muito na porta da loja, para mim é independente, para mim é indiferente...Essa questão de ambulantes parece que não mais é complexa, pelo fato de que você mexe com a população inteira, se muitas vezes a prefeitura age de uma maneira brusca para tirar também, a população vai tudo contra por não entender a questão do mercado: “ah, mas eles estão trabalhando, deixa o coitadinho, deixa os coitadinhos”. Realmente eles estão trabalhando, ninguém tá falando que eles não estão trabalhando, porém dentro das normativas eles estão errados, isso aí gera um conflito entre prefeito e a sociedade”.

Os lojistas reconhecem a existência de um espaço de lutas (BOURDIEU, 1983; 1989). Como comenta o comerciante Roberto, “fica aquela disputa, parece que eu sou lojista sou inimigo e eles querem trabalhar na rua, eu que sou o cara ruim que não quero deixar, é difícil”. Durante as entrevistas, percebia que por momentos os discursos se flexibilizavam, ao reconhecerem que as pessoas que estão do outro lado estão em uma situação de marginalidade maior e por momentos realizavam comentários referentes aos *habitus* precários (SOUZA, 2018; BOURDIEU,1983) dos agentes, como pela falta de escolaridade e passagem criminal, a qual os lojistas e vendedores ambulantes anunciavam em tom de negatividade, um estigma ancorado a um sentido de menor valor humano, inarticulado à sociedade.

O homem ordinário era reconhecido ao lado de menor força. Essa fraca incorporação de capitais estruturantes fundamentais na constituição constituinte ao sentido de dualidade do *habitus* (interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade) impactavam as possibilidades de sucesso das práticas dos agentes (BOURDIEU, 1983) concomitantemente ao passo que eu buscava interpretar as resignificadas dos efeitos de resistência destas práticas. Em meio às relações de poder ao qual estava inserido esse homem ordinário, a partir de um ponto de menor força, no dia a dia ele se reposicionava na linha de batalha frente ao seu “adversário” em seu cotidiano de trabalho. Em suma, esse cotidiano revelava o enfoque na sobrevivência deste homem ordinário (DE CERTEAU, 2012).

As ações de fiscalização pareciam acontecer por temporada: logo que entrei no campo, a insegurança era constante, diariamente circulavam comentários de que os fiscais estavam no centro e então a aproximação destes agentes institucionalizados naquele espaço físico desencadeia o deslocamento em fuga dos vendedores ambulantes. Por outros momentos, não, como o que relato a seguir:

A Cleópatra foi lá também no início da manhã. Enquanto a Fran foi buscar embalagens, nós ficamos fazendo os pacotinhos. Ela comentou que tem medo de ficar ali, pois morre de medo dos fiscais aparecerem e levarem a mercadoria dela. Mas, já estava tão tranquilo há tanto tempo que essa não era uma preocupação minha naquele momento, e nem da Fran ao que parecia. Muito diferente de outros períodos (DIÁRIO DE CAMPO, DEZEMBRO/2019).

Nos tempos de maior tensão, causava-me estranhamento a Fran não pensar estrategicamente sobre um possível plano de fuga. Por outro lado, meu pensamento era de sempre tentar me antever o que fazia por momentos quando me sentia em risco da fiscalização e estranhava ela não pensar sobre. Ela, contudo, agia pelo instinto do momento, alguns dias saímos em direção à Praça Raposo Tavares e nos escondíamos atrás de estruturas (tendas) que lá haviam, outros dias saíamos pela Brasil em direção a Av. Duque de Caxias, seguíamos nesta avenida até que parávamos em quadras mais afastadas da Av. Brasil.

Contudo, parecia que algumas ações dos agentes eram pontuais, eles planejavam exatamente qual vendedor iriam abordar, o que tornava quase impossível a fuga, por pararem o carro em frente ao negócio do vendedor. A Figura 13 que segue retrata uma das práticas do vendedor Carlos enquanto apreendem sua mercadoria. Por alguns instantes, ele pratica a arte de fotografar a ação realizada pelos fiscais.

Figura 13 - Sequência enunciativa práticas de fiscalização



Fonte: Dados da pesquisa, cedidas pelos pesquisados (novembro/2019).

As fotos tiradas pelo Carlos, não por mim, demonstram a ação de aproximadamente cinco agentes de fiscalização da prefeitura em conjunto com a guarda municipal. Eles apreendem seus produtos, suas caixas de papelão e o carrinho por ele utilizado para transportar as mercadorias. É possível notar ainda a ação de observação das pessoas que passam nas calçadas. Vale salientar que as entrevistas com os clientes revelam uma percepção de aversão às práticas de fiscalização e apreensão.

Durante sua entrevista, o Carlos (vendedor ambulante) expõe algumas das suas práticas de interações com as instituições políticas do município. Ele comenta:

Me pegaram em novembro (de 2019) desde então não vieram mais, estão tranquilos por causa desse negócio (se referindo à covid-19). Da última vez, não falei um A, não fui nem na prefeitura porque não adianta (se referindo à sua conduta quando ação de apreensão de seus produtos realizada pelos agentes de fiscalização e a possibilidade de restituí-los). [...] Licença eu consegui pra trabalhar de quebrada em qualquer local, mas não aqui na Brasil [...] Maringá tem lei (dos empresários) de não haver um camelódromo aqui [...] Tô pensando mais pra frente arrumar um negócio desse de lanche próximo onde vou mudar.
 [...] Agora (contexto pandêmico) serviço social veio falou que ia dar 90 reais para gente sair, mas eu nem fiquei aqui (para ouvir dos agentes do serviço social), sai e deixei as minhas coisas aí... (Carlos - vendedor ambulante).

A partir deste trecho, podemos interpretar dois aspectos. Primeiramente a (não) reação do Carlos, com a apreensão dos produtos, embora em uma primeira análise possa parecer uma rendição, interpreto que o ato dele fotografar se configura enquanto uma tática de resistência, não verbalizada, como ele menciona “não falei um A”, mas ainda assim uma prática astuciosa e ousada realizada por um momento de ocasião e de enfrentamento. Em complemento, a prática de desprezar a possibilidade de restituir suas mercadorias mediante o pagamento de uma multa e ignorar a ação dos agentes sociais demonstram efeitos de resistência praticados na ação de perpetuação de sua prática de trabalho e adversa a uma tentativa de acato às normativas. Neste mesmo dia, o Carlos foi comprar outro carrinho e buscou mais mercadorias em sua casa para retornar no período da tarde e continuar seu trabalho. Noto um desprezo destes sujeitos diante dessas normativas, por vivenciarem em sua trajetória de vida e em seu contexto cotidiano de trabalho uma lei que em que prevalecem os dominantes, como expresso em sua fala “Maringá tem lei”. Logo, buscam trilhar por “linhas de erre” em meio ao espaço do forte (DE CERTEAU, 2012), enquanto os dominantes aplicam estratégias de reprodução do seu poder, centrados no economicismo (BOURDIEU, 1972; 1998b).

O Carlos também comenta suas tentativas de regulamentação, ele é o único que possui MEI entre os vendedores ambulantes abordados neste estudo. Entre suas tentativas de regularizar seu ponto na Brasil, ele expõe que falaram para ele que se tivesse declarações dos

lojistas, ele conseguiria o ponto. Então ele foi atrás de pedir, e conseguiu as declarações de duas lojas, a de móveis e de um dos síndicos de um prédio ao lado desta loja, mas o responsável pela principal loja a qual ele fica em frente, pertencente ao Edifício Centro Comercial, não cedeu a declaração, nem o síndico dele. Quando ele foi apresentar as declarações que possuía na secretaria de fiscalização e disse que havia conseguido as declarações, disseram a ele: “Como que o senhor conseguiu, se está cheio de denúncias da loja aqui ...”. Como se refere De Certeau (2012), tratam-se de “selvas da racionalidade funcionalista” que exigem que os indivíduos produzam suas próprias “linhas de erre” para infiltrarem-se a este espaço, constituído para os manterem a distância. Em complemento, estas selvas da racionalidade funcionalista podem ainda ser refletidas no que trata Bourdieu (2013) ao explicar que:

A capacidade de dominar o espaço apropriado, notadamente apropriando-se (material ou simbolicamente) dos bens raros (públicos ou privados) que aí se encontram distribuídos, depende do capital possuído. O capital permite manter à distância pessoas e coisas indesejáveis e, ao mesmo tempo, aproximar-se das pessoas e coisas desejáveis, minimizando assim o dispêndio (notadamente de tempo) necessário para delas se apropriar. Inversamente, aqueles que são desprovidos de capital são mantidos à distância, seja física ou simbolicamente, dos bens socialmente mais raros, e condenados a conviver com as pessoas ou bens mais indesejáveis e menos raros (BOURDIEU, 2013, p. 141).

Essas disputas, como indica Bourdieu (2013) no trecho acima, refletem as relações de poder envoltas neste espaço social em suas relações de apropriações de capital. Há uma conjuntura visível e invisível, com mediações de um sistema político para manter um grupo de pessoas que são desprovidos dos capitais estruturantes afastados de determinados lugares ou bens, o qual neste caso é simbolizado por uma calçada. Interpreto esta calçada como “um bem” que neste espaço pode se tornar “raro”, pois configura-se, embora como um lugar marginalizado, como um lugar de valor, concomitantemente, quando relacional ao interesse de legitimar um espaço de poder dos comerciantes e instituições de poder público, que aplicam estratégias, em contrapartida há táticas e táticas-estratégicas de resistência na tentativa de apropriação de transmutação deste lugar em espaço com efeito de sobrevivência pelo homem ordinário, ao qual considero como um (im)próprio, pois embora o “próprio” seja o lugar da estratégia (DE CERTEAU, 2012) e do dominante (BOURDIEU, 2013), o homem ordinário, através de sua prática, consegue de forma simbólica se apropriar deste “bem”, mesmo que a institucionalização não o legitime em sua prática e atue com um poder contrário.

No mesmo sentido, em uma dessas tentativas de regulamentação, ofereceram ao Carlos um ponto para realizar suas atividades de trabalho no centro, mas para vender “raspadinha”, ele negou, pois, em sua percepção, é uma coisa desatualizada. Em outro momento, disseram a ele:

“O senhor escolheu essa cidade para viver, tem que adaptar”. Analiso, portanto, a tentativa de uma dominação que as instituições políticas tentam impor e os efeitos inversos que produzem pela resistência dos homens ordinários (DE CERTEAU, 2012). E por outro lado, a resistência às práticas de controle da urbanização que massifica as necessidades ao seu interesse e não ao plural, ao qual interpreto tais relações no contexto de análise das significações da etnografia urbana (MAGNANI, 2002).

O Carlos comenta que conversou com prefeito duas vezes, e quando eu questionei a resposta, ele diz: “Disse que ia ajudar, mas é estória né, Mariana?”. Noto que a expectativa de um auxílio soa como folclore a estes agentes. Enquanto estive no campo, a Fran também foi pega uma vez.

na sexta-feira, dia 02/08, a Fran me ligou para contar que os fiscais haviam pego a mercadoria dela. Fiquei duplamente chateada, primeiro com pesar dela e de uma segunda forma por querer ter vivido isso durante a pesquisa. Ela me contou que perguntou à fiscal “Por que você não veio sozinha, só anda assim rodeada de polícia?” e relatou que “aí ela ficou olhando para minha cara, aí eu me calei né. Nossa, mas eu me senti muito mal!”. Na sua voz na ligação, múltiplos sentimentos traspassaram, como braveza, indignação, revolta, raiva, e na sequência risadas, ela já estava comprando vidros para fazer novas conservas de pimenta e iria no sábado vender em frente ao açougue. Perguntei se não tinham avisado que os fiscais estavam no centro, ela falou que a Fabiana (moça da Tim) não estava com o celular e que quando ficou sabendo, que passou um rapaz gritando, foi correr para atravessar a Brasil, mas o sinal fechou e nisso a fiscal já parou o carro no meio da rua e nem falou nada com ela, só saiu recolhendo tudo e mandando os outros fiscais recolher tudo, junto com eles estavam mais três policiais. De acordo com ela, sua salvação é que, como eles vieram no período da tarde, já tinha vendido o suficiente para poder comprar legumes para o dia seguinte. (DIÁRIO DE CAMPO, AGOSTO/2020).

Em meio a esta microconstituição do espaço social, outra prática que me surpreendia eram as reações exercidas em meio às situações de opressão e maior fragilidade. Mesmo com a tristeza e revolta da perda, como relatado no trecho anterior, percebia que esses agentes se reinventavam e realizavam práticas incomuns ao seu dia a dia de trabalho. Antes de sua ligação, a Fran me encaminhou o seguinte áudio de *WhatsApp* “Mari, nós estamos dentro do carro da Cleópatra, tomando uma cervejinha para tirar o estresse. Minha irmã, pegaram meus legumes hoje, os fiscais pegaram os legumes e as pimentas uns R\$300 reais de prejuízo”.

A ação dos fiscais coloca os agentes em um lugar de perda, de opressão e desapropriação do irrisório capital econômico em sua posse, contudo, a uma ação de enfrentamento, ao realizar “ações de compensações”, ao que interpreto a partir de De Certeau (2012) como táticas inventivas que o fraco empreende, é possível notar os efeitos de sua resistência quanto à necessidade de sobrevivência neste espaço de disputas.

No mesmo sentido, a foto que segue, Figura 14, retrata um único almoço nosso em um restaurante, que diferiu de todos os outros em que sempre comíamos no ponto, durante um atendimento ou outro, uma marmita ou um lanche.

Neste dia, quando eu ainda caminhava para encontrá-la na Brasil próximo às 8:00 da manhã, ela me passou um áudio que estava escondida na Praça, pois os fiscais já estavam no centro. Eu saí correndo em disparada para encontrá-la.

O Carlos também correu e, quando tentou voltar, foi surpreendido com o carro da fiscalização parando em sua frente e avisando que era para ir embora que se passassem e estivesse ali iriam apreender, esses eram os avisos que eles ocasionalmente realizavam antes de apreenderem a mercadoria. Ele conta que respondeu a ela “calma, já estou indo”. Então chamou o Uber e foi levar suas mercadorias em casa. Mas, retornou para o centro, pois segundo ele não tinha o que fazer em casa aquele horário.

Eu e a Fran passamos a manhã de um lado para o outro e parando por algum tempo em diferentes lugares, então encontramos o Carlos e fomos almoçar com ele. Lá estava eu, a exemplo de Geertz (2015) correndo da fiscalização (ele da fiscalização quanto às rinha de galo, e eu correndo da fiscalização dos vendedores ambulantes) e me sentando à mesa para refeição. No dia seguinte, eles retornaram ao trabalho normalmente e as nossas refeições retornaram a ser no meio da calçada.

Figura 14 - Almoço em dia de Fiscalização



Fonte: Dados da pesquisa (setembro/2019).

Interpreto que essas práticas, distintas ao dia a dia comum de trabalho, realizadas em meio à “atribuição”, eram táticas de resistência às opressões realizadas (DE CERTEAU, 2012). Eles não paralisavam diante ao medo e as repreensões. Há um jogo de dribles sendo praticado lance a lance (DE CERTEAU, 2012).

A astúcia está presente na prática de ressignificar esse momento de opressão por práticas de lazer, raras a um cotidiano de trabalho de subsistência. Tomando por exemplo a Fran, seu conhecimento sobre ambientes no município de Maringá, era predominantemente limitado pelas regiões geográficas praticadas ao seu contexto de trabalho. Um dia, enquanto passávamos pela prefeitura (localizada a duas quadras de “seu ponto”) eu realizei algum comentário sobre a necessidade de ir lá, e então me choquei quando ela disse que nunca havia passado ali, dizendo: “é aqui que os fiscais se escondem, então”, descobri que nem mesmo o Parque do Ingá ela havia visitado. O espaço signo de uma estrutura política, representava a ela medo e opressão, enquanto aos comerciantes lojistas, um espaço para busca de auxílio aos seus interesses.

Nota-se uma estrutura organizacional pública elitizada, que exige que o homem se enquadre à estrutura e não que a estrutura sirva o homem. Ou ao menos, ao que notei, a estrutura política local não serve aos homens ordinários, antes ela reproduz o processo de repressão das macroestruturas globais aos menos favorecidos. Trata-se das relações de poder que levam à reprodução dos dominantes nas sociedades (BOURDIEU, 1972) em detrimento da marginalização de outros grupos, aos quais pertencem o homem ordinário, que passa a “dar as costas” e se “silenciar” numa postura de resistência de quem passa a ignorar o sistema. Este desprezo pela instituição se dá pela incorporação do *habitus* que aciona um “saber-memória” no qual as práticas e discursos e “intenções de ajuda” não representam seus interesses. Resistir a cada dia é o que os resta (DE CERTEAU, 2012).

A próxima seção demonstra a mobilidade presente nas calçadas pela dinâmica de movimento de diferentes carrinhos. Esses configuram-se como signos da prática de trabalho de muitos vendedores ambulantes no município de Maringá.

6.2.3 Carrinhos de calçada: a mobilidade dos produtos

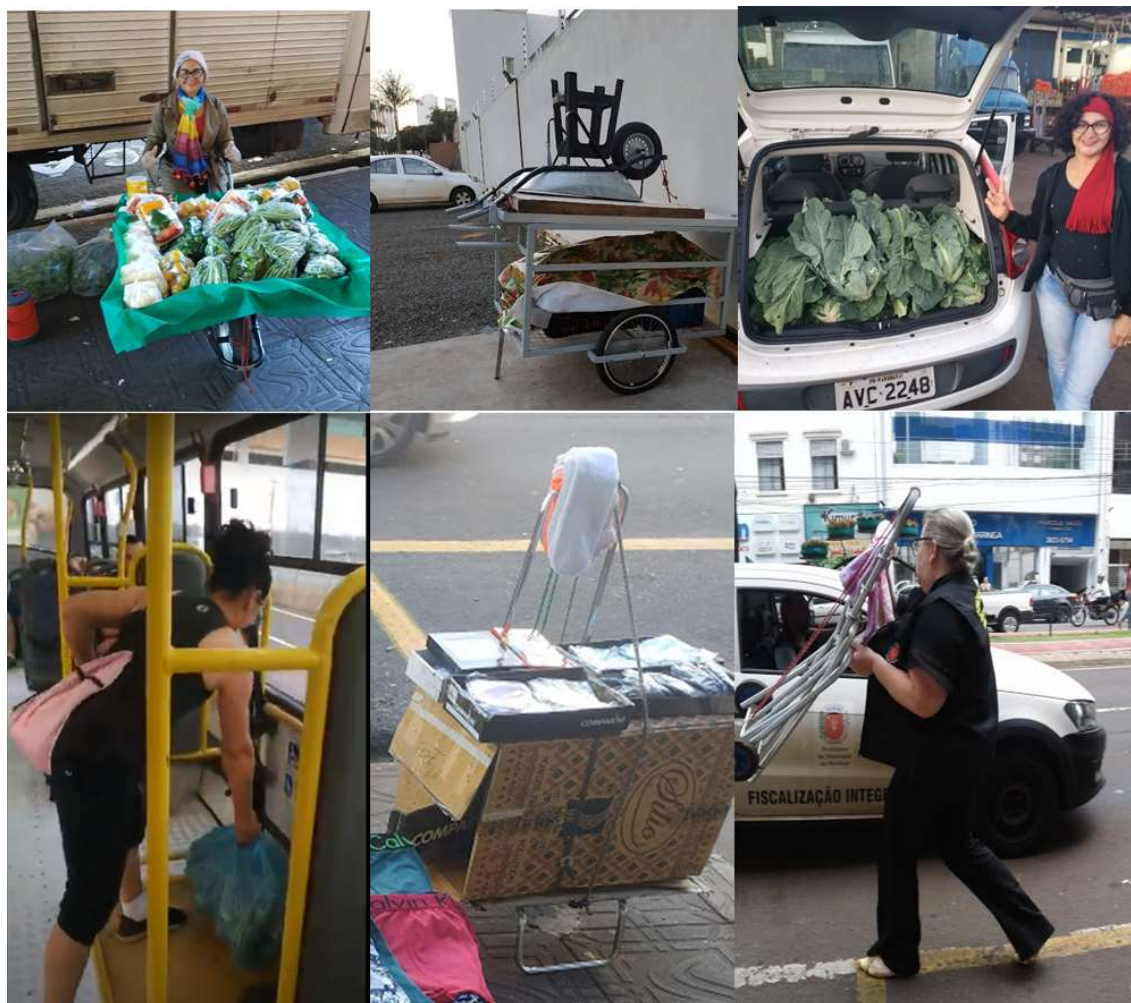
Ainda no período da manhã, quando o sol subia e então o edifício fazia sombra na calçada, a Fran sempre dizia: “Vamos para lá”, isso era por volta das 9:00. Esse era também o horário de abertura do comércio. Era sempre ela quem empurrava o carrinho e eu a acompanhava levando as banquetas e sacos de legumes que ficaram para trás.

No início, ela trabalhava com um carrinho de mão, o que eu sempre conheci como carriola conforme ilustra a Figura 15 (inclusive eu adorava minhas memórias relacionadas a ela, quando criança, depois que minha tia limpava o quintal, eu posicionava-me dentro da carriola sobre uma pilha de lixo e então minha tia me carregava até o ponto em que ela despejava aquele lixo). Posteriormente, o outro carrinho que ela usava era maior com “dois andares” e havia encomendado de um metalúrgico há pouco tempo, com a ajuda da Cleópatra.

Esse carrinho era “inspirado” do modelo de outros vendedores ambulantes, como da D. Francisca e do Almir (goiabeiro). Contudo, as rodas e o pneu do carrinho da Fran tinham uma qualidade inferior, o que o deixava mais pesado e com maior dificuldade para empurrar. Também, dado ao peso que ela colocava, era comum algumas partes entortarem, e então quando não era mais possível utilizar daquela forma, ela o levava para o conserto. Nesse caso, significava empurrá-lo até um lugar distante para consertá-lo. Havia ainda outros tipos de carrinho, como os que o Carlos, o Fall - O Africano - e o Sr. Elias utilizavam, menores com duas rodinhas que podiam ser puxados com uma mão como ilustra Figura 15.

Essa questão de mobilidade é também refletida na ocupação física dos meios de transporte. A Fran comenta: “As pessoas achavam que eu não ia prosperar porque eu ia de ônibus”, se referindo à forma que buscava suas mercadorias no Ceasa e comparado aos outros vendedores ambulantes de legumes que tinham veículo próprio para este deslocamento (NOTAS DE CAMPO, SETEMBRO/2019). Depois que entrei no campo, a Fran passou a converter seu capital social para a mobilidade e então utilizava o meu carro para transportar os produtos. Posteriormente, também um dos seus principais fornecedores passou a levar os legumes até a Avenida Brasil.

Figura 15 - Sequência enunciativa mobilidade no espaço físico



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na minha percepção, era clara a diferença entre os vendedores ambulantes regulares e os irregulares. Além da correria que acontecia por parte apenas dos irregulares quando corria o boato de que fiscais estavam no centro, os vendedores regulares tinham, por exemplo, os *trailers*, que configuravam o seu “próprio”, não caracterizado pelos carrinhos e seus agentes, pois os carrinhos, em suas diferentes configurações, representavam predominantemente (nesta realidade de estudo) a mobilidade, a irregularidade, a transgressão, que lhe representava um lugar diferente no espaço social e na práticas de sua gestão ordinária, sempre aquém da estratégia (DE CERTEAU, 2012).

A seguir, como último tópico deste capítulo, os convido a refletir se a calçada também, a exemplo de rodovias, possuíam “faixas duplas” simbólicas ou ainda linhas que dividem um espaço de jogos.

6.2.4 Linhas do meio do campo: vendedores ambulantes regulares

Um dos vendedores ambulantes regulares que tive maior aproximação, foi o Amaro. No início, eu sentia um pouco de “receio” dele, pois não sabia qual sua percepção sobre as práticas realizadas pela Fran tendo em vista que ela se posicionava muito próximo a seu *trailer*, além de utilizar alguns de seus bens como os banquinhos. Contudo, com o passar do tempo pude ir reconhecendo as práticas de interação que existiam entre eles e percebi que a imposição que seu porte físico me oprimia e expressões faciais mais sérias com olhares de observações que me reprendiam “eram fachada”. Ele nos auxiliava no troco, nunca negou encher de água, em sua minipia do *trailer*, as garrafas *pets* que pedíamos. Ele até mesmo avisava se avistasse os fiscais chegando.

Aquela estrutura de *trailer* de lanches era familiar a mim, havia feito parte do meu *habitus*. Durante minha adolescência, minha mãe, com o acerto do frigorífico, comprou um *trailer* ao qual intitulou Mari Lanches escrito horizontalmente ao meio do *trailer* em letras garrafais vermelhas, não havia mais nenhum tipo de ilustração. O ponto ela não precisou comprar, pois fixou o trailer em frente à Igreja Católica do bairro, com autorização do padre e o alvará necessário da prefeitura. Eu a ajudava durante a noite para não ficar sozinha, posteriormente ia dormir no carro para ir ao colégio durante o turno da manhã. Apresento esses adendos do meu passado, pois como comenta Hardy (2018, p. 356), eles auxiliam a explicar um “processo relacional, cíclico e complexo, mas que é capaz de oferecer uma representação dinâmica da atividade humana e que aprofunda nossa compreensão dos inter-relacionamentos entre estruturas objetivas e experiências vividas pessoais”.

Neste contexto, analiso que aquele *trailer* não colocava o Amaro especificamente na calçada, lá dentro asseguro que o frio é bem menor, há algumas comodidades como a energia que possibilita ter sempre uma água gelada sem a necessidade de carregar gelo como a Fran fazia. Aquela estrutura lhe fornecia de certa forma um ponto panóptico diante dos outros vendedores ambulantes, isso tendo em vista também sua ocupação legal do espaço físico e de sua prática de trabalho.

Figura 16 - Trailer com vendedor ambulante regular



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Por outro lado, o Amaro também não estava dentro das estruturas do centro comercial. Ele chegava para trabalhar próximo às 8:00, alguns dias de moto, outros com um carro de um valor econômico agregado, também possui outros pontos de venda de lanche que o filho trabalha. Aquele ponto era o mais antigo, e havia sido da sua mãe.

No período da tarde, o Amaro tinha um funcionário que ocupava seu lugar. O Severino usava o cabelo descolorido, tinha algumas tatuagens, e as meninas que vendiam *chip* da Tim diziam que ele fumava maconha dentro do carrinho. Mas particularmente, eu adorava o lanche que ele fazia, achava até mesmo melhor que o do Amaro e da Fátima (proprietária do outro *trailer*). Além disso, tinha a impressão que ele sempre colocava alguns ingredientes a mais quando eu pedia o lanche simples. Em meio à pandemia, ele deixou de trabalhar com o Amaro, pois teve um AVC isquêmico, enquanto trabalhava no *trailer*. Os atendentes da farmácia o socorreram e ligaram para o Amaro.

O Pedro era um desses atendentes, estudante de nutrição. Percebi a presença dele logo nos primeiros dias no campo, ele sempre estava na parte da frente da farmácia, então às vezes o notava me olhando e sorrindo (na foto a seguir ele aparece no fundo da imagem dentro da farmácia). Durante o horário de trabalho, ele saía da loja e ia até o *trailer*, conversava com o Amaro e o Severino e às vezes tomava um café com eles.

Figura 17 - Sequência enunciativa de dentro e de fora da farmácia



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Com frequência, o Pedro parava na porta da loja observando o movimento. Sua presença me intimidava, então quando o via nos observando, olhava rapidamente com um cumprimento e continuava o que estivesse fazendo.

Em uma determinada ocasião, o Amaro propositalmente (fiquei sabendo posteriormente) comentou em alto e bom som “E aí Pedro, foi para Paranavaí esse final de semana?”. Obviamente aquela conversa me chamou a atenção (Paranavaí é minha cidade natal e fica a aproximadamente 70 km de Maringá). Então, eu perguntei se ele era de Paranavaí e conversamos por alguns minutos até que alguém da farmácia veio chamá-lo (DIÁRIO DE CAMPO, JULHO/2019).

Interpreto que estas paradas dele na porta demonstravam como uma delimitação de fronteira, que por táticas de momentos eram infringidas por ambos os lados, mas ainda assim, aquelas portas, vitrines e paredes da estrutura do Edifício Centro Comercial simbolicamente ilustravam uma divisão entre maiores e menores estruturas, o privado e o público, o interno e o externo, os pisos e a calçada, a energia elétrica, água encanada e banheiros e sua ausência, o refrigerado e o calor no verão, o seco e o molhado nos dias de chuva, o quente e o frio intenso no inverno.

Bourdieu (2013) defende e utiliza a possibilidade de diversas análises, a partir do espaço físico. São exemplificações dessas análises a planta da casa *kabyle* e a metáfora do fogão enquanto ponto dominante na casa; o porte de monumentos (tamanho, altura); hierarquizações

das regiões (parte alta/parte baixa; proscênio/bastidores; fachada/depósito) dentre outras. Essas nos auxiliam a configurar uma “metáfora espontânea do espaço social” ao passo que retratam oposições espaciais (BOURDIEU, 2013, p. 134).

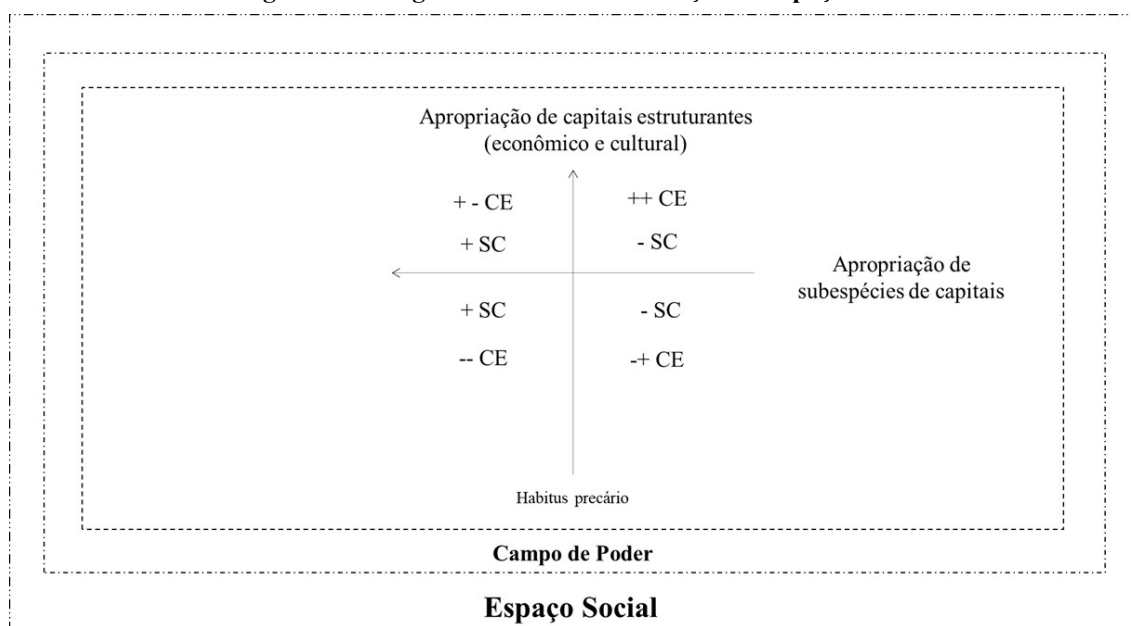
A calçada me remetia aos campos de disputas tratados por Bourdieu (1989). Os lojistas e comerciantes em suas estruturas físicas, com paredes e vitrines de vidro, eram como uma linha ao meio do campo, ao qual do outro lado a calçada simbolizava a outra metade do campo. Os vendedores tentavam se posicionar de costas para as paredes e vitrines das lojas e precisavam resistir para permanecer naquele espaço de comércio, enquanto os outros agentes com maior poder estruturante disputavam aquele espaço denunciando sua presença e exigindo das autoridades legais que os retirassem dali.

Portanto, há uma divisão social objetivada no espaço físico. Essas são práticas também enquanto estruturas mentais que se convertem no movimento dos corpos ou ainda

[...] das poses e das posturas corporais que essas estruturas sociais convertidas em estruturas espaciais organizam e qualificam socialmente como ascensão ou declínio, entrada (inclusão) ou saída (exclusão), aproximação ou distanciamento em relação a um lugar central (BOURDIEU, 2013, p. 134-135).

Diante do contexto, a seguir, apresento a interpretação de dois diagramas constituídos simbolicamente para representar as relações e divisões sociais objetivadas no espaço físico deste estudo. O primeiro ilustra as proposições conceituais de apropriação de capitais estruturantes e de perspectivas inversas de apropriação de subespécies de capitais.

Figura 18 - Diagrama de microconstituição do espaço social



Fonte: adaptada de Bourdieu (1996b), Hardy (2008) e Thomson (2018).

A representação indica:

CE = Capital Estruturante (Capital econômico (+ ou -) e Capital cultural (+ ou -) respectivamente)

SC = Subespécies de capitais (inversão do preponderante)

Campo de poder = é representado como um plano de subconjuntos do espaço social local estudado

Espaço social = microconstituição simbólica do espaço social de comércio na Av. Brasil no município de Maringá.

O quadrante I representa agentes, instituições e organizações com (-) menor apropriação de capital econômico e (-) menor apropriação de capital cultural. Logo, com (+) maior apropriação de subespécies de capitais.

O quadrante II representa agentes, instituições e organizações com (+) maior apropriação de Capital econômico e (-) menor apropriação de capital cultural. Logo, maiores possibilidades de interação na apropriação de subespécies de capital.

O quadrante III representa agentes, instituições e organizações com (+) maior apropriação de capital econômico e (+) maior apropriação de capital cultural. Logo, com (-) menor apropriação de subespécies de capitais.

O quadrante IV representa agentes, instituições e organizações com (-) menor apropriação de capital econômico e (+) maior apropriação de capital cultural. Logo, com (-) menor apropriação de subespécies de capitais.

Como mencionado no capítulo metodológico, para análise do espaço social adotei os três níveis analíticos de Bourdieu indicados por Hardy (2018), o qual contribuiu para realizar uma microconstituição do espaço social (Figura 19) tratado neste estudo.

Primeiramente para comparar os *habitus* dos diferentes agentes, utilizei categorias de análise para indicar predominantemente a posse de capital econômico e cultural. Para o capital econômico, considere a utilização de bens físicos, como veículos, imóveis alugados, em posse e/ou em uso, assim como a localização de moradia atual e anterior. Para o capital cultural,

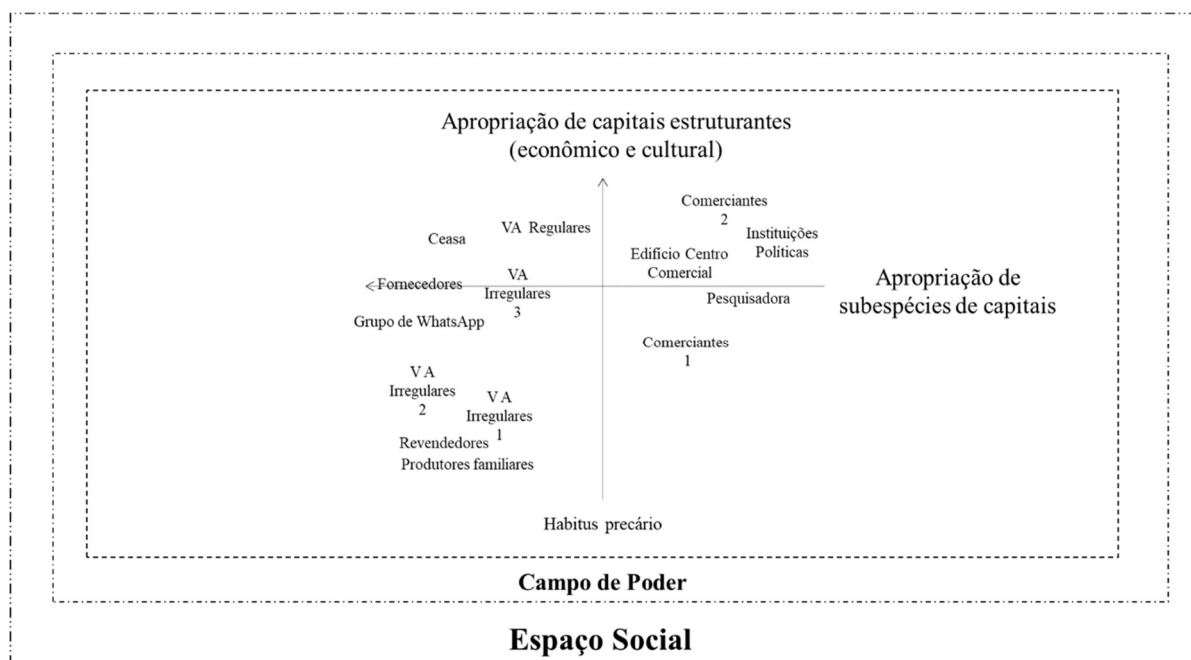
considerarei o nível educacional, profissão (ocupação/função e formalização do trabalho). Para análise das subespécies de capital, analisei e interpretei como os agentes e instituições realizavam a apropriação do que defendo como subespécies de capital (expostos nos capítulos seguintes) em suas práticas de trabalho, uso, consumo e interações físicas e substantivas. Essas permitiram a interpretação dos sistemas de disposições que eles adquiriram ao internalizar um tipo determinado de condição social e econômica.

Num segundo nível, interpretei as interconexões entre agentes e instituições do campo, ligando os indivíduos, as organizações, instituições e outros agrupamentos coletivos, identificando quais instituições estão ligadas mais intimamente a quais agentes e interconexões existentes. Por exemplo, a instituição Ceasa relaciona-se de modo mais direto ao conjunto de indivíduos posicionados ao lado esquerdo do campo que possuem interações implícitas de disputa entre si quanto às vendas de legumes. A Secretaria Municipal de Fiscalização - instituição política interage com agentes do lado esquerdo e direito do espaço (comerciantes e vendedores ambulantes) que disputam o espaço físico da calçada. A organização coletiva do grupo de *WhatsApp* tem ligado a si agentes do lado esquerdo (com exclusão de alguns) que se ligam à instituição de fiscalização em disputa. Por conseguinte, instituições educacionais e de lazer são predominantemente ligadas a agentes do lado direito.

Em complemento, interpreto os consumidores enquanto um agrupamento coletivo de agentes que tecem o emaranhado das relações ao transitarem entre os polos dimensionais, legitimando e dando mobilidade a estas práticas de negócios. Essas análises permitiram interpretar e mapear as estruturas objetivas das relações e posições ocupadas por agentes que competem dentre as relações de poder do espaço social.

Em último nível, examinei as interações de diferentes tipos de campos imbricados. Identifiquei os contextos econômicos, cultural, político, linguístico, gostos, entre outros a partir das macroestruturas dominantes, para ver como isso relaciona-se às práticas de funcionamento da atividade social. Essas permitiram interpretar como os diferentes campos inter-relacionados entre si constituem o campo de poder neste espaço social. A Figura 19 ilustra esta microconstituição com os agentes do campo.

Figura 19 - Diagrama de microconstituição do espaço social



Fonte: elaborada pela autora (2020).

Embora nem todos os agentes e instituições possam ter sido destacados neste primeiro momento, eles serão melhor caracterizados ao decorrer do estudo. Portanto, oriento uma constante reflexão dos capítulos que se seguem tendo por plano de fundo esta microconstituição.

Por momento, esclareço que os revendedores não possuem acesso direto aos fornecedores e revendem os produtos adquiridos pelos vendedores ambulantes, esses são ilustrados pelo Sr. Alair e Paulo. Os produtores familiares são representados pelos produtores que o Fabrício “associa” para fornecer aos vendedores ambulantes os legumes que eles vendem. Logo, o Fabrício representa estes agentes fornecedores que atravessam as mercadorias, “por fora” e “por dentro” das instituições legais fornecedoras, como o Ceasa. Os vendedores ambulantes irregulares (VA1) referem-se aos vendedores ambulantes imigrantes africanos, ilustrados pelo Fall - O Africano. Os VA2 referem-se aos vendedores ambulantes com menor apropriação de capital econômico e cultural ilustrados pela Fran e o Carlos, enquanto os VA3, referem-se aos vendedores ambulantes com uma maior apropriação de capital econômico, ilustrados pela D. Francisca e Aldemir.

Os comerciantes 1, com maior capital econômico e cultural, são proprietários e gerentes comerciais ilustrados pelo Fernando e Roberto. Enquanto os comerciantes 2, gerentes e

funcionários com menor capital econômico (e menor capital cultural quando comparado aos comerciantes 1, ilustrados pela Rose, Izabel e Pedro.

Por fim, a análise permite interpor que as principais potencialidades de luta no campo ocorrem verticalmente na relação quadrante 1 e 3 e horizontalmente 2 e 3. Noto que estes agentes comuns driblam a lógica estruturante ao se apropriarem pelas frestas do sistema destes espaços. Há uma tentativa de mantê-los afastados, por meio das práticas políticas legislativas, práticas de denúncias e de fiscalização por parte dos agentes que configuram predomínio de poder e, por outro lado, astúcia e resistência ao se posicionarem, se mobilizarem, se esquivarem, camuflarem e retornarem a suas posições.

A seguir, interpreto como os recursos/subespécies de capitais simbólicos emergem neste espaço social.

6.3 GESTÃO ORDINÁRIA DE SUBPRODUTOS: O QUIABO NOSSO DE CADA DIA

Neste tópico, busco defender a perspectiva de que os produtos vendidos por vendedores ambulantes são capitais/recursos que fazem parte de uma subcategorização, logo subespécies de capitais/recursos. Primeiramente apresento a narrativa do cotidiano de trabalho de vendedores ambulantes relacionadas às suas práticas de organização e negociação, ao decorrer dos processos de sua gestão ordinária. Ao decorrer da narrativa, são destacadas e analisadas as “maneiras de fazer”, táticas e táticas-estratégicas. Por fim, são interpretados os efeitos dessas práticas enquanto subespécies de capitais (recursos) simbólicos, indicados no Quadro 2.

Quadro 2 - Gestão ordinária de subprodutos

	Práticas na Gestão Ordinária	Efeitos
Subprodutos	Aquisição	Origem de precariedade e opressão
		Clandestinidadade
	Operatividade	Vulnerabilidade de perda
		Mobilidade
		Impactos de subjetividade pessoal
	Comercialização	Popular
		Indistinto
		Ganho de subsistência
		Negócios de ocasião

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ao longo do tempo que estive no campo, evidenciei que os produtos comercializados são um elemento essencial na arte da gestão destes vendedores. Suas práticas cotidianas de trabalho se relacionam diretamente às práticas de processos realizadas, como compra, transporte, seleção, embalagem, exposição e venda destes produtos. A seguir, apresento a narrativa de alguns momentos relacionados aos trâmites de processo da gestão ordinária dos produtos, envoltos ao seu contexto das práticas de negociação no trabalho de vendedores ambulantes.

6.3.1 Práticas de negociações com fornecedores: A lógica da perda e do ganho das relações

As narrativas a seguir estão relacionadas aos aspectos de negociações com fornecedores. Durante os vários momentos que presenciei de negociações de compra e venda dos produtos, inúmeras situações me chamavam a atenção e causavam estranhamento quanto às suas práticas e maneiras de fazer. A seguir, ilustro algumas situações que quando analisadas permitem interpretar lógicas antagônicas às usuais da gestão *mainstream*.

A Fran buscava seus produtos no Ceasa Municipal de Maringá. Sua residência, alugada no município de Sarandi, ficava à aproximadamente 17 km da localização do Ceasa. Se ela possuísse um carro, conseguiria chegar a seu destino em aproximadamente 25 minutos, contudo o fato de precisar de transporte público, fazia com que esse tempo fosse mais de cinco vezes maior. Percebi, então, que oferecer levá-la ao Ceasa poderia ser uma forma de adentrar no cotidiano de seu espaço de negociações.

Quando entrei no campo, ela estava tendo o auxílio da Cleópatra neste deslocamento. Isso dificultava minhas investidas para ir junto. Esperei, então, ansiosa pelo dia em que eu teria a oportunidade de acompanhá-la, sempre comentando que seria ótimo para minha pesquisa poder ir junto com elas. Ela parecia estranhar eu querer acompanhá-la, com questionamentos como: Mas você quer ir mesmo? Então eu explicava que era importante para eu conhecer como era o seu dia a dia. Quando, então, combinamos este dia, eu mal dormi durante aquela noite (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO/2019).

No dia 4 de junho de 2019 ainda de madrugada por volta das 5:30 da manhã, eu saí caminhando de casa com destino ao terminal, onde havíamos combinado de nos encontrar. Ainda estava totalmente escuro e ter uma visão da cidade aquele horário era algo que me causava estranhamento, as ruas e avenidas vazias, pensei na insegurança, mas dada a empolgação descartei facilmente o pensamento. No trajeto, fui ainda surpreendida pelo doce e gentil cumprimento de bom dia de um(a) ciclista atravessando a avenida, em frente ao Estádio Willie Davids, usava capacete em sua cabeça e meia fina em suas pernas. Imaginei que pudesse estar retornando de seu trabalho (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO/2019).

Chegando ao terminal, ponto que havíamos combinado de nos encontrar, eu já não lembrava o número do ônibus que ela havia me orientado a ficar esperando. Tentei procurá-la, mas ela ainda não havia chegado. Enviei uma mensagem e ela falou que já estava chegando, que o outro ônibus que ela vinha de Sarandi parava em outro local e ela estava caminhando até o terminal. Como eu não possuía o cartão de transporte público, ela me orientou a comprar com um dos vendedores de passe (irregulares) que estavam por ali, que na volta ela passava o cartão dela (ou seja, ela ainda precisou pagar minha passagem de volta, e eu a reembolsei posteriormente). O ônibus circulou aquele trajeto praticamente vazio e com as luzes desligadas (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO/2019).

A Fran preferia ir ao Ceasa nos dias que tinha “pedra”. Eu só consegui compreender esta expressão quando estive lá. Depois de passarmos pelas grandes construções de blocos horizontais com vários *stands*, chegamos, então, ao último bloco. Lá era a “pedra”, mas para minha surpresa não existia exatamente nenhuma pedra ou balcão de mármore como minha mente imaginava. Era apenas um espaço, um lugar em que os produtores e/ou seus “representantes” estacionavam seus caminhões com mercadorias e ali praticavam suas negociações. Ir ao Ceasa nos dias de pedra (terças e quintas) era uma estratégia da Fran para conseguir comprar os produtos de forma mais direta, com melhores preço, antes que as mercadorias fossem para os *stands*, e um outro preço fosse agregado (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO/2019).

As negociações eram rápidas, de alguns fornecedores ela tinha o contato de *WhatsApp* e já realizava o pedido no dia anterior. Ao chegarmos, geralmente suas caixas (usual medida de negociação no Ceasa) já estavam separadas. Ela sempre observava os produtos, questionava sua qualidade e logo pedia para despejarem os produtos em um saco, caso demorassem, ela mesmo o fazia. Essas negociações, por vários momentos, me surpreendiam, pois suas ações

eram por vezes diferentes as minhas percepções e a forma como eu agiria naquela situação. “Eu não pegaria aqueles limões para vender, mas ela achou eles ótimos” (NOTAS DE CAMPO, JUNHO/2019). Isso exigia que eu sempre buscasse o posicionamento de me abster de suas decisões, quando ela frequentemente questionava minha opinião.

Portanto, por momentos eu estranhava a maneira como as negociações ocorriam e por outras a ausência delas. A Fran não barganhava pelo preço das caixas. Muitos produtos eram vendidos por mais de um fornecedor, o que possibilitaria que ela fizesse uma “cotação”, mas como ela já tinha algumas “pessoas-chave”, costumava comprar delas sem maiores questionamentos. Os trechos a seguir ilustram alguns destes momentos.

Hoje a Fran ia pegar pimenta com o Lucas ao preço de R\$ 12,00 reais. Eu me segurei para não perguntar, se não iria olhar ao lado que o preço era R\$ 10,00. Mas quando ela me perguntou tentei ficar indiferente. Então o Lucas falou que ia fazer por R\$ 10,00 para nós, mesmo tendo dito, a menos de um minuto atrás, que o dono não fazia por menos de R\$ 12,00. Além disso, ele orientou que ela não pegasse aqueles sacos prontos, pois estavam estragados, pois ele faria um novo para nós. Tenho a impressão que ele age pelas costas desse patrão. Porém, o fato é que parecia muito provável que ela levaria a pimenta mesmo por R\$ 12,00 reais, simplesmente pela parceria que há entre eles. [...] Por outro lado, eu comprei 3 bandejinhas de tomatinho por 5 reais ao negociar com o vendedor da pedra que queria vendê-los por R\$ 2,00 cada (DIÁRIO DE CAMPO, JULHO/2019).

Ela comprou a pimenta verdinha por R\$50,00, o cara comentou que estava feia e que iria reclamar com o pai dele, e que por isso faria mais barato” (DIÁRIO DE CAMPO, JULHO/2019)

Portanto, interpreto essas práticas como uma lógica de perda, “bricolada” pelo ganho relacional. É a conveniência, nos dizeres de Mayol (2013). A relação que ela constituía com os agentes demonstrava se sobrepor às questões econômicas de custo dos produtos, mesmo sendo este um aspecto de fundamental relevância para o seu ganho próprio e também para o do fornecedor neste campo de disputa. Considero esta uma lógica inversa a que é comumente praticada durante negociações. Isso pois, embora o jogo da “pechincha” não seja praticado por todos os agentes, considero que este recurso poderia aumentar suas possibilidades de ganho monetário.

Além disso, meu estranhamento era maior quando, mesmo sem o pedido, os descontos aconteciam vindos por parte do próprio fornecedor. Estas práticas parecem se distanciar das estruturas dominantes de gestão, salvo quando estas políticas de desconto fazem parte implícita dos trâmites de negociação de forma estratégica, o que não parecia ser o caso.

Portanto, analiso que essas eram táticas de negociação realizadas por ocasiões que, ao serem praticadas, criavam fissuras nas estruturas de negociação dominante (DE CERTEAU, 2012). Ou ainda, microgolpes aos outros agentes de maior relação de poder no espaço constituído como o patrão ou pai.

No caminho de volta, de ônibus, eu pude sentir as dificuldades que ela encontrava para transportar os produtos. O Fabrício auxiliava levando os produtos até a margem da rodovia, com um carrinho que eles usualmente utilizam dentro do Ceasa para deslocar as mercadorias. O carrinho possui duas rodas e é puxado por um homem. Presenciar aquela imagem acontecendo o tempo todo por todas as direções, a ponto de gerar um certo tráfego, sempre me remetia à ideia de um trabalho similar ao dos animais. Contudo, como a distância percorrida até a rodovia era maior do que as percorridas dentro do Ceasa, essa prática era como um favor prestado pelo Fabrício, o qual outros funcionários não gostavam de realizar.

Depois disso, precisávamos atravessar a rodovia com os sacos, além do peso, eu sentia o medo de tropeçar com tudo aquilo, e ser atropelada no meio da rodovia. Havia também um ônibus específico para aguardarmos não apenas pelo destino, mas em detrimento do motorista e sua forma de tratamento com a situação.

quando o ônibus chegou, ela pediu para eu subir que ela ia me dando os sacos. Conforme eu pegava, olhando para baixo, algo me chamou a atenção, o fato de que algumas mãos começaram a me ajudar a organizar aqueles sacos dentro do ônibus. Então, as pessoas ali, alguns homens me ajudavam a puxar e colocar os sacos para dentro. Nós entramos pela porta de trás e ela gritou para o motorista que ia lá na frente passar o cartão. Assim que desocupou um banco, ela falou para eu sentar. Eu não aceitei e pedi para ela sentar. Ela sempre se demonstra muito preocupada comigo. Naquele trajeto de volta total silêncio o ônibus estava muito cheio [...] e os limões perfumavam todo o ônibus (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO/2019).

Conhecendo suas dificuldades, reforcei a ela a possibilidade de levá-la de carro até o Ceasa, o que ela acatou. Então, passamos a nos encontrar no Centro da cidade em uma parada de ônibus na Avenida Herval, para então seguirmos ao Ceasa. Ela sempre me enviava mensagens de bom dia, perguntando: Já acordou, flor? Já estou no ônibus.

Ela me aguardava no ponto de ônibus e quando entrava no carro estava sempre perfumada e de bom humor, o que eu não posso dizer o mesmo de mim. Nosso trajeto era permeado por conversas do dia a dia com assuntos familiares do presente e do passado, que me permitiam refletir aspectos do seu *habitus*.

A Fran relaciona suas origens de infância ao Seringal Conceição, na Colônia Alemanha, nas proximidades do Rio Muru, na região do município de Tarauacá, no estado do Acre. Os avós paternos foram para o Acre na época da Guerra, eram de origem cearense, segundo ela não teve muito contato com os parentes de parte de mãe, eram “mais problemáticos”. Com uma família numerosa, era a caçula entre as mulheres. Ela comenta alguns aspectos de sua casa, como ser de tábua e ter assoalho no chão, e o fato de todos os irmãos e irmãs dormirem em redes, os meninos nas redes na sala e, para ter acesso ao quarto das meninas, precisava atravessar o quarto dos pais. Na frente de sua casa, havia um trapiche de tábua, com uma escada com acesso ao chão.

Aí chegamos nesse lugar, o pai foi trabalhar, os meninos foi trabalhar, aí a gente foi crescendo foi brocando o campo, tipo desmatando né, essas coisas assim, e fazendo aqueles plantio de arroz, milho. Aí o pai começou a comprar gado, vacas, para tirar leite para criar os irmãos né, porque o leite era muito caro na época. Aí mãe dizia que antes de mim quando se casou com o pai ela sofria muito, porque tinha dia que não tinha leite e o peito dela secava né?! Eu digo, mãe todo ano a senhora tinha um filho é? Ela disse: era. Eu digo: mãe por que a senhora não evitava? Ela dizia que na época não existia, existia um negócio de tabelinha. Aí eu disse: Ah mãe se fosse eu, no caso, só vivia na tabelinha porque eu não ia querer menino não. Ela dizia: ah minha filha, mas não era assim não, antigamente marido quando a gente casava, os homens eram os donos da mulher [...] Aí aquele local lá, a Alemanha, foi crescendo, o pai foi comprando mercadoria foi virando patrão é tanto que teve uma época que o pai teve 150 cabeças de gado, aí também o pai vendia, matava os animais, vendia a carne [...]. Aí a gente ia fazer a farinha né, passava de 15 dias fazendo farinha, fazia de 150 sacas de farinha de 50kg. [...] todo mundo trabalhava junto [...]. O pai gostava muito de festa, farra, ele levava a gente para festa, a mãe ficava sempre em casa. Quando não era fora, o pai fazia festa em casa mesmo, matava boi, matava porco, matava galinha, era muita fartura, muita fartura na minha adolescência.

Aí quando eu tinha 16 anos que o pai se separou, se desandou mais a mãe, aí foi aquela tristeza. Até os 16 anos nós, eu e meus dois irmãos menor, nós era encarregado de carregar água, encher os vaso d'água e ir para o roçado ajudar assim, mas a gente nunca cozinhava, eu nunca cozinhava. As minhas irmãs que cozinhava e a mãe. A mãe gostava muito de ir para o fogão, e as minhas irmãs gostava de limpar a casa, baldear a casa, nos finais de semana, era tudo muito limpo, [...] eram 4 meninas e sete homens. Aí quando a mãe teve uma desavença mais o pai. A mãe disse que ia embora, porque meu irmão tinha ficado viúvo e ele tinha duas crianças e morava a 40 minutos lá de casa, na beira do igarapé, só que lá em cima. A mãe foi morar lá, e eu fiquei, e a Elza já tinha vindo para Rio Branco, Maria tinha casado, a Albaniza mais velha tinha casado, e eu era a caçula né. Quando eu me vi sozinha, com meus dois irmão caçula o Zê e o Tonho, aí eu digo, agora deu! (expressão como E agora?) Porque eu não sabia fazer um café, [...] Aí eu digo, ai madrinha pelo amor de Deus eu não sei fazer café não. Aí ela foi me ensinar a fazer café. Aí com 6 meses que eu estava sozinha mais o pai e meus irmãos, meu irmão mandou passagem para eu ir para Rio Branco. Aí eu já tinha 16 anos aí eu pensei eu vou trabalhar e estudar.

Aí eu fui trabalhar de babá né, morar na casa dos outros, nessa casa tipo assim, eu nunca fui humilhada não, daí meu irmão comprou uma casa e eu fui morar com ele, eu e a minha irmã e mais um irmão. Daí o meu outro irmão voltou para o garimpo, aí foi quando com 15 dias mataram ele. Vixxxxiii mas foi uma tristeza. Aí logo depois eu casei né, casei com o pai dos meus filhos, e fui morar com ele. A minha vida foi um sofrimento, mas eu agradeço a Deus pelos meus filhos não sê errado né, porque quando eu me separei, a Jéssica tinha 1 ano e nove meses e Jonathan tinha 6 anos, mas

eu agradeço a Deus por isso! Às vezes tudo que acontece na vida da gente é um aprendizado né. Eu sofri, mas graças a Deus os meus filhos nunca passaram fome nem eu nunca passei fome graças a Deus! Porque eu vejo muitas histórias por aí que as mães passam fome né e eu não. Eu graças a Deus nunca passei fome nem nunca deixei eles passar fome. Tanto que eu criei eles né, o menino casou e a menina ficou de maior né com 21 anos, né. Eu disse para ela, né, que quando ela fizesse 21 anos eu ia andar, né. Aí eu vim para cá né, tô aqui no Paraná né, linda maravilhosa (risos). Casei e tô aqui (ENTREVISTA COM A FRAN).

A Fran contou que, depois da separação, o pai perdeu tudo. Quanto à sua alfabetização, aconteceu na “sala” (como eles chamam um grande espaço que havia na casa, mas que difere ao que conhecemos enquanto sala nas residências, com móveis como sofá). Ela explica que uma prima foi passar uns tempos com eles para ensiná-los a ler e escrever, mas ela fazia o consumo de bebida alcoólica e então eles aproveitavam para beber junto. Revela que foi obrigada a casar aos 19 anos quando engravidou.

Ela relata que o relacionamento foi conturbado, que sofria muito, que teve muita traição, mas mencionou nunca levar um tapa de homem, apesar de ir para uma conversa sobre a pensão com uma “faca preparada”. Teve dois filhos, quando se separou, o menino mais velho ficou com o pai. Ela me conta entre lágrimas que posteriormente o menino fugiu, depois de levar uma surra do pai, e andou 100km até outra fazenda. Posteriormente, ela comenta que havia um coronel doando terrenos e que não pensou duas vezes e foi na prefeitura, tinha 3 casas de lona, tinha 5 mil, comprou de tijolos e tábuas, 500 reais de ajuda do pai. Ficou 6 meses sem energia, e as portas eram tampadas com um pano, ficou dois anos só na brita no chão. A irmã ajudava a cuidar das crianças e ela saía às 2h da madrugada e só retornava às 20h da noite. Trabalhando como cozinheira pegou alergia ao alho. Conseguiu comprar cimento para melhorar a casa e então “ficou aquele luxo”. Posteriormente fez uma área e um ponto comercial, “tá lá, coisa mais linda [...] vendia sorvete, vendia de tudo”. (DIARIO DE CAMPO, JUNHO/2019).

Notava em seus relatos diversos aspectos, como a divisão dos espaços físicos e laborais. A minimização do trabalho e do lugar da mulher quando hierarquizado ao do homem, relações de dominação entre os gêneros, intensos e frequentes reforços de laços de associações e dissociações matrimoniais, um histórico de cultivo e produção predominante para subsistência. Além disso, a ausência de ensino institucional, priorização do trabalho, violências físicas e simbólicas, e uma relação de resistência ao sofrimento. Esses aspectos sobre seus *habitus* me permitiam relacionar e interpretar melhor suas práticas de trabalho, comportamentos, gestos, habilidades e confrontar meus sentidos de percepção nestas relações.

Durante suas práticas de negociação com os fornecedores no Ceasa, chamava-me atenção o fato de as caixas nunca serem pesadas durante a comercialização. Contudo, por vezes, era possível visualmente observar suas variações quanto à quantidade e qualidade dos produtos.

Em um episódio estávamos no Ceasa e o Lucas nos levou até o caminhão que havia acabado de chegar de Londrina para pegar a caixa de quiabo que a Fran havia encomendado. Ele subiu no caminhão carregado de caixas e desceu uma daquelas. Assim que pudemos vê-la, a Fran já expressou sua felicidade elogiando e dizendo que estavam lindos. Eu também já reconhecia neste momento que aquela caixa estava realmente diferenciada, quase completa e os quiabos com ótimo aspecto.

O Landri (outro vendedor ambulante filho da D. Francisca) se aproximou do caminhão, comentando que também queria uma caixa como aquela, gerando uma disputa implícita, a qual o Lucas comentou: “isso aí dá briga”. O Landri resolve, então, levar duas caixas, comentando que não saberia como elas estariam no dia seguinte. Portanto, ele aproveitou da ocasião para realizar uma prática astuciosa (DE CERTEAU, 2012).

A felicidade da Fran com aquela caixa era imensa, isso a remetia à possibilidade de realizar uma quantidade maior de pacotinhos, mas parecia ir além disso. Embora não se utilizasse da tática de levar mais que uma caixa, possivelmente porque isso a impediria de comprar outros produtos, sua condição permitia a ela apenas assegurar a possibilidade de conversão de capital daquela caixa.

quando ela foi se dirigir ao caixa para pagar, eu me movi para acompanhá-la como de costume, mas ela me disse “fica aí, Mariana”, de uma forma até mesmo mais séria, e assim, percebi que eu havia me tornado a guardiã do quiabo naquela ocasião. Nesse momento o quiabo era como um tesouro para ela, que precisava ser guardado, protegido. Depois disso, já no caminho de volta para o centro, ela comentou que pediu para que eu ficasse ali, pois ficou com medo de o tio do Lucas (que aparentemente é o “dono” do box) pedir para pesar a caixa e que, se ele fizesse isso, ela ia ficar muito brava ali e “não ia prestar”, em suas palavras (DIÁRIO DE CAMPO, OUTUBRO/2019).

Assim, ao se dirigir ao caixa para pagar, ela astuciosamente me diz: “Mari, por favor, fique ali”, com seu olhar e gesto apontando para caixa, eu compreendo que seja uma orientação para ficar cuidando da caixa de quiabo, e assim permaneço ao lado da caixa até que ela retorne.

Essas oportunidades de ocasião são aproveitadas pelos agentes conforme as suas condições do momento na gestão de seus recursos: para o Landri, econômica; para a Fran, de relações sociais de sua sub-rede (vide complemento tópico 6.4 - sub-redes simbólicas) ao contar com a ajuda do Lucas para pegar uma boa caixa e astuciosamente me utilizar para “guardar os quiabos”. As relações de poder, o jogo entre os fortes e os fracos, ou ainda mesmo dentre os fracos permanecem concomitantemente. Essas oportunidades não tem como serem previstas e

planejadas com antecedência, pois não ocupam o próprio da estratégia, são táticas praticadas no momento (DE CERTEAU, 2012).

As situações de escolha eram ocasionais, pois como a Fran fazia o pedido antecipadamente, ao chegarmos as caixas já estavam identificadas com um papelzinho com seu nome (eventualmente escrito errado como Franciele). Por vezes, os produtos não vinham com a qualidade/quantidade com que ela gostaria. Nota-se que os fornecedores também praticavam suas táticas.

Nessas ocasiões, não poucas, havia duas táticas-estratégicas que ela aplicava, caso os produtos estivessem com uma qualidade ruim, ela realizava o processo de seleção e aumentava a quantidade de produtos nos pacotinhos, em preferência das relações com seu cliente. Por outro lado, se a quantidade estivesse reduzida, reproduzia a prática de reduzir a quantidade de produtos em cada pacotinho.

Pude também conhecer um pouco da tática-estratégica de outros agentes como um dos fornecedores. O Fabricio era o principal fornecedor da Fran e de outros vendedores ambulantes de legumes ali no centro. Ela o chamava de “O grande homem”, com ironia dada a sua baixa estatura. Em um dos momentos, enquanto pegávamos uma caixa de maxixe o

Fabricao fala para Fran falar baixo que dá problema, e depois para levar direto para o carro. Eu pergunto baixinho por que? Ele diz que foi notificado porque trouxe maracujá e o guardinha viu, esses dias atrás, e que ele só pode trazer o que o produtor que ele representa produz. Ele me explica que na segunda advertência tem que pagar multa e a terceira é expulso do Ceasa (DIÁRIO DE CAMPO, JULHO/2019).

Na pedra do Ceasa, apenas os produtores rurais cadastrados podem comercializar, havendo um controle do que cada produtor produz, ficando ele apto a comercializar ali dentro apenas esses produtos. O Fabricio era registrado como auxiliar pelo produtor Adriano e usava uma tática-estratégica incluindo e vendendo outros produtos.

Nóis desentendeu (risos), nóis desentendeu e, aí eu falei pra ele, dessa forma que ele queria não dava pra mim, aí eu falei que a partir de segunda se ele queresse ir, ele podia tá indo normal, que a pedra é dele, tá tudo no nome dele, eu só era registrado. Aí eu falo então tá bom, segunda-feira eu começo, aí ele começou, e eu continuei só entregando pros boxista. Mas eu já tenho meus produtor que planta pra mim, entendeu, aí eu ainda tô vendendo as coisa aí, continuo trabalhando[...] Igual os box né, eu consegui segurar eles, entregar pra eles, com a nota dos produtor que eles me dão, e os outros cliente avulso lá que ia pra comprar na pedra eu conversei com eles, a gente entrou em um acordo que eu tô entregando pra eles pro lado de fora, levo nos estabelecimentos deles, e assim a gente vai se virando [...] Pra mim ficou melhor, porque eu não tenho mais preocupação com o Adriano né, que era meu patrão, agora

eu sou patrão, e ele infelizmente pra ele não ficou muito bom, porque agora ele tem que levantar duas hora da manhã (risos). (FABRICIO – FORNECEDOR).

Depois que ele e o Adriano se desentenderam, o Fabricio não pôde mais entregar os produtos para Fran dentro do Ceasa. Isso pois, sem ter um vínculo de produtor, só podia vender direto para os boxes, não tendo mais autorização para ficar na pedra e realizar vendas direto aos clientes. Mas, engenhosamente, ele continuou a entregar os produtos para a Fran. Eles passaram, então, a se encontrar fora do Ceasa, às margens da rodovia e próximo a um posto de combustível em entrada de estrada de terra, ao qual tinha o intuito de se esconder. Alguns dias passaram e como alguns dias eu não estava com a Fran, eles passaram a também se encontrar em frente aos Shoppings de Vestuário, onde há um ponto de ônibus em frente. Durante o dia a dia de campo e sua entrevista, ele me comentava como isso foi possível.

Eu não tenho sítio não, é os produtor né, na verdade eu represento eles, eu represento os produtor, daí eu trago as coisas dele para cá, mas eu moro no centro [...] dá uma distância de mais ou menos uns sete quilômetros de casa até o sítio que eu carrego [...] (na cidade de) Santa Fé. Mas como eles não têm recurso trazer as coisas, carro, e um produz sete volume, três (barulho, trecho inaudível) foi um produtor que levou uma abobrinha e uma caixa de quiabo. Aí como é que ele vai deslocar de lá, 70 km pra vir pro Ceasa e trazer pra cá, só o custo já não paga, e lá o pessoal, os mercado vem direto pra cá comprar, aí o pequeno produtor sofre. Mas aí tá nós para fazer esse pequeno servicinho, esse trabalho e poder ajudar eles, né, Fran? Nós faz essa ponte, eu vendo, a Fran vende, no final todo mundo sai contente. (Fabricio – Fornecedor). (GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL, DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO/2019).

Os produtores são mais pequeno, são mais pequeno, o maior era o Adriano, por isso que eu representava ele, como ele era uma horta maior, então tudo que ele plantava, os pequeno tinha, aí eu conseguia encaixa essa mercadoria dos pequeno junto no caminhão pra trazer, porque mercadoria que o Adriano não tinha, não tinha como por, então eu é... doutrinei os produtor a plantar a mesma cultura que ele tinha, e agora deu pra continuar porque não mudou nada né, única coisa que mudou que ele tá fora e eu continuo (ENTREVISTA COM FABRICIO – FORNECEDOR).

Destaquei a palavra “doutrinei”, pois eu mal acreditei quando ele a usou, primeiro pois partia exclusivamente de sua percepção, não a utilizei durante a entrevista nem em nenhum momento no campo. Em meio às relações de poder, ele praticava uma ação conscientemente, e a verbalizava em sua oralidade como ao mencionar no trecho anterior “eu já tenho meus produtor que planta pra mim”. Noto que seu patrão e instituição Ceasa exerciam sobre ele uma dominação, a qual ele transgredia com seu capital de sub-redes (vide complemento tópico 6.4 - sub-redes simbólicas). Por sua vez, ele exercia seu poder sobre os produtos, o que embora não aprofundado, proponho que os produtores também aplicavam suas táticas contra o Fabrício. Considero que o Fabricio conseguiu perpetuar uma tática-estratégica ao longo dos últimos oito anos em que trabalha por sua sobrevivência. As disputas de poder configuram uma antidisciplina, na qual o mais fraco (ora o produtor, ora o Fabrício) usa o mais forte (embora possa ainda ser fraco por outra comparação relacional) para resistir à disciplina do ordenamento.

Essas práticas transgressivas em meio às relações de poder geram microgolpes à estrutura de poder, com efeitos de sobrevivência (DE CERTEAU, 2012).

Os trechos em conjunto exprimem as relações de poder ao longo da cadeia produtiva. Há uma distinção entre os produtores maiores, intermediários e menores. Esses últimos por vezes não têm como escoar sua pequena produção, e então se veem concomitantemente oprimidos pelas micro e macroestruturas que se configuram ao seu espaço social e ora são obrigados a se engessarem na “doutrina” do Fabrício para posteriormente ambos golpearem a estrutura de um produtor maior. Invisivelmente os pequenos produtores acessam a estrutura do Ceasa.

Interpreto que a mobilidade em conjunto aos bens materiais como veículos/instrumentos de transporte eram um elemento-chave para análise das relações de força no espaço social. Na pedra e no Ceasa de modo geral, eu tinha a impressão de haver uma predominância da comercialização de produtores intermediários ou maiores, embora por um ou outro dia pudesse também perceber alguns pequenos produtores. Eu os “identificava” a partir da análise de seus veículos, baixos e distintos aos demais, como trata Bourdieu (2013, p. 133), “O local ocupado pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume que um agente ou uma coisa ocupa; suas dimensões, ou melhor, suas medidas externas (como se diz, às vezes, de um veículo ou de um móvel)”, em complemento à associação de que os bens de consumo indicam um “estilo de vida” relacionado a um grupo (BOURDIEU, 2007). Portanto, minha associação estava relacionada exclusivamente às observações de quantidade de produtos e/ou tamanho/porte dos caminhões. Por exemplo, minha percepção do caminhão do Fabrício, era de um caminhão menor e mais antigo, comparado aos demais, além disso, não possuía uma carroceria baú, era uma carroceria de madeira, apenas coberta por uma lona, como é possível notar na Figura 20. Além disso, percebia que outros caminhões “supercarregados” chegavam e encostavam diretamente nos boxes e não na pedra. Os demais pavilhões com box eram construídos com uma elevação do chão, a qual permitiam que os caminhões encostassem e o (des)carregamento era facilitado, se um caminhão estivesse encostado, facilmente conseguíamos andar sobre sua carroceria, fizemos isso, mas poucas vezes.

Figura 20 - Sequência enunciativa de Fornecedores 1



Fonte: Dados da Pesquisa (2019; 2020).

Observei, ainda, que alguns daqueles produtores também tinham seus produtos comercializados em um supermercado, ao reconhecer, por exemplo, o nome “Pedrazzani” na embalagem de uma bandejinha de quiabo no supermercado, como ilustra Figura 21.

Figura 21 - Sequência enunciativa de Fornecedores 2



Fonte: Dados da Pesquisa (2019; 2020).

Fato esse que o Clovis, outro produtor que fornecia mandioca para Fran, comentou em sua entrevista não conseguir realizar:

Eu planto na cidade de Mandaguaçu [...] eu sempre trabalhei em família, eu e meu pai. E agora, esse ano, eu comecei a vender separado dele, a gente trabalha junto, mas eu tenho a minha mandioca e ele tem a dele [...] a gente planta mais ou menos 3 alqueires. [...] Eu comecei vendendo aqui no centro pra Fran, e pra outras pessoas aqui no centro, daí comecei a entregar em algumas hortifruti e agora tem duas semanas que estou vendendo no Ceasa, na pedra [...] não mercado não [...] eu vim entregar para uma pessoa, daí ela não apareceu, me deu o nó (risos), daí eu vi essas bancas, banca da Fran, da Luzia, da Francisca, aí eu vim oferecer, daí, foi assim que eu comecei. [...] Esse daqui foi para começar né, eu entrego assim um pouco em cada ponto para um vendedor, então foi muito bom para começar, agora tá sendo bem interessante no Ceasa que a quantidade é maior e em mercado também, só que em mercado é mais difícil, eles querem assim uma pessoa já mais estruturada, mais forte entendeu? Eu já fui em mercado, assim em mercado grande, só que agora eles trabalham muito com rede, então em rede assim o preço é baixo e eles querem já ter uma certeza de um agricultor forte né, e como eu tô começando agora nos lugar que eu fui, eu vi que eles num se interessou muito por causa disso. Então assim, eu penso em voltar a tentar vender em uma rede, só que eu preciso me estruturar melhor sabe? – Pesquisadora: Qual hoje você acha que é sua maior dificuldade em questão de estrutura para você? – Dificuldade?... na verdade, agora mais é tempo mesmo, porque agora como eu tô começando, então é pouca plantação, então para eu me fortalecer assim, crescer, é o tempo mesmo, preciso plantar mais, começar a vender um pouco mais para esses vendedores no Ceasa, aumentar minhas vendas aos poucos, pra mim conseguir plantar mais, pra mim abaixar meu preço e conseguir entrar no mercado entendeu? (ENTREVISTA COM CLOVIS – FORNECEDOR)

A fala do Clovis reforça o sentido de marginalidade dos pequenos produtores familiares e dos vendedores ambulantes diante de outras estruturas de comercialização, como ao mencionar que entregar mercadorias naquele espaço social é apenas um começo. Por estar iniciando suas práticas em dissociação de seus familiares, atribui ao tempo sua dificuldade estrutural. Os capitais incorporados ao seu *habitus* não lhe permitem até o momento acessar maiores estruturas. Contudo, ele aplica uma tática por ocasião do momento (DE CERTEAU, 2012) ao iniciar essa comercialização com os vendedores ambulantes, pois nesta dinâmica ele consegue acessá-los. Interpreto, portanto, que táticas realizadas em perpetuação do tempo permitirão, passarão a ser práticas enquanto táticas-estratégias, assim há possibilidade da incorporação de novas etapas do *habitus* e capitalização de outros saberes memórias capitais e/ou subespécies de capitais, as quais permitam em algum outro lapso do tempo ele ou suas futuras gerações consigam aplicar novas táticas de entrada nestas estruturas.

Em suma, considero que as táticas e táticas-estratégicas que esses fornecedores realizavam diante das relações de poder constituídas na estrutura do Ceasa, e entre as relações hierarquizadas de funcionário e patrão, acabavam por golpear as regras instituídas. Logo, os mais fracos, por ocasiões de momentos, golpeiam o campo do forte, com gestos hábeis (DE CERTEAU, 2012). Além disso, também imprimem em seus efeitos o tecer de sub-redes (vide complemento tópico 6.4 – sub-redes simbólicas). A seguir, comento como se dava algumas destas práticas de negociação com os clientes.

6.3.2 Práticas de organização e negociações com clientes: negócios de ocasião

No espaço social em que realizei a pesquisa, os vendedores diariamente chegavam aos seus pontos e organizavam a exposição de seus produtos nas calçadas. O Carlos era o primeiro a chegar ainda de madrugada, quando passávamos na Avenida Brasil, ainda indo para o Ceasa, ele já estava lá. Ele trazia suas caixas de papelão desmontadas. Essas eram recuperadas do lixo de outras lojas, com a *logo* e identificação de marcas renomadas. Ele, então, montava diariamente as caixas, posicionando-as com a parte aberta para baixo, e passando uma fita crepe branca de fina largura, no fundo delas para reforçá-las, “Ainda bem que essa fita é barata” ele comenta (DIÁRIO DE CAMPO, AGOSTO/2020).

O Fall - O Africano - estendia uma lona na calçada e organizava a exposição das roupas e tênis. O Sr. Elias abria o pote com paçocas e doce de leite sobre o carrinho. O Sr. (Bom, Bonito e Barato) que vendia os calçados de couro tinha a ajuda do filho para descarregar as caixas na calçada e empilhá-las com alguns pares sobre as caixas, para demonstrar os modelos sapatos e botas de couro. A D. Francisca também tinha ajuda do filho e do marido para empurrar o carrinho até o ponto e organizar os legumes.

A Pâmela das bijuterias chegava, estendia seu tecido preto no chão e organizava “sistematicamente” as bijuterias com seus pares (como, por exemplo, todas as pulseiras próximas). Durante o café, ela comenta conosco que uma cliente havia vindo no dia anterior trocar um produto, uma tiara que havia quebrado, então ela diz numa mistura de indignação e sarcasmo “Já é 5 porque é uma porcaria, se fosse bom, era 50. Se você compra lá no China (loja na Av. Brasil), vai quebrar da mesma forma, porque esse material é bosta”. Nós rimos e ela conclui: “tô mentindo?” (DIÁRIO DE CAMPO, FEVEREIRO/2020).

A Fran embalava os legumes em pacotinhos de plástico de dois ou três tamanhos, vagem e quiabo, por exemplo, usavam os mesmos, enquanto jiló e limão outro tamanho, então ela os organizava enfileirados no carrinho. Passávamos mais da metade do dia empacotando todos os legumes, pois esse era “seu controle”, precisava saber quantos pacotinhos iria conseguir fazer para então multiplicar pelo preço de cada um R\$5,00 reais e então reduzir o que havia pago. Meu olhar colonizador pensava em outras “n” diferentes formas de cálculo de custos fixos, variáveis, margem de contribuição, *markup* etc. Além disso, ela usualmente investia todo o valor que tinha na compra dos produtos, ficando algumas vezes ainda com débitos com o fornecedor e sem nenhum valor de troco para atender os primeiros clientes do

dia. Essas suas práticas me causavam grande estranhamento, por não configurar o mínimo de um aspecto de garantia, aquele ditado “melhor um na mão do que dois voando” com certeza não fazia sentido para ela, pensava às vezes, essa seria uma investidora de risco. Considero que a Fran vivia com intensidade a prática do momento e tempo presentes.

Almoçamos lanche, eu falei para ela pegar marmitta, mas ela quis o lanche. Ainda não sei porque ela faz isso, porque sei que ela não gosta de lanche. Com um quilo de pimenta conseguimos montar 6 bandejinhas, ela gosta de enrolar bem o *insulfilm*, tentei falar que não precisava de tanto papel, mas ela queria daquele jeito, disse que preferia assim. Eu soltei que preferia economizar. Daí ela se tocou: “ah tu tá pensando em economizar o papel”, “sim, eu estava, comentei rindo” e expliquei que estudávamos que embalagem é uma das partes mais caras dos produtos. Considero que já está bem mais prático colocar as pimentas na bandejinha, eu diria que já peguei o jeito com 12 a 15 pimentas fica ótimo, bem diferente do primeiro dia em que estamos todas atrapalhadas. Ela me disse hoje que aprendeu ontem a colocar os jilós no outro saquinho. Eu perguntei: Aprendeu com quem? Ela disse que sozinha, tentando inventar (aaah De Certeau..., tu sabe mesmo das coisas, hein?). Perguntei qual o preço dos saquinhos e se o outro saquinho não era mais barato, além disso, pensei que ela colocando naquele saquinho maior seu custo iria ser maior, não comentei explicitamente, mas perguntei qual era o intuito de colocar no outro. Então ela me disse que o carrinho ficava mais bonito, que ontem 4 pessoas tinham elogiado que ela tinha feito assim, que daí todos os pacotinhos ficavam na mesma altura, só o limão ficaria menor. O jeito dela aprender era colocar os jilós no saquinho menor e despejou no grande daí contou quantos tinha e o mesmo ela começou a fazer com a pimenta. Agora eram 23 pimentas verdinhas no saquinho maior. Tudo no saquinho maior. Não questionei, apenas comentei que aquele pacotinho era mais caro né, e segui fazendo igual a ela (DIÁRIO DE CAMPO, JULHO/2020).

O “processo de empacotar” era “simples”, ou se tornou depois de um tempo. No início, ela sempre me corrigia “um pouco mais” ou “um pouco menos” e eu sempre perguntava “assim está bom?” ou na dúvida se aquele produto deveria ser jogado fora ou não, caso achasse que pudesse estar estragado. Ela me ensinou a escolher os legumes, aprendi a reconhecer os furinhos de bigato nos jilós, os quiabos duros, as pimentas murchas, as vagens muito cheias de pintinhas pretas, pois esses produtos nós descartávamos, no início tinha dúvida se ela realmente agia assim ou se minha presença estava interferindo, mas percebi que era uma prática sua, realmente, inclusive reconhecida pelos clientes.

Além da posição quase nunca confortável, em que eu fui precisando encontrar meus meios, como, por exemplo, empacotar algumas coisas em pé, havia outras coisas que incomodava. Os pelinhos do quiabo geram uma alergia insuportável, uma coceira sem fim, por isso só o embalávamos com luvas, a pimenta também exigia uma proteção maior. Após os pacotinhos fechados, a Fran ainda tinha o hábito de retirar as pontinhas desses no fundo do saquinho e fazer um furo no meio dele, segundo ela isso conservava eles melhores, pois se não ficariam muito suados lá dentro, era como abrir espaços para eles respirarem. O que me

incomodava não era o picotar o pacote com a unha, mas o destino daquelas micropartículas de plástico, ela simplesmente os soltava, enquanto eu buscava um acumular, amontoar para jogar. Isso, pois me incomodava imensamente pensar nas pombinhas comendo aquele plástico por exemplo, além de todas as aulas relacionadas ao meio ambiente, deste a infância, eram como uma tensão de dilemas do meu comportamento moral.

Por outro lado, outros produtos eu podia sentir diretamente seu contato com a minha pele, as vagens quando novinhas, possuíam uma cor verde claro lindo, eram até macias para pegar, os jilós redondinhos e verde escuro ocupavam mais espaço na mão, uns três eram o que cabia por vez na mão, e permitia o girar um a um antes de jogar no saquinho, para observar os furos. No calor, era refrescante mexer com eles, pois geralmente estavam geladinhos, no frio nem tanto, pois se tornavam gelados e por vezes úmidos, além do vento “cortante” em que a única vontade era de deixar as mãos quietinhas no aconchego de um bolso ou luva.

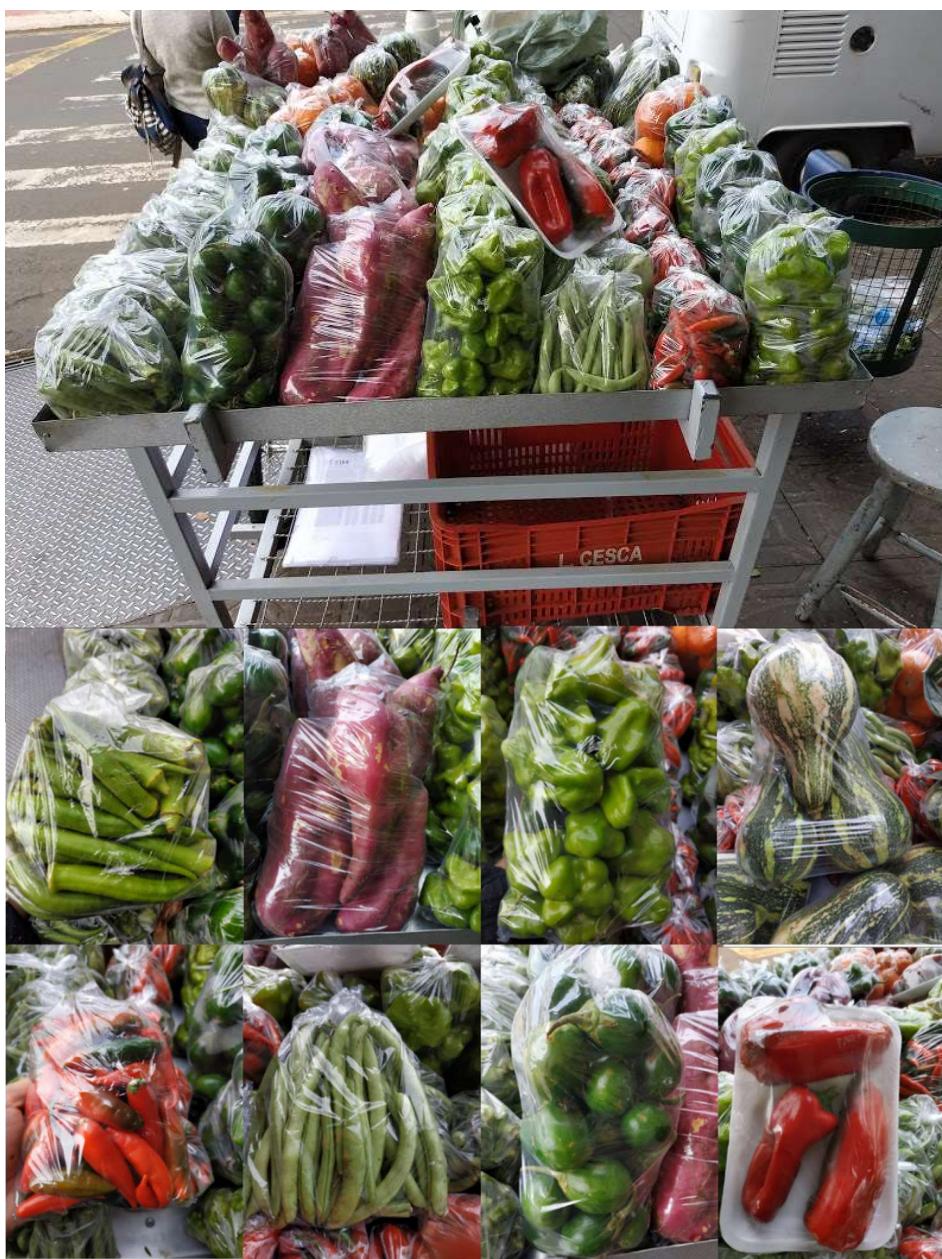
Percebi como eu fico animada agora quando a Fran pede minha ajuda para escolher os produtos. Antes eu ficava sem saber como agir, não sabia realmente escolher entre um legume de qualidade ou não. Mas hoje isso já é diferente, como por exemplo quando ela me pede “Mariana, olha aqui: qual dessas duas você acha?”. Eu peguei a vagem, a senti, observei sua cor, textura, tamanho, espessura, se estava macia ou não e disse “essa daqui Fran”, indicando qual das duas caixas eu achava melhor. O fato é que eu não aprendi isso apenas com o que ela me ensinou, ela não me indicou quais eram todas as características de uma boa vagem. Eu obtive esse conhecimento por meio do trabalho cotidiano do dia a dia de em alguns dias ter uma vagem ruim para empacotar e nos outros umas maravilhosas. Estou tentando refletir se para ela também é da mesma forma, e por que ela pede minha opinião? É algo que me causa curiosidade (DIÁRIO DE CAMPO, DEZEMBRO/2019).

Com o tempo, comecei a entender por que os legumes exerciam tantos efeitos subjetivos a ela, era diferente mexer com eles quando estavam novinhos, parecia mais prazeroso. Foi uma ressignificação, pois antes eu conseguia olhar para frutas e dizer olha que bonitas, mas não para os legumes, para mim não havia beleza alguma neles, pelo menos não ao meu gosto de distinção (BOURDIEU, 2007). Mas, não demorou muito para que meu olhar começasse a percebê-los melhor, tanto que me causou estranhamento este momento quando o “quiabo começa a ficar bonito aos meus olhos” (NOTAS DE CAMPO, JUNHO/2019), o que contrasta com a percepção de outras pessoas, como é possível notar na fala de uma cliente “Onde você acha esses quiabos tão bonitos? O de vocês está bonito!” (NOTAS DE CAMPO, FEVEREIRO/2020).

Depois de “encher” os saquinhos, cada produto com uma posição específica (alguns em pé, outros deitados, outros mais apertados e próximos para caber mais, outros mais soltos e

espaçados) nós amarrávamos, alguns eram mais difíceis, pois os saquinhos ficavam mais cheios como de limão, jiló, batata doce, abobrinha e beringela, outros como do quiabo e da vagem eram mais fáceis. Por vezes eu tentava deixar os saquinhos de jiló, com um ou dois a menos, só para ficar mais fácil de amarrar, mas ela logo dizia: “bota mais dois aí”.

Figura 22 - Sequência enunciativa de produtos



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ao final do dia, ela desempacotava todos os legumes que sobravam, pois se ficasse embalado, segundo ela estragava e, no dia seguinte, esses eram os primeiros a serem empacotados novamente. Eu estranhava todo este processo, pois para minha percepção era dispêndio de recursos (tempo, trabalho, materiais). Suas maneiras de “organização e controle”

eram uma gestão simples, ordinária (CARRIERI, 2012) e que me causava estranhamento pela incorporação dos processos administrativos que eu considerava que pudessem ser mais eficazes. A Fran e a Cleópatra sempre pediam minha opinião sobre algumas coisas e eu entrava em dilema, posicionava-me primeiramente retornando os questionamentos, como: “O que você acha melhor? Ou dizendo que não sabia, que ora eram reais e outras até tinha uma percepção, mas não gostaria de influenciar. Em outros momentos, julgava-me uma “sacana”: se eu conheço uma forma de melhorar este processo, eu não deveria compartilhar isso a elas?

Fiquei um pouco com a Fran e depois fui ficar com a Cleópatra. O irmão da Cleópatra estava lá novamente conversando com ela. A Cleópatra comentou que não aguentava mais o povo pedir quiabo para ela. Comentou indignada do valor que estavam pedindo de R\$110,00 reais a caixa. O irmão sugeriu que vendessem mais caro, que diminuíssem o pacotinho ou ainda a composição de compras conjuntas como, por exemplo, a pimenta e o quiabo por 10. Mas ela comentou que não vendia, pois o pessoal reclamava. Para mim ele estava totalmente certo. Ele também tentou influenciar uma cliente a comprar uma abobrinha enquanto ela olhava outras verduras, ele falou para a Cleópatra relando na abobrinha olha essa é minha tá deixa reservado. Logo em seguida olhou para mim com ar de riso e eu fiz o mesmo. O significado deste gesto estava implícito a nós que vivíamos ao lado da Cleópatra. Ele também brincava com a Cleópatra quando ela dizia que estava fresquinha e ele dizia que estava quentinha (por causa da temperatura do dia). Ele também disse que ela tem que soltar uns gritos, mas ela fala que já está cansada hoje, que já ofereceu demais, e ele retruca que, se fosse ele, numa manhã vendia tudo isso. Minha reflexão é que: para quem “está de fora” parece muito simples, mas a verdade é que não é tão simples. Ao tentar vender aquele dia, eu pude ver e vivenciar que não é bem assim. O fato é que esse era o discurso da Fran. Ela não cogita vender acima ou abaixo de R\$ 5,00 reais, pois diz que esse é o preço, mas a Cleópatra ainda oferece o pacotinho a R\$ 4,00, como ontem que vendeu a R\$ 4,00 o pacotinho de pimenta verde enquanto estava lá. Por outro lado, a Fran até mesmo a promoção dos 3 por 10 ela resistia em fazer. Eu estranho, pois não usaria esse recurso somente na sexta, mas sempre que observasse que a mercadoria não estaria mais boa para o dia seguinte. Ontem também vendi 2 vidros de pimenta da pequeninha, só sabia o nome de uma, da outra não. Mas o que mais estranho é que nem mesmo ela sabe qual é mais ardida. Quando os clientes perguntam, como ontem, ela me olha como se esperasse de mim uma resposta, mesmo ela sabendo que eu nem como pimenta (risos). Bom, ela enrola, uma hora diz que é uma, outra hora diz que é outra. O rapaz comentou que levou uma esses dias atrás, mas não estava muito ardida não (DIÁRIO DE CAMPO, JULHO/2020).

Em meio a este dilema, por vezes eu dava uma ou outra opinião, mas compreendi que “minha forma de gestão” não correspondia à forma de gestão daquela realidade e não eram tão eficazes para aquele ambiente. Como, por exemplo, meu “cartaz de promoção”. Ela me pediu para escrever em uma cartolina sobre as promoções. Então, eu preferi fazer um cartaz plastificado pensando que a cartolina não duraria muito, e lembrando da vendedora de bombons em frente à universidade que nos dias de promoção colocava aquele encarte de dois por cinco. Isso ocorreu nos meus primeiros 15 dias de campo e ela usou uma ou outra vez. Mas, posteriormente, nunca mais a via utilizando, eu também nunca mais toquei no assunto. Suas

chamadas orais eram certamente uma “propaganda” melhor, eu que demorei um pouco mais para perceber isso.

Figura 23– Propaganda colonizadora ao espaço social



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A Fran e outros agentes que trabalhavam como vendedores ambulantes diariamente montavam pela manhã a exposição dos seus produtos. Durante o dia todo, eles se apropriavam daquele espaço, e estar ali era realmente como estar no “seu lugar”, era uma tática-estratégica, pois embora não houvesse uma propriedade do lugar, ou uma estabilidade e a qualquer momento precisassem agir astutamente para outro lugar, conforme a ação da fiscalização, eles também ao longo do tempo se apropriavam deste espaço praticado, por suas práticas cotidianas, e então habitavam o seu próprio que é a fissura. E por isso considero que a ação dos fiscais os feria tanto, aquele lugar físico era quase como uma “propriedade” para eles, seu (im)próprio, talvez como suas casas. Como menciona Leite (2017, p. 79), “Ainda que não estabeleça aí sua moradia, realiza, no entanto, sua morada, [...] É o espaço em que é reconhecido, que tão intensamente habita, apropriando-se dele para nele unir-se”. Parte desta reflexão vem do momento em que eu, ao retornar ao campo já sem a presença da Fran, sentia-me deslocada, como se não tivesse um lugar para parar, ficar, estar. A calçada, a esquina, tudo estava ali, mas não era mais um espaço praticado (DE CERTEAU, 2012) por mim, o qual eu havia experienciado no último ano.

Outro aspecto relevante desta análise é que interpreto que os vendedores e seus produtos ocupam o espaço marginalizado das calçadas, em uma proposta ilegal, mas eram legitimados pelas práticas de compra dos clientes que acessavam aquele espaço urbano. Durante as entrevistas, muitos eram os anúncios de aprovação ao seu trabalho e de desaprovação às práticas de fiscalização. A perspectiva dos clientes era de aprovação às suas práticas por caracterizar um “trabalho honesto”, além da facilidade e melhor opção de produtos, quando comparado a outros espaços comerciais.

Muitas dessas pessoas percorriam as calçadas caminhando, com destinos a espaços que simbolizam macroestruturas na disposição física e comercial daquele espaço urbano como o terminal, a farmácia, os bancos. Logo, como menciona Carrieri (2012), poderiam estes caminhos urbanos serem considerados espaços de passagem, e essa característica fazia parte da escolha pelo ponto de venda.

Muitas vendas aconteciam de forma muito rápida, o que inclusive dificultava minhas abordagens de entrevista com os clientes, eles sempre estavam com pressa. Eu estranhava o fato de muitos dos clientes não quererem escolher os saquinhos de produtos, inclusive quando eu atendia e questionava: “A senhora quer escolher?”. A prática recorrente da negativa, no contexto do tempo da ocasião, permitia que em minha análise eu pudesse interpretar que estes produtos não eram “merecedores” do tempo da escolha, “ora é só quiabo, se não está duro está bom”, “são só meias”, diferentemente da escolha de outros possíveis produtos com maior “valor” agregado.

Também me chamou atenção (apesar de nesse momento já ser mais uma confirmação das minhas hipóteses) uma cliente que passa rapidinho, para fazer uma compra. Ele pergunta: “qual que você quer?” “Qualquer uma”, ela responde. Eu pergunto se isso é comum, ele comenta que não, que geralmente as pessoas fuçam hein Mas vi um outro cliente que também só encostou com a bicicleta, pegou as primeiras meias que estavam na pilha, pagou e seguiu seu caminho pela ciclovia sem falar uma palavra (DIÁRIO DE CAMPO, AGOSTO/2020).

É por isso que interpreto estas práticas de comercialização como negócios de ocasião. As negociações ocorrem pelas brechas nas interações destes agentes com as macroestruturas. Ou seja, as pessoas não saem de sua origem com destino àqueles vendedores, como um cliente que sai com propósito de ir a uma feira, supermercado ou uma loja x. Os clientes geralmente estão passando por aquela calçada e então decidem, por momento daquela ocasião, realizar a compra de um daqueles produtos.

Outra cliente passou e falou que passou semana passada e levou batata que não ia levar hoje porque ainda tinha em casa, mas semana que vem ela passava levar que está muito gostosa. Pedi uma entrevista, mas estava com pressa para pegar o ônibus (DIÁRIO DE CAMPO, OUTUBRO/2019).

Essa era inclusive uma das minhas dificuldades para realizar as entrevistas com os clientes, eles usualmente estavam com pressa, mesmo com a indicação da Fran “conversa com ela, ela está fazendo uma pesquisa sobre o meu trabalho”, muitos eram os clientes que evitavam, mas alguns cediam com gentileza. Dada a dificuldade, passei, então, a fazer uma ou duas perguntas durante o momento que eu os atendia e na sequência realizar notas, além disso, procurei prestar mais atenção na forma que eles e a Fran se relacionavam.

A cliente comenta que no mercado está tudo murcho. Perguntei para outra cliente, uma senhora de mais idade, que levou um quiabo e um jiló: a senhora come com a família toda? Ela me respondeu: não, eu como sozinha, eu tenho um filho, mas ele nem almoça em casa. Cliente 70 anos, come sozinha tem três filhos, mas mora sozinha. Vem buscar o dinheiro e sempre compra. Estava com carrinho de feira. Falou que é viúva de marido vivo, separou há 15 anos por agressão, deixou ela cega de um olho (NOTAS DE CAMPO, OUTUBRO/2019).

As interações que os clientes tinham com os produtos eram diversas e diretamente relacionadas às questões de distinção do gosto (BOURDIEU, 2017). Um cliente passando pelo carrinho, parou e comentou: “Você só vende coisa amarga, azeda, ardida e babenta”? Compreendi que se referia às características dos produtos jiló, limão, pimenta e quiabo, respectivamente. A Fran respondeu: “pois é, tudo delicioso”. O jiló era um dos campeões em sátiras, comentários como: “o problema é que está amargo e verde”; “de amargo chega a vida”, aconteciam frequentemente (DIÁRIO DE CAMPO, OUTUBRO/2019; FEVEREIRO/2020).

Por outro lado, havia pessoas que gostavam muito dos produtos, e por meio das entrevistas, evidenciava que já tinham incorporadas a seu gosto o hábito da alimentação com esses produtos. Por meio das observações e das entrevistas realizadas com os clientes, pude identificar que o público desses produtos era predominantemente pessoas acima de 50 anos e do gênero feminino, e demonstrava ter relação com aqueles produtos ao longo de suas histórias de vida, me causando estranhamento quando pessoas mais jovens realizavam a compra. Isso pois alguns clientes, quando os questionava se eles geralmente consumiam os produtos com a família, e se os mais jovens os consumiam, eram poucas as vezes que os jovens eram incluídos enquanto consumidores indiretos, pois não eram eles a realizar as compras, e sim seus pais ou avós.

Cliente jovem comentou que não sabia escolher batata, se a gente escolhia para ela e a Fran pediu para eu empacotar, só pensei: eu também não sei escolher, mas vamos lá né... A Fran ainda me falou: pode empacotar para ela, veja se quer mais grossinha ou mais fininha e eu fui colocando, a moça disse já está bom. Eu falei ah sim, é que o preço é o mesmo, 5 reais, a gente geralmente coloca mais no pacote (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO/2019).

De fato, a tática da Fran de, num primeiro momento, enquanto vendia água, observar os produtos que mais vendiam entre outros vendedores ambulantes, assim como a escolha do seu ponto, revelam uma interação direta do produto com seu perfil de público. Os mesmos produtos sendo vendidos em um outro local, como o de passagem de um público universitário, possivelmente não teria o mesmo efeito.

Mas para aquele espaço social de comercialização, os quiabos, jilós, vagens estavam entre os “queridinhos”. O quiabo sendo com certeza o “carro-chefe”. As pessoas sempre paravam perguntando do quiabo e então levavam também outros produtos. Não ter quiabo era como uma padaria sem pão, e a certeza de precisar passar o dia justificando sua ausência e vendo o descontentamento dos clientes irem buscar em outras bancas.

Os trechos também relatam que por vezes esse consumo acontecia de forma individual, o que era reformado por não poucas vezes os clientes considerarem a quantidade de produtos dos pacotinhos muito para seu consumo. A Fran, contudo, nunca considerou diminuir o tamanho dos pacotes. Outras clientes diariamente “adiavam” ou negavam a compra em função do peso de terem que carregar os produtos nas atividades que iriam ainda realizar no centro, então diziam que passavam na volta. Cheguei a refletir que talvez houve uma oportunidade de negócio nesta ocasião, um *delivery* ou algo assim.

Dado o exposto, a seguir, aprofundo a interpretação dos efeitos que este recurso/subespécie de capital podem configurar, trazendo para a discussão um produto simples e comum: o quiabo.

6.3.3 Hierarquização de produtos

A Fran vendia, de modo geral, produtos como quiabo, maxixe, batata doce, diferentes tipos de pimenta, jiló, limão rosa, couve-flor, vagem, mandioca (macaxeira), mandioquinha

salsa, berinjela, abobrinhas entre outros. De modo similar, as vendedoras ambulantes estudadas por Sabella e El-Far (2019) também vendiam frutas, vegetais, legumes, produtos em conserva, artesanatos tradicionais, laticínios os quais se configuravam enquanto “produtos caseiros”, e alinhados às práticas domésticas. Além desses, presenciei no campo a comercialização de muitas outras mercadorias doces, geladinho, meias, roupas, calçados, brinquedos, bijuterias, venenos de barata e formiga, máscaras (no contexto pandêmico) etc.

Dentre essas grandes categorias citadas de produtos, inúmeras subcategorias poderiam ser consideradas, como diversas marcas de roupas, frutas raras e exóticas, joias de requinte, brinquedos com certificados de garantia. Porém, via de regra, os produtos vendidos na rua podem ser ditos “baratos”, “comuns” ou ainda, por momentos, interpreto-os como “subprodutos”. Tratam-se de produtos “populares”, que não agregam valor de marca. Ou se a utilizam, não habitam seu “próprio”, pois tratam-se das reproduções de símbolos (logomarca) agregados a mercadorias comuns, ou em outras palavras, falsificações. Como apontam Mendes e Cavedon (2014, p. 350), os produtos oferecidos por camelôs são “falsificados ou replicados (estimulados por um fetichismo publicitário) de produtos consumidos por uma elite”.

As “piadas” com alguns dos produtos evidenciavam minha percepção. Aqueles não eram produtos que demonstram um “*glamour*”, *status*, ou mesmo “alguma espécie de respeito”, ou pelo menos a percepção de um determinado círculo de compatibilidades, pela adequação de um produto a um *status* social (GIARD, 2013). No popular, são produtos “vagabundos”.

No início, nada do carrinho da Fran me despertava o desejo ou a vontade de realizar uma compra, o que me causava estranhamentos e questionamentos como: Por que ela vendia aqueles produtos e não outros? Sério que as pessoas compram tantos legumes assim?, eles não parecem algo saboroso. Diferentemente da minha percepção ao entrar em uma panificadora e olhar algumas “guloseimas” expostas nas estufas, com uma decoração, brilho e cor que aguçavam minhas vontades. Ou mesmo, outras possibilidades de mercadorias que eu via no Ceasa, como as frutas que pareciam tão mais atraentes e suculentas. Como explica Giard (2013), as práticas cotidianas de nutrição estão relacionadas não apenas ao gosto, mas também ao poder, logo, as práticas alimentares podem também anunciar as relações de poder que transpassam o espaço social.

O que se come? Come-se, é claro, aquilo que se pode “oferecer”, aquilo que gostamos de comer: frase que denuncia uma falsa clareza e revela uma simplicidade totalmente enganosa. “Poder” remete aqui ao disponível como as provisões, ao acessível como o

preço, ao assimilável pela digestão, ao permitido pela cultura, ao valorizado pela organização social. “Gostar” também é um termo confuso, ligado ao jogo múltiplo das atrações e das repulsas, fundado nos hábitos da infância, magnificados pela lembrança, ou tomados ao avesso pela vontade adulta de livrar-se deles (GIARD, 2013, p. 250).

O quiabo, por exemplo, “carro chefe” no negócio da Fran, é descrito como “uma cápsula fibrosa cônica verde e peluda, cheia de sementes brancas redondas, muito usado em culinária antes da maturação, pois, próximos à maturação, endurecem. Suas folhas são lobadas” (VITRINE DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2020, p. 1). Não cheguei a descrever em nenhum dos diários de campo características específicas sobre os quiabos, mas relatei por inúmeros momentos as interações e efeitos que o quiabo trazia nas suas relações práticas durante o trabalho cotidiano da Fran. Aqui apresento esta interpretação a partir de três aspectos que auxiliam a ilustrar as relações de gosto e poder: a) hierarquização dos produtos; b) aspectos histórico-culturais de origem e uso dos produtos; e c) relações de efeitos subjetivos

Quanto à percepção de efeitos sobre a prática de hierarquização dos produtos, notava nas práticas oratórias durante as conversas e nas invenções do cotidiano de trabalho que a busca por ascensão remetia à alteração direta do produto praticado. Durante as conversas, era comum o tópico mudança de vida, a vontade de ficarem ricas, o que retratava concomitantemente o espaço que praticavam enquanto oposto a estas condições. Notei que ao comentarem sua vontade de melhorar de condição, elas relacionavam estas intenções diretamente à mudança do tipo de produto vendido e não apenas às possibilidades de migrar suas práticas de trabalho.

Este aspecto era retratado, por exemplo, quando a Fran relata o início de suas práticas de trabalho como vendedora ambulante de água nas ruas, de modo que reconhece a migração para a venda de legumes enquanto uma noção de “progresso”. De modo semelhante, a perspectiva de avanços em sua percepção estava sempre relacionada às possibilidades e tentativas de vender outros tipos de produtos, como bolsas e ralos de legumes.

A Fran chegou a tentar esse empreendimento (Figura 23), já as vésperas de sua nova jornada para a cidade de Umuarama - PR, vendeu os ralos em um ponto distante ao da Zilda (vendedora ambulante que elas estimavam, devido ao fato de utilizar joias de ouro e um veículo de alto valor econômico), que realizava a venda desses produtos naquela região. Sua intenção era continuar o negócio de venda de ralos, em Umuarama - PR, então comprou alguns dos produtos em um atacado em Maringá, depois que a Cleópatra “discretamente” certificou o modelo que a Zilda vendia (apesar de eu ter ficado com a fama de bisbilhoteira). Contudo, sua

nova empreitada foi cheia de frustrações dado ao fato de ela não conseguir comercializar os produtos, por aparentemente não haver uma demanda nesta cidade.

A Cleópatra “renegava” os legumes, dado o dispêndio de trabalho relacionado aos processos relativos a suas práticas de embalagem, a necessidade de variedades de produtos, a alergia que lhe causavam. Além disso, as iniciativas e tentativas (frustradas) de melhoria estavam relacionadas também às mudanças de produtos, como as tentativas de vender frutas, brinquedos, ralos, produtos que eram vendidos por outros vendedores e que elas percebiam enquanto melhores. Porém não haviam em suas propostas tentativas maiores de implementar melhorias relacionadas aos produtos já comercializados. Era também predominante os relatos, em entrevistas e na vivência do dia a dia, da vontade de que os filhos tivessem melhores condições, logo, nas suas percepções não deveriam perpetuar as práticas de comercialização daqueles produtos na rua e se apropriarem de capital cultural. Em consonância, Sabella e El-Far (2019) assumem que suas pesquisadas reconhecem na venda de seus produtos uma fonte viável de sustento e sobrevivência, mas assumem aspectos desfavoráveis de seu trabalho como vendedoras ambulantes, os quais fazem destas práticas uma resistência às estruturas dominantes.

Figura 24 – Banca de “ralos” da Fran



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Essa hierarquização pode ainda ser notada quando observados outros agentes no campo com domínio de poder. Por exemplo, o Almir (VA3) que vendia frutas e relaciona seu tipo de produto enquanto principal vantagem, sendo seu fornecedor mantido em sigilo dada à característica peculiar de suas goiabas. Além disso, notei que os supermercados tinham a disposição destes produtos desagregada de relevância. Quiabos, jilós e vagens, por exemplo, eram dispostos geralmente em gôndolas menores que de outros produtos na seção de *hortifrutis*.

Quanto aos efeitos subjetivos, compreendo-os enquanto os sentimentos da alma que sente alegria, tristeza, raiva, simpatia, tédio etc. Estes sentimentos da alma estão sempre ligados ao corpo e manifestam-se gestualmente nele, o que permite, então, reconhecermos em seus efeitos no cotidiano de trabalho.

O dia a dia ao lado da Fran e dos outros vendedores era marcado pelo bom humor e uma sobrecarga de fé e positividade. Mas os dias em que grandes alterações ocorriam em relação aos produtos eram também os dias em que eu notava seus efeitos em seu comportamento. Dentre os efeitos relacionados à interação com os produtos, a quantidade, a qualidade ou falta afetam diretamente aspectos subjetivos de seu sentir. A Fran, por exemplo, relacionava o descontentamento com os produtos inclusive a dores físicas (vide complemento tópico – Corpos fracos, mas gritantes).

Quanto aos efeitos de origem sociocultural, estes fornecem referências, quanto ao modo de interpretar a relação dos produtos praticados em sua dimensão histórica e presente. É possível refletir características de especificidades regionais, reivindicações de identidade ou ainda, sobretudo, as relações de poder imbricadas dentro destas relações.

Mayol (2019. p. 133), ao estudar o cotidiano das refeições na sociedade francesa, menciona que “O pão suscita o respeito mais arcaico, é quase sagrado. [...] O espetáculo de um pedaço de pão na lata de lixo desperta a indignação [...] O pão é um *memorial*”. Por outro lado, notamos que o quiabo representa um “personagem” ou produto-chave para nossa análise, dado o antagonismo desta interação.

O quiabo não é um tipo de produto que possui expressivo valor econômico agregado, de modo geral, não é um produto reconhecido nas estruturas dominantes da culinária brasileira em uma dimensão de sacramentalidade como o pão, ou ainda no próprio mercado de legumes,

é apenas mais um produto simples cultivado ainda com a necessidade de mão de obra, sobretudo para sua colheita, no qual não há outros recursos como máquinas que substituem tal manejo. Como mencionam Oliveira *et al.* (2003), é uma planta rústica e não exige grande tecnologia.

Sobre o aspecto histórico-cultural, Giard (2013, p. 232) contribui ao explicar a noção de alimento culturalizado: “a alimentação não se apresenta ao homem *in natura*. Mesmo cru e colhido diretamente da árvore, o fruto já é um alimento culturalizado, antes de qualquer preparação e pelo simples fato de ser tido como comestível”. O quiabo é um elemento de pratos típicos regionais brasileiros como caruru (característico da culinária baiana) e frango com quiabo (característico da culinária mineira). De origem africana, o quiabo foi inserido na culinária brasileira a partir dos escravos. A epistemologia do nome está relacionada à língua quimbundo falada no noroeste de Angola. Desse modo, pratos como o caruru trazem essa herança cultural africana com fortes conexões da alimentação com o sagrado e identidade cultural (MASCARIN, 2015; DANTAS *et al.*, 2019), não “valorizado”, contudo, entre as estruturas dominantes.

Nas ruas, as receitas eram diversas, cada um gostava de partilhar a sua forma de preparo, a receita com frango era uma das mais comentadas, provavelmente em função das tradições da colonização desta região do estado, realizada por mineiros, paulistas e nordestinos (BOVO; AMORIM 2012; CABANA, 2014). Como explica Giard (2013, p. 233), os alimentos “se ordenam em cada região segundo códigos detalhados de valores”.

Evidenciei que as relações de gosto fazem parte implicitamente das discussões de subespécies de capitais simbólicos enquanto produtos. Do mesmo modo que o dispositivo histórico da cultura popular também o faz. A combinação destes aspectos configura o reconhecimento do outro para a percepção de capital. Em outras palavras, o quiabo ou outros, podem ganhar reconhecimento de valor enquanto subespécie de capital, pois são reconhecidos por alguns por suas crenças.

Portanto, durante as entrevistas com os clientes pude evidenciar que os produtos vendidos pela Fran e dos outros vendedores ambulantes eram, de modo predominante, e não de modo absoluto, adquiridos por pessoas simples, característicos por meia idade ou idosos que trazem em sua história de vida o consumo destes produtos.

Por outro lado, a presença de agentes que demonstravam maior capital estruturado era notada (BOURDIEU, 2017), atrevo-me a dizer facilmente, pelos vendedores e também por mim, pelos sinais de vestimentas, comportamentos, gestos e linguagem que expressam a diferenciação. O trecho a seguir ilustra para análise os embates, aqui retratados de modo direto a compra dos produtos.

Uma das clientes entrevistadas comentou durante a entrevista sobre os produtos serem orgânicos, demonstrando pensar que era a Fran quem os produzia. Ela estava com a “secretária” de acordo com a Fran, ou em outras palavras, sua possível empregada doméstica. As duas mulheres saíram da farmácia e pararam na banca. Uma mulher muito bem arrumada com trajes esporte fino, calça e blusa um tanto sociais, cabelo bem escovado, com acessórios, óculos escuros, bolsa, salto alto. A outra mulher ao seu lado usava uma blusa preta com babadinho na gola branco. Como era ela quem estava escolhendo os legumes, pedi para realizar a entrevista com ela. Mas antes disso me chamou atenção a sua “conversa” com a possível empregada que mostrava outros legumes além dos que ela havia pego, contudo ela respondia: mas EU não quero, eu não como. Isso aconteceu por umas duas vezes, na segunda a provável empregada respondeu algo como: “se fartou comendo esses dias que eu fiz...” me segurei para não rir e resolvi pedir a entrevista. Durante a entrevista, a empregada astuciosamente voltou a mostrar um saco de pimenta, e então, agora ela disse sim pode comprar. Seu comportamento de tratamento mudou a partir do momento que compreendeu que eu era uma agente que a estaria observando diretamente (DIÁRIO DE CAMPO, NOVEMBRO/2019).

Nota-se primeiramente a agregação de um valor ao produto pela crença da cliente de ser um produto orgânico, o que agregaria um *status* ao produto. O silêncio de todos ao redor com esta afirmação configura-se enquanto uma tática de resistência e demonstração que os capitais em sua posse estruturantes não eram acessados neste momento de ocasião enquanto saber poder, tendo em vista sua crença que aqueles eram produtos orgânicos. Sua imposição verbal e linguagem egocêntrica durante a escolha de produtos de acordo com seu gosto e deslegitimação do gosto da empregada, o traje de uniforme caracterizam as relações de poder. Por outro lado, o murmúrio e pergunta durante a entrevista, a luta do fraco contra o forte em um golpe de ocasião, que geraram microefeitos de conseguir seu objetivo, como a compra da pimenta.

Em suma, defendo neste estudo que os produtos permeiam, junto a seus vendedores, um contexto de marginalidade no campo estrutural de sua comercialização. Essa marginalidade pode ser notada a partir de simples comparações quantos às relações de poder existentes nas práticas de comercialização.

As subespécies de capitais/recursos, enquanto produtos, são característicos pelos traços de reprodução simbólica, habitam o popular, não possuem traços de diferenciação, são produtos simples, comuns, carregam aspectos culturais de precariedade e políticos da ilegalidade.

Os produtos não possuem trâmite fiscal ou garantias de procedência. As conservas de pimenta tiveram por um tempo um adesivo escrito “Pimentas da Fran”, porque eu inconvenientemente afetei o campo, mas não havia rótulos nutricionais ou datas de fabricação ou validade. Quando tratamos dos legumes, por exemplo, são, de modo geral, produtos *in natura*, produzidos com mão de obra direta de pequenos produtores familiares, não são produtos processados ou industrializados.

Figura 25 - Sequência enunciativa de produtos



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Há, portanto, distinções nos processos e novos costumes de mercado, como menciona Giard (2013, p. 279): “Hoje compramos os mantimentos acondicionados de tal maneira que exigem uma gama de gestos anteriores a qualquer preparação culinária. Para fazer suas comprar é preciso sobretudo *gostar de ler* e saber decifrar as etiquetas”. Considerando a apropriação de capital cultural educacional incorporado aos clientes daquele espaço social, o *gostar de fazer* era provavelmente predominante ao *gostar de ler*. As receitas eram todas “ditadas” pela oralidade no momento, como menciona Giard (2013), a língua das receitas parte de uma tradição regional oral e ao longo do tempo é então arquivada por escrito, no campo, contudo, nunca presenciei ninguém mencionando algo como vou anotar ou é só procurar a receita no *Google*, o que eu realizei ao tentar minha primeira receita de quiabo. Isso mesmo já reproduzindo as falas da Fran, da Cleópatra e de clientes sobre as maneiras de fazê-lo, eu havia

aprendido a falar, mas ainda assim provavelmente por maior pertencimento ao *gostar de ler*, pratiquei primeiro essa, antes do fazer.

Ao considerar as roupas e calçados, esses são falsificados e reproduzem simbolicamente o capital de marcas consagradas no mercado. Suas exposições ocorrem sobre lonas pretas estendidas nas calçadas, caixas de papelão e carrinhos de mão. Os vendedores e suas mercadorias praticam o espaço social urbano na informalidade, de modo irregular às diretrizes legais do município.

Estes aspectos demonstram a precariedade dos recursos estruturais em sua forma de comércio, que se distanciam das estruturas de maior poder. Estes outros agentes em disputa e seus produtos detêm um *locus* próprio, permanente, com estruturas que permitem acondicionar os produtos em espaços climatizados, com expositores próprios, com maiores possibilidade de recursos humanos, e práticas tecnológicas de produção e/ou comercialização, mas sobretudo, não exigem a constante desterritorialização dos produtos ao final de cada dia.

Embora diante das macroestruturas de mercado esses produtos possam não agregar um valor econômico expressivo, para os vendedores na rua esses produtos são a representação material de seu capital econômico. Representam parte de sua identidade dada à agregação de nomes e apelidos relacionados aos produtos e suas práticas de trabalho no espaço urbano: “A paçoqueira”; “O paçoca”; “O goiabeiro”; “Tio das meias” “O agulha veneno” dentre outros. Como reflete Giard (2013), sobre a imposição dos nomes, nota-se que esses nomes são simples, comuns ao cotidiano dos que ali interagem, o diferem, por exemplo, de espaços comerciais em que “quanto mais elevado o nível, mais misterioso é o cardápio que apresenta pratos de nomes pomposos cuja leitura em geral não dá qualquer informação [...] o cliente tem que pedir às cegas palavras desconhecidas para não fazer feio” (GIARD, 2013, p. 295). Sobretudo, esses produtos representam uma parte simbólica de si e a materialidade da fonte de sua sobrevivência.

Por fim, interpreto que, assim como

os galos são expressões simbólicas ou ampliações da personalidade do seu proprietário, o ego masculino narcisista [...] eles também representam expressões - e bem mais imediatas - daquilo que os balineses veem como a inversão direta, estética, moral e metafísica, da condição humana: a animalidade (GEERTZ, 2015, p. 190).

Os produtos comercializados são expressões, capitais/recursos simbólicos que embora talvez não expressem a personalidade, evidenciam o constituinte do *habitus* do seu proprietário, e dos que se apropriam em aproximação ou distanciamento desta subespécie de capital, sendo, portanto, expressões da condição social: popular, simples e ordinário.

A seguir, vamos continuar a caminhar por este microespaço social reconhecendo algumas de suas redes relacionais e como estas podem ser reconhecidas enquanto recursos/subespécies de capital simbólico.

6.4 GESTÃO ORDINÁRIA DE SUB-REDES SIMBÓLICAS: “CUIDA ALI PRA MIM”

Neste tópico, pretendo refletir como as sub-redes podem ser reconhecidas enquanto recursos/capital nas práticas de comércio/empreendimentos de subsistência. Considero que, dada sua necessidade de sobrevivência, elas se entrelaçam em práticas com efeito de resistência e proteção, associação, dissociação e conversão, conforme ilustra o Quadro 3. Contudo, diferem, em parte, à comum preponderância de efeitos de cooperação em viés de “prosperidade” econômica imbricada a uma finalidade de lucratividade aos seus negócios.

Quadro 3 - Gestão ordinária de sub-redes

Sub-redes	Tipos	Práticas na Gestão Ordinária	Efeitos
	Proteção	Mais organizacionais	Protetivas
Menos organizacionais		Protetivas	
Famíliares	Nucleares	Associativas e Dissociativas	
	Extensão	Conversão	

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Cabe esclarecer que considero tratar as sub-redes como um outro lado das relações de redes articuladas na configuração de um capital social, em uma dimensão de inferioridade. Isso ao considerar dois aspectos.

Primeiramente, pois os achados neste microespaço social demonstram uma configuração incipiente e crescente na realidade do centro urbano do município de Maringá, ao considerar as queixas dos comerciantes no aumento desta prática, e ao tempo (não superior a 8 anos) que os agentes pesquisados passaram a realizar este tipo de trabalho. Isso difere da realidade de outras construções sociais, como por exemplo, o estudo de Neethi, Kamath e Paul (2019) que tratam o cotidiano das práticas de trabalho de vendedores ambulantes na

configuração de tradicionais mercados urbanos da Índia, praticados ao longo de gerações. Para Neethi, Kamath e Paul (2019, p. 13) o

Capital social acaba por ser o lubrificante no mecanismo de produção do local, que é reabastecido com a transmissão intergeracional de valores, confiança, garantias de solidariedade, e transações de reciprocidade. De fato, é este mesmo carácter intergeracional que lhe confere a sua singularidade, o que a pode diferenciar de outros mercados urbanos onde esta natureza intergeracional pode não existir; o ritmo de criação do capital social pode também diferir de uma geração de agentes para outro.

Neste sentido, os autores defendem que o capital social funciona enquanto um elemento chave no mecanismo das relações, com aspectos de cooperação entre os diferentes agentes, fortalecidos pela transmissão deste capital social entre as gerações ao longo do tempo. Isso predominantemente difere da realidade de estudo nesta tese.

Um segundo aspecto refere-se à análise de significação de precariedade das sub-redes, tendo em vista que a análise do capital social não deve desvincular a consideração dos outros tipos de capitais. Como tratam Saint Martin (2017) e Bourdieu (1980; 1986) o capital social está estreitamente ligado a outras espécies de capitais, o que pode gerar um efeito multiplicador. Diante do contexto da gestão ordinária, o capital social do homem ordinário é predominante precário em interação ao seu *habitus*. Suas redes de relações e vinculações institucionais (quando ocorrem) configuram-se predominantemente por outros agentes que também sofrem a marginalização da privação dos capitais estruturantes, como econômico e cultural, o que, por sua vez, minimiza a potencialidade de efeitos multiplicadores do capital social.

Ainda neste sentido, a compreensão da sub-redes enquanto um recurso no contexto da gestão ordinária permite identificar diferentes significações do capital social quando tratado distante ao *mainstream* da administração. Isso abre espaço para a possibilidade de notar o capital social em seu lado fraco, com efeitos de subsistência no contexto da gestão ordinária.

Por fim, vale esclarecer que a análise deste lado fraco não se refere ao que trata Portes (2000, p. 146) sobre as consequências negativas do capital social, como “exclusão dos não membros, exigências excessivas a membros do grupo, restrições à liberdade individual e normas de nivelção descendente”, mas ao considerar o alerta sobre a “característica do nosso enviesamento sociológico a tendência para ver emergir da sociabilidade coisas boas” (PORTES, 2000, p. 146), pois estas podem ou não co(existir). A seguir, articulo as reflexões propostas a partir de dois tópicos.

6.4.1 Gestão ordinária de sub-redes de proteção

A primeira experiência vivenciada parte de mim mesma e da relação de (in)segurança que eu construí ao acompanhar o trabalho da Fran. Ao longo de todo o tempo de pesquisa, enquanto diferentes agentes perguntavam: Quem é ela? Por inúmeras vezes, ela dizia que eu era sua filha. O trecho a seguir do primeiro dia em que acompanhei o trabalho da Fran demonstra tal tática inicial e os efeitos que ela causava em minha percepção.

Às pessoas que se aproximavam ela ia me apresentando, com orgulho, “ela é estudante e quer aprender”. Um homem perguntou se eu era sua filha. Então ela disse primeiro que não e depois que sim, que não era para me olhar atravessado, não. Foi incrível, ela já estava cuidando de mim em poucos minutos de convivência. Compreendi que na rua se precisa de cuidado e pensei o quanto ela também não sentia essa necessidade (DIÁRIO DE CAMPO, MAIO/2019).

A Fran percebeu um momento de ocasião e realizou a ação de uma prática, uma mentira, ou ainda, uma falsa identificação. Ela me concedeu “gratuitamente” um falso título de filha. Não podemos deixar de notar que essa tática é realizada frente ao questionamento de um homem, seguida por uma repreensão.

Ela me apresentava de diferentes formas a depender da pessoa. Havia o processo de titulação e destitulação. De acordo com a ocasião e momento, eu ganhava e perdia o título. Essa prática ocorria pelos simples fatos da oralidade, sua fala e desfala, mentira e verdade. Era como um jogo do fraco contra a ameaça e que rapidamente poderia ser mudado de posição. Se a crença trouxesse benefícios, era mantida astuciosamente, mas se percebida como desnecessária, ela então recuava de seu golpe. “Ela me apresentou novamente como filha para um dos vendedores de passe e depois ela desmentiu” (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO/2019).

Embora no começo ainda me causasse estranhamento, a ponto de eu redigir um tópico no meu diário de campo (em 28 de junho de 2019) intitulado “Quem sou eu /minha apresentação”, em pouco tempo eu me apropriei desses falsos títulos e também os praticava. Se eu estivesse sozinha, se algum homem perguntasse: onde está sua mãe? Eu apenas respondia que já estava voltando. No Ceasa, ela comentava apenas aos mais próximos quem eu era. Para outros que presumidamente perguntassem se eu era sua filha, apenas dizíamos que sim, e com um olhar confirmávamos nossa tática.

De fato, de alguma forma consciente e inconscientemente isso me trazia uma carga de proteção. Eu não era sua filha. Mas usar num primeiro momento taticamente e, posteriormente,

estrategicamente, ao longo do tempo, me permitia apropriar desse microlugar “próprio” e simbólico de maior segurança que eu tanto almejava.

Fator determinante nessa relação era o reconhecimento dos outros. Esse recurso só tinha valor pela crença e reconhecimento dos outros pensarem e acreditarem que eu era sua filha. Que se concretizava pela oralidade de sua fala falaciosa. Como defende Bourdieu (2007b), o capital simbólico é cognitivo, em seu conhecimento prático, e não intelectual. Notamos que, para que um título tenha efeito no contexto da gestão ordinária, ele não precisa ser legitimado institucionalmente, ou comprovado por um selo de certificação, basta que os outros acreditem.

Além disso, a reprodução estrutural, já inculcada, era materializada pela frequente indagação de relação de parentesco com ela. Ou ainda, pela simples observação e interpretação que faziam de nós. No Ceasa, por exemplo, “Ele perguntou se a gente era irmã eu afirmei que sim olhando para ela e sorrindo. Mas ele percebeu e novamente voltou a perguntar. Então falei que éramos amigas” (DIÁRIO DE CAMPO, JULHO/2019).

Fato é que meu atual namorado sempre ao contar sobre como nos conhecemos reproduz a história de que pensava que eu fosse filha da Fran. De acordo com ele, até nosso gesto de arrumar os óculos seria igual. Depois do início do namoro, outras pessoas, da farmácia na qual trabalha, comentavam sobre a Fran se referindo à sua sogra.

Ela me concedeu ainda outros títulos como “noiva” e logo um noivo fictício. Ainda no primeiro mês em que estava no campo, ela me contou que haviam perguntado algo de mim, e que ela logo já disse que eu era noiva. Percebo que essas táticas utilizadas por ela eram uma forma de me “proteger”.

Essa proteção era um recurso valioso para mim, pois, além das questões de violência de aspecto físico e material, eu também precisava lidar com a violência velada que acontecia em diferentes configurações. De modo direto e indireto. Em diferentes espaços, na rua, no Ceasa, durante as entrevistas, virtualmente. Como demonstro em alguns fragmentos a seguir e também do tópico que discuto a hierarquia dos corpos femininos e masculinos.

No Ceasa ouço “Morena bonita”, minha cabeça abaixa (NOTA DE CAMPO, 11.07.2019).

O Vitor perguntou “cadê minha noiva”, isso ontem. Hoje, o primo do Fabricio perguntou por você. Aí eu falei que você tava viajando. Aí ele falou assim: “ela nem me pediu permissão”. Tô passada com esses homens (MENSAGEM DE WHATSAPP RECEBIDA DA FRAN, 25.09.2019).

O primeiro fragmento demonstra uma forma de intimidação que o campo me implicava, ao qual minha postura como pesquisadora e a intenção de um olhar atento aos detalhes era oprimido. O segundo fragmento, embora entoado em brincadeira pela Fran, remetia para minhas percepções os sentidos velados das relações que os agentes relacionavam a minha presença no campo. Todos tinham efeito na minha forma de comportamento dentro do campo de pesquisa, e que por momentos impactavam consequentemente minhas ações, enquanto pesquisadora, nas relações que eu precisava criar com os agentes.

Em suma, os títulos “comuns”, que não precisavam de nenhuma instituição para legitimá-los, eram constituídos das mais diversas formas e relações e, além da dimensão de rede de proteção, traziam o recurso de identificação.

De modo mais específico, as redes relacionais tecidas ao longo do espaço social se revelaram em dois aspectos. Uma dimensão predominantemente menos organizacional e uma segunda dimensão mais organizacional, como relato a seguir.

Usualmente sempre que a Fran precisava sair, para buscar a marmita ou ir ao banheiro, pedia para alguém cuidar do carrinho, como a moça da Tim, que ficava ali bem próximo, também na esquina. Algumas vezes, mesmo eu estando lá, ao sair ela dizia algo como “cuida dela aí pra mim”; “ajuda ela cuidar aí para mim”.

Ainda durante as observações eu havia percebido que era comum um cuidar/olhar o negócio do outro. A maioria dos vendedores ambulantes de minha pesquisa trabalhavam “sozinhos” em seus pontos. Com sozinho quero dizer eram os únicos responsáveis por sua “banca” ou carrinho (exceto por um ponto em que havia observado que trabalhavam mãe e filha). Contudo, obviamente nunca estavam totalmente sozinho, havia os outros vendedores e todas as outras pessoas que ali circulavam na rua.

Esse estar “só” configurava-se como uma “fraqueza”. Pois, por momentos, ao longo do dia precisavam se ausentar do lugar. Essas ausências costumam ser breves, como para ir ao banheiro, buscar uma embalagem, buscar uma refeição ou tratar de algo pessoal. Porém, não há opção de colocar uma plaquinha na porta com uma mensagem de “volto logo”. Ou ainda, outras tantas práticas similares das empresas como simplesmente “fechar a porta”, deixar a mesa/posto de trabalho sozinho, afinal nesta outra realidade há uma estrutura física maior, que configura um “próprio”.

Também não era uma opção levar seu negócio para dentro dos ambientes. Afinal, embora houvesse a possibilidade dessa mobilidade, ainda precisariam desmontar a simples estrutura montada com as caixas, ou a organização dos objetos no chão, o que exigia tempo. Ou ainda, como no caso da Fran, deixar o carrinho parado no lado de fora do lugar que fossem entrar.

Embora não houvesse um padrão nas práticas ou um protocolo a seguir nessas ocasiões, percebia que eles se reinventavam conforme a necessidade. Em seu cotidiano, não há uma rotina a ser seguida. Os movimentos são frequentemente mutáveis.

Minha presença talvez era fator de alterações a esse processo. Por exemplo, quando eu a encontrava no estacionamento onde ficava o carrinho, durante o trajeto para ir até o ponto de venda, ela passava na loja das embalagens comprar os saquinhos que precisava ou no mercado comprar algo para comermos. Enquanto isso eu ficava na calçada cuidando, protegendo o carrinho.

Quando chegávamos no ponto de ônibus onde ela havia deixado os sacos de legumes no chão ou em cima dos bancos (sem aparente preocupação de estar ocupando um lugar de alguém sentar), quem estava cuidando dos sacos de legumes era o vendedor de passe. Se fôssemos juntas ao Ceasa de carro, no retorno deixávamos os sacos na calçada, em um lugar próximo ao Carlos. Os sacos de legumes ficavam encostados na parede ou próximos ao poste. Algumas vezes, ela dizia ao Carlos para olhar, outras não, pois já era como algo implícito e a fala não era nem mesmo necessária. Outras vezes ela pedia para eu ficar, o que eu não gostava muito, e por vezes me esquivava indo levar o carro para estacionar em outro lugar.

Durante o dia, era comum quando ela saía pedir para alguma outra pessoa que estivesse próximo, como as vendedoras de *chip* ou outros vendedores, cuidar do carrinho, ou quando eu estava ali, algumas vezes ela comentava: “ajuda ela aí”; “se ela precisar de troco, troca ali para ela”. Em uma dessas situações, um fato me surpreendeu grandemente.

A Fran saiu para ir a uma loja no centro. Neste período, boato de que os fiscais estavam pegando começou a se espalhar, um homem subiu empurrando seu carrinho já em “fuga” dizendo que os fiscais estavam pegando lá para baixo. Eu fiquei imensamente nervosa, a ponto de quase não conseguir ligar para Fran, para avisá-la e pedir para voltar logo. Minhas mãos suavam e tremiam e eu não conseguia encontrar o número dela no telefone. Quando finalmente

consegui falar com ela, ela falou que já estava vindo. Esse tempo pareceu uma eternidade. Eu juntei os banquinhos e o restante das coisas que estavam no chão e coloquei tudo embaixo no carrinho, também guardei os vidros de pimenta e coloquei tudo que pudesse cair, durante uma possível fuga, nas caixas na parte inferior do carrinho. Além disso, comecei a traçar possíveis caminhos de fuga, pensando por qual caminho eu poderia ir. Enquanto isso o outro vendedor com a carriola de frutas permaneceu ali. A moça da Tim perguntou se ele não ia correr, não, e ele falou que ia ficar para me ajudar se a Fran não chegasse. A intenção me surpreendeu. Por que ele se arriscaria permanecendo ali, se ele não me conhecia? Seria pelo simples pedido da Fran ao sair dali? Sua ação me causou estranhamento, principalmente pelo fato de contrariar uma lógica imanente retratada no comum ditado do “salve-se quem puder”. Como reflete Bourdieu (2013, p. 199), há um capital de hora e capital de confiança, explicando que o capital simbólico “é um crédito, mas no sentido mais amplo do termo, isto é, uma espécie de adiantamento, de desconto, de credibilidade, que somente a crença do grupo pode outorgar”.

Essa configuração de rede de proteção foi “materializada” também no espaço virtual. O grupo de *WhatsApp* era outro desses mecanismos que eles criaram para se proteger. Minha surpresa era pelo fato de eu pensar durante as observações que esse grupo já existisse, como expresso no meu Diário de campo (16.04.2019): “passa na minha cabeça até o fato de terem um grupo de *whats* para se comunicarem e alertarem sobre a presença de ameaças. Nesse caso, sim minha preocupação é que me vejam como ameaça”. Contudo, o grupo só foi criado em agosto de 2019. Pedi para Fran falar com a coordenadora da Tim, que era responsável pela criação do grupo, e única administradora, para me adicionar, ela falou que iria pedir. E eu esperei ansiosa pela inclusão, precisei comentar ainda umas duas vezes, e então em setembro/2019 fui adicionada.

há um novo grupo no *whats* chamado fiscais, quem montou foi a supervisora da Tim. [...] vou ver se consigo pedir para me adicionarem no grupo. A Fran colocava os áudios para eu ouvir, no geral eram mensagens como “os fiscais estão na rua”; “corre, gente, que estão na Brasil”, outros dizendo que não tinham visto nada, e então as queixas de que era assunto sério que não podiam brincar (DIÁRIO DE CAMPO, AGOSTO/2020).

Interpreto este grupo como uma tática-estratégica, a partir da constituição de uma organização informal dentre os trabalhadores na rua. Isso lhes permitia perpetuar a tática do aviso aos sinais de risco. A comunicação dentro do grupo era ainda predominantemente transpassada pela oralidade, dado ao fato de que as mensagens eram prevaletes em áudios, e por vezes fotos e vídeos. Também me chamava a atenção o não envio de mensagens de outros

assuntos, e as poucas mensagens vinculadas no grupo tinham como assunto predominantemente as ações de fiscalização. Mensagens como:

7 de novembro/2019

- Gente que história é essa dos fiscais aí ó na Brasil, eu já vazei daí, eu tô aqui na Tamandaré (Fran – com sotaque).

- Fran eu tô chegando na Brasil, que as meninas falou que eles fizeram um arrastão ali, eu não sei, vou saber agora.

- XXXXX, o cara do lanche, o Amaro disse assim, “CORRE FRAN que olha o fiscal, aí eu vazei né, eu vazei e a XXXXX também vazô com a banca dela, mas eles tava mesmo no meio, eu acho que pegaram a XXXX não sei se pegaram o Carlos da meia, entendeu, e a D. Francisca lá dos legumes, Nossa Senhora!

8 de novembro/2019

- Alguém sabe, pode me dizer se o fiscal tá vindo aí para baixo da Herval aí? Dá uma resposta aqui para mim para O paçoqueiro. (Elias)

- Se tiver vindo avisem aí, porque eu não tô sabendo não

- Aqui em cima tá tranquilo aqui.

- A minha promotora falou que não tem nada não

- Obrigado hein (Elias)

- Ah, meu povo, vamos trabalhar que não tem fiscal não, essa hora não tem mais fiscal não (com sotaque).

O fato de cada um em seu ponto passar uma posição da sua situação me remetia a práticas militares em que cada agente reporta informações a partir do seu posto. Além disso, noto que a constituição do grupo partiu de uma agente com maior apropriação de capital dado ao fato de exercer um cargo de liderança dentre as atividades das mulheres que trabalhavam vendendo *chips*, e não de um dos vendedores ambulantes. O grupo possibilitaria ainda outras possibilidades de informações como relacionadas à articulação de negociações de produtos, entre outras possibilidades, mas essas não ocorriam. Tinham como efeitos apenas a articulação de proteção.

Além disso, pude notar que, no ano seguinte ao que se passou, em meio às dificuldades da pandemia, ou ao retorno das práticas de trabalho, sem o constante risco das fiscalizações que pareciam terem sido cessadas, como um período de trégua, o grupo não foi acionado, ou utilizado na intenção de cooperação entre eles, ajuda mútua, associações. Ao contrário disso, alguns dos integrantes apenas saíram do grupo, que aparentemente não demonstrava mais ter uma “função”. A gestão ordinária do grupo, de interação naquela rede quando na ausência de sua função de proteção, não assumiu outros efeitos. A seguir, reflito sobre como as outras redes se apresentavam nesse espaço social.

6.4.2 Gestão ordinária das sub-redes familiares: usos e desusos

O cotidiano da Fran foi alterado pela minha presença no campo. Com a minha presença, ela adquire uma vantagem, como por exemplo, ter alguém para olhar o carrinho, os legumes ou realizar algumas dessas práticas como ir buscar embalagens. Estar só e não poder se ausentar por um tempo maior, pode ser um delimitante maior do que podemos imaginar em um primeiro momento.

A Fran me enviou mensagem ontem à noite, para contar que iria ter que trabalhar no sábado, pois havia sobrado muitos pacotinhos, e me convidando caso quisesse ir. Entre o trabalho e o estudo a prioridade dela precisava ser o trabalho ou teria muito prejuízo. Na hora estava estudando e só passei a ela uma mensagem positiva dizendo que venderia tudo amanhã. Ao amanhecer me dei conta que talvez pudesse ficar na banca para ela poder ir estudar. A Fran paga aproximadamente trezentos e cinquenta reais para cursar aulas, apenas aos sábados, para se preparar para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), pois prometeram que ela passaria se não poderia cursar novamente a disciplina que reprovar. Eu achava uma exploração por parte da instituição de ensino. Enfim, mandei mensagem dizendo que tinha pensado de ficar lá para ela. Ela me respondeu toda animada, sério? E que já ia comprar pão de queijo para gente tomar café (DIÁRIO DE CAMPO, JULHO/2019).

Relembrei esse dia quando a Fran vendeu seu carrinho e o senhor que o comprou me perguntou se eu sabia onde ficava a universidade X, que ele queria ir lá fazer uma matrícula para cursar EAD, mas não tinha conseguido ir ainda, porque não podia deixar o carrinho sozinho. O cotidiano de trabalho deles era um dos delimitadores para buscarem um capital educacional tardio.

Em um primeiro nível de interpretação, considere que estar só demonstrava ser um estado de desvantagem diante daquele espaço social. E por isso considero que os VA3 (vendedores ambulantes 3, conforme microconstituição do campo social, tópico – Linhas do meio do campo), como representado pela D. Francisca, ao agregarem sua rede familiar ao seu contexto de trabalho, demonstravam obter vantagens na gestão desta sub-rede em efeitos de associação.

O Landri, ao buscar as mercadorias no Ceasa, trazia também para sua mãe e pai. Então, cada um deles ia com um carrinho vender em um ponto diferente, o mesmo ocorria com outros núcleos familiares.

A D. Francisca conheceu seu marido com 16 anos e se casou aos 18 anos em 1967. Teve três filhos, em 69, 73 e o mais novo é o Landri, nascido em 1976, em suas palavras: “é a rapa do tacho”. Ela cresceu no sítio e estudou até a quinta série, seu pai até a terceira, sempre trabalharam no sítio.

Depois que casou comenta que não foi trabalhar, ficou só em casa, cuidava da casa e das crianças, pois o marido não permitia. Ele trabalhava na prefeitura e nunca deixou colocar nenhum filho na creche, pois para ele as creches eram muito ruins. Morou em Cambira até os 45 anos, uma cidade pequena próxima à Maringá e, então, depois da morte do seu pai em 1990, que já morava em Maringá, em 1991 mudaram-se para Maringá.

Depois quando Landri cresceu um pouco e fui trabalhar no Banco Banestado, de zeladora, fiquei 5 anos [...] depois fui trabalhar numa firma do governo que fazia asfalto, cozinhou para a peãozada, engenheiro e para encarregado, essas coisas. Fiquei mais de 5 anos lá. Eu só saí dessa firma porque meu pai faleceu em 1990 e daí em 1991 mudei para Maringá, aí a gente nunca mais trabalhou de empregado, só por conta [...] O primeiro negócio que a gente teve foi aquela máquina de sorvete, aquele sorvete de pobre, eu construí uma casa lá na Operária [...] a gente construiu uma casa com uma maquininha de sorvete daquela lá na rodoviária velha... (eu comento: a senhora construiu sua casinha com a máquina de sorvete, ela me corrige) casinha não CASONA. Depois nós viemos vender espetinho, ficamos uns treze anos, depois que a rodoviária mudou [...] depois eu falei para ele que não ia mais vender espetinho que não aguentava ficar mais naquele sol quente. Daí meu filho, o Landri, me incentivou a vir vender verdura (D. Francisca).

O marido com 74 anos é aposentado, ela com 70 ainda não. Sua maior preocupação é pagar o plano de saúde, de acordo com ela, uma fortuna. O incentivo do filho é devido ao fato de que ela não poderia ficar parada, se não iria “fundir a cabeça”. Trabalham, então, ela vendendo legumes, e o filho e o marido vendendo frutas, cada um em um ponto. Essa relação familiar é conhecida pelos clientes, durante a entrevista uma cliente passa e pergunta, onde está o seu marido? Ela comenta de um lugar, a cliente menciona que estava, mas passou lá na volta e não estaria mais. Ela comenta que o marido anda bastante e fala para ela pegar com o filho que está na rua de cima que as frutas são as mesmas.

Em seu dia a dia, costuma acordar 5:20 da manhã, e não faz nada antes de tomar seu café, de acordo com ela pode alguém estar morrendo que possivelmente sua prioridade ainda será o café. Costuma almoçar ali no centro, pega marmitas, porque se não teria que comer comida fria, e por volta das 16 horas retorna para casa, guarda a louça que a filha não guarda, faz mais algum afazer doméstico, mas não costuma fazer janta, só algumas raras vezes, de modo geral costuma comer o que tem. Ela me diz que os demais filhos não querem que eles trabalhem com outra coisa, pois se preocupam com a saúde deles. Em suas atividades, também está incluso

o auxílio ao cuidado dos netos. Ela comenta que por muitos anos buscou as netas na creche de circular e que ano passado também costumava levar a neta na aula de *ballet*.

Quando pergunto o que há de mais difícil no trabalho, ela pensa um pouco e diz: não sei, “trabalhar é bom” e um pouco depois menciona: “acho que o cansaço, né”. A D. Francisca não precisa buscar ou geralmente empurrar o carrinho (salvo quando aparecem os fiscais), de modo geral, o filho realiza esse processo de mobilidade e ela realiza ali a comercialização, como eu já havia notado durante as observações.

Não demorou muito apareceu um jovem na lateral do meu carro empurrando o carrinho pela calçada, meu primeiro pensamento foi, “nossa um jovem, diferente isso”, tendo em vista a frequência de pessoas de mais idade. Mas então, notei que a alguns passos dele lá estava uma senhora o acompanhando, carregando duas sacolas na mão. Eles deram a entender que ela comentou para ele colocar o carrinho alguns passos à frente, mais posicionado abaixo da árvore, ao menos foi a conclusão que cheguei observando os dois. O carrinho deles era diferente do da Fran, era como de dois andares, ou duas prateleiras. As sacolas maiores eles colocam no chão e foram logo organizando a parte superior do carrinho, colocando diferentes alimentos, quiabo, batata, o negócio vermelho que esqueci o nome agora.... sim isso vai ser um desafio aprender o nome de tantas verduras, ervas etc... com certeza a próxima vez que for a um mercado vou ficar mais atenta e não comer o de sempre, alface e tomate olhe lá um repolho... eles organizaram a parte superior assim como no mercado vemos os estoquistas repondo as prateleiras (DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL/2019).

Os relatos auxiliam a compreender que a D. Francisca e/ou marido e/ou filho usavam das redes familiares para praticarem seu negócio. Como a Fran não tinha este tipo de recurso, que parecia ser uma “vantagem” para aquelas práticas de comércio, eu considerei que quando a Jéssica (filha da Fran) chegasse do Acre, possivelmente ela também passaria a ter “essa vantagem”. Mas não era essa sua intenção inicial, ela não queria que a filha trabalhasse, mesmo a moça querendo.

Num primeiro momento, ela queria que a filha ficasse em casa, recebendo o seguro desemprego, e que seu genro deveria procurar trabalhar. Ela já havia, com auxílio da Cleópatra, inclusive marcado uma entrevista em uma rede de supermercados, para o dia seguinte ao seu desembarque, segundo ela, não era certo as duas trabalhando e ele ficar em casa. Ela usualmente queixava-se do seu comportamento como menciono em uma nota de campo: “O Genro estava dormindo, mandou se arrumar e vir entregar currículo, pois não acordou de madrugada para ir com ela ao Ceasa. Reclamou que ele não estudou e ainda quer escolher emprego” (NOTAS DE CAMPO, OUTUBRO/2019). Como menciona Machado (2001), as famílias brasileiras contemporâneas carregam muito da reprodução do modelo familiar patriarcal. Este modelo impõe “lugares” a serem praticados conforme o gênero, a mulher dentro, o homem fora, ela no

privado, ele no público, que ao longo do tempo passa por ações inversas, mas ainda assim é inculcado ao *habitus* ao longo das gerações de modo visível e invisível, com resistências e reforços concomitantes.

A Fran tinha sua casa mobiliada no Acre e teve por um curto período um pequeno comércio de sorvete na frente de sua casa. Quando ela veio embora, deixou tudo para a filha, pois depositava em Maringá e no novo relacionamento expectativas de melhores possibilidades. Eles se casaram, ele mantinha o aluguel da casa, e preferia que ela não trabalhasse. Sua moradia era distante da região central de Sarandi, mas possuíam os utensílios básicos e condições de dignidade para moradia, recordo-me de um comentário da Cleópatra dizendo que a casa da Fran era “arrumadinha”. Quando a visitei pela primeira vez para um almoço de domingo, tive a dificuldade de encontrar a casa mesmo com GPS, mas me senti muito à vontade. Seu marido estava assando carne em uma pequena churrasqueira feita de latão na parte da frente da casa e nós ficamos conversando na cozinha, ela estava com shorts mais curto do que eu usualmente a via e elas (Fran e a Cleópatra que chegou posteriormente) estranharam e elogiaram ao me ver de vestido. Ela preparou um pires com sal e outro com limão, pegou uma grande taça e molhou primeiramente a borda da taça no limão e posteriormente no sal, e então despejou a cerveja, brindamos e tomamos a cerveja na taça. Durante o almoço, além da carne assada em fatura, ela fez um dos meus pratos favoritos de domingo (mesmo sem saber), uma maionese maravilhosa (quando criança, a mãe sempre fazia macarrão e maionese aos domingos). De sobremesa, pudim e sorvete, ela também me mostrou alguns iogurtes que havia comprado para o Arthurzinho (neto) que iria chegar naquela semana. A Cleópatra chegou logo depois do almoço, fomos para a sala conversamos mais um pouco e retornei para casa com diversos pensamentos.

Quando a filha também veio para Maringá, eles venderam os móveis que a Fran havia deixado para comprar as passagens, e então o seu filho e a nora foram morar em sua casa. Contudo, ela sempre disse que não gostaria de voltar para o Acre, apesar de dizer sempre com orgulho que era acreana. Como destacam De Certeau e Giard (2013, p. 207), “Nossos habitats sucessivos jamais desaparecem totalmente, nós os deixamos sem deixá-los, pois eles habitam, por sua vez, invisíveis e presentes, nas nossas memórias e nos nossos sonhos”.

Havia também o fato de não terem ainda conseguido um lugar na creche, que só “veio” com a ajuda de um amigo que ela havia feito ali no centro. Contudo, o amigo e a vaga eram de Floriano, um distrito de Maringá. Em meio a esse dilema de precisarem de uma creche para a

criança já que o tempo de seguro da Jéssica estava terminando e ela precisaria trabalhar, aliados aos problemas conjugais que a Fran enfrentava morando agora com a filha, o genro e o neto na casa alugada pelo marido, ela então decidiu se mudar para o distrito de Floriano, “fugida” com a filha e o neto, sem avisar ao marido ou ao genro.

Nesta nova moradia, aos fundos de outra casa, haviam dois cômodos de madeira e o banheiro. Quando estive lá, confirmei o que elas comentavam, provavelmente havia ratos dentro da parede, no pouco tempo que permaneci, sentada no sofá, me assustei ao ouvir o barulho dentro da parede atrás de mim, elas então disseram: “aí oh é os ratos”. Elas não tinham os utensílios básicos como fogão ou geladeira. O vizinho emprestou uma geladeira antiga e um fogareiro. Como mencionam De Certeau e Giard (2013, p. 204), “Indiscreto, o habitat confessa sem disfarce o nível de renda e as ambições sociais de seus ocupantes. Tudo nele fala sempre e muito: sua situação na cidade, a arquitetura do imóvel, a disposição das peças, o equipamento de conforto, o estado de manutenção”.

O genro a princípio ficou morando com o ex-marido, mas posteriormente mudou-se novamente para morar com elas. Seu primeiro emprego foi auxiliar na decoração de Natal da cidade. Eu havia visto a divulgação desta vaga em um grupo de *WhatsApp*, então encaminhei para a Fran. Lá ele conheceu uma outra pessoa que o indicou para trabalhar em um dos quiosques de alimentação do aeroporto. Pensei que agora com o Arthur na creche e os três podendo trabalhar, talvez as coisas pudessem melhorar. A Jéssica passou a ir com ela alguns dias e também começaram a revender os brinquedos do Elias (Vendedor ambulante de brinquedos).

Figura 26 - Redes familiares nucleares com efeitos de associação



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Então, veio a pandemia e o que já não era bom piorou muito. A Fran ficou sem poder trabalhar no centro. Tentou se reinventar, vender os produtos por meio das redes sociais como *Facebook* e *WhatsApp*. Contudo, uma de suas principais dificuldades estava relacionada ao fato de não ter como realizar as entregas. Num primeiro momento, mesmo a circulação dos ônibus havia sido reduzida. As distâncias dos poucos pedidos que chegavam eram imensas, sobretudo porque ela já morava afastada da cidade. Os valores em pedidos eram muito baixos, e os custos agora maiores. Eu me sentia imensamente impotente, realizei algumas entregas com ela, mas também neste momento eu senti a necessidade de retornar para minha cidade natal, dada a pandemia não podia deixar meus pais desassistidos.

A Fran e a filha conseguiram o auxílio emergencial do governo, assim como a cesta básica do município. Mas ela tinha também outras contas, como o próprio aluguel, e todo seu sustento tinha como única fonte de renda suas vendas de legumes. Ela contava os dias para retornar, todos os dias continuou me enviando mensagens de bom dia (na verdade continua até hoje) e sempre mencionava sua esperança que isso ia passar, que tinha ouvido que o centro iria voltar a abrir, e dizendo o quanto sentia falta da “nossa rotina”.

Com os quatro convivendo dentro de casa, novos desentendimentos. A Fran e o genro discutiram, pois ele havia batido na criança. A Fran novamente se mudou, agora sozinha, a filha quis ficar. O pouco que tinha como um sofá e uma cama, ela deixou parte com a filha e partiu novamente apenas com o valor do aluguel, seu sofá, uma mesa e alguns utensílios.

Em meio à pandemia, aquilo para mim era totalmente contraditório. Eu pensava: não seria minimamente mais fácil se estivessem todos juntos, dividindo as despesas? A Fran já em seu endereço aos fundos de uma casa em Maringá, filmou e me enviou o vídeo de sua nova casa. Dormindo no sofá, sem uma pia para lavar um prato, sem fogão ou uma geladeira. Mas, em sua filmagem, ela narrava toda animada sua nova casa.

Mesmo em meio àquela situação sua narrativa era alegre, animada e com risadas. O centro havia voltado a abrir e ela retornado a trabalhar, estava radiando felicidade. E eu pensando: “Meu Deus! Está trabalhando o dia todo e chega em casa e não tem o mínimo, como uma água gelada para tomar, um lugar para fazer a comida, uma cama para descansar”. A revolta era toda minha, não era dela, ela estava sobrevivendo e distribuindo positividade.

Mas não consegui só observar, precisava pelo menos tentar fazer algo por ela, mesmo que fosse muito pouco diante tudo que eu gostaria. Acionei então as “minhas redes”, pedi aos meus pais para doarmos o fogão deles, que eu os ajudaria a comprar um novo fogão, e com a contribuição de uma “vaquinha” no pequeno grupo de GPP (Grupo de Partilha de Profissionais) que participo, compramos uma geladeira. O Pedro (atendente da Farmácia) auxiliou com o transporte dos utensílios e foi retribuído com um cafezinho. Antes, contudo, perguntei se ela aceitaria por serem bens usados, ela confirmou que claro que sim, que ela queria tentar comprar uma de duas portas como a que ela tinha no Acre, mas que agora não tinha como.

A Fran sempre demonstrou que gostava de “coisas boas”. Por alguns momentos, pensava com meus preconceitos se não seria melhor comprar algo mais barato, fazer dívidas menores (até mesmo porque algumas de suas compras ela passou a realizar com o meu cartão de crédito, dado a dificuldade de conseguir crédito no mercado pela inexistência de comprovação de renda, cheguei a fazer o cadastro dela para adquirir um cartão em um banco virtual com menor burocratização, mas este veio com apenas R\$ 400,00 reais de limite), mas desconstruí essa percepção com o tempo, claro que ela deveria sim querer “coisas boas” não merecia nada que não fosse bom, e o mínimo que buscava ainda era muito aquém do consumido por uma elite.

Portanto, busquei demonstrar nestes relatos algumas das teias que constituem as relações familiares de dois núcleos familiares no campo. Como reflete Bourdieu (1972; 1994), a família é como um sujeito coletivo que configura um dos sistemas de estratégia de produção e reprodução das classes e relações de poder. As famílias constituem ativamente o *habitus*, logo, também uma internalização da estrutura social vivenciada e reproduzida nas práticas cotidianas (BOURDIEU, 1983; VANDENBERGHE, 1999).

Considero que as famílias que ocupam este espaço social em análise representam a incorporação de um *habitus* precário constituído na sociedade brasileira (SOUZA, 2006). Com isso quero dizer que, embora as redes familiares “da casa” constituam um capital, para a representação deste espaço social, elas são reconhecidas enquanto um capital/recurso “fraco”, deslegitimado dos capitais estruturantes, econômico e cultural, logo, uma subespécie de capital. São redes familiares invisíveis, sem títulos de sobrenome familiar conhecidos, por exemplo, que poderiam se relacionar a um possível capital social dominante, como os trazidos por algum sobrenome familiar, são ainda configurados dentro de estruturas tecidas em desigualdades, como as de gênero entre outras.

Embora estudiosos como Singly (2017) defendam um processo de individualização das famílias contemporâneas, que poderiam produzir perturbações nas estratégias de reprodução familiar, parece que o contexto brasileiro ainda não condiz a este processo como defende Machado (2001). Para Machado (2001, p. 17), os arranjos familiares brasileiros diferem aos do “mundo ocidental central” ao tratar primeiramente de uma sociedade de origem colonial e escravocrata e na sequência em uma sociedade capitalista periférica em acordo ao que indica Souza (2018) sobre a constituição do *habitus* precário da realidade brasileira que difere ao *habitus* primário constituído na Europa.

Em uma segunda dimensão, considero que as redes de extensão familiar ou como menciona Magnani (1998, p. 12) de “pedaço”, por constituir um “intermediário entre a rua e a casa: enquanto esta última é o lugar da família, à qual têm acesso os parentes [...] e a rua é dos estranhos [...] o pedaço é o lugar dos colegas, dos chegados”, são usualmente mais praticadas no distanciamento das redes familiares nucleares. Como ilustram os relatos, as extensões que a Fran teceu em sua “fraca rede” como a Cleópatra, o amigo de Floriano, eu e outros vendedores, fornecedores, clientes vivenciavam e entrelaçavam-se com ela em suas práticas de trabalho no cotidiano. Isso relaciona-se ao que menciona Machado (2001, p. 19):

O processo de transformar as relações de vizinhança em relações de parentesco e vice-versa (Machado, 1985b; Sarti, 1996) acaba por instituir a noção de “pedaço” (Magnani, 1984), território simbólico de parentes e conhecidos que faz avançar o mundo da família e dos princípios relacionais sobre o mundo da rua e dos princípios vivenciados pelas classes populares como o do anonimato, da indignidade e da indiferença.

O que destaco, contudo, é que, essas redes, adotam um caráter de recurso/subespécie de capital, por se constituírem “redes fracas” que realizam suas microações, incorporadas por um predomínio de *habitus* precário, e se desenham, de modo geral, com menor apropriação dos capitais estruturantes (econômico e cultural). Portanto, de alguma forma, por ocasiões de momento, as redes também aplicam táticas a favor de seus membros. Essas, indireta e mutuamente, podem também favorecer, em alguma dimensão, explícita ou implícita seus próprios agentes, numa troca simbólica de curto ou longo prazo. Porém, não deixam de gerar efeitos de sobrevivência.

Portanto, considero em um segundo nível interpretativo que, por momentos, em virtude do instrumento de reprodução (BOURDIEU, 1972) de precariedade que se desenvolve no núcleo familiar, os agentes em efeitos de desassociação, rompem, em parte, com estes e se lançam em redes de extensão. Como menciona Giard (2013) ao tratar as relações do passado-

presente, “ainda há lugar para microinvenções, para prática da diferença razoável, para resistir com uma doce obstinação ao contágio do conformismo, para fortificar a rede das trocas e das relações, para aprender a fazer a própria escolha [...] Cada um de nós tem o poder de apoderar-se de uma parte de si mesmo” (GIARD, 2013, p. 286).

Bourdieu (1980) esclarece que a família é o principal espaço do acúmulo e da transmissão do capital social, mas este não é constituído definitivamente, configura-se um processo de instauração e de manutenção “para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos” (BOURDIEU, 1980, p. 2). Contudo, considero que a depender da constituição familiar, este fraco capital social com ancoragem negativa distancia-se das possibilidades de ganhos em virtude da precariedade do *habitus* constituinte, o que leva o agente a inversas práticas táticas de microdissociação físicas e simbólicas em meio àquela ordem, retratadas por algumas separações familiares, como pudemos ver no estudo. Não assumo como uma relação de menos é mais, como se menos capital social familiar seja ganho, mas ao sentido de que o menos não potencialize o menos.

Em suma, considero que, para alguns, essas redes detêm uma predominância familiar, mas para outros não, principalmente (mas não apenas) quando imigrantes. Assim, esses agentes articulam redes de extensão a esses primeiros núcleos. Por outros momentos, esses agentes incluem as redes de extensão a seus núcleos, como nos “contratos conjugais” ou mesmo no simbolismo da distribuição de “títulos comuns”.

O próximo tópico desta tese discute a possibilidade de reconhecer as subespécies de capital simbólico que habita nos corpos dos agentes no contexto da gestão ordinária.

6.5 GESTÃO ORDINÁRIA DE “CORPOS FRACOS”, MAS “GRITANTES”

Neste tópico, defendo que os “corpos fracos” se configuram enquanto subespécies de capital na prática da gestão ordinária. Para tanto, realizo interpretações sobre os efeitos das práticas dos “corpos fracos” no cotidiano de trabalho, analisando concomitantemente as relações de hierarquização e poder presentes nas incorporações e práticas.

Esclareço que, embora o corpo não estivesse diretamente relacionado entre minhas categorias de análise, ele estava imbricado nas categorias principais, por exemplo ao discutir as

incorporações de capitais (a partir do *habitus*) em Bourdieu (1983; 1996a; 2007) e a operatividade das “maneiras de fazer” a prática de De Certeau (2012; 2013). Logo, tornou-se um elemento relevante às reflexões.

Durante a pesquisa, tive a oportunidade de encontrar-me com diferentes corpos. Corpos estigmatizados, incorporados de um *habitus* precário (SOUZA, 2018), ou distante deste. Corpos comuns que assumem relações de poder, que habitam estruturas, práticas e discursos. Mas, sobretudo, que podem ser percebidos a partir de hierarquizações entre corpos fracos e corpos de poder, femininos e masculinos, velhos e jovens, migrantes ou não, com predomínio de incorporação de *habitus* precário (SOUZA, 2018), ou dominante e seus distintos capitais.

A seguir exponho as relações destes corpos a partir de três tópicos: a) Mestre e aprendiz; b) Corpos femininos e corpos masculinos; c) “Diga lá, minha princesa”. Mas, antes de prosseguir ao primeiro tópico, cabe esclarecer que “corpos fracos” devem ser entendidos pela ocupação do espaço e desapropriação de capitais estruturantes incorporados a estes corpos. Em complemento, analiso a significação dos corpos, ao contexto sócio-histórico-cultural, de uma sociedade capitalista em que o corpo é validado pela sua produção. Neste sentido, os tópicos, embora subdivididos, devem ser compreendidos em sua totalidade, para compreendermos que, embora estes corpos sejam “fracos”, são ressignificados enquanto recursos precários, subespécie de capital, no contexto de trabalho da gestão ordinária. Portanto, assumo que esses “corpos fracos” são “gritantes” em potência por suas práticas comuns. Paradoxalmente, na fraqueza se faz forte.

6.5.1 Mestre e aprendiz, efeitos de *habitus* (in)corporados às práticas de trabalho

Neste tópico, interpreto com maior ênfase como as práticas de trabalho da Fran causavam efeitos ao meu corpo. Busco, assim, dispor da vantagem de uma pesquisa etnográfica, onde se há “permissão” para analisar o encontro entre o corpo do pesquisador e o sentir do campo (CAVEDON, 2014). Assim, o corpo do pesquisador não deve ser suspenso, ou silenciado, mas o oposto disso, ser incluído em potencialidade durante a análise.

Por muitos momentos, enquanto estive realizando a pesquisa, remetia-me à reflexão de Carrieri (2011) que durante seu treinamento diário passou a encontrar cotidianamente uma companhia muito fiel: o cansaço. O cansaço me acompanhava, e junto com ele, dores musculares, em diversos membros, costas, escápulas, braços, punhos, pés. A postura sempre incorreta para realizar as práticas, o peso dos produtos para serem carregados, mesmo que por

poucas distâncias, o processo de embalagem repetitivo, o sono por vezes reduzido, cansavam meu físico e mental.

Possivelmente qualquer pesquisador que adentre um campo de pesquisa e exija que seu corpo se insira ao cotidiano de práticas que não são comuns à sua realidade sofre suas mazelas. Assim, percebe exigir de seu corpo um capital de incorporação de um *habitus*, ao qual seu corpo não obteve até aquele momento em sua história de vida. Esta tensão, no entanto, pode contribuir para identificar os estranhamentos tão necessários ao estudo etnográfico (MAGNANI, 2009), é um estranhar do corpo, e que, portanto, procuro não desconsiderá-los ou omiti-los.

Vale, contudo, contextualizar que minhas atividades nem mesmo obtinham o mesmo “peso” do que as práticas realizadas pela Fran:

As caixas eram “fornadas” com um saco plástico (ao qual eu descobri serem muito resistentes), entendi que eram para auxiliar no transporte dos legumes fora das caixas. Então na hora de tirar os produtos de dentro da caixa ela amarrava o saco e o puxava para fora da caixa. Ela amarrou muito rápido o saco dela e eu tive “um pouco” de dificuldade, na verdade, não fazia ideia de como amarrar aquilo, não parecia ter um espaço suficiente para formar pontas para poder amarrar. Ela me ensinou que devia puxar bem e ajustar para sobrar uma ponta para poder fazer o nó, eu demorei um pouco, mas consegui amarrar, então ela falou que eu deveria agarrar o saco por aquele nó, então o agarrei e tentei retirar o saco da caixa, sem muito sucesso; de início Fabricio tentou me ajudar segurando a caixa plástica para mim para que ela não viesse junto, devido estar muito justo. Era o contraste de uma percepção do meu desastre cômico, e de observar a habilidade dos seus gestos. Depois dos sacos amarrados e fora da caixa, ela pediu para que o Fabricio jogasse aquele saco de limão nas suas costas e então agarrou outros sacos com a mão. A hora que eu a vi! Ela já estava no meio da rodovia! Ficaram para trás alguns sacos, então eu os agarrei um com cada mão e atravessei atrás, mas o meu medo naquele momento era de cair no meio da rodovia, pois eu mal conseguia andar com os dois sacos um de cada lado, eram muito pesados, hoje meus ombros estão doendo muito (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO/2020).

Neste relato, é possível notar que eu busco reproduzir os gestos da Fran, mas não consigo de imediato, na verdade durante o tempo todo que estive no campo nunca consegui. Assim como no preparar de um bolo, feito à mão ou na batedeira, ambos assaram, mas a operacionalização se deu de modo diverso, ainda que quem observe apenas o resultado não o saiba. Era ela quem sempre pegava os sacos mais pesados, quando precisávamos deslocá-los de um lugar para o outro, como retirá-los do carro e atravessar a Av. Brasil até o outro lado na calçada em frente ao Centro Comercial, ela sempre orientava-me qual saco pegar, “eu vou pegar a batata, você pega o jiló, flor”. Mesmo assim, ao chegarmos na calçada, o Carlos por diversas vezes comentava que a Fran estaria me explorando, em tom de brincadeira. Eu sempre dizia: claro que não, sorria, mas pensava, “poxa bem que ele poderia pelo menos se dispor a ajudar, então”, o que nunca ocorreu. Mais do que isso, ele atribuía o pesar pela atividade apenas ao meu corpo, e não ao da Fran. Soava a mim como se o corpo dela tivesse a obrigação de suportar, dado ao contexto de ser sua prática de trabalho.

Ela dificilmente reclamava de algum tipo de dor. Curiosa com o fato de nunca ter ouvido murmurações suas um dia cheguei propositalmente a comentar com ela sobre as minhas dores nas costas, esperando talvez ouvir um “eu também”, mas ao invés disso, ouço um “vixi, minha filha, vamos comprar um remedinho para você”. A Cleópatra também fazia comentários relacionados às dores nas costas, mas o mesmo eu não observava na Fran. Com isso ainda em minha cabeça, em outra ocasião perguntei diretamente: “Fran você não sente dores, não”? Primeiramente sua resposta foi não, mas logo em seguida disse que o que deixa ela com dor é não poder trabalhar em paz por causa dos fiscais, e quando os produtos estão ruins: "Eles ficam doente e eu fico junto" (NOTAS DE CAMPO, OUTUBRO/2019) se referindo aos jilós quando ficam murchos. Interpreto que suas “dores” são acionadas pelo subjetivo, percorrem efeitos mais profundos que os musculares, eles atingem a alma e não preponderantemente apenas o corpo (DIÁRIO DE CAMPO, JULHO/2019). Posteriormente, durante uma conversa, a Cleópatra relembrava e dizia em tom descontraído, que quando via aqueles sacos pesados, achava que seu útero ia descolar. A Fran não se continha em risos e comentava que pra ela nunca foi empecilho, pois desde criança era acostumada a pegar peso, com dez, doze anos já carregava os sacos de farinha de 50kg nas costas, então ela dizia que não estranhava não, pelo contrário, achava muito bom, ao que nos remete à constituição de seu *habitus* refletido nas ações de suas incorporações, como diria Bourdieu (1983).

A postura de atitude do corpo da Fran também causava efeitos dentro de um espaço em que as forças físicas eram predominantemente de corpos masculinos, como no Ceasa em que por vezes comentários como o do Lucas ecoavam: “Sei que tu é forte, mas não precisa mostrar, eu levo” (NOTAS DE CAMPO, SETEMBRO/2019).

a postura daquela mulher, ter seu pequeno negócio, sua pequena estatura, mas tão forte e guerreira, sua coragem em buscar aqueles legumes ainda de madrugada, de ônibus, sozinha, fazia com que eu a admirasse cada vez mais. Fico até emocionada de relatar (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO/2019).

Considero ainda relevante refletir sobre pontos de subjetividades, como por exemplo, a vergonha. Esse era um sentimento que não se manifestava com muita frequência a mim. Mas, durante as poucas vezes que eu empurrava o carrinho, percebia que em meio aos diferentes companheiros de pesquisa, a vergonha também acenava e parecia se aproximar.

Dessa vez eu fui empurrando carrinho. Saí do ponto de ônibus e caminhei pela calçada empurrando o peso do carrinho e dos sacos de legumes sobre eles, não faço ideia de uma estimativa de peso, mas garanto que não era leve. Quando o sinal fechou, atravessamos a rua. Me assustei, quando a gente se aproximou para atravessar a rua, pois o carrinho acabava por gerar maior impulso e fica difícil para segurar. Eu tinha medo de que ele fosse com tudo para frente e eu não conseguisse segurar. Para subir na outra calçada, também tive um pouco de dificuldade, a roda acabou caindo num buraco, então eles falaram “volta, volta”, tive que puxar novamente o carrinho para

trás, o que exigiu uma força imensamente maior e, então, empurrar novamente para tentar subir novamente na calçada, como há um rebaixamento, precisa de mais força para ele subir. Quando nós chegamos no ponto, tinha dois distribuidores de panfletos, conforme a gente estacionou o carrinho ali eles saíram, sem que ela precisasse falar nada. A Fabiana (moça da Tim) estava com a banca dela no meio, dava a impressão de que estaria guardando lugar, tanto que quando nós chegamos, ela foi um pouco mais para o lado [...] acho que empurrando o carrinho eu quebrei uma unha, e o pezinho que fica na frente dele fica batendo na canela, ou eu que não sei como evitar que ele bata, o fato é que dói, é bem desconfortável e provavelmente ficarei roxa. Mas não se trata apenas de um desconforto físico, o olhar das pessoas também é desconfortável, dentro da minha mente, por momentos me pegava pensando, o que será que eles estão pensando? (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO/2019) [...] Eu tento pegar o carrinho dela para tirar do meio da calçada e em poucos passos quase me desequilibro umas duas vezes, e a Fran dá risada (NOTAS DE CAMPO, JULHO/2019).

As práticas realizadas pela Fran pareciam fluir com naturalidade. Eu estranhava o comportamento de seu corpo físico e de sua alma (subjetivos). Não percebia traços de sentimentos de vergonha, soava-me mais como um orgulho, o que para muitos poderia soar como uma loucura se orgulhar de tal situação, afinal as pessoas costumam se orgulhar de títulos, de algum *status* ou similar. Com isso não digo que ela gostaria de estar ou permanecer, não é sobre isso, é sobre ao praticar não se envergonhar.

Além disso, notava que não havia uma gestão categórica sobre seu corpo de trabalho. Os cuidados eram poucos, como os de proteção com a utilização de luvas para o manuseio de alguns produtos, cuidados pessoais e de beleza (perfume, cabelos, unhas) e algumas roupas, ora com intenção de atrair alguns olhares, ora com intenção de proteger-se desses olhares. Essa gestão cotidiana e simples sobre seus corpos era mínima quando comparados a outras realidades de trabalho, com uso obrigatório de equipamentos de proteção, ou diferentes realidades de espaços sociais como a do boxe tratado por Wacquant (2002). Sobre o capital-corpo, Wacquant (2002) defende que há uma

[...] gestão rigorosa do corpo, uma conservação meticulosa de cada uma de suas partes (muito especial as mãos, mas também o rosto), uma atenção contínua, no ringue e fora dele [...] existem inúmeras técnicas para preservar e fazer frutificar seu capital corpos. Desde a maneira de bandar os punhos (e o tipo de bandagem protetora utilizada) até o modo de se respirar durante o esforço[...]

Nesse sentido, percebia-me buscando formas de gestão sobre o meu corpo. Adaptei-me a alguns processos, aprendi a articular formas que pudessem me auxiliar, como melhores formas de me posicionar, realizar alguns exercícios para fortalecer a lombar antes de sair da cama, carregar os sacos de legumes um por vez e abraçados junto ao meu peito. Reforcei em meus pensamentos valores como o peso que daria ao julgamento dos outros sobre mim. Mas sobretudo, reconheci, que os capitais que ela detinha em seu corpo, nunca seriam legítimos a

mim. Reflito, por exemplo, que minhas práticas de trabalho ao longo da vida predominantemente foram sentadas, enquanto alguns dos vendedores ambulantes passavam o dia todo em pé. Por vezes durante as entrevistas que chegavam a durar mais de três horas eu sentia o cansaço de permanecer em pé, ou por outros momentos, eu me sentava no chão da calçada, quando eles estavam sentados e não havia um outro banco. Estar por longos períodos em pé não era um gesto comum (salvo por momentos de lazer em que adorava sair para dançar).

Como refletiu Mauss (2003, p. 415), “Podeis distinguir a humanidade de cócoras e a humanidade sentada. E, nesta última, os povos com bancos e os sem bancos e estrados, os povos com assentos e os sem assentos”. Além da simbologia e distinção dos povos e relações de poder, essas reflexões reforçavam a indicação de que o *habitus* incorporado ao longo da história de vida passada e presente dos agentes era como um “capitalizador” responsável por engrenar em diferentes combinações esse capital incorporado e então praticado no cotidiano de trabalho.

Interpretei primeiramente que eu não possuía incorporada a mim a resistência física que a Fran demonstrava ter incorporado a si, mas só posteriormente compreendi que não se tratava apenas de um corpo físico em si. A resistência física de seu corpo já era o efeito da sua prática de vida, em uma estrutura de opressão. As reflexões iniciais como “Poxa eu tenho menos idade, meu corpo não deveria reagir melhor?” ou “Com o tempo devo acostumar” eram vazias. Durante as análises, passei a interpretar que o corpo fraco (pelas estruturas de opressão a que vivem) “se faz forte” pela ocasião do momento presente, pela necessidade, pela luta de sobrevivência. Não se trata apenas de uma força ou resistência muscular. Por mais resistente e musculoso que um corpo possa demonstrar ser, as estruturas de poder da sociedade, aqui minimamente consideradas aos aspectos de capital econômico e cultural, geram opressões aos corpos desapropriados destes capitais que exigem práticas “maneiras de fazer” em (re)ações astutas e engenhosas que se faz forte por súbitos de momentos ou “microcolapsos” da estrutura.

Diante esse contexto, interpreto que este “corpo fraco” e suas práticas, que geravam em mim efeitos também de admiração, golpeava um sistema que não a favorecia, colocando-a à margem, mas que era combatido de modo fugaz pela necessidade de sobrevivência. Considero que, por mais que a alma da Fran demonstrasse alegria, bom humor, disposições, essas eram táticas de seu corpo físico e subjetivo para suportar as estruturas de opressão das relações de poder existentes nas macroestruturas de um sistema capitalista. Na próxima sessão, aprofundo as táticas e táticas-estratégicas transpassadas pela oralidade da vida cotidiana (DE CERTEAU; GIARD, 2013).

6.5.2 “Diga lá, minha princesa”: efeitos da oralidade

Essas citações de vozes são marcadas numa prosa cotidiana que não pode, em enunciados e em comportamentos, senão produzir seus efeitos. (DE CERTEAU, 2012, p. 235)

Uma das coisas que mais me incomodavam quando iniciei a pesquisa eram os inúmeros ruídos que encontrava ao andar pelo centro urbano da cidade. Inúmeros sons que antes pareciam passar despercebidos aos meus ouvidos, mas que agora, enquanto pesquisadora e aprendiz etnográfica, buscava encontrá-los e senti-los. O contexto da abordagem da etnografia urbana me ensinava que os ruídos me revelariam o movimento, os deslocamentos e a dinâmica daquele cenário (ROCHA; ECKERT, 2003). Porém, é verdade também que, ao percebê-los com maior intensidade, esses não me agradavam e por vezes eu desviava o caminho das maiores avenidas e caminhava por ruas paralelas enquanto era possível ainda um pouco de calma.

Os sons, emitidos por vozes marcantes, foram uma das primeiras coisas que me chamaram a atenção neste trabalho, mesmo antes de eu pensar efetivamente nesta tese. Portanto, quando entrei no campo esperava encontrar muitos desses ruídos emitidos pelos vendedores ambulantes para anunciar seus produtos, mas como tudo no cotidiano, isso não era uma regra, não eram todos que anunciavam verbalmente seus produtos. Logo, o silêncio de alguns também me causava estranhamentos.

A Fran não costumava fazer muitos anúncios verbais de seus produtos. Isso ocorria com mais frequência apenas em algumas sextas-feiras à tarde quando ela precisava liquidar seu estoque, pois não costumava trabalhar no sábado. Então, ela passava a anunciar “Três por 10, vamos levar... Olha os legumes 3 por 10”. Quem passasse numa sexta-feira à tarde possivelmente ouviria suas expressões, o que não ocorreria aos clientes dos demais dias da semana. Mas independentemente do dia, muito provavelmente eles seriam recebidos com um “Diga, minha princesa”; “Diga, meu rei”, seguido no intervalo de alguns segundos por um “Vamos levar”? Percebia nesta fala sua tática para compreender se deveria demandar tempo aquele atendimento ou não, esse era o momento em que o cliente demonstra sua intenção de levar ou não algo, e assim ela decidia se dava atenção ou não àquela pessoa.

O sotaque é certamente um dos aspectos que mais produzem efeitos diante das práticas de oralidade. Como menciona De Certeau (2012, p. 202), “Mesmo que as vozes de cada grupo

compunham uma paisagem sonora - um sítio sonoro - facilmente reconhecível, um dialeto - um sotaque - se destaca por seu traçado numa língua, como um perfume”. Esse perfume era exalado por diferentes agentes conforme suas origens regionais e a incorporação de seus *habitus*.

O sotaque da Fran naquele espaço produzia efeitos a mim, aos clientes e possivelmente à maioria das pessoas que interagiam com ela transpassados pela oralidade. Um dia, eu escolhia vagens sentada próxima ao carrinho e então senti algo caindo sobre mim. Parei e passei a mão no cabelo, a essa altura talvez já imaginem o que aconteceu. Sim, uma pomba posicionada em um dos andares do Edifício havia feito cocô, atingindo-me certamente. Afinal eu, sem saber, estava posicionada sob o espaço que ela cotidianamente pousava.

quando a Fran percebeu, ela levantou rápido e veio me acudir, mas eu comecei a rir sem conseguir parar. Ela muito preocupada já pegou o papel higiênico que estava na sua pochete e começou a me limpar, havia caído também na manga da blusa. Mas, enquanto eu dava muita risada, ela ficou triste, extremamente chateada com a situação, como se estivesse envergonhada ou se sentindo responsável. Ela possivelmente indignada, repreendeu-me: “E você ri, é” com aquele sotaque maravilhoso dela, mas eu não conseguia parar de rir. Contudo, aquela “repreensão” verbal me chocou, pois enquanto eu levava aquilo de uma forma cômica, como um acidente, para ela era algo extremamente triste. Após o ocorrido, percebi que ela ficou inclusive mais quieta (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO/2019).

O trecho expressa que as vozes, entonações, risos e choros eram como rastros bailantes de oralidade deixados que produziam efeitos e que me permitiam interpretar o contexto daquelas práticas. Como menciona De Certeau (2012), eram ruídos do corpo, que eu e eles praticávamos ou silenciávamos. As diversas vozes com sotaques regionais ou não se destacavam, rompendo o ordenado, gritando o anúncio de seus produtos. Havia particularidades nessas vozes, elas criam como que melodias, e soam como um cantar, que fixam aos nossos corpos. Basta que eu me recorde do campo, e concentre-me, por alguns instantes, que todas aquelas vozes entoam ainda aos “meus ouvidos”, “paçoca caseira, doce de leite, R\$ 1,00 real”; “*chip* da Tim, R\$ 10,00 reais, já vem com recarga”, “bom, bonito e barato”; “vamos levar, colega”. Quanto às abordagens, elas são informais e de proximidade.

Considero essas práticas de oralidade enquanto táticas, pois eram operadas lance por lance, ao se aproveitarem de ocasiões, é uma arte do fraco (DE CERTEAU, 2012). Não observei um padrão de abordagem, para minha surpresa nem mesmo eles consideram essas práticas como um diferencial, uma estratégia para vender mais. Como comenta o Elias, “Às vezes eu grito, às vezes não”. É um simples captar de possibilidades oferecidas por uns instantes, como a passagem do outro naquele momento, e o direcionar de um olhar do cliente para o produto.

Infelizmente, a escrita não permite expressar essas vozes, elas bailam na oralidade (DE CERTEAU, 2012). Contudo, saliento que esta prática táctica, na minha percepção, possa ser mais difícil do que parece. Nesta verbalização, há uma maior exposição, um chamar atenção maior, um se mostrar maior. Particularmente, tentei algumas vezes realizar estes anúncios quanto aos produtos da Fran, mas eles não pareciam confortáveis ao meu corpo.

Esses efeitos eram por táticas necessárias, praticadas pelo invisível do corpo, mas não especificamente agradáveis de serem praticadas, gritadas ou ouvidas. Esses “gritos” eram ainda rejeitados por alguns agentes, causava incômodo a outros corpos, vendedores ambulantes posicionados ao seu lado e/ou lojistas. Por outros momentos, precisam ainda enfrentar as caixas de som utilizadas pelas lojas, os carros de som circulando na rua, e retirar a atenção da escrita impressa nos cartazes da vitrine, nos folhetos distribuídos na calçada. Como menciona De Certeau (2012, p. 202), “uma voz particular se distingue entre mil por acariciar ou irritar o corpo que ouve, instrumento de música tocado por essa mão invisível”.

Enquanto isso, outros apenas silenciavam, e se manifestavam apenas quando os clientes paravam para observar os produtos. Como cita De Certeau (2012, p. 202), “Deve-se por isso renunciar à ficção que reúne todos esses ruídos sob o sino de uma ‘Voz’ de ‘uma cultura própria’ [...] A oralidade se insinua sobretudo como um desses fios de que se faz, na trama - interminável tapeçaria - de uma economia escriturística”. Apenas a voz já era capaz de mostrar um lugar de fala, uma marginalidade, uma delinquência e habitar um espaço “não próprio”.

hoje um dos clientes perguntou para Fran, de onde ela era, percebendo o sotaque provavelmente. Ela disse que era do Acre. Ele fez comentários de que estava comprando “dos estrangeiros” (incluindo ela). Mencionou que havia comprado um tênis dos haitianos (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO/2019).

Ainda no início da pesquisa, era comum alguém comentar algo sobre os “haitianos”. Descobri, que na verdade as pessoas não faziam ideia de quem eram essas pessoas. Tratavam-se de senegaleses e não de haitianos. Nossas interações iniciais se resumiam aos cumprimentos de bom dia, “bom dia, amiga!” em uma sonoridade mais cantada, com um sorriso no rosto e um aceno de mão, mas sobretudo com um sotaque único.

O Carlos sempre comentava que eles sabiam falar muitas línguas, dentre elas o francês, língua oficial de Senegal. Durante a entrevista, o Fall - O Africano - comentou que também havia aprendido espanhol durante os três anos que esteve trabalhando na Guiné Equatorial (colonizada e explorada por portugueses e espanhóis).

Ainda quanto às línguas ele comenta que também fala “Oolufe” dialeto. Eu o ofereço novamente o celular e peço se poderia escrever. Em casa fazendo o diário de campo quero pesquisar vários termos específicos como este que traz junto toda uma carga de significado. ‘O idioma wolof, também chamado «uolof», «uólofe», «jalof» ou língua «jalofa», fala-se na África Ocidental e principalmente no Senegal, mas também em Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia ou Maurícia, e mesmo na República Dominicana, nas suas aldeias de Jarabacoa, onde moram os herdeiros dos senegaleses escravos levados ao porto de Santo Domingo para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar. Com o tempo formaram comunidades «wolof», conseguindo manter viva a sua língua, a sua herança e a sua cultura. No Senegal uns 32 milhões de pessoas (40 % da população) têm o «wolof» como língua mãe, mesmo sendo o Francês a língua oficial do país’ (Wikipedia, 2020, p. 1). Ele comenta “Português é difícil para mim, falta, mas logo estar melhor”. Quanto à escolaridade, não consegui compreender ao certo qual seu nível de escolaridade, mas ele comentou que estudou pouco em uma escola árabe, e parou antes de terminar. Quando pergunto qual seu maior sonho, vontade, ele comenta: “Ganhar dinheiro, cuidar muito bem da filha e esposa, para mim o que Deus der está bom”. Eu perguntei a ele qual foi sua maior dificuldade. Ele pensa um pouco e me pergunta: “O que é dificuldade?” Então eu tento explicar, como sendo um momento que ele precisou lutar, que o fez sofrer, e faço o gesto de um sinal de choro com a mão. Ele entende e diz: “aaaah simmm! simmm!” e comenta que ficou 4 meses sem trabalhar. Fazia currículo entregava e não era chamado. E então foi chamado para uma entrevista com este gerente ao qual ele expressa afeto, mencionando que era muito bacana. Ele comenta que trabalhou em um supermercado durante dois anos como repositor, e comenta que o gerente fica contente dele estar ali vendendo. O Fall diz que ele sempre vem ali comprar para ajudar. Ele ainda menciona que tem muitas pessoas que compram para ajudar, sem talvez ter uma necessidade. Eu reflito porque ele não vê como uma relação comercial normal, e tende a perceber a compra como uma ajuda. Pergunto, então, sobre a fiscalização se já havia perdido algo. Ele fala que já perdeu muito, que já sofreu muito: “Sofri muito com fiscalização, não quero lembrar, porque se não, fico triste.” Já um pouco emotivo, e então pede para passar para próxima pergunta. Me emociono ao pensar sobre tamanho sofrimento envolvido ao fato de não desejar nem mesmo acessar tal memória. (DIÁRIO DE CAMPO, AGOSTO/2020).

O texto expresso junto a uma nota de busca, mostra primeiramente o meu desconhecimento sobre a cultura africana. Uma das minhas primeiras reflexões remetia ao fato de que embora eles obtivessem um elevado capital linguístico, ali naquele espaço social, ao qual realizavam suas práticas de trabalho, isso não era uma “vantagem”, pois parecia que se relacionava mais a um aspecto de fragilidade. Naquele espaço social, por exemplo o francês não detinha o valor que possivelmente teria na representação de um espaço social com predomínio do campo de poder acadêmico.

Mas numa segunda reflexão, considero outros dois aspectos. Primeiro, interpreto que seus conhecimentos de outras línguas podem ser interpretados com um capital cultural (estruturante) predominantes aos outros agentes, ainda que não institucionalizados, configuram-se enquanto capitais culturais incorporados. Além disso, nota-se que sua habilidade com as línguas era de certa forma admirada por outros vendedores e por mim. Vale também refletir que essa habilidade foi cultivada em meio a imposições, como por exemplo de um idioma oficial

colonizador e as necessidades de sobrevivência buscada em outros países. Isso pois as línguas oficiais são objetivadas de um *habitus linguístico* imposto por um grupo que assume poder político na institucionalização do Estado (BOURDIEU, 1996a)

O outro aspecto que interpreto refere-se a suas táticas-estratégicas de oralidade do seu idioma materno. Durante algumas ocasiões, como ao observar suas negociações com um fornecedor quando a Jessica queria comprar um tênis e também durante a entrevista o Fall - O Africano - enviava alguns áudios de *WhatsApp*, que não eram na língua espanhola ou francesa. Logo, considero que seja a prática de sua língua materna. Essa prática representa a perpetuação do seu *habitus* e o embate de resistência pelos seus valores culturais, mas além disso, a possibilidade de realizar tática-estratégica de negociações “indecifráveis” ao espaço social, ao conversar com sua rede.

Interpreto que o Fall – O Africano - também demonstrava suas táticas de silêncio. Quando o questionei sobre o que ele fazia para vender mais, ele me respondeu astuciosamente: “precisa mesmo falar?” e então eu respondo que não. Reflito neste silêncio uma tática de ocultar suas maneiras de fazer, como um mágico que não pode revelar seus segredos por depender dele para sua sobrevivência. Era um silenciar astucioso de quem reconhece as ocasiões. Por outro lado, interpreto o silenciar de sua imagem quando ele sorrindo me dizia que não gostaria de tirar fotos, como uma tática de proteção diante da visibilidade e opressões já sofridas incorporadas por sua história de vida.

A entrevista com o Fall - O Africano - foi um dos dias em que retornei do campo com aquele sentimento de angústia, refletindo sobre sua história e minha reflexividade enquanto pesquisadora. Por mais que eu tivesse tentado estudar um pouco sobre o seu país e elaborado um roteiro específico, precisei reconhecer que não conseguiria acessá-los. Ao final da entrevista com Fall - O Africano -, perguntei: será que seu amigo não gostaria de participar? Tentei uma proximidade com outro vendedor senegalês. Mas ele me respondeu: “ele não fala”. E então pensei: sim, ele fala perfeitamente, eu que não tenho capital para acessá-lo.

Eu não tenho conhecimento sobre a língua francesa ou sobre a língua wolof, então eles precisavam se comunicar em português comigo. Só este fato já me angustiava, afinal, se eu era a principal interessada na comunicação, não deveria eu adentrar em sua língua e não ele a minha? Quando a relação era inversa, eles se apropriavam do português. Durante a entrevista, O Fall - O Africano - criativamente às vezes mostrava-me fotos, como quando eu perguntei o

que ele gostava de fazer como lazer, para se divertir se alegrar e sua resposta é algo que eu não entendo, então ele pega seu celular e me mostra uma foto similar à Figura 26, a qual eu comentei relacionando “Ahh sim a Bíblia! e ele confirmou: “isso...”, mas entendo que se trata do Alcorão. Ele diz que gosta de todos os dias ler a Palavra de manhã às 6:30. Em outros momentos, eu o oferecia o celular e pedia se ele poderia escrever no meu celular (no arquivo em que estava digitando as notas da entrevista, tendo em vista que ele optou não autorizar a gravação), a palavra a qual eu não estava entendendo, com a expectativa de posteriormente traduzir.

Figura 27 - Alcorão



Fonte: Google (dados da pesquisa).

Minhas reflexões enquanto retornava para casa eram de que as discussões minimamente necessárias provavelmente dariam uma “segunda tese”. Isso pois exigiria um desdobramento teórico e prático ao qual eu não detinha o conhecimento e possivelmente não conseguiria contemplar, portanto considero minhas considerações imensamente limitantes.

Um outro momento que refleti sobre as oralidades foi quando a Fran me pediu que eu fosse com ela buscar a filha, o genro e o neto no aeroporto. A Fran nunca havia ido ao aeroporto, então a orientei que deveríamos ficar em frente à porta de desembarque por onde eles sairiam. Ela atrás da faixa do cordão de isolamento estava muito ansiosa, me entregou o celular e o carregador como quem diz: preciso estar com as mãos livres, sem tirar os olhos da porta ela me questionava “cadêêê???”. Quando então percebi que seu corpo começou a transbordar sentimento antes mesmo que a filha aparecesse, comecei a gravar um vídeo que posteriormente

interrompi por também me contagiar com aquela emoção; retornei à gravação durante o encontro delas.

No caminho até o carro ela disse com voz de criança: “se despediu do Acre Artur?”. Na minha mente, passavam diversas reflexões: qual seria o futuro daquela criança? Ele não teria provavelmente o sotaque da mãe e da avó, ou talvez muito pouco. A Jéssica iria também vender legumes? O Jonathan já tem a entrevista para amanhã marcada: será que conseguirá o emprego? No trajeto, a Jéssica lia as placas de algumas lojas, como uma criança que acabou de aprender a ler, no caso dela, como quem acabou de descobrir um novo mundo. O genro parecia muito acanhado e assustado de certa forma. A Jessica ainda tinha a mãe, mas ele estava “só” em um lugar totalmente desconhecido, eu me colocava em seu lugar para imaginar sua tristeza, os dois ainda tão jovens também. A Fran mostrava o Ceasa, o ponto de ônibus, o estacionamento onde guardava a carrinho. Ainda no caminho ao passarmos em frente ao atacado, já próximo a Sarandi, a Fran relembrou a péssima experiência de uma entrevista que fez naquele lugar. Ela deu algum adjetivo, como “aquela entrevista dos diabos” e contou que saiu chorando, pois não sabia responder nada, e que para ela, para ser assistente de cozinha, não precisava saber conta de dividir, de “vezes” (multiplicação), redação, essas coisas, e que depois da decepção das entrevistas, que foi vender água na rua. “Depois que eu me dei conta que não tinha na minha carteira nem experiência de limpar o chão, eu chorei, passei e comprei a caixa térmica e comecei a vender água”. A Jessica perguntou se era muito difícil dirigir ali, e a Fran (mesmo sem saber dirigir) disse que não, que era apenas ela ter calma, pegar umas aulas que ela ia aprendendo, com uma boa mãe que tranquiliza. Já chegando à “sua casa”, ela explicou sobre a rua de terra, e reproduziu meu comentário, quando falei que morar em rua de chão tinha a vantagem de poder brincar muito na rua, pois não tinha movimento. Minha carga de memória da infância vinha à tona e, sim, haviam vantagens e desvantagens, às vezes o tio Luciano (pai de uma coleguinha) oferecia carona, sobretudo nos dias de chuva, mas independente do dia ele não entrava na rua da minha casa com seu carro, isso dado aos buracos, a enxurrada e a lama que formavam na rua, então eu caminhava até onde começava o asfalto. Logo, ruas sem asfalto são pouco movimentadas, como dizia a Cleópatra, dias de chuva, não dava para ir na casa da Fran. Mas, esse sentimento guardei para mim, e tentei mostrar o lado bom, falando também do cavalo que ficava no pasto em frente à casa dela, comentei que se o Arthur gostasse de animais igual eu, ele possivelmente iria encher o saco para querer ter um daqueles cavalinhos. No meu coração, o verdadeiro sentimento de que dê tudo certo para todos eles (DIÁRIO DE CAMPO, OUTUBRO/2019).

Como ilustra o trecho, reflito que os corpos que migram trazem consigo os sotaques de suas regionalidades e são facilmente identificados como “estranhos” ao novo ambiente. A leitura que a Jessica realizava, sua preocupação quanto ao deslocamento naquele novo espaço me remetia à imposição que aquele novo ambiente lhe embutiu, um espaço ordenado, com códigos e normas de “um próprio” do Outro, que agora ela precisaria se infiltrar. As dificuldades da Fran na entrevista, o pavor da redação, e ter “registrada” sua experiência apenas em seu corpo e na oralidade a colocava à margem, uma vez que não detinha o “registro” escrito de sua experiência em um papel (carteira de trabalho). Esses elementos permitem-me refletir os efeitos destes corpos que habitam a exterioridade, mas que utilizam destes “corpos fracos” ressignificados, enquanto subespécies de capital simbólico, para buscarem sua sobrevivência

no campo do outro. Em complemento, o espaço praticado habitacional destes corpos reforça sua posição. Essas relações de poder podem ser articuladas ao refletirmos a economia escriturística tratada por De Certeau (2012).

As práticas do homem ordinário podem ser facilmente reconhecidas pelos efeitos da oralidade. De Certeau (2012) explica que a percepção da oralidade no mundo “moderno” distingue-se de uma prática “legítima” (científica, política, escolar etc.). O oral é tido como “aquilo que não contribuiu para o progresso”. Há neste sentido o que De Certeau (2012, p. 205) identifica como uma fronteira, onde se posiciona o “escriturístico aquilo que se aparta do mundo mágico das vozes e da tradição” e que se posicionam enquanto “frontões da modernidade, inscrições como: “Aqui, trabalhar é escrever” ou “Aqui só se compreende aquilo que se escreve”. Esta é a lei interna daquilo que se constituiu como “ocidental” (DE CERTEAU, 2012, p. 204).

Neste sentido, designa por escritura a prática que tem um espaço próprio, com métodos que produzem uma ordem, um mundo fabricado, progressivo e regulamentado que representa a intenção de uma formalidade de práticas distinta das práticas sociais efetivas, mas que tem como alvo enquanto maneira de fazer “estratégia” usar seu poder sobre esta exterioridade, criando instrumentos (roupas, sapatos, alimentos, automóvel, “retratos” de corpos) para uma apropriação do espaço exterior “é a utopia fundamental e generalizada do Ocidente moderno” (DE CERTEAU, 2012, p. 205). Vale lembrar que o “ocidental” aqui não é geográfico, é político e “cultural”, referente ao tido enquanto hegemônico.

A popularidade tornou-se algo desvalorizado, “essas vozes não se fazem mais ouvir, a não ser dentro dos sistemas escriturísticos onde reaparecem. Elas circulam, bailando e passando, no campo do outro [...] bem longe dos poderes econômicos e administrativo, o Povo fala”. De Certeau (2012) demonstra um “duplo isolamento do ‘Povo’ (em relação à ‘burguesia’) e da ‘voz’ (em relação à escrita).

Contudo, o autor destaca que escritura e oralidade não são termos opostos, há um plural em que essas unidades escritura e oralidade “são o efeito de distinções recíprocas dentro de configurações históricas sucessivas e imbricadas” (DE CERTEAU, 2012, p. 203). Assim, não se deveria constituir um enquanto produtivo e dominante e outro enquanto inerte, dominado e não resistente. A diferença entre eles não deve tomar caráter qualitativo, “é quantitativa, sem

escala comum” ao que o autor trata enquanto uma economia escriturística (DE CERTEAU, 2012, p. 203).

6.5.3 Corpos femininos e corpos masculinos, efeitos de uma objetivação

Os corpos masculinos, brancos e de meia idade, como os que configuram predominantemente os comerciantes 2, possuem maior apropriação de capital econômico e cultural e menor apropriação de subespécies de capital. As práticas estratégicas de denúncias aos órgãos de fiscalização em complemento às posições corporais que ocupam em seu contexto de cotidiano de trabalho “consiste em fazer os corpos dizerem o código”, como menciona De Certeau (2012, p. 219), ao ponto que soletrem uma ordem entre as relações de poder.

Por outro lado, o Fall - O Africano - representa no campo, embora masculino, um corpo negro e imigrante. Vale destacar que se trata de uma imigração laboral, e por isso os corpos tidos como maiores potencialidades para o trabalho, como os dos jovens, são tidos como responsáveis ao processo de irem a outras localidades e proverem o sustento de suas famílias (HERÉDIA; SANTOS, 2017). Outro aspecto a se considerar é que “Na migração senegalesa, a presença de mulheres ainda é muito reduzida, o que caracteriza a migração como masculina” (HERÉDIA; SANTOS, 2017, p. 5).

O Fall - O Africano - comentou em sua entrevista sobre a vontade que a mulher teria de vir para o Brasil. Comentei se caso ela viesse com a filha, elas o ajudariam no trabalho, mas ele comenta que não, que aquele não é trabalho para mulher, a mulher ficaria em casa, levaria a filha para escola. Gomes (2015, p. 73) comenta que, em sua pesquisa com imigrantes senegaleses, realizada em Rio Grande – RS, “só foi possível o contato com homens, as mulheres ficam mais isoladas, não trabalham, chegaram recentemente e ainda não aprenderam o idioma, até mesmo por não terem muito contato com os locais”.

Neste sentido, embora esta figura feminina e negra seja “representada” em meu estudo apenas como enunciação de discurso, ainda assim nos remete aos apontamentos de Davis (2017) que evidencia uma sociedade constituída com questões de opressão de gênero, raça e classe de modo indissociável por atuarem concomitantemente.

Historicamente os corpos masculinos são hierarquizados como superiores ao feminino. Como menciona Colling (2014, p. 13), “Este universalismo que hierarquizou a diferença entre os sexos, transformando-a em desigualdade, mascarou o privilégio do modelo masculino sob a pretensa neutralidade sexual dos sujeitos”. Durante as entrevistas com os clientes, eu perguntava se para eles havia alguma diferença entre os vendedores homens e mulheres e predominantemente eles respondiam não haver diferenças, o que me causava, além de estranhamento, indignação, dado ao fato de nem ao menos sinalizarem o mínimo de reconhecimento sobre as diferenciações. Algo “sólido” e “concreto”, vivenciado, mas que naquele espaço parecia “invisível” à maioria dos olhares. Logo, relaciona-se a um *habitus* concreto e invisível.

Para organizar as bijuterias no chão, a Pamela precisava ficar abaixada, com os joelhos no chão e de frente com a vitrine. Essa posição do seu corpo durante sua prática de trabalho, causava transparência em sua roupa, mesmo sendo uma calça preta.

Um dia a Pâmela foi abordada por uma mulher que passava na calçada. A mulher lhe “avisou” que sua calcinha estava aparecendo, pela transparência da calça. A Pâmela agradeceu, mas não deu relevância, posteriormente veio comentar o fato conosco. Como explica De Certeau (2012), há um código, uma lei social, que mantém os corpos submetidos a uma norma, e as roupas são um desses instrumentos. A tática da Pâmela, de “ignorar” as normas, é como um microgolpe à lei, ou ainda uma diferença percebida enquanto “uma falta de compostura” (DE CERTEAU, 2012, p. 219) aos olhares normativos.

Eu notava os olhares, sobretudo masculinos, que direcionavam o olhar sobre o corpo dela, enquanto organizava as bijuterias. Minha reação era encarar esses agentes até que direcionassem o olhar novamente para frente onde se defrontavam com minha expressão de reprovação. O corpo feminino é praticado pela objetivação do olhar masculino.

Eu sentia essa objetivação diretamente ao meu corpo, e utilizava dos instrumentos das roupas para descaracterizar os traços do meu corpo, calças soltas, blusas soltas, esses eram diferentes aos manuais de boa aparência fomentado no “mercado de trabalho”, ainda sabendo que se tratava também de uma instrumentação normativa, eu a utilizava como tática-estratégica. Além disso, por vezes eu “recusava”, com desculpas, acompanhar o trabalho de um outro vendedor ambulante que esporadicamente passava no carrinho da Fran e pedia para eu ir lá ajudar ele também, ao ponto de ele achar que a Fran que não deixava. Estar no campo já era

difícil, e eu queria defender o meu direito enquanto pesquisadora de também me impor ao campo, e não me tornar refém dele, embora por momentos me sentisse imensamente impotente.

A Fran foi arrumar um carrinho e eu fiquei sozinha. Agora estou morrendo de raiva porque um homem quis pegar no meu cabelo. Primeiro, parou em frente ao carrinho e ficou olhando. Abaixei a cabeça e continuei empacotando os jilós. Ele veio se aproximando. Eu falei, BOA TARDE! de uma forma mais imponente (com intenção de intimidá-lo e esperando que recuasse). Ele respondeu algo, eu não compreendi. Ele voltou a se aproximar e veio com a mão querendo tocar no meu cabelo. Eu me levantei já irada. Ele disse: “eu te dei bom dia em italiano”. Ele comprou 4 saquinhos de legumes e eu tive que atender e segurar a raiva. Ainda ficou se vangloriando de estar pagando uma parcela antecipada de 400 reais em sei lá que loja. Como quem quer dizer que tem dinheiro. Afff (NOTA DE CAMPO, NOVEMBRO/2019)

Em outro momento, fui surpreendida com tais ações, pois pensei que o fato de já ser conhecida no campo e agora até namorando um agente do campo, poderia tornar as coisas mais simples. Bom, amarga ilusão.

Expliquei um pouco da pesquisa e entre minhas falas comentei que queria conhecer um pouco do trabalho dele. Ele me respondeu que achava que eu queria conhecer ele (em tom de cantada). O que já fez meu sangue ferver. Minha primeira pergunta “tática” foi propositalmente, qual a sua idade? Resultado, realizei a entrevista em 17 min., não me aprofundi o quanto gostaria/deveria, mas porque não me sentia confortável, infelizmente não se tratava de um elogio educado e despretensioso ao qual minha reação com certeza seria outra (DIÁRIO DE CAMPO, AGOSTO/2020).

Tratava-se de uma violência simbólica relacionada ao meu gênero, mulher. Eu me sentia imensamente incomodada com as situações. Por inúmeros momentos, eu “me segurei” para não reagir, ser grossa ou causar um mal estar em minha relação no campo, o que nada mais é do que a mesma reação de inúmeras mulheres em seus espaços de trabalho. Minha análise sobre o fato só potencializava minha angústia.

Os corpos masculinos não continham seus comentários nem mesmo frente a uma das coisas mais naturais, como a amamentação. Quando a Jessica ia para o campo, ela levava também o pequeno Arthur, devido ao fato de que ainda não havia conseguido uma vaga de creche na rede pública. Contudo, o fato de amamentá-lo na calçada, era comentado em tom de fetiche sexual por um dos funcionários da farmácia.

Além disso, interpretava as relações geracionais quanto às práticas dos corpos femininos. O corpo jovem materno da Jessica sob o efeito do empreendimento de subsistência da mãe, naquele espaço, resistia e encontrava fissuras para exercer a prática do seu corpo materno, o que demonstrava a relação de tantos outros corpos femininos maternos que são

oprimidos à possibilidade de maternar, que impactam a subjetividade de suas histórias como retratado por outras mulheres neste estudo, como revela alguns relatos da Cleópatra.

depois fui morar com essa pessoa, daí a gente foi pra roça lá né, trabalhar na roça numa plantação de fumo. Levo fumo até hoje (risos). [...] fiquei grávida, [...] eu com ele vivia em briga constante, ele bebia e tudo. [...] No dia que ela nasceu, ele tava no meio da cozinha bêbado, [...] aí eu falei para ele, [...] eu vou embora pra Maringá. [...] Na minha dieta, eu comi farinha e rapadura. Passei fome na minha dieta e isso me marcou muito (choro), e hoje não consigo me relacionar com ninguém mais porque eu criei um trauma tão grande na minha vida [...] Aí começou o pesadelo, pra mim sair de lá, não tinha dinheiro, eu vendi um bujão de gás, fiz o dinheiro da passagem e vim pra cá, com uma filha nos braços com nove dias, [...] eu tinha muito enxoval, tinha liquidificador, panos de prato, eu sempre gostei de fazer colcha, toalha bordada, eu vendi todo meu enxoval, consegui vender, vendi tudo essas coisas pra poder sobreviver [...]. Comprei uma roça de mandioca, fiz coxinha, vendia coxinha aqui na rodoviária antiga de Maringá.

Eu vendia tudo as minhas coxinhas, eu vinha duas vezes no centro, minha mãe levantava de madrugada e fazia [...] Eu vendia e 2 horas eu voltava de novo e vendia de novo as coxinhas, a minha filha ficou sem amamentar porque eu ficava muitas horas fora de casa e daí fui obrigada a dar leite pra ela, leite com nescau, pior coisa que dei tadinha, [...] Na Soesma eletrodoméstico aqui em Maringá, encontrei o Sr. Osvaldo, e na porta ofereci coxinha pra ele sorrindo, e daí ele falou: Nossa, você é bem feliz. Daí eu falei, eu sou feliz, mas só Deus sabia da minha felicidade [...] eu era feliz, porque eu tinha ela, e ela dependia de mim, por isso eu larguei tudo e vim para cidade grande para dar o melhor pra ela [...], eu tinha obrigação, a hora que eu olhei aquela coisinha no meu braço, eu falei, tenho a obrigação de dar uma vida melhor pra ela, se eu ficar nessa roça [...] eu nunca vou dar [...]. Aí eu falei: Sr. Osvaldo, o senhor não quer comer um salgadinho, meu salgadinho é bem gostoso, é coxinha de mandioca, é uma delícia, o senhor não quer provar? Daí ele falou: Não, não vou querer não. Mas, daí eu falei: compra pra alguém aí, pra me ajudar, pra pelo menos ajudar, eu tô precisando. Daí ele falou: Você tá precisando? O que você faz da vida? Você só vende coxinha? [...] eu me obriguei a vender coxinha, porque eu tenho uma bebezinha e fica com minha mãe, e até eu preciso amamentar ela, e eu não amamento nada, falei pra ele, porque eu preciso ganhar dinheiro, separei do marido e vim pra cá. Ele olhou pra mim, e falou assim: Você é vendedora de móveis? Eu falei sou, daí ele falou: Então vamos fazer assim, vamos fazer o seguinte, vem trabalhar pra mim amanhã.

Aí eu dei as minhas coxinhas pra todo mundo que eu encontrei na rua (voz emocionada), todo mundo que eu encontrei na rua, as pessoas até estranhava (choro), [...] Estou dando porque eu arrumei um emprego (choro) [...] Aí ele me desafiou, Sr. Osvaldo, daí falou assim pra mim, durante 15 dias se eu vendesse 18 mil eu era fichada.

Aí o que eu fiz, eu pegava os clientes na rua e levava pra dentro da loja, daí eu vendia, tava vendendo, daí eu abordei uma japonesa que o irmão dela tava vindo do Japão, e precisava de uma mobília completa. Eu chamei ela pra dentro da loja e comecei a falar dos moveis, aí ela pediu qual os móveis que eu mais entendia que era o melhor, [...].

Cheguei lá e disse, seu Osvaldo, faz 3 dias que atingi a meta e o senhor me dispensou pra tirar os documentos, eu vou tirar, mas antes só que vou te falar uma coisa pro senhor, preciso de um dinheiro pra pelo menos comprar um leite pra minha filha não pra mim, mas pra minha filha, na minha casa não tem leite. Ele me deu 100 reais (choro). Fui na Americanas comprei 4 caixas de leite pra minha filha, até esperar o pagamento, o resto comprei coisa pra casa.

[...] fui para Foz do Iguaçu, aonde que trabalhei por 5 anos no hospital de lá [...] o hospital fechou, aí não tinha aonde eu trabalhar mais, com as 2 crianças, daí eu fui vender as coisas na ponte, junto com minha tia. E eu ia atravessava a ponte com

mercadoria acolchoado, cobertinha, CD, tudo que você imaginar [...] Voltei para Maringá [...]. No meu bairro eu conheço o Paulinho [...] falei tô, mas tô precisando de emprego, daí ele falou se eu não importasse de ir no Frango Maringá [...]. Daí eu peguei e fui, passei na entrevista, já vim com o uniforme de lá e daí comecei a trabalhar, trabalhei 5 anos lá, fazia o meu horário e fazia o dos outros. Eu fazia os 2 horários, eu entrava às 6:30 e ia até 15h e das 15h até as 19h, era esse horário que eu fazia. Eu levava bombom e chaveiro pra mim vender, daí eu vendia, [...] Fazia bombom pra minha filha levar também para o colégio pra ela comprar as coisinhas pra ela. [...] eu fiquei um pouco doente lá porque era frio lá, [...] trabalhava na linha de produção. Daí eu pedi para que eles me mandasse embora [...] daí o dono perguntou: Por que eu queria sair? Porque quando eu entrei aqui com uma meta que quando eu conseguisse comprar um carro pra mim, eu iria sair daqui, daí ele me deu parabéns, que se é isso, que eu vou te demitir para você seguir sua vida. Daí eu fui e comprei um carro, peguei 5 meses de seguro desemprego e fiquei 30 dias viajando passeando com minha mãe, eu falei: Mãe nós só vamos parar de passear quando acabar esse dinheiro [...]. Daí fomos visitar todos os parentes [...]. (ENTREVISTA COM CLEÓPATRA - VENDEDORA AMBULANTE)

Esses fragmentos narrados pela Cleópatra quanto à sua trajetória de vida traçam elos entre as práticas de um corpo feminino, materno, em meio às suas práticas de trabalho, suas astúcias e relações de opressão, mas sobretudo das significações deste trabalho para o sustento dos seus filhos. Os relatos ilustram o transpassar destas relações pela mediação da amamentação e do provimento do leite enquanto alimento, mencionada também nos relatos da Fran anteriormente, quanto ao sofrimento de sua mãe. Práticas de trabalho no cotidiano da gestão ordinária que desnudem afetos de um corpo materno, e que nutrem os afetos e ressignificações de sobrevivência.

O dia 23 de dezembro de 2019 está também entre os dias que mais me marcaram no campo. Antes que eu estacionasse o carro, avistei o Arthurzinho na parte debaixo do carrinho da Fran, por entre aquelas grades vi o gesto concreto de uma fala da Fran se realizando e também uma fala de Bourdieu (1972), ao esclarecer as preponderâncias de reprodução social das gerações. Aquele pequeno corpo simbolicamente “engaiolado” naquele contexto.

Não tive como conter a tristeza, ou as lágrimas. Parei por alguns minutos depois que estacionei o carro, respirei fundo e fui ao encontro delas. A Fran queria me dar um presente de Natal, era um porta retrato com várias fotos nossas, o gesto novamente me emocionou, aquilo representava muito para mim, quantos momentos ali impressos, todos lado a lado representavam a grande aproximação que tivemos. Eu havia criado imensos sentimentos por aquela família. Isso criava “potencialidades” de desconforto como ao presenciar a Jéssica e a Fran trocando a fralda do Arthur, ali no meio na calçada, sem o mínimo de condição física e higiênica, circuladas pelos olhares de reprovação dos que passavam na movimentada calçada.

Era sobre aqueles corpos femininos que recaía na prática a responsabilidade do cuidado, higiene, alimentação daquela criança, tudo em meio às práticas de trabalho e de luta pela sobrevivência de todos eles. O *habitus* daquela criança se constituiria muito distinto ao herdado pelos filhos dos comerciantes 2 mencionados ao início deste tópico. Mas ao que deposito minha esperança é que “às vezes basta uma experiência local para abrir um campo de ação à operatividade dos praticantes, para fazer eclodir seu dinamismo” (DE CERTEAU, 2020, p. 340). E neste sentido, a Figura (cedida pela avó) a seguir ilustra esta criança de modo simbólico sobre as possibilidades deste dinamismo.

Figura 28- Arthur no trabalho da vovó



Fonte: Dados da pesquisa, cedida pelos pesquisados.

Muitas outras relações de poder dos corpos masculinos e corpos femininos eu presenciei e ouvi. Contudo, opto por não as trazer neste trabalho, por entender que partem de algo íntimo à sua vida privada das pesquisadas, que embora implique diretamente nas suas práticas de trabalho, eu considero não ter direito de expor. Foram confissões, partilhas e assombros aos quais dada a relação de confiança constituída, opto por mantê-las ocultas, embora minha vontade seja de gritá-las.

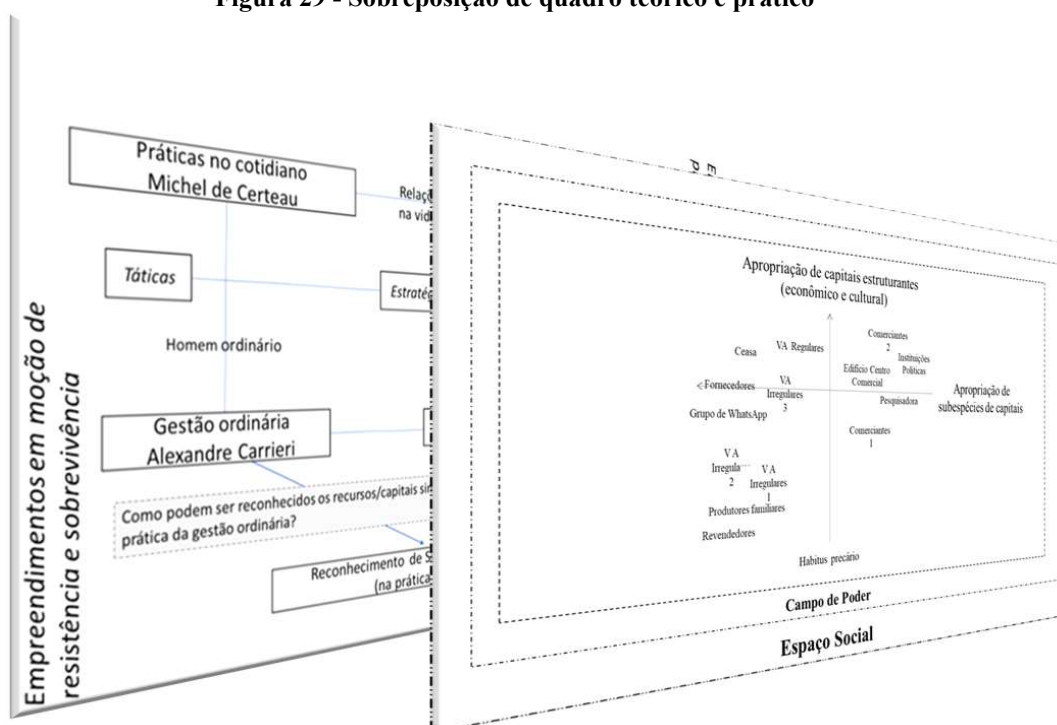
7 REMATE PRÁTICO-TEÓRICO

Este tópico para em uma esquina para o encontro das ruas práticas e teóricas. Desejo sintetizar o conjunto de resultados que emergiram ao longo deste estudo. Para tanto, primeiramente retomo o conjunto de subespécies de capitais simbólicos reconhecidos no espaço social específico a este estudo, ou em outras palavras, reconhecidos no limite do meu caminhar. E por fim, retomo as proposições conceituais levantadas ao meio do trajeto.

7.1 COMO FORAM COMPREENDIDAS AS SUBESPÉCIES DE CAPITAL SIMBÓLICO

Para “rematar” minhas considerações sobre as subespécies de capital simbólico discutidas nesta tese, resgato as proposições ilustradas no diagrama exposto na Figura 18 - Diagrama de microconstituição do espaço social - concomitantemente à Figura 1 - Ferramentas teóricas - como plano de fundo ao qual sobrepus os capitais simbólicos.

Figura 29 - Sobreposição de quadro teórico e prático



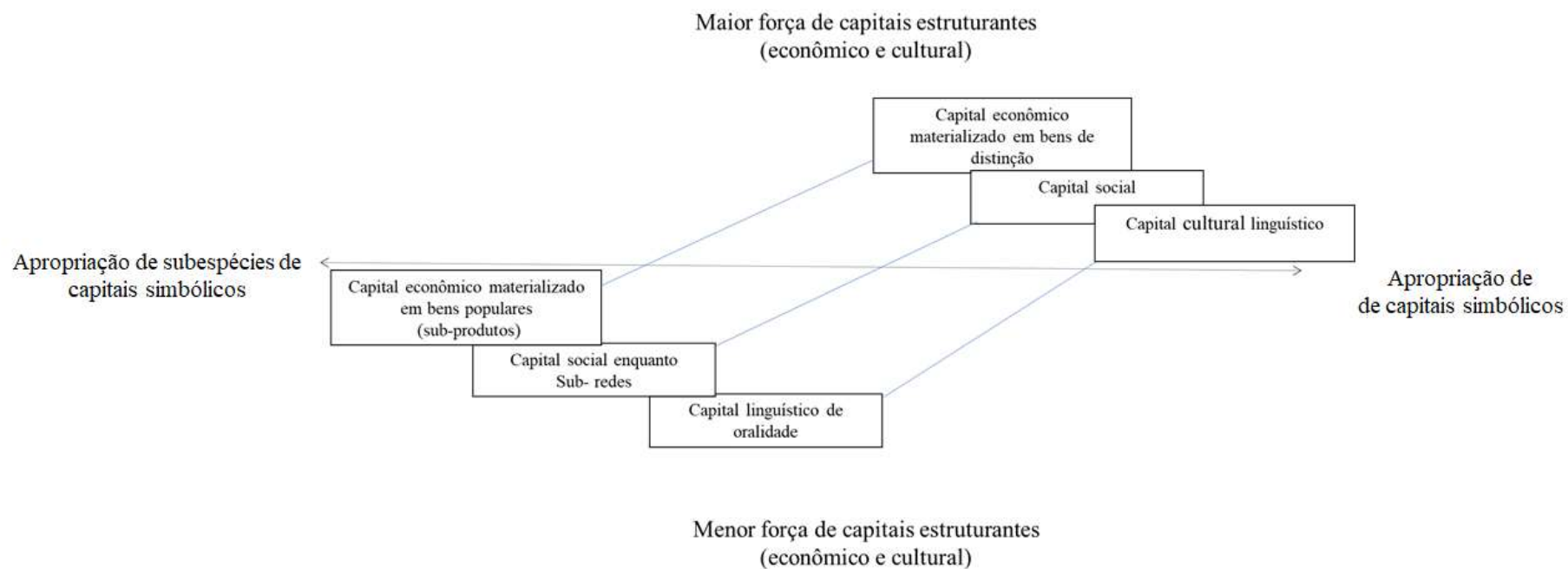
Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Como mencionado anteriormente, nesta pesquisa busquei reconhecer o outro lado da moeda, expondo que o lado comum desta mesma moeda, onde não habita o dígito de valor, mas também coexistem recursos, embora tidos como “fracos” capitais, representam o que aqui tratamos enquanto subespécies de capital simbólico. Minha tese tem como pretensão trazer a discussão para os estudos organizacionais de que, embora o homem ordinário não detenha uma maior apropriação dos capitais em sua configuração estrutural que legitima o poder, eles ainda assim realizam inventivamente a gestão ordinária da precariedade de seus recursos, subespécies de capital simbólico, em seu cotidiano de trabalho.

Convido-os, assim, a sobrepor uma terceira imagem nesta “equação visual” de modo a analisar a simbologia relacional destas imagens. A Figura 28, ao seu lado direito e superior, representa a “ocidentalidade” dos capitais e sua prática na gestão *mainstream*, relacionada a empreendimentos em moção para o produtivismo e acumulação. Os detentores deste espaço de poder possuem maior força a partir dos capitais estruturantes econômico e cultural e assim exercem, concomitantemente, maior poder sobre a apropriação de capitais simbólicos nos diversos campos que compõem o espaço social.

Por outro lado, o lado inferior e esquerdo remete ao outro lado da moeda, ao avesso do tecido, o mesmo capital, o mesmo “tecido”, mas reconhecido e praticado por outra perspectiva. As subespécies de capital simbólico ocupam o espaço de menor força. Neste estudo, os reconheço em três subespécies: a) capital econômico materializado em bens populares sub-produtos, b) capital social enquanto sub-redes e c) capital linguístico enquanto oralidade popular. Esses foram recursos reconhecidos na prática da gestão ordinária de empreendimentos em moção de resistência e sobrevivência, emergentes na singularidade desta microconstituição do espaço social estudado, o que pode divergir de outras realidades.

Figura 30 - Subespécies de capital simbólico no contexto da gestão ordinária de vendedores ambulantes de Maringá- PR



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Tais considerações permitem ponderar melhor as condições específicas que diferem da perspectiva de capital simbólico e subespécies de capital simbólico. Embora as subespécies de capitais possam lembrar recursos em um contexto tradicional da administração, como ao pensar em produtos ou redes, esses não devem ser considerados iguais. Esses podem ser considerados o mesmo (como a mesma moeda) em configuração, mas não o são em sua (re)significação.

O capital econômico materializado em bens (e possíveis serviços) populares ocupa no espaço social um lugar de menor força de capitais estruturantes, isso devido às práticas (comercialização, consumo) dos agentes relacionados à sua maior apropriação de subespécies de capital simbólico. Nota-se que, ao retomarmos a perspectiva do quadrante 1 e 2, identificamos os agentes com maior apropriação das subespécies de capitais simbólicas, enquanto nos quadrantes 3 e 4, uma menor apropriação das subespécies de capital simbólico. No mesmo sentido, quando sobreposto a análise da Figura 28, é possível notar e relacionar estes agentes a uma maior apropriação de capital econômico materializado em bem e serviços de distinção.

Estas associações relacionam-se a outras categorias amplamente discutidas, como as relações de grupo, e classes sociais quanto ao gosto e à supremacia de orientação de um “gosto puro” que atribui inferioridade ao gosto popular (BOURDIEU, 2007). Isso indica o seu caráter relacional nas relações de poder ao passo que “o atrativo por um alimento ou um bem é indissociavelmente repulsão por outros bens” (DUVAL, 2017, p. 208). Quando questionei aos comerciantes (representantes do quadrante 3), em suas entrevistas se eles compravam ou já haviam comprado alguns dos produtos vendidos pelos vendedores ambulantes, esses negam tal prática, ou indicavam que eles não, mas seus funcionários sim, esses representados dentro do quadrante 4. Na mesma lógica, mas na relação inversa de poder, serviços financeiros, produtos tecnológicos (veículos automotivos) ou mesmo produtos domiciliares industrializados, que relacionam-se enquanto produtos com características predominantes ao campo de maior força, eram menos apropriados por agentes do quadrante 1. Neste último caso, preponderantemente não por falta de vontade.

Portanto, assim como os comerciantes possuem a posse de bens materiais como as lojas e as vitrines, para sua gestão *mainstream*, o homem ordinário faz a gestão da calçada e das caixas de papelão. No mesmo sentido, há diferenciações entre os produtos comercializados, pelos comerciantes lojistas quanto a suas práticas de gestão de aquisição, operacionalização e

negociação, que diferem as práticas da gestão ordinária em virtude da hierarquização de seus produtos enquanto subprodutos, em reconhecimento dos efeitos de origem de precariedade e opressão; clandestinidade; vulnerabilidade de perda; mobilidade; impactos de subjetividade pessoal; popular; indistinto, ganho de subsistência, negócios de ocasião.

As redes, por exemplo, são indiscutivelmente capitais articulados no contexto organizacional, costumam habitar um “*status de glamour*”, fomentada pelas intenções de um forte *networking*, na possibilidade de ganhos de oportunidade. Além disso, configuram-se enquanto elos de cooperação produtiva. Aplica-se dedicação, trabalho à tarefa de constituir, manter e reestabelecer redes enquanto gestão de um capital social, como menciona Saint Martin (2017, p. 114): “Sem mobilização nem trabalho sobre o capital social, este corre o risco de se tornar uma espécie de peso morto”.

Os efeitos do capital social comumente são estudados a partir de seus ganhos relacionais, identifica-se as vantagens dada a vinculação a um grupo (empresarial), a uma família, a uma instituição (de ensino renomada), uma associação, um clube, entre outros. Engendra-se, nesses, os sentidos de reconhecimento, confiança, cooperação e a possibilidade de um fator multiplicador (BOURDIEU, 1980; 1986). Como comentam Bourdieu e Saint Martin (1978, p. 28),

Se o capital social é relativamente irreduzível as diferentes espécies de capital - e em particular, ao capital econômico e ao capital cultural (cujo rendimento pode ser multiplicado por ele), sem ser completamente independente deles -, é porque o volume do capital social possuído por um agente (portanto, pelo grupo a que pertence) depende do volume do capital que detém cada um de seus membros e do grau de integração do grupo.

Portanto, o capital social vinculado pelo acesso e participação às redes, quando associados a agentes de maior poder econômico e cultural, possibilitam aos agentes um *status* de distinção e legítimo lugar de poder.

Por outra perspectiva, ao olharmos para a gestão ordinária, não reconhecemos as redes identificadas neste estudo com estas significações. O homem ordinário, representado por estes vendedores ambulantes, são agentes que possuem um capital fraco quando comparados ao mesmo “peso” de capital social na gestão *mainstream*.

Notei, não por poucas vezes, que a apropriação de capital social associada ao homem ordinário carrega um estigma negativo, como a vinculação a uma instituição carcerária e não a

uma escola renomada, a um grupo de imigrantes e não a um grupo de pioneiros do município, e a própria representação social do grupo de trabalhadores ambulantes comparado a um grupo de profissionais vinculados a uma associação comercial. Nas primeiras representações, não paira o *status* do pertencimento destes grupos, ao qual condiciona a inferioridade capital social acumulado.

Interpreto que o capital social quando praticado por esses agentes em associações de reciprocidade, confiança, cooperação, relaciona-se mais, nos dizeres de Mayol (2013), a uma conveniência comum, corriqueira relacionada às práticas cotidianas do morar, trabalhar e nas relações de vizinhança que se estabelecem, e menos na intenção de “ganho” diretamente relacionado ao seu empreendimento, ou na tentativa de conversão do capital social em capital econômico, de modo relacional ao crescimento do negócio, comum na gestão *mainstream*. De modo paralelo, Rehn e Taalas (2014, p. 242) indicam que

Enquanto que as transações de mercado, a esfera onde normalmente procuramos empreendedores, são baseados em trocas materiais mediadas por dinheiro, *blat* é um sistema em que os favores são concedidos sem qualquer conhecimento seguro (salvo confiança) de que alguma vez serão reembolsados. Em comunidades unidas e entre amigos, a supervisão social funcionará como um seguro, mas simplesmente não existe nenhum dos pagamentos monetários imediatos presentes em tais transações. Em vez disso, a *blat* baseia-se na confiança e no entendimento tácito de que todos os participantes precisará em algum momento de ajuda e, assim, voltará a encontrar-se.

Com isso não quero dizer que as redes não permitam conexões, por exemplo, a possibilidade de microacessos ao capital econômico ou cultural, de forma mais ou menos direta em possibilidades de conversão. Porém estas intenções e potencialidades ocorrem em um segundo nível, pois tendem a ocorrer predominantemente não entre os pertencentes ao primeiro quadrante, mas tendem a ocorrer com a interação de agentes próximos a outros quadrantes como o 2 e 4 com maior apropriação de capital econômico e/ou cultural. Isso é perceptível, por exemplo, nas “associações” ilegais de alguns produtores e fornecedores de mercadorias. Essas interações de alguns agentes (como o Fabrício) com a possibilidade de acionar diferentes tipos de redes, funcionavam como mediação aos laços-fracos como comentam Rehn e Taalas (2014). De modo paralelo, minhas ações de indicação de vagas de emprego ou mesmo a simples ação na qual eu encaminhei para a Jéssica um edital com vagas remanescentes da UEM (uma das universidades mais renomadas do país, à qual ela foi certa em sua tática ao escolher um dos únicos cursos que conseguiria ser selecionada com sua nota do ENEM) por meio do qual ela conseguiu ingressar no ensino superior, eram brechas acionadas por suas sub-redes para essas

possibilidades de microacessos, como pela ação de alguns agentes realizarem um meio campo em detrimento de um alguns jogadores de menor poder.

Com isso, notamos a gestão das sub-redes simbólicas em duas dimensões. Predominantemente entre os padrões acessíveis ao grupo de pertencimento, em um tipo e efeito de proteção. E em uma segunda dimensão, em tipos familiares com práticas de gestão nucleares e de extensão, com efeitos associativos e dissociativos, e de conversão. Sobretudo, a conversão demonstrou-se predominante nas brechas relacionais que o homem ordinário astutamente articula em suas redes ao acessar e/ou ser acessado por agentes de sua rede com maior apropriação de capital. É possível percebermos que esses usualmente não estão ligados por uma relação direta de disputa de poder, como permite considerar a análise dos quadrantes 2 e 4, onde as possibilidades de confronto com o quadrante 1 são menores. Assim, em ocasiões de momento, conjuntamente esses agentes golpeiam o espaço do outro.

Isso relaciona-se ao que trata Bourdieu (2013), de perceber o capital simbólico enquanto uma “arma na negociação” e “uma garantia do acordo” imbricado às redes de aliados e das relações que se tem e mantém.

Contudo, defendo que em primeiro nível, ao contexto das práticas de trabalho da gestão ordinária na realidade deste microespaço social, se sobressai o sentido e efeito de proteção praticado nestas redes. A cooperação dos acessos de informações, pedidos de favores e auxílios estão predominantemente veladas, por uma intenção maior que a de conversão a outros capitais, cooperação em seu sentido de prosperidade, conveniência de reciprocidade, entre outros, por estarem direcionadas sobretudo para o sentido de proteção e sobrevivência.

No mesmo sentido, mas pela análise de outra subespécie de capital, ao considerarmos as dimensões de quadrante I e III, notamos as relações de poder eminentes ao capital cultural linguístico, legítimo institucionalmente, e por outro lado um capital linguístico de oralidade, vinculado ao popular, e julgado estruturalmente como inferior.

Como faz notar Bourdieu (2008), o capital linguístico é constituído por leis de transmissão legítimas do capital cultural, que se configuram por fatores de produção do convívio familiar e do sistema escolar, “o domínio da língua legítima pode ser adquirido pela familiarização, ou seja, por uma exposição mais ou menos prolongada à língua legítima ou pela inculcação expressa de regras explícitas” (BOURDIEU, 2008, p. 49).

Um fraco capital escolar e fraca propensão de aumentá-lo geram um efeito acumulado e oprimem estas pessoas em meio às relações de poder (BOURDIEU, 2008). Neste sentido, os discursos podem ser compreendidos além de signos a serem compreendidos ou decifrados, “são também *signos de riqueza* a serem avaliados, apreciados, e *signos de autoridade* a serem acreditados e obedecidos. A língua raramente funciona, na existência ordinária, como puro instrumento de comunicação” (BOURDIEU, 2008, p. 53). Neste sentido, forma-se um mercado linguístico, um mercado no qual se atribui o que possui maior ou menor valor legítimo.

Com isso, considero esta dimensão relacional demonstrada aos quadrantes I e III. O primeiro com maior apropriação de capital cultural e econômico distancia-se da prática de apropriação das subespécies de capitais a qual é maior apropriada pelo quadrante I. Nesta perspectiva, o quadrante I configura o reconhecimento dos efeitos das subespécies de capitais simbólicos.

Portanto, a subespécie de capital linguístico de oralidade é significada pela prática popular, transpassada por aspectos como os de regionalidade, ditos populares, jargões, falas vulgares, sotaques, línguas não oficiais, “melodias de anúncio”, gritos. Esses não devem ser compreendidos apenas em aspectos de uma linguagem informal, possui maior profundidade, e sobretudo efeito, originário de uma estrutura de menor força e praticado a partir de um saber memória capitalizado pelo *habitus*. Logo, é reconhecido nesta tese no contexto desta microconstituição de espaço social, enquanto uma subespécie de capital simbólico.

Em suma, a gestão do capital social e capital cultural linguístico diferem em sua significação a depender de seu lugar no espaço social, o qual implica ao homem ordinário gerir sub-redes, e uma linguagem de oralidade a qual não perpetua enquanto de valor neste espaço “superior”. Portanto, em meio a suas necessidades, o homem ordinário astutamente gere estes recursos com maior ou menor organização e produz seus ganhos de efeito para sua sobrevivência.

Por fim, lembro que as lentes direcionadas sobre os capitais do contexto da gestão ordinária não podem ser as mesmas lentes que tratam os capitais no contexto da gestão tradicional. Reconhecer a prática de subespécies de capital simbólico, abre espaço para que esses sejam tratados e discutidos nos estudos organizacionais ao considerar a pluralidade de esferas do mundo social organizativo, e de modo específico, ao contexto dos recursos presentes no contexto de uma gestão ordinária.

7.2 RETOMADA DAS PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

Ao retomar as proposições teóricas, de conexões de Michel de Certeau e Pierre Bourdieu para o reconhecimento de subespécies de capitais simbólicos, indiquei que:

I. desprovidos significativamente de capitais estruturantes (econômico e cultural), estão em um ponto inicial no espaço social (Bourdieu) e praticado (De Certeau) com menor força;

II. o *habitus* (Bourdieu) capitaliza saber-memória (embora não sabido) (De Certeau);

III. o saber-memória incorpora e transforma subespécies de capitais simbólicos;

IV. em tempos de ocasião, o saber-memória na ação/fazer das táticas realiza uma gestão ordinária desses recursos/capitais simbólicos produzindo efeitos;

V. a interpretação sobre os efeitos permite reconhecer as subespécies de capitais simbólicos;

VI. a perpetuação da prática e seus efeitos, a partir do *habitus* que capitalizar o tempo em saber-memória, transforma tática em estratégia no cotidiano da gestão ordinária.

VII. a perpetuação da prática e seus efeitos, a partir do *habitus* que capitalizar o tempo em saber-memória, transforma tática em tática-estratégica no cotidiano da gestão ordinária.

Assumo que as proposições I, II, III, IV e V que posicionam o encontro das lentes teóricas de Pierre Bourdieu e Michel De Certeau, ao contexto da gestão ordinária, contribuíram enfaticamente como bases de mediação no reconhecimento das subespécies de capitais.

Quanto à proposição VI, considero que o estudo não contemplou uma dimensão temporal de prática de trabalho entre os agentes pesquisados que permitissem aprofundar tal análise. Isso se torna uma limitação deste estudo.

Por outro lado, a impropriedade, dentro da limitação deste estudo, da proposição VI, permitiu-me considerar ao decorrer das análises interpretativas a proposição VII, a qual defendo na seção a seguir.

7.2.1 Como foram compreendidas as táticas-estratégicas

Gostaria agora de aprofundar um pouco mais o que passei a interpretar neste estudo de tese como tática-estratégica. Todo o trajeto percorrido pela pesquisa, com tantas idas e vindas, adotando o método indutivo, oportunizou emergir algumas interpretações para a compreensão da constituição deste microespaço social e da prática da gestão ordinária de subespécies de capital simbólico. Indico três considerações iniciais sobre como esta compreensão se deu.

Primeiramente esta necessidade emerge durante a análise das práticas vivenciadas nesta pesquisa etnográfica. Concomitantemente à tensão de, por momentos, interpretar as práticas do homem ordinário em seu contexto de gestão ordinária, predominantemente como táticas, embora sentisse que algo além sobressaísse, algo, contudo, que não contemplava uma estratégia. Sobretudo, pela constante interação de complementaridade à interpretação ligada à ocupação do espaço físico e simbólico em mediação das lentes de Bourdieu e De Certeau.

Para alcance desse propósito, refletia que as lutas por poder e apropriação de um lugar representado pelas práticas ilustradas na constituição do microespaço social, simbolicamente ilustravam as lutas de um sistema capitalista, as práticas mercantis vigentes, as imposições e opressões que um sistema rege e reproduz de desigualdade e exclusão. Concomitante, as resistências, conscientes e inconscientes, envoltas às necessidades de sobrevivência indicam como lembram Backer, Dijkema e Hörschelmann (2019, p. 4), que o “espaço tem potencial político no sentido de que está em desenvolvimento perpétuo”.

Do ponto de vista que nos interessa, estas ponderações me colocavam no caminho de constantes (re)questionamentos sobre minhas análises, ao passo que senti a necessidade de que minhas interpretações obtivessem uma rota de mediação entre as “maneiras de fazer” táticas e estratégias. Essa necessidade ligava-se sobretudo à análise de dois aspectos: espaço e tempo, ancorados ao contexto da perspectiva de gestão ordinária nos estudos organizacionais.

Ao considerar os conceitos de De Certeau (2012) sobre as particularidades da estratégia (próprio, vitória sobre o tempo) e táticas (ausência do próprio, aliança ao tempo), em complemento às perspectivas de Bourdieu sobre as lutas no espaço social e a função-chave do tempo na incorporação, acumulação e transmissão dos capitais, pareceu-me impróprio, não por poucos momentos, considerar algumas das práticas do homem ordinário enquanto estratégias.

Neste sentido, quanto ao aspecto espaço, embora a tática seja do “não lugar” e a estratégica do lugar, a tática-estratégica desloca-se da ausência do próprio para, simbolicamente, ocupar o lugar. Não se trata da completude do lugar ocupado pela estratégia, mas concomitantemente transborda o “não lugar” da tática. O lugar simbólico da tática-estratégica integra a mobilidade e a fluidez dos arranjos organizacionais da cidade que, em sua operatividade, na gestão ordinária, qualificam o espaço e criam efeitos de reconhecimento sobre este lugar simbólico. Este lugar simbólico não se limita ao espaço geográfico da cidade, mas ao subjetivo das relações praticadas e do reconhecimento de seus praticantes.

Isso pois, embora por alguns momentos suas práticas lhe permitissem se infiltrar nas estruturas, em potencialidade de perpetuação de sua ocupação, e mesmo apropriação simbólica de um lugar, embutido da possibilidade de um ganho recorrente pela ação cotidiana de algumas práticas em sua gestão ordinária de recursos/subespécies de capitais simbólicos, ainda assim essas ocorriam dentre as (im)possibilidades que regem as macroestruturas vigentes no imbricamento dos diversos campos que configuram o campo de poder do espaço social o que, naquele momento, não lhes permitia constituírem em totalidade um próprio para si (BOURDIEU, 1983; THIRY-CHERQUES, 2008).

As pessoas que diariamente se posicionavam, em um ponto na calçada, para comercialização de seus produtos praticavam o seu “ponto” (lugar físico). Mais que isso, a perpetuação de suas atividades remetia à apropriação de poder simbólico de reconhecimento dos outros, ao qual permitiam qualificar este lugar simbólico da tática-estratégica. Contudo, não o suficiente para ocupar o lugar da estratégia, tendo em vista sua constante irregularidade de pertencimento àquele ordenamento da cidade.

É possível notarmos que enquanto os com maior apropriação de capitais estruturantes reivindicam uma propriedade permanente, como um território central na região urbana que lhes permite constituir seu próprio (DE CERTEAU, 2012; BACKER; DIJKEMA; HÖRSCHELMANN, 2019), os fracos em capitais estruturantes, mas em potência da gestão das subespécies de capitais simbólicos, invadem o lugar do outro temporariamente. O que desejo salientar, contudo, é que a perpetuidade desta ação passa a configurar a habitação deste próprio que não é seu em legitimidade legal, por exemplo, mas o passa a ser em prática, pelo efeito de reconhecimento deste lugar pelo próprio homem ordinário e outros agentes que praticam este lugar, como os clientes. A minha própria percepção oscilava: quando estava no campo na

prática cotidiana de suas atividades, reconhecia este espaço como próprio deles, quando me afastava ao íntimo das minhas análises, essa percepção não me parecia tão consonante.

Dessa forma, passei a considerar que enquanto temporariamente lutam por um espaço, durante o cotidiano de suas práticas de trabalho, o homem ordinário assume para si um microlugar (dentro do lugar do outro), e então passam a também praticar um poder simbólico sobre esse lugar, assumindo este espaço como um (im)próprio.

O (im)próprio é a representação simbólica de um lugar próprio (estratégia), atribuído pela recorrente prática cotidiana ao decorrer do tempo, mas também, concomitantemente a representação de um lugar impróprio pelo seu não lugar (tática), ao passo que é o lugar do outro (DE CERTEAU, 2012).

Quanto ao aspecto tempo, a prática deste lugar simbólico (im)próprio descaracteriza, por momentos, algumas características da tática, como a relação com o tempo presente e a aplicação de golpes em momentos de ocasião. Essa perpetuação de uma “maneira de fazer” tática descoberta por um momento de ocasião, quando perpetuada na temporalidade, implica microefeitos de poder sobre a representação de seu microespaço social praticado. Relaciona-se ao que comentam De Certeau e Giard (2013, p. 340): “Às vezes basta uma experiência local para abrir um campo de ação à operatividade dos praticantes, para fazer eclodir seu dinamismo”. Esses efeitos estão relacionados ao seu cotidiano de trabalho, ao contexto do seu negócio de subsistência. As (im)possibilidades da trajetória de sua vida propiciam aberturas para novos golpes e ações contínuas de sobrevivência em meio à necessidade, mas não possuem as vantagens do lugar da estratégia.

Essa perspectiva temporal de perpetuação configura-se como uma prática temporal de resistência, de continuar cotidianamente, astutamente, praticando uma ação inversa ao estabelecido por um ordenamento da cidade. Essa relação se assemelha ao que discute Vidal (2018) sobre as práticas de lentidão dos homens, enquanto uma “arte de fazer” diante o contexto do ordenamento do ritmo dos trabalhos industriais ditados pelos dominantes. No mais, reconhecemos que a prática de perpetuação não se assemelha à manipulação do tempo para a dominação, mas à resistência no tempo para sobrevivência.

A tática-estratégica se distancia de falsas simetrias, ela é compreendida, neste estudo, pela prática do homem ordinário e de suas relações no contexto da gestão ordinária. Essas, por

sua vez, são reconhecidas pelas minhas práticas do tempo e do espaço, enquanto pesquisadora, que transpõem sua interpretação e reflexividades.

Em suma, a tática-estratégica se assemelha a uma mediação entre a tática e a estratégia. A tática-estratégica não usa o tempo apenas como um aliado imediato, mas apropria-se em perpetuação desta característica de aliança ao tempo em complemento ao tempo de capitalização da apropriação dos capitais. Além disso, neste lugar não há uma luta contra o tempo, não se busca domínio sobre o tempo como na estratégia, mas também as ocasiões são ressignificadas pelo já capitalizado saber-memória no *habitus*. Isso é o que permite saber-fazer a prática que tira o maior proveito. Assim, o efeito de uma prática na ocasião da tática pode abrir fissuras para um (im)próprio, que o permite ressignificar as táticas de momento, como um saber-fazer de um golpe cotidianamente aplicado, na configuração e efeito de uma microprevisibilidade, mas não de um planejamento de longo prazo, pois este pertence à estratégia e ao seu lugar próprio de poder.

Sem mais, por momento, a seguir apresento minhas conclusões sobre este trabalho.

8 CONCLUSÕES

Ao retomar a questão que inicialmente expressou o problema proposto nesta tese, tem-se a seguinte indagação: Como emergem, no cotidiano da gestão ordinária de vendedores ambulantes no município de Maringá, capitais decorrentes de um específico sistema de disposições, transmitidos, incorporados e gerados a partir da experiência de vida e de suas práticas, em seus espaços de trabalho? Defendi ao caminhar desta tese que esses capitais emergem a partir da interpretação dos efeitos que as práticas “maneiras de fazer” das pessoas que praticam este cotidiano de gestão ordinária realizam para sua subsistência em meio ao espaço social ao qual estão inseridos, e podem ser reconhecidos enquanto uma (re)significação do capital simbólico, enquanto um recurso/subespécie de capital simbólico.

Para conseguir responder ao objetivo geral que era: “Compreender como emergem, no cotidiano da gestão ordinária de vendedores ambulantes do município de Maringá, subespécies de capital simbólico”, defini quatro objetivos específicos, que serão a seguir retomados para apresentação dos principais resultados obtidos com o estudo.

O primeiro objetivo específico era conhecer e vivenciar as práticas cotidianas de trabalho de vendedores ambulantes no município de Maringá - PR. O estudo etnográfico me permitiu adentrar o espaço de trabalho de alguns desses vendedores ambulantes, no qual pude conhecer como desenvolviam algumas de suas práticas de gestão ordinária, seus processos de negociações, seus “esquemas”, suas táticas, táticas-estratégicas e estratégias, a operatividade de suas práticas, a oralidade cotidiana, ruídos corporais e do espaço da cidade no urbano. Acompanhei seus desafios e esforços diários, as dificuldades e “perrengues”, e alegrias desta prática de trabalho.

Compreendi que havia uma “mágica” na informalidade de suas práticas, o que não assume o sentido de falta de organização. Havia uma organização que se achava invertida à tradicional de minha concepção. Um caminhar pelos saberes do meu pessoal, institucional acadêmico, em tensão com aquele aprendizado vivenciado na pesquisa onde integram-se o saber-memória e o saber-fazer. Essas percepções se esbarravam em frequentes trajetos. A “disciplina”, comprometimento, em meio a necessidade, demonstravam um vínculo de fidelidade daqueles agentes com aquela prática diária. Além disso, seus desprendimentos a normativas, padrões, rotinas, pareciam a mim ser espaço para criação de afeto com que se

relacionavam em seu trabalho, de certo modo incomum, remetiam a táticas de leveza no dia a dia, que a mim soavam como “armas” de luta para os enfrentamentos das adversidades.

Neste conhecer e viver, passei a me sentir parte daquela vizinhança e caminhar por aquela calçada passou a ter um significado de pertencimento, sobretudo àquela esquina em que passei tantas horas na companhia de alguém que, de informante-chave, passou a assumir o papel de uma das pessoas-chave em minha trajetória de vida.

O segundo objetivo específico visava “Compreender os *habitus* dos usuários da gestão ordinária, por meio da descoberta de suas experiências de vida e as principais estruturas estruturantes que agem sobre estes”. De modo geral, por meio das entrevistas em profundidade e das conversas do cotidiano que, não por poucas vezes, remetiam às suas memórias de vida, eu conseguia ir compreendendo parte do *habitus* daquelas pessoas, tendo em vista que o *habitus* é um sinal incorporado de uma trajetória social.

Diante do que me davam acesso, eu identificava esboços de suas estruturas familiares, educacionais, políticas, econômicas, culturais, regionais. Entre os apontamentos que se mostraram representativos, destaco as constituições familiares embutidas pelo patriarcalismo, hierarquização e opressões de gênero advindas dessa formação. Marginalidade na inclusão educacional transgeracional, precário respaldo e participação política, déficit econômico, opressão e deslegitimidade cultural e segregação socioespacial. Em conjunto, esses aspectos demonstravam a precariedade da constituição do *habitus* dos vendedores ambulantes estudados.

O terceiro objetivo específico focava “Compreender o local das práticas cotidianas dos vendedores ambulantes no município de Maringá – PR, como um microespaço simbólico comercial”. Para alcançar tal objetivo, realizei uma microconstituição simbólica do espaço social a partir da perspectiva do espaço físico e da interpretação de apropriação de capitais estruturantes dos agentes.

A partir da vivência no campo e dos relatos das entrevistas, podia perceber as teias que se formavam e o emaranhado de conflitos e disputas ou suas ausências nas relações de poder que se estabeleciam. Presenciei a dinâmica do dia a dia de trabalho, em meio ao centro urbano do município, tumultuado, barulhento e o contraste do silêncio e do vazio daquele lugar, que fazia parecer um filme de ficção, quando iniciou a pandemia da covid-19, para, posteriormente, ver retomar parte da dinâmica daquele cotidiano.

Notei o contraste entre as maiores estruturas dos edifícios comerciais com seu “amontoado” de camadas de concreto e a simplicidade dos ladrilhos da calçada, onde em ambos habitavam trabalhadores, com suas diferentes histórias de vidas. Esses agentes ocupavam diferentes lugares no espaço social, os quais os identificavam a partir de sua apropriação de capitais estruturantes e subespécies de capitais simbólicos. Isso demonstrava o poder que constituíam naquela microconstituição, que poderia se potencializar ou minimizar quando comparadas a outras realidades. Ou seja, os mesmos agentes, se estudados em diferentes configurações de espaço social, teriam facilmente seus lugares alterados, em maiores ou menores proporções. Isso, pois trata-se sempre de uma análise relacional diante dos campos de poder constituintes a cada espaço social.

O quarto objetivo específico visava “Reconhecer e descrever possíveis subespécies de capitais presentes na gestão ordinária de vendedores ambulantes no município de Maringá - PR”. Meu reconhecimento das subespécies de capital simbólico, como demonstrado ao longo desta tese, sugere que os capitais exercidos no contexto da gestão ordinária não devem ser meramente entendidos a partir da perspectiva *mainstream* da administração, mas fazem parte de um fenômeno social e experiencial de resistência que ocorre no dia a dia de trabalho visando a sobrevivência de pessoas relacionadas a um *habitus* de precariedade. As discussões de subespécies de capitais simbólicos buscam transcender as linhas de demarcação artificiais que separam o sentido de capital na administração com aspectos de distinções legitimadas por estruturas dominantes. Ofereci nesta tese, então, a perspectiva de uma compreensão mais aprofundada da realidade vivenciada na prática da gestão ordinária destes trabalhadores.

Em um contexto de marginalidade e opressão, como destaca esta tese, a arte da gestão praticada com esses recursos/subespécies de capital simbólico revela, além da precariedade, a astúcia de suas práticas, a representatividade de singelos e importantes recursos utilizados para resistir às adversidades, sobretudo as adversidades estruturais relacionadas à posição de desapropriação de capital econômico e cultural. Portanto, nesta discussão apresentei a perspectiva de três recursos/subespécies de capital simbólico: a) subprodutos (e serviços); b) sub-redes; e c) capital linguístico de oralidade. Esses não correspondem predominantemente a práticas de distinção, reconhecidas enquanto um recurso ou capital no enredo das macroestruturas dominantes de um sistema capitalista, que transpassa a área de administração, mas assumem características valiosas no contexto da gestão ordinária. Essas subespécies de capitais simbólicos se legitimam nas fissuras de microespaços sociais habitados pelo popular

que se configuram em proximidade à “nossa cultura” (DE CERTEAU; GIARD, 2013). Tentarei, nas linhas a seguir, demonstrar como essas subespécies de capitais passaram a fazer sentido a mim quanto a minha percepção sobre a gestão e a minha personalidade.

Perceber os subprodutos enquanto uma subespécie de capital simbólico pode não fazer muito sentido em uma perspectiva tradicional, onde a compreensão se bastaria em, é um recurso, é um produto e basta, poderíamos pensar. Essa limitação, no entanto, inibe a possibilidade de notar no signo dos produtos as possibilidades de análise de poder das relações sociais. A prática do homem ordinário em sua gestão ordinária tem peculiaridades intimamente ligadas ao tipo de produto e serviço que gere. Alguns produtos e serviços não contemplam as configurações de uma gestão comum. Dizer que um produto é um subproduto, no contexto deste estudo, não indica que se trata de uma inferioridade na qualidade deste produto (embora em alguns casos possa também ter esta configuração), mas sobretudo, mostrar que nas relações de economia de mercado existe uma hierarquia relacional de poder ao longo de sua cadeia de produção, comercialização e/ou consumo, e há neste sentido uma hierarquização multilinear de poder que transpassa os signos de produtos elitizados de distinção e subprodutos enquanto recurso/subespécie de capital simbólico. Ao contexto popular, na realidade de um microespaço social, ao reconhecimento e crença de alguns, um saco de quiabo expressa popularidade.

Além disso, discutir os subprodutos enquanto subespécies de capitais simbólicos torna-se ponte de aproximação da gestão ao popular, cotidiano, cultural, histórico e memorial que, por momento, ainda representa a realidade brasileira relacionada à prática de trabalho de inúmeros homens ordinários em seus contextos urbanos e do campo. Compreendo que, para tratar de empreendimentos em moção de resistência e sobrevivência, precisamos aproximar lentes sensíveis para reconhecer o valor dos produtos deste negócio, em suas configurações plurais onde habita o vulgar, o simples e distante ao gosto elitizado, mas fortemente legitimado pelo consumo de outros agentes que compartilham uma próxima sociabilidade de um espaço simbólico na economia de mercado.

Reconhecer o capital social numa perspectiva de redes, longe da perspectiva de um capital *glamour* nos estudos organizacionais e por outro lado próximo ao contexto da gestão ordinária, mostra a possibilidade de interpretar a realidade de redes que habitam um espaço de fraqueza e opressão. Isso, pois não fazem parte das correntes com fluxos elitizados. A perspectiva de sub-redes enquanto recursos/subespécie de capital simbólico direciona o olhar do capital social no estudo na administração para fenômenos que não ocorrem apenas sob a

ótica das economias de mercado. Embora essas assumem plano de fundo, há outras relações de efeitos prioritárias hierarquizadas na realidade de diferentes contextos, como o sentido de proteção revelado neste trabalho.

Além disso, os estudos no contexto da gestão ordinária podem atentar-se a compreender os diferentes sentidos atribuídos a redes familiares que demonstram ocorrer em diferentes níveis, associativos e dissociativos. Isso tendo em vista que alguns carregam, em suas redes familiares, benefícios da apropriação de capitais estruturantes em seu lado forte, outros não. Esses outros precisam agir com astúcia e ressignificar o lado fraco em seu poder, ressignificar os sofrimentos destes lados, e fazem assim a arte de costurar os diversos avessos de tecidos em seus acessos.

Quanto à subespécie de capital simbólico em configuração de um capital linguístico de oralidade, considero que perceber esta subespécie de capital simbólico destaca a possibilidade de operar o sentido da gestão sobre o cotidiano de trabalho de pessoas simples, com baixo nível educacional, analfabetas, e/ou que detêm sobre esse capital educacional o saber “ler e o escrever”, ao mínimo dessas expressões, de modo que suas incorporações os impulsionam ao falar. Como destaque, estes corpos expressam diferentes ruídos, sons peculiares, gritos por sua sobrevivência, silêncios astuciosos, sorrisos e risos frequentes, contagiantes e que excomungam o pesar, choros com sabor de dor e vitória. Mulheres e homens que agem com todas as fibras do seu corpo, do seu coração, e de suas vozes, e que lutam pelo sonho narrado de um melhor, em um plano real de necessidade e sobrevivência.

A gestão de empreendimentos em moção de subsistência é transpassada pela oralidade, e esta é predominantemente distante ao ordenamento escriturístico, em configurações cada vez mais tecnológicas, digitais, com modelos de gestão que só fazem sentido aos que acessam uma considerável apropriação de capital cultural. Logo, nota-se que este capital linguístico de oralidade se distancia também de realidades sociais voltadas para o desenvolvimento de negócio orientados predominantemente para o economicismo e aproximam-se da realidade social com perfil periférico.

O capital simbólico manifestado no reconhecimento social torna “conhecido o ser social, visível, célebre (ou celebrado), admirado, citado, convidado, amado etc...” (BOURDIEU, 2001, p. 294), mas também, nesta distribuição de capital negativo/positivo, o

reflexo cruel desta distribuição, na qual se mostra o dominante e dominado, incluído e excluído, aceito e rejeitado. Isso revela a “importância social” de uns e a resistência de outros.

A etnografia urbana me permitiu olhar em meio àquele centro urbano para as pessoas que efetivamente davam vida àquele espaço, em sua socialização, não enquanto parte passiva (como apenas pessoas excluídas), não enquanto decisores, sujeitos de estratégia, atores políticos em ações participativas, quanto a um urbanismo socialmente incluyente com diversos tipos de associações, como menciona Magnani (2002), mas enquanto homens e mulheres comuns que trabalham por sua sobrevivência no dia a dia de luta, em meio ao ordenamento elitizado da urbanização.

Proporcional às dificuldades de um estudo etnográfico são os efeitos e impactos que elas trazem à vida do pesquisador. Enquanto pesquisadora, hoje não consigo dizer se encararia de imediato uma outra pesquisa etnográfica, mas com certeza sou muito grata pelo encorajamento que tive da minha orientadora para realizar esta. Amante da intensidade como sou, o estudo etnográfico me permitiu todo dia poder beber de uma fonte inesgotável. O sentimento de missão cumprida relaciona-se às fases que precisam ser cumpridas, pelos ordenamentos institucionais e da vida, mas quanto à potencialidade desta pesquisa, poderia dizer que ela estaria apenas nascendo enquanto missão. Foram voos incipientes que me permitiram ver inúmeros horizontes e possibilidades de pouso.

Acompanhar as práticas de trabalho dessas pessoas transformou muitas das minhas percepções. A minha resistência na aproximação do início tornou-se resistência para me afastar. Os medos e inseguranças em outros sentimentos como confiança e afeto. Na rua, o coração pode disparar a qualquer momento e se acalmar em meio a risos. As perdas são resignificadas, desafiadas e enfrentadas. As inúmeras pessoas e suas vidas demonstram pluralidades que configuram um infinito em saberes. Saberes do popular expresso em seus corpos, suas práticas, seus gestos, suas vozes e silêncios. Neste espaço, o curto, médio e longo prazo dá predominantemente lugar ao hoje, e a fé neste hoje gera esperança de amanhã, este é o tempo gerido.

Assim, a nomeação de subespécies de capitais simbólicos é uma representação simbólica de titulação que dá sentido à identidade de recursos geridos no contexto da gestão ordinária. O não ser está no avesso do ser, assim como o tecido só é tecido porque há um avesso,

não sendo outro, mas complementando-o, os capitais simbólicos possuem um avesso, o seu lado fraco, ao qual tratamos neste estudo enquanto subespécies de capitais simbólicos.

O olhar para o reconhecimento deste avesso de tecido ou capital, abre espaço para que os estudos organizacionais aprofundem em conhecer a “identidade” das significações dos capitais geridos em meio à gestão ordinária, ao indicar qual significação de recurso se distancia deste tipo de gestão e qual se aproxima. Isso pois, quando indicamos o que não é, também é uma forma de indicar uma forma de ser ainda pouco discutida na área de gestão. Tendo eu sido cativada por essa visão sobre a gestão ordinária, e peculiaridade de cada uma dessas vidas, espero ter conseguido retraduzir minhas compreensões de sentidos em uma escrita acadêmica, de modo a comunicar e expressar suas propriedades mais distintivas.

Este estudo contribui para a literatura, primeiro, promovendo o presente diálogo sobre o assunto de recursos/subespécies de capitais simbólicos no contexto de empreendimentos em moção de sobrevivência que ocorrem no espaço da vida cotidiana e por meio dos quais os agentes realizam sua arte de uma gestão ordinária. Essas pessoas comuns, cujas atividades de gestão são aparentemente irrelevantes e raramente reconhecidas, promulgam suas práticas de trabalho e sobrevivem por meio delas, de modo a promover reconhecimento e respeito por esses agentes. Uma implicação deste achado é a necessidade de discussões sobre políticas públicas no município de Maringá destinadas a aliviar o sofrimento dessas pessoas comuns que habitam e praticam a cidade, residentes em Maringá e na sua região metropolitana.

Segundo, transmitindo ideias de subespécies de capitais em ambientes que são largamente marginalizados na área estrutural teórica e de pesquisa em administração. Estes ocorreram imersos nos desdobramentos teóricos discutidos no percurso desta tese ao aprofundar as discussões de Michel de Certeau sobre as artes de fazer e de Pierre Bourdieu sobre a compreensão de capital, emergindo, assim, as possibilidades dessa interação. Portanto, atribuo ao esboço conceitual de interação dessas lentes teóricas o aspecto mais relevante à contribuição da literatura, por abrir espaço a pesquisas teóricas e práticas que reflitam o reconhecimento de subespécies de capitais simbólicas no contexto da gestão ordinária. Trata-se da intenção de criar pontes de caminhos entre os diferentes sentidos de gestão.

Dentre as contribuições deste estudo, destaco em adendo as considerações acadêmicas, as contribuições quanto a mim, enquanto profissional e ser. Levo, enquanto profissional, ao final deste trabalho, a intenção de adentrar o espaço do ensino universitário e fomentar a

pluralidade das possibilidades de compreender o sentido da administração e de seus recursos/capitais. Anseio abrir espaço, diante das minhas realidades, para reflexões e constantes questionamentos sobre as relações de poder que se realizam, com intuito de incomodar os olhares disciplinados a uma ordem egoísta para moverem-se em direção aos Outros. Embora com um título institucionalizado que a mim incidirá com a conclusão deste trabalho, e que a mim soa simbolicamente enquanto uma tática-estratégica, pela percepção que tenho de um lugar (im)próprio, espero conseguir percorrer minha trajetória profissional, na universidade, ganhando “títulos comuns” de alunos e colegas, estando em proximidade aos agentes de minha interação, também lançando luz sobre as margens.

Enquanto ser, reconhecer uma subespécie de capital de subprodutos revelaram a mim novos sabores, estilos, comportamentos, consumo. Tornou-se mais difícil resistir às ofertas na rua dos mais diversos tipos de produtos, ora por mera conveniência ou empatia, ora por curiosidade de querer descobrir aquele novo, valorizar aquela subespécie de capital e a gestão deles como pessoas únicas. Olhar os produtos dos vendedores ambulantes hoje não é como há dois anos atrás, só em avistá-los, diversos pensamentos vêm à minha mente, como pessoa, como pesquisadora. Sua mobilidade ao passar empurrando um carrinho ou carregando um produto mostram a superfície de vidas em constante mobilidade, embora à margem, não fixadas.

Memórias daqueles legumes tão lindos, coloridos, cheio de suas potencialidades, formatos físicos, tão dinâmicos em seu processo de maturação, me ensinavam sobre a vida sem nada dizerem, apenas tocando-os e sentindo-os. Como poderei esquecer vocês? Não poderei e nem quero, “quiabinho”, “mandioquinha salsa” “abobrinha”, seu diminutivo tornou-se grande aos meus olhos. Logo eu, que me tornei, ao longo dos últimos anos, a rainha do *delivery*, reencontrei o prazer da cozinha, no tempo vivenciado com a interação dos produtos, o tempo de escolha dos produtos, a higiene dos produtos, o preparo, tempero, o decorar dos pratos, o momento de partilha mesmo na simplicidade dos produtos e da ocasião.

Concluo esta pesquisa certamente “mais rica”, com um capital de sub-redes que configuram para mim o maior valor desta pesquisa, os efeitos deste capital me tornaram mais humana, me fizeram refletir a dignidade humana destes trabalhadores e suas lutas. Conhecer essa rede me tornou mais forte, suas histórias se tornam exemplo de luta a mim, sua forma de gerir as batalhas do dia a dia me ensinaram a querer deixar de querer ter um plano perfeito e querer ter na “manga” mais um plano, caso o perfeito dê errado. Essa rede multiplicou minha

esperança e positividade, minha alegria e afeto. Ganhei mães, irmãs, sobrinhos, vizinhos, amigos, namorado e a certeza de que em cada um há tanto a conhecer e aprender.

As mulheres, de modo especial, tinham uma atenção diferente ao meu olhar, consciente e inconscientemente, imbricadas ao meu corpo enquanto ser menina, ser mulher, ser filha, ser neta, ser um dia mãe (espero), ser pesquisadora. Eu me vi em diferentes histórias, em diferentes personagens, vi meus familiares em outros personagens, vi as lutas pela não reprodução, vi derrotas e também superação e vitórias de um cotidiano. Ri muito com elas e também chorei, questionei o mundo, o coração das pessoas, a mentalidade das pessoas, a minha mentalidade, o meu coração. Fui ao encontro do Outro e encontrei tantas partes de mim mesma, fui re(conhecer) outros capitais e re(conheci) os meus. Aprendi que não se trata de negar a perda, a perda é assumida e ressignificada, para que todo dia não haja uma perda constante. Aprendi que os exemplos de heroína não serviam, pois as heroínas costumam não se ferir, as mulheres comuns que conheci e tive ao meu lado se feriram ao longo de toda a vida, mas vivem cotidianamente a loucura do seu sofrimento, sorrindo.

Sorrisos, rastros de uma oralidade que junto a outras vozes bailavam naquele espaço. Aprendi a reconhecer as horas e os dias da semana pelo falar e silenciar das vozes. O tempo naquele espaço podia ser contado ao ritmo das vozes. Eram como patrimônios dos corpos compartilhados com aquele espaço, que passaram a expressar a mim uma identidade única, que em conjunto formavam uma composição que embalava a animada vida naquele espaço.

Quanta força há nessa oralidade, quanta garra, quanta imposição, quanta opressão também, armas de combate, disparadas na linguagem da voz e no silêncio. Em meio às minhas também limitações incorporadas pela ordem escriturística, meu maior sentimento é de gratidão, obrigada por me permitirem adentrar tantos ritmos. Vozes “bailantes”, foi um prazer a liberdade de bailar e me alegrar com vocês.

Espero que as discussões propostas nesta tese coloquem em debate os capitais e recursos praticados na gestão ordinária, no contexto de trabalho de pessoas marginalizadas, não sendo limitadas a teorias dominantes na área de administração. Por fim, espero que os que se aproximem deste texto tenham novas percepções sobre estes trabalhadores, olhem para uma bijuteria ou roupa estendida ao chão com novas significações, ao ver um prato de quiabo, novos desejos os inundem, ao provar estes pratos outros sabores sejam descobertos. Que os outros, que os fracos, que os avessos, sejam bem-vindos!

REFERÊNCIAS

- BARROS, Amon; CARRIERI, Alexandre de Pádua. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. **RAE- Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, p. 151-161, mar./abr. 2015. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol55-num2-2015/cotidiano-historia-construindo-novos-olhares-na-administracao>. Acesso em: 14 set. 2018.
- BACKER, Mattias; DIJKEMA, Claske; HÖRSCHELMANN, Kathrin. Preface: The Everyday Politics of Public Space. **Space and Culture**, v. 22, n. 3, p. 240-249, 2019.
- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction. *In: Annales... HISTOIRE, SCIENCES SOCIALES*. EHESS, p. 1105-1127, 1972.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude; SILVA, C. Perdigão Gomes da. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BOURDIEU, Pierre; SAINT MARTIN, Monique de. Le patronat. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 20, n. 1, p. 3-82, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. *In: Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 30, p. 3-6, nov. 1979. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1979_num_30_1_2654. Acesso em: 16 ago. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. *In: Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 31, p. 2- 3, jan. 1980. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069. Acesso em: 16 ago. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. ORTIZ, Renato (Org.). São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. *In: Richardson, J., Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Westport, CT: Greenwood, 1986. p. 46-56. Disponível em: <https://faculty.georgetown.edu/irvinem/theory/Bourdieu-Forms-of-Capital.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 105, n. 1, p. 3-12, 1994. Disponível em: Acesso em: 14 jan. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996a.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998a. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. **The state nobility**: Elite schools in the field of power. Stanford University Press, 1998b.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalinas**. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editora Fim de Século, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. (Publicado originalmente em Francês, 1979).

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. La noblesse: capital social et capital symbolique. *In*: Lancien, D. & Saint-Martin, M. d. (Eds.), **Anciennes et nouvelles aristocraties**: De 1880 à nos jours. Éditions de la Maison des sciences de l'homme. 2007b.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Tradução de Ione Ribeiro Valle; Nilton Valles. Florianópolis: UFSC, 2013. (Publicado originalmente em Francês, 1984).

BOURDIEU, Pierre. Objetificação participante. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 16, n. 48, p. 73-86, dez. 2017. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/BourdieuArtTrad.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2018.

BOVO, Marcos Clair; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. A cidade verde, imagens e discursos: o caso de Maringá (PR) Brasil. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 26, 2012.

BRULON, Vanessa. Transpondo Bourdieu para as Organizações: um convite à sociologia reflexiva em estudos organizacionais. *In*: ENANPAD- ENCONTRO ANUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EOR1709.pdf. Acesso em: 02 dez. 2018.

CABANA, Rocío Del Pilar López. **Um estudo sobre as práticas cotidianas e a identidade da feira do produtor de Maringá-PR**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2014.

CABANA, Rocío Del Pilar López; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. As Identidades Fragmentadas no Cotidiano da Feira do Produtor de Maringá. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 81, p. 285-304, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/44822/as->

[identidades-fragmentadas-no-cotidiano-da-feira-do-produtor-de-maringa/i/pt-br](#). Acesso em 14 set. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Lei Municipal nº 5855** de 15 de outubro de 2002. Disponível em: <https://cm-maringa.jusbrasil.com.br/legislacao/641629/lei-5855-02#art-25>. Acesso em: 31 maio 2021.

CANDIDO, Silvio Eduardo Alvarez; CÔRTEZ, Mauro Rocha; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; NETO, Mário Sacomano. Campos nos estudos organizacionais: abordagens relacionais? **Gest. & Prod.**, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 68-80, jan./mar. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2018000100068&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2018.

CARRIERI, Alexandre de Pádua. **A gestão ordinária**. Tese (Tese para concurso de Professor Titular) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Economia e Administração, Belo Horizonte, 2012.

CARRIERI, Alexandre de Pádua. As gestões e as sociedades. **Farol** - Revista de estudos organizacionais e sociedade, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 21-64, jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/2592>. Acesso em: 24 jan. 2019.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; SARAIVA, Luiz Alex Silva; LIMA, Gustavo Cesar Oliveira; MARANHÃO, Machado Saraiva de Albuquerque. Estratégias Subversivas de Sobrevivência na “Feira Hippie” de Belo Horizonte. **Revista Gestão.org**, v. 6, n. 2, p. 174-192, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/21501/18195>. Acesso em: 13 set. 2018.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; PERDIGÃO, Denis Alves; AGUIAR, Ana Rosa Camillo. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Rev. Adm.**, São Paulo, v. 49, n. 4, p. 698-713, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210716303740>. Acesso em: 13 set. 2018.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; PERDIGÃO, Denis Alves; MARTINS, Paula Gontijo; AGUIAR, Ana Rosa Camillo. A Gestão Ordinária e suas práticas: o caso da Cafeteria Will Coffee. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 12, p. e141359, nov. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/141359>. Acesso em: 24 jan. 2019.

CAVEDON, Neuza Rolita. Método etnográfico: da etnografia clássica às pesquisas contemporâneas. In: SOUZA, E. M. (org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014. p. 65-90.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados, MG: Ed. UFGD, 2014.

CORDEIRO, Graça Índias Cordeiro; BAPTISTA, Luís Vicente; COSTA, António Firmino (Org.). **Etnografias Urbanas**. 1. ed. Oeiras: Celta, 2003.

CORDEIRO, Graças Índias. As cidades fazem-se por dentro. **Cidades-Comunidades e Territórios**, n. 20/21, p. 111-121, dez. 2010. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3458/1/Cidades2010-20-21_Cordeiro.pdf. Acesso em: 02 dez. 2018.

CZARNIAWSKA, Barbara. **Shadowing**: And Other Techniques for Doing Fieldwork. *In*: Modern Societies. Slovenien: Ola hakansson, 2007.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. A cidade e o comércio ambulante: o caso de Fortaleza em evidência. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 11, p. 187-210, 1997.

DANTAS, Rodrigo Perles *et al.* Alimentação no Brasil colônia, uma aula-oficina: a interdisciplinaridade de conteúdos e possibilidades no ensino de história. *In*: EPCC - ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 11, 2019, Maringá. **Anais...** Maringá: UNICESUMAR, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2012a.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2013.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce. Mensagem. *In*: DE CERTEAU, Michel.; GIARD, Luce.; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**, v. 2, 2013. p. 333–334.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL. Walter W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147–160, abr. 1983. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2095101?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 17 set. 2018.

DOSSE, François. Michel de De Certeau. **Le marcheur blessé**. Paris, La Découverte, 2002.

DUVAL, Julien. Gosto. *In*: CATANI, Afrânio Mendes [*et al.*]. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017, p. 208-210.

FARIA, Arilton Marques; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite da. Estudos organizacionais baseados em Michel de Certeau: a produção internacional entre 2006-2015. **Revista Alcance**, v. 24, n. 2, abr./jun., 2017. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/9624>. Acesso em: 15 set. 2018.

FERRO, Lígia *et al.* **O trabalho da arte e a arte do trabalho**: circuitos criativos de artistas imigrantes em Portugal. 1. ed. Lisboa: ACM, IP, 2016. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15562/1/Estudo_OM58_br.pdf. Acesso em: 08. jan. 2019.

FERRO, Lígia; RAPOSO, Otávio; GONÇALVES, Renata de Sá. (Org.). **Expressões artísticas: etnografia e criatividade em espaços atlânticos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

FRANCO, Bárbara Lopes; OLIVEIRA, Josiane. As práticas de constituição dos espaços organizacionais e dos espaços das cidades: contribuições de Michel de Certeau aos estudos organizacionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4, 2016. **Anais...** Porto Alegre, CBEO, 2016.

FREITAS, Maria Ester de. A mobilidade como novo capital simbólico nas organizações ou sejamos nômades? **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 49, p. 247-264, abr./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v16n49/03.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

FREUD, Sigmund. **Freud (1905) O chiste e sua relação com o inconsciente**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017. v. 7.

FURTADO, Raquel Alves. **A construção e a (tentativa) de desconstrução da “cultura USIMINAS”**: narrativas ao longo de 50 anos. 2011. 371 f. Tese (Doutorado em administração). Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FÜSSEL, Marian. **Zur Aktualität von Michel de De Certeau**. Springer VS, Wiesbaden, 2018.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2015.

GIARD, Luce. Apresentação. In: DE CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GIARD, Luce. A invenção do possível. In: DE CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 2012a.

GIARD, Luce. Cozinhar. In: DE CERTEAU, Michel.; GIARD, Luce.; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**, v. 2, 2013. p. 209-332.

GOMES, Márcia Letícia. **Entre o Senegal e o Brasil: Migração, Refúgio e Direitos Humanos na Cidade do Rio Grande-RS**. 2015. Dissertação de Mestrado. FURG, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

GONÇALVES, Renata de Sá; FERRO, Lígia. (Org.). **Cidades em Mudança: Processos participativos em Portugal e no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2018.

GOUVÊA, Josiane Barbosa; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. Alienação e resistência: um estudo sobre o cotidiano cooperativo em uma feira de pequenos produtores do oeste do Paraná. **Gestão & Conexões**, v. 4, n. 1, p. 68-90, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/8015>. Acesso em: 13 set. 2018.

GRENFELL, Michael. Biography of Bourdieu. In: GRENFELL, Michael (Org.). **Pierre Bourdieu: key concepts**, Acumem, 2008, p. 11-28.

GRENFELL, Michael. Metodologia. *In*: GRENFELL, Michael (Org.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução de Fabio Ribeiro. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. p. 354-380.

HAKIM, Catherine. **Capital erótico: pessoas atraentes são bem sucedidas**. Rio de Janeiro: Bestbusiness, 2010.

HARDY, Cheryl. Histerese. *In*: GRENFELL, Michael (Org.), **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução de Fabio Ribeiro. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. p. 212-245.

HÉRAN, François. La seconde nature de *l'habitus*. Tradition philosophique et sens commun dans le langage sociologique. **Revue Française de sociologie**, v. 28, n. 3, p. 385-416, 1987. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1987_num_28_3_2423. Acesso em: 17 set. 2018.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; SANTOS, Maria do Carmo Gonçalves dos. Experiências migratórias: uma migração sem mulheres. 2017. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS ONGRESS, 2017, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, 2017.

IBGE. AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 11,8% no trimestre encerrado em dezembro e a média de 2017 fecha em 12,7%**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/19756-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-8-no-trimestre-encerrado-em-dezembro-e-a-media-de-2017-fecha-em-12-7>. Acesso em: 02 dez. 2018.

JOAQUIM, Nathália de Fátima. A gestão (extra)ordinária do cotidiano. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 7, 2012. Curitiba. **Anais...** Curitiba; ANPAD, 2012. Disponível em: http://www.anpad.org.br/adm/pdf/2012_EnEO384.pdf. Acesso em: 13 set. 2018.

KONG, Travis S. K. What it feels like for a whore: the body politics of women performing erotic labour in Hong Kong. **Gender, Work and Organization**, v. 13, n. 5, p. 409-434, 2006. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0432.2006.00315.x>. Acesso em: 17 set. 2018.

LEITE, Renata Daflon. A construção do corpo Cênico na cidade: uma “deseducação” das técnicas corporais nos palcos e nas ruas. *In*: FERRO, Lígia *et al.* (Org.), **Expressões artísticas: etnografia e criatividade em espaços atlânticos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

LUNDBERG, Hans; RAMÍREZ-PASILLAS, Marcela. The Other Within as Entrepreneurial Agency for Subsistence Entrepreneurs. *In*: **Entrepreneurship and the Community: A Multidisciplinary Perspective on Creativity, Social Challenges, and Business**, 2019. p. 7-27.

MACHADO, Filipe Cabacine Lopes; FERNANDES, Talita Almeida; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite da. Michel De Certeau e estudos organizacionais: uma leitura do cenário brasileiro. **Caderno de Administração**, Maringá, v. 25, n. 2, jul./dez, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/37869>. Acesso em 15 set. 2018.

MACHADO, Lia Zanotta. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, p. 11-26, 2001.

MACHADO, Rafael Carvalho; CHROPACZ, Franciely; BULGACOV, Yara Lucia Mazzioti. Epistemologia de Certeau e sua Contribuição para os Estudos Baseados em Prática em Organizações. **Revista Ciências Administrativas**, v. 26, n. 2, 2020.

MENDES, Luciano; CAVEDON, Neusa Rolita. O mercado de camelôs e as contribuições ao desenvolvimento local de uma cidade. **Interações**, v. 15, n. 2, p. 341-352, 2014.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “Quando o campo é a cidade”. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). **Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. Unesp, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. Disponível em: http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/de_perto_de_dentro.pdf. Acesso em: 02 dez. 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 49, p. 129-156, 2009.

MARINGÁ HISTÓRICA. **Centro Comercial** - Início da década de 1970. 2010. Disponível em: <http://www.maringahistorica.com.br/2010/04/centro-comercial-inicio-da-decada-de.html>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MARINGÁ HISTÓRICA. **Centro Comercial Maringá: Década de 1980**, 2017. Disponível em: <http://www.maringahistorica.com.br/2017/03/centro-comercial-maringa-decada-de-1980.html>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MARINGÁ HISTÓRICA. **Obras do Centro Comercial Maringá: Final dos anos 1960**, 2020. Disponível em: <http://www.maringahistorica.com.br/2020/05/obras-do-centro-comercial-maringa-final.html>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MARINS, Simony Rodrigues; IPIRANGA, Ana Silvia Rocha. O organizar ampliado de práticas cotidianas nos bairros da cidade. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 9, p. 148-204, abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/3224>. Acesso em: 14 set. 2018.

MARKOWITZ, Linda; COBB, Denise; HEDLEY, Mark. Framing ambiguity: insider/outside and the successful legitimation Project of the socially responsible mutual fund industry. **Organization**, v. 19, n. 1, p. 3-23, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350508411398055>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MARTIN, Monique de Saint. Capital simbólico. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017. p. 109-112.

MASCARIN, Tereza Fatima. Alguns aspectos sobre alimentação: ênfase à contribuição do negro no período colonial. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 15, n. 171, p. 61-68, 2015.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 399-422.

MAYOL, Pierre. Morar. In: DE CERTEAU, Michel.; GIARD, Luce.; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**, v. 2, 2013. p. 33-185.

MENDES, Luciano; CAVEDON, Neusa Rolita. O mercado de camelôs e as contribuições ao desenvolvimento local de uma cidade. **Interações**, v. 15, n. 2, p. 341-352, 2014.

MOORE, Robert. Capital. In: GRENFELL, Michael (Org.), **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução de Fabio Ribeiro. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. p. 174-191.

MURTA, Ivana Benevides Dutra; SOUZA, Mariana Mayumi Pereira; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Prática discursivas na construção de uma gastronomia polifônica. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 1, p. 38-64, jan./fev. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712010000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 set. 2018.

NATT, Elisângela Domingues Michelatto; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. O Simbólico em Construções: Estudando a Vila Barrageira da UHE Engenheiro Sérgio Motta à Luz de Pierre Bourdieu. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 159-174, ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/25221>. Acesso em: 16 set. 2018.

NEETHI, P.; KAMATH, Anant; PAUL, Anjali. Everyday place making through social capital among street vendors at Manek Chowk, Gujarat, India. **Space and Culture**, 2019.

OCEJO, Richard E. Sociology's Urban Explorers. In: OCEJO, Richard E. (Org.). **Ethnography and the City: Readings on Doing Urban Fieldwork**. 1. ed. New York: Routledge, 2013a. p. 1-14.

OCEJO, Richard E. Being on the job. In: OCEJO, Richard E. (Org.). **Ethnography and the City: Readings on Doing Urban Fieldwork**. 1. ed. New York: Routledge, 2013b. p. 79-86.

OLIVEIRA, Ademar Pereira de *et al.* Rendimento de quiabo em função de doses de nitrogênio. **Acta Scientiarum. Agronomy**, v. 25, n. 2, p. 265-268, 2003.

OLIVEIRA, Josiane Silva de; CAVEDON, Neusa Rolita. Micropolíticas das práticas cotidianas: etnografando uma organização circense. **RAE- Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, p. 156-168, mar./abr. 2013.

OLIVEIRA, Marcio de; KULAITIS, Fernando. *Habitus* Imigrante e Capital de mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios. **Mediações**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 15-47, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/29616>. Acesso em: 14 set. 2

PASSEGGI, M. C. Pierre Bourdieu: da “ilusão” à “conversão” autobiográfica. **Revista da FAEBA – Educação e contemporaneidade**, Salvador, v. 23, n. 41, p. 223-235, jan./jun. 2014.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 33, p. 133-158, set. 2000.

PUJADAS, Joan Josep. Etnografía móvil, entre el sombreado y el acompañamiento: notas a partir del estudio de la movilidad cotidiana en la Región Metropolitana de Barcelona (RMB). **Etnográfica Revista do Centro de Rede de Investigação em Antropologia**, v. 22, n. 2, p. 361-386, jun. 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/5531>. Acesso em: 02 dez. 2018.

REHN, Alf; TAALAS, Saara. ‘Znakomstva I Svyazi’ (Acquaintances and connections)–Blat, the Soviet Union, and mundane entrepreneurship. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 16, n. 3, p. 235-250, 2004.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. *In*: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RODRIGUES, Fábio da Silva; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. O cotidiano de um catador de material reciclável: a cidade sob o olhar do homem ordinário. **RGSA – Revista de Gestão social e Ambiental**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 97-112, jan./abr. 2015.

SABELLA, Anton Robert; EL-FAR, Mira Taysir. Entrepreneurship as an everyday form of resistance. **International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research**, 2019.

SARAIVA, Adriana; SANTOS, Leandro; BOING, Mateus; MARTINS, Rita. De sol a sol. **Retratos - A Revista do IBGE**, n. 10, p. 17-21, abr. 2018.

SEBRAE. **Cartilha o quadro de modelo de negócios**: um caminho para criar, recriar e inovar em modelos de negócios. 2013. Disponível em: https://www.sebraecanvas.com.br/downloads/cartilha_canvas.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

SIEWEKE, Jost. Pierre Bourdieu in Management and Organization Studies – A Systematic Literature Review. **Scandinavian Journal of Management**, v. 30, n. 4, p. 532-543, 2014. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2939956. Acesso em: 17 set. 2018.

SINGLY, F. Família. *In*: CATANI, Afrânio Mendes [*et al.*]. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. *In*: SOUZA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SOUZA FILHO, Osmar Vieira de; SILVEIRA, Rogério Zanon da; CARRIERI, Alexandre de Pádua; TEIXEIRA, Juliana Cristina. “Um arranjo produtivo em xeque”: campo, habitus e capital simbólico em um Arranjo Produtivo Local moveleiro em Minas Gerais. **Revista de Administração**, v. 48, n. 4, p. 671-687, out./dez. 2013.

TAVEIRA, Marcelo da Silva. Capital Turístico e as teorias sociais de Marx, Bourdieu e Putnam. **Turismo em Análise**, v. 27, n. 1, abr. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/108323>. Acesso em: 17 set. 2018.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Métodos estruturalistas**: pesquisa em ciências de gestão. São Paulo: Atlas, 2008.

THOMSON, Patrícia. Campo. In: GRENFELL, Michael (Org.). **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Tradução de Fabio Ribeiro. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. p. 96-114.

TRIGO, Maria Helena Bueno. *Habitus*, campo, estratégia: uma leitura de Bourdieu. **Cadernos Ceru**, v. 9, p. 45-55, jan. 1998. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/74986>. Acesso em: 17 set. 2018.

VALLE, Ione Ribeiro. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 117-134, jan./abr. 2007.

VANDENBERGHE, Frédéric. The real is relational. An Epistemological Analysis of Pierre Bourdieu’s Generative Structuralism. **Sociological Theory**, v. 17, n. 1, p. 32-67, 1999. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/201926?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 17 set. 2018.

VIDAL, Laurent. O tempo encantado ou as astúcias dos homens lentos: Um “hipócrita” diálogo com Michel de Certeau. **Revista de Antropologia**, v. 61, n. 2, p. 40-54, 2018.

VITRINE DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Quiabo**. Disponível em: <http://sistemas.agricultura.gov.br/vitrine/produto/quiabo-1>. Acesso em: 09 jan. 2021.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e Alma** - Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o *Habitus*. **Educação & Linguagem**, v. 10, n. 16, p. 63-71, jun./dez, 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/viewFile/126/136>. Acesso em: 15 set. 2018.

WACQUANT, Loïc. *Habitus* como assunto e ferramenta: reflexões sobre tornar-se um boxeador. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 17, mar. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235214/28240>. Acesso em: 09 ago. 2018.

WACQUANT, Loïc. Bourdieu comes to town: Pertinence, principles, applications. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 42, n. 1, p. 90-105, 2018.

WACQUANT, Loïc. Four transversal principles for putting Bourdieu to work. **Anthropological Theory**, v. 18, n. 1, p. 3-17, 2018a.

WACQUANT, Loïc. Bourdieu's dyad: On the primacy of social space and symbolic Power. *In: Empirical Investigations of Social Space*. Springer, Cham, 2019.

WACQUANT, Loïc; AKÇAOĞLU, Aksu. Practice and symbolic power in Bourdieu: The view from Berkeley. **Journal of Classical Sociology**, v. 17, n. 1, p. 55-69, 2017.

WHITTINGTON, Richard. Greatness Takes Practice: On Practice Theory's Relevance to "Great Strategy". **Strategy Science**, Maryland, v. 3, n. 1, p. 343-351, dez. 2017. Disponível em: <https://pubsonline.informs.org/doi/10.1287/stsc.2017.0040>. Acesso em: 17 set. 2018.

YAO, Christian. The perceived value of Chinese expatriates' career capital: a symbolic capital perspective. **Journal of Global Mobility**, v. 1, p. 187-218, 2013. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/JGM-09-2012-0001>. Acesso em: 17 set. 2018.

YUK-KWAN NG, Ricky; HÖPFL, Heather. Objects in exile: the intimate structures of resistance and consolation. **Journal of Organizational Change**, v. 24, n. 6, p. 751-766, 2011. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/09534811111175733>. Acesso em: 17 set. 2018.

ZIOLI, Eline Gomes de Oliveira; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. A escola e as identidades dos alunos do campo: um estudo a partir de Bourdieu e Althusser. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 25-36, jan./mar. 2019.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM CLIENTES

Práticas de comprar

- É a primeira vez que compra aqui?
- O que o(a) levou a parar na banca?
- No dia a dia costuma comprar dos vendedores ambulantes?
- No seu dia a dia o que vem fazer ao centro da cidade?
- No dia a dia onde costuma comprar legumes (supermercados, feiras, vendedores ambulantes)
- Você acha que é melhor comprar na rua do que em outros lugares como supermercados, feira? Por que?
- Quando compra legumes na rua (no centro), compra cada vez em um lugar ou sempre no mesmo?
- Como escolhe a banca em que vai comprar?
- O que é mais importante para decidir comprar ou não?
- Quando saiu de casa já pensava em passar aqui comprar?

Práticas de escolha dos produtos

- O que é mais importante no produto para decidir comprar?
- Como decide sobre a qualidade dos produtos? (pelo que sabe ou pelo que o vendedor fala?)
- Você vê diferença entre os produtos da rua e dos outros estabelecimentos como supermercados?
- Há diferença nos produtos de uma banca e outra?
- O que pensa do preço dos produtos? (embalagens, qualidade, exposição, limpeza)
- O que mais te chama atenção nos produtos?

Práticas de consumo

- Ao longo de toda sua vida desde criança sempre consumiu esses produtos? (exemplificar).
- Como consome (usa) esses produtos no dia a dia?
- Com quem consome esses produtos no dia a dia?
- Seus pais consumiam esses produtos no dia a dia? Seus filhos consomem esses produtos no dia a dia?
- Como é seu sentimento ao consumi-los no dia a dia?

Práticas de perceber O outro

- Como vê os vendedores ambulantes? O que pensa sobre eles?
- Você confia nos vendedores ambulantes? Por quê?
- Os vendedores ambulantes e seus produtos afetam (atrapalham) a vivência do dia a dia na cidade? Como?
- Se tivesse Poder sobre o trabalho deles como agiria?
- Há uma fiscalização por parte da prefeitura que atua em alguns casos recolhendo os produtos dos vendedores ambulantes, o pensa sobre isso?
- Para você há alguma diferença entre os vendedores homens e mulheres?
- Como acha que é o dia a dia dos vendedores ambulantes?
- Trabalharia como vendedor ambulante? Por quê?

Questões socioeconômicas

Nome: _____ Idade: _____ () F () M () O

Onde mora? _____ Trabalha? Onde? _____

Renda: R\$ _____ Profissão: _____

Nível de escolaridade (Pais / agente / filhos):

() Até a 4º completo () Até a 4º incompleto

() 5º a 8º completo () 5º a 8º incompleto

() Ensino médio completo

() Ensino médio incompleto

() Ensino superior completo

() Ensino superior incompleto

() Pós graduação () *Lato sensu* () Mestrado () Doutorado

Obs: realizadas parcialmente inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS COMERCIANTES

Questões socioeconômicas

- Nível de escolaridade: _____
- Profissão: _____
- Rendimento: _____
- Idade: _____ Sexo: _____
- A quanto tempo trabalho na loja:
- Onde mora _____ Há quanto tempo mora _____
- Estado civil _____
- Possui filhos _____
- Os filhos recebem cuidados e/ou educação em rede pública ou privada ou em casa
- Como você descreveria seu dia a dia?

Percepção quanto às práticas dos vendedores ambulantes

- Desde que trabalha aqui sempre existiram vendedores ambulantes nesta localização?
- Para você há diferença entre os vendedores regulares que tem a autorização da prefeitura e os irregulares?
- Quais as ações deles mais atrapalham o comércio em geral? E de modo específico a sua loja? Poderia relatar alguma situação como exemplo por favor?
- Acha que eles deveriam procurar outra forma de trabalho?
- Por que você acredita que eles realizam esse tipo de trabalho e não outro?
- Como vê o caráter dessas pessoas?

Percepção quanto às práticas dos agentes de fiscalização

- Como você avalia, percebe a ação dos agentes de fiscalização?
- Quais ações você gostaria que os agentes responsáveis pela fiscalização tomassem?

Práticas dos comerciantes

- Já precisou tomar alguma atitude, ou teve vontade?
- Já precisou conversar diretamente com algum deles? Como foi essa conversa?
- Já consumiu algo vendido por eles?
- Caso houvesse uma consulta popular para liberação de autorizações de pontos de vendas ambulantes aqui para o centro de Maringá, qual seria seu posicionamento? Por que?
- Sua visão como profissional é diferente em algo de sua visão pessoal sobre o assunto?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM VENDEDORES AMBULANTES SENEGALESES

Questões socioeconômicas

- Nome:
- Idade:
- Como é o Senegal?
- Qual cidade morava no Senegal?
- Poderia me contar um pouco sobre sua história?
- Poderia me contar um pouco sobre sua infância / quando era criança?
- Você estudou?
- Como eram seus pais?
- Seus familiares (pais) estudaram?
- Tem filhos? Eles estudam?

Práticas de migração

- Por que veio para o Brasil?
- Veio sozinho ou com sua família?
- Com quem reside? Onde?

Práticas cotidianas no contexto de trabalho

- Como era o dia a dia no Senegal?
- Com o que trabalhava lá?
- Como é o dia a dia aqui no Brasil?
- Como escolheu este local de trabalho?
- Como escolheu qual produto vender?
- O que acha que ajuda você a vender?
- O que acha que atrapalha suas vendas?
- Faz algum tipo de controle?

Práticas de resistência

- Qual maior dificuldade/desafio enfrentou / enfrenta?
- Qual sua maior vontade/sonho?
- Por que acha que as pessoas comprem na rua invés de comprarem nas lojas?
- O que tenta fazer para as pessoas comprarem (mais)?
- Trabalha sozinho ou com algum parceiro?
- Renda média dia/mês?

Obs: complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista

APÊNDICE D – REQUERIMENTO ENCAMINHADO À PREFEITURA MUNICIPAL
DE MARINGÁ - PR

REQUERIMENTO

Maringá, 28 de outubro de 2020

Prezado(a)

Eu Mariana Aparecida Euflausino dos Santos, portadora do CPF: 058.636.419-67, residente na rua Mandaguari, 370 apto 34, Zona 7, doutoranda no Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá PPA/UEM venho por meio deste requerer, para fins de pesquisa acadêmica, as seguintes informações:

- a. Estimativas da quantidade de vendedores ambulantes no município nos últimos 15 anos.
- b. Dados demográficos e socioeconômicos dos vendedores como:
 - renda;
 - escolaridade;
 - data de nascimento e/ou idade;
 - número de filhos em idade escolar;
 - região de residência, imóvel próprio ou alugado, quantidade de moradores;
 - aposentado e/ou deficiente; tipo de deficiência
- c. Dados do empreendimento:
 - localização de ponto do comércio;
 - especificação do tipo de produto vendido e/ou tipo de atividade
 - data de concessão da licença

Atenciosamente,

Mariana Aparecida Euflausino dos Santos

ANEXO A – RESPOSTA AO REQUERIMENTO

30/12/2020

Gmail - Resposta Portal da Transparência nº 130-1638/2020



Mariana Euflausino <mariana.euflausino@gmail.com>

Resposta Portal da Transparência nº 130-1638/2020

1 mensagem

SEGE - Assessoria da Dir. Fiscalização <assessoria_fiscalizacao@maringa.pr.gov.br> 9 de novembro de 2020 15:02
 Para: mariana.euflausino@gmail.com

Prezada,

Diante de vossa solicitação via processo nº 130-1638/2020 via Portal da Transparência, em que solicita para, fins de pesquisa científica:

a) Estimativas da quantidade de vendedores ambulantes no Município nos últimos 15 anos;

b) Dados demográficos e socioeconômicos dos vendedores como:

- renda;
- escolaridade;
- data de nascimentos e/ou idade;
- número de filhos em idade escolar;
- região de residência, imóvel próprio ou alugado, quantidade de moradores;
- aposentado e/ou deficiente; tipo de deficiência.

c) Dados do empreendimento:

- localização do ponto do comércio;
- especificação do tipo de produto vendido e/ou tipo de atividade;
- data da concessão da licença.

Informamos que:

Quanto ao item "a", conforme informação da gerência de Taxas Mobiliárias (fl. 06) foram abertos nos últimos 15 anos 144 cadastros de vendedores ambulantes no Município.

No que se refere aos itens "b" e "c" informamos que a requerente não possui legitimidade para obter informações de cunho pessoal e sigiloso de terceiros como renda, escolaridade, data de nascimento/idade, número de filhos, endereço residencial, se é imóvel próprio ou alugado e etc, tendo em vista o que dispõe a Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011), em seu artigo 31 que, ao regulamentar o acesso às informações pessoais, impôs deveres de salvaguarda à Administração quando as informações pessoais se referirem à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, senão vejamos:

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e
 II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:


- I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;
- II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;
- III - ao cumprimento de ordem judicial;
- IV - à defesa de direitos humanos; ou
- V - à proteção do interesse público e geral preponderante.

Ainda no item "c", a requerente solicita especificação do tipo de produto vendido e/ou tipo de atividade. Informamos quanto a isso que a Lei Ordinária 5855/2002 dispõe em seus artigos 9º ao 13 os produtos e atividades permitidas e proibidas para o comércio ambulante no Município de Maringá.

Sem mais,
 Att.

Diretoria de Fiscalização.

ANEXO B – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE LICENÇA PARA O COMÉRCIO AMBULANTE

 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PRAÇA DE ATENDIMENTO	
SOLICITAÇÃO DE LICENÇA PARA O COMÉRCIO AMBULANTE	
REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA O COMÉRCIO AMBULANTE (LEI Nº 5855/2002)	
1.	TEMPO MÍNIMO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE 01(UM) ANO;
2.	VERIFICAÇÃO "IN LOCO" PELA SASC DAS CONDIÇÕES, TIPO E LOCAL DA HABITAÇÃO, BEM COMO O LEVANTAMENTO DA CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA DO REQUERENTE;
3.	POSSUIR UM SÓ IMÓVEL NO TERRITÓRIO MUNICIPAL;
4.	SE TIVER IMÓVEL, RESIDIR NO MESMO;
5.	SER VIÚVO(A);
6.	SER APOSENTADO(A);
7.	GRAU DE INSTRUÇÃO ESCOLAR;
8.	NÚMERO DE FILHOS(AS) EM IDADE ESCOLAR;
9.	IDADE DO REQUERENTE (60 ANOS OU MAIS);
10.	REQUERENTE SER PORTADOR DE DEFICIÊNCIA;
11.	A RENDA MENSAL FAMILIAR (DE TODOS OS MORADORES DO IMÓVEL) NÃO DEVE ULTRAPASSAR 01 (UM) SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL;
12.	NÃO TER VÍNCULO EMPREGATÍCIO (DESEMPREGADO);
13.	PRODUTOS PERMITIDOS PARA COMERCIALIZAÇÃO: I) CACHORRO QUENTE; II) CALDO DE CANA; III) PIPOCAS, AMENDOIM, DOCES E DEMAIS GULOSEIMAS; IV) SORVETES; V) FRUTAS; VI) LEGUMES E VERDURAS; VII) OVOS; VIII) SUCOS;
14.	O LOCAL SOLICITADO DEVERÁ SER FORA DA ÁREA CENTRAL (SOMENTE BAIRROS), EM RUAS DE EIXO DE COMÉRCIO, DISTANTES DE CARRINHOS LICENCIADOS E DE LANCHONETES (DISTÂNCIA MÍNIMA DE 200 METROS), BEM COMO A 50 METROS DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES E DE SAÚDE.
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
1.	REQUERIMENTO DEVIDAMENTE PREENCHIDO EM NOME DO INTERESSADO;
2.	FOTOCÓPIA do RG e do CPF;
3.	FOTOCÓPIA do CARTÃO DE APOSENTADORIA ou PENSÃO;
4.	ORIGINAL DO ÚLTIMO RECIBO ou EXTRATO BANCÁRIO EM QUE CONSTE O VALOR DO BENEFÍCIO (PROVENTOS) OU PENSÃO;
5.	ATESTADO DE PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS, EMITIDO POR ÓRGÃO COMPETENTE DA MUNICIPALIDADE, QUANDO FOR O CASO;
6.	CTPS (CARTEIRA DE TRABALHO)- ORIGINAL E FOTOCÓPIA;
7.	DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA (CONSENTIMENTO) DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL A RESPEITO DO COMÉRCIO AMBULANTE EM FRENTE A SUA PROPRIEDADE;
8.	CÓPIA DA CERTIDÃO DE ÓBITO, NO CASO DE PENSÃO POR MORTE;
9.	CONTRATO OU RECIBO DE ALUGUEL ;
10.	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REQUERENTE;
11.	ORIGINAL DA ÚLTIMA CONTA DE LUZ;
12.	ORIGINAL DA ÚLTIMA CONTA DE ÁGUA;
13.	ORIGINAL DA ÚLTIMA CONTA DE TELEFONE.
14.	CÓPIA RELATÓRIO DO CADASTRO ÚNICO - CRAS
15.	AUTORIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL ONDE O AMBULANTE PRETENDE SE INSTALAR DEFRENTE
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR O CADASTRO ÚNICO NO CRAS	
1.	RG;
2.	CPF;
3.	TÍTULO DE ELEITOR;
4.	CERTIDÃO CIVIL (NASCIMENTO/CASAMENTO);
5.	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA OU DECLARAÇÃO DA UBS;
6.	CTPS (CARTEIRA DE TRABALHO) OU HOLERITE;
7.	DECLARAÇÃO DE MATRÍCULA ESCOLAR DE TODOS OS ESTUDANTES DA RESIDÊNCIA;
8.	Nº DO CONTRATO DO PAC OU MINHA CASA MINHA VIDA (CASO TENHA).
LEMBRETE	
1.	TODOS OS MORADORES DA RESIDÊNCIA MAIORES DE 18 ANOS DEVEM TER CARTEIRA DE TRABALHO
2.	DOCUMENTOS DE TODAS OS MORADORES DA RESIDÊNCIA DEVEM SER ORIGINAIS
3.	NÃO É NECESSÁRIO XEROX DOS DOCUMENTOS
4.	SEM OS DOCUMENTOS NÃO SERÁ REALIZADO O CADSTRO
OBSERVAÇÕES	
1.	EXERCER APENAS UMA ATIVIDADE POR REQUERENTE;
2.	NÃO PODERÁ HAVER DÉBITOS PARA A RENOVAÇÃO DA LICENÇA;
3.	A LICENÇA É DE CARÁTER PRECÁRIO, COM VALIDADE SOMENTE PARA O EXECÍCIO CONCEDIDO;
4.	A LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO AMBULANTE É PESSOAL e INTRANSFERÍVEL. SÓ PODERÁ SER TRASFERIDA NO CASO DE FALECIMENTO DO TITULAR, PARA A VIÚVA OU FILHO MAIOR, DESDE QUE COMPROVADO O DESEMPREGO E A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA FAMILIAR DA ATIVIDADE;
5.	O FILHO QUE RECEBER OS DIREITOS, DEVERÁ SOLICITAR AOS DEMAIS IRMÃOS UMA DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS A SEU FAVOR COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO;
6.	É PROIBIDO COMERCIALIZAR, ARRENDAR OU ALUGAR O PONTO DO EXERCÍCIO DO COMÉRCIO AMBULANTE;
7.	É VEDADA A MANUTENÇÃO DE EMPREGADOS. SÓ É PERMITIDO A PARTICIPAÇÃO DA PESSOA LICENCIADA E DE UM INTEGRANTE DA FAMÍLIA.